O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por CELIA REGINA BOLZANI, em quinta-feira, 21 de setembro de 2023 16:21:56 GMT-03:00, CNS: 08.321-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por CELIA REGINA BOLZANI, em quinta-feira, 21 de setembro de 2023 16:21:56 GMT-03:00, CNS: 08.321-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Desmaterialização

Documento físico digitalizado. Dou fé.

Certifico que o selo foi afixado na última folha.

CELIA REGINA BOLZANI

Escrevente

Valor Unitário: Emolumentos R$ 4,92 - Funrejus R$ 1,23
Fundep R$ 0,25 - ISS R$ 0,20 - Selo R$ 0,00

Qtd de Autenticações: 2

Total Geral (Qtd x Valor Unitário): R$ 13,20

SELO FISCALIZAÇÃO Nº: SFTN1.VGDTb.RdUNb-IHELF.F386q

Valide este selo em selo.funarpen.com.br

2 e 1. Nome e Sobrenome / **Name** and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA024540488<900<<<<<<<<<<<
6107200M2707288BRA<<<<<<<<<<<6
HELIO<<BRUCK<ROTENBERG<<<<<<<<

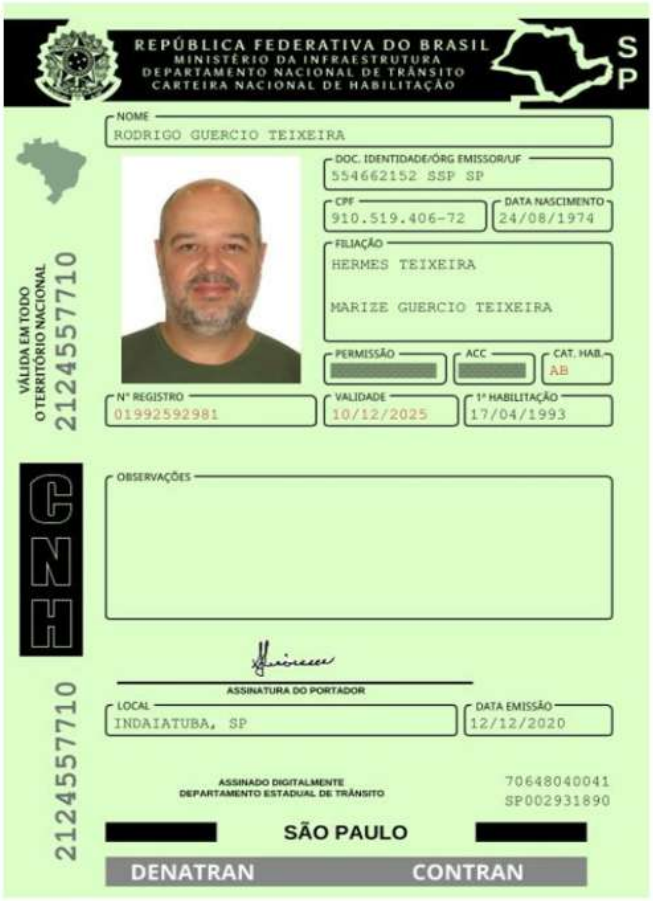
Desmaterialização
Documento físico digitalizado. Dou fé.
Certifico que o selo foi afixado na última folha.
CELIA REGINA BOLZANI
Escrevente
Valor Unitário: Emolumentos R$ 4,92 - Funrejus R$ 1,23
Fundep R$ 0,25 - ISS R$ 0,20 - Selo R$ 0,00
Qtd de Autenticações: 1
Total Geral (Qtd x Valor Unitário): R$ 6,60
SELO FISCALIZAÇÃO Nº: SFTN1.VGnTb.RdUNb-qHJLF.F386q
Valide este selo em selo.funarpen.com.br



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por CELIA REGINA BOLZANI, em quinta-feira, 21 de setembro de 2023 16:05:32 GMT-03:00, CNS: 08.321-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

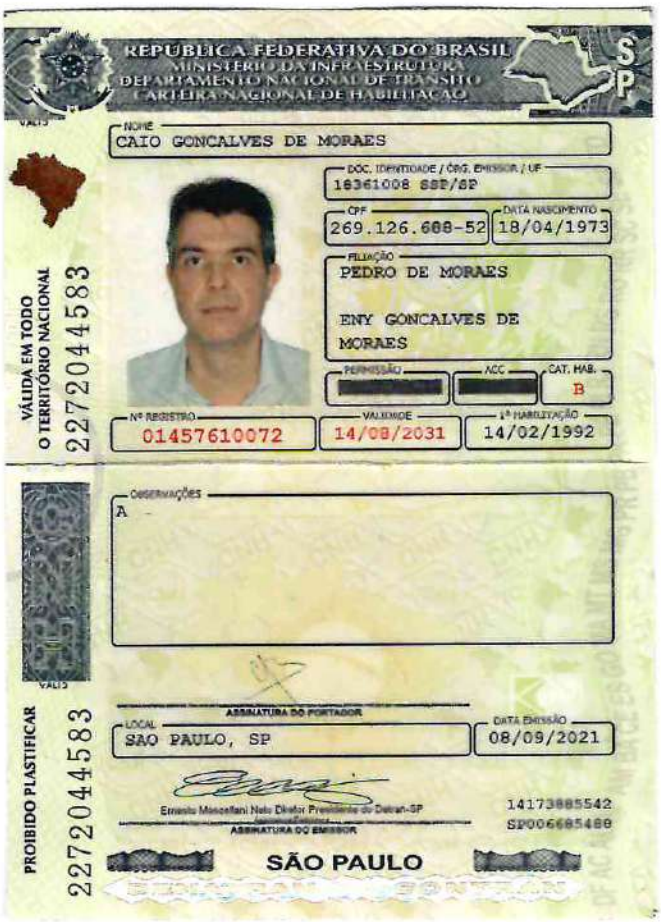
As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

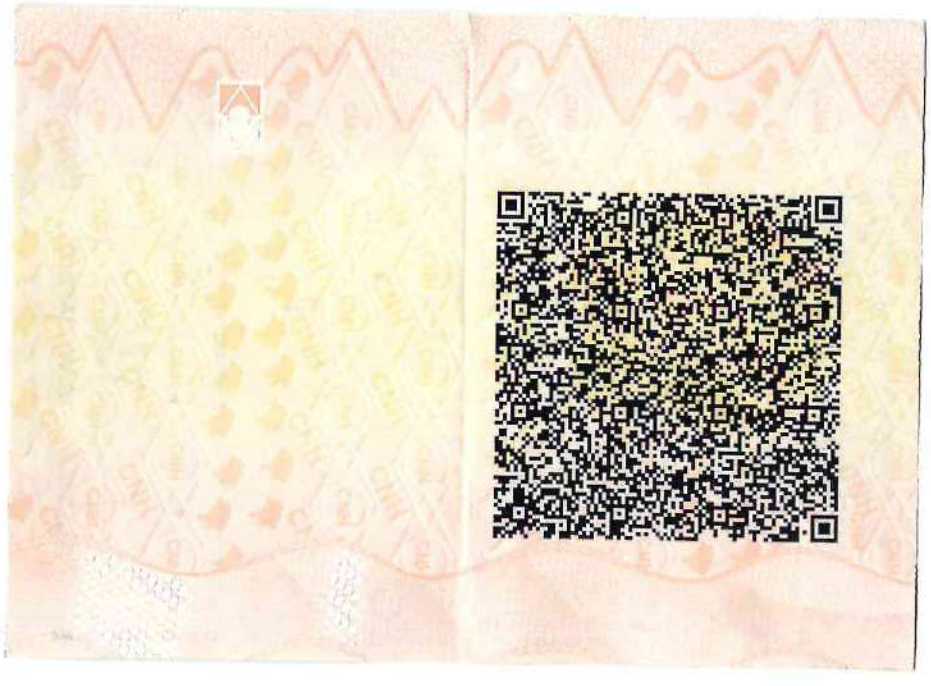
Desmaterialização
Documento físico digitalizado. Dou fé.
Certifico que o selo foi afixado na última folha.
CELIA REGINA BOLZANI
Escrevente

Valor Unitário: Emolumentos R$ 4,92 - Funrejus R$ 1,23
Fundep R$ 0,25 - ISS R$ 0,20 - Selo R$ 0,00
Qtd de Autenticações: 1
Total Geral (Qtd x Valor Unitário): R$ 6,60
SELO FISCALIZAÇÃO Nº: SFTN1.VGDTb.RdUNb-sH9LF.F386q
Valide este selo em selo.funarpen.com.br

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por CELIA REGINA BOLZANI, em quinta-feira, 21 de setembro de 2023 15:59:51 GMT-03:00, CNS: 08.321-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Joelson Romão Soares, em segunda-feira, 30 de maio de 2022 15:32:23 GMT-03:00, CNS: 11.754-9 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO 29º SUBDISTRITO DE SANTO AMAR/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Joelson Romão Soares, em segunda-feira, 30 de maio de 2022 15:32:23 GMT-03:00, CNS: 11.754-9 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO 29º SUBDISTRITO DE SANTO AMAR/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2914125336

2 e 1 NOME E SOBRENOME: FABIO TRIERWEILER FAIGLE

1ª HABILITAÇÃO: 02/07/2007

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 26/07/1981, CURITIBA, PR

4a DATA EMISSÃO: 14/11/2024

4b VALIDADE: 14/11/2029

ACC:

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: PR055265P7 CRC PR

4d CPF: 032.949.319-13

5 Nº REGISTRO: 04136811479

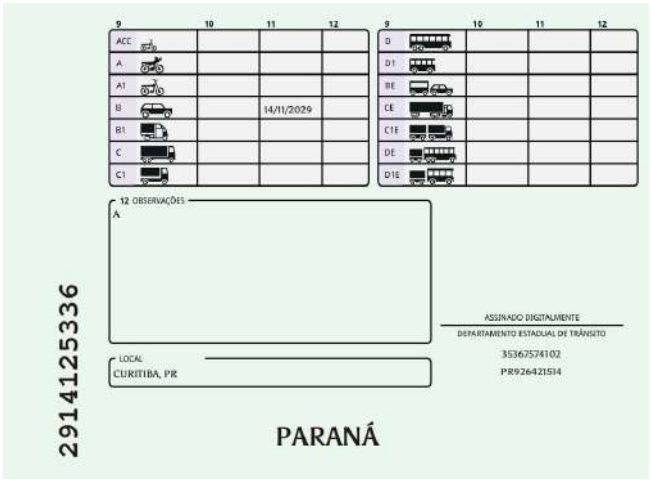
9 CAT HAB: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO: FRANCISCO ALEXANDRE SOARES FAIGLE

MARIA CLARA TRIERWEILER FAIGLE

7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		14/11/2029	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
35367574102
PR926421514

LOCAL: CURITIBA, PR

2914125336

PARANÁ



2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA041368114<790<<<<<<<<<<<<
8107260M2911146BRA<<<<<<<<<<<2
FABIO<<TRIERWEILER<FAIGLE<<<<<

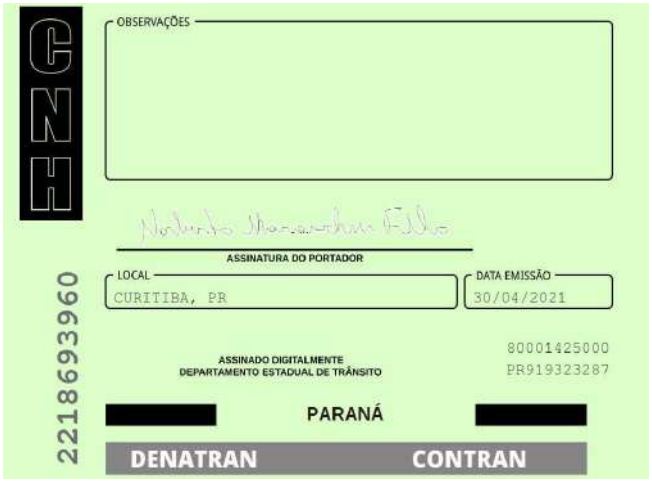
QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN





QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

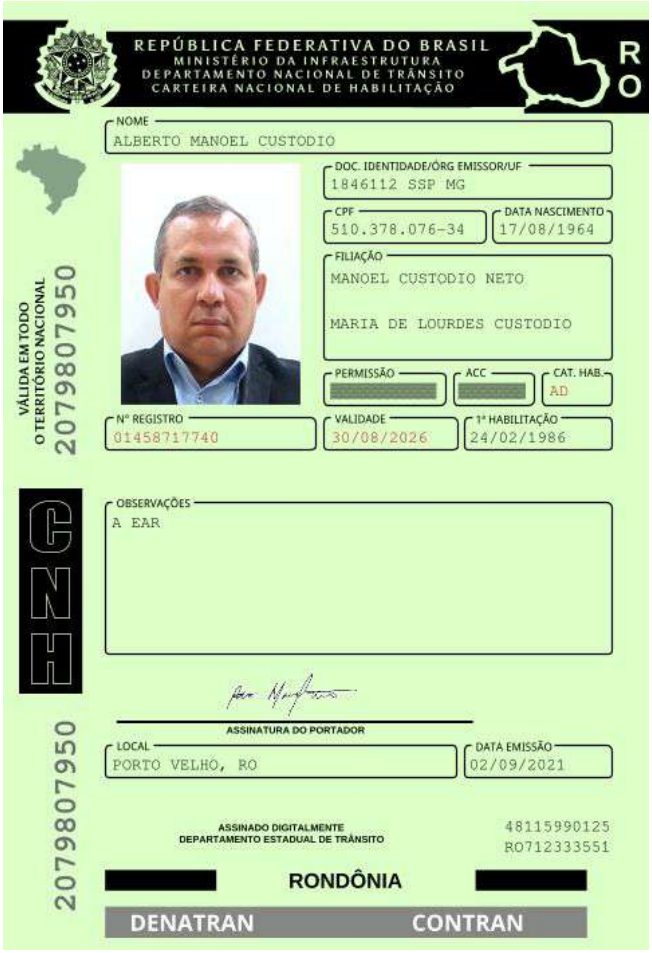
Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**81.243.735/0009-03**	DUNS®:	**91*****82**
Razão Social:	**POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**		
Nome Fantasia:	**FILIAL BAHIA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**11/07/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**30/03/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**02/02/2025**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**07/07/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**08/03/2025**
Receita Municipal	Validade:	**15/03/2025**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2025**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 024.XXX.XXX-83 Nome: MARI CLEUSA KRUCOSKI

Ass: _____

POSI
B3 LISTED NM

POSITIVO
TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 08 de abril de 2022, às 11:00 horas, em segunda convocação, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência Ten Meetings, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgada pela Companhia.

2. CONVOCAÇÕES: Edital de Convocação, segunda chamada, foi publicado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 28 de março de 2022, bem como publicado nos termos do artigo 124, *caput* e §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), nas edições dos dias 29, 30 e 31 de março de 2022 dos jornais Estado de São Paulo (páginas B14, B27, B19, respectivamente) e Jornal Metrópole (páginas 16, 06, 03, respectivamente), bem como em suas páginas na internet.

3. PUBLICAÇÕES: O Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas, contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2022, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 6º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 481.

4. PRESENÇAS: Presentes acionistas representando 62,20% (sessenta e dois virgula vinte por cento) do capital social votante da Companhia, conforme (i) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia, nos termos dos arts. 21-V, II e 21-W, II e III, da Instrução CVM 481 e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação à distância, nos termos dos arts. 21-V, III e 21-W, III, da Instrução CVM 481. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia.

5. MESA: Presidente: Sr. Caio Gonçalves de Moraes
Secretário: Sr. Anderson Prehs

6. ORDEM DO DIA: (i) alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constante no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), caput e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) – nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35); **(ii)** alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, caput; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (ii) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) caput e parágrafos

segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), caput e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) caput e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), caput e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) caput e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) caput e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), caput e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39; **(iii)** alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; e **(iv)** consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social.

7. LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA: (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; **(ii)** foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.

8. DELIBERAÇÕES: Após a **(i)** dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 21-W da Instrução CVM 481; e **(ii)** análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes:

(i) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 79.057.164 votos a favor, 7.891.670 votos contrários e 0 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constante no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), caput e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) – nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35), conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata;

(ii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.400.699 votos a favor, 106.235 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, caput; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (ii) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) caput e parágrafos segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), caput e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) caput e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), caput e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) caput e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) caput e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), caput e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata;

(iii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 2.256.970 votos a favor, 0 votos contrários e 84.691.864 abstenções, a alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata;

(iv) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.506.934 votos a favor, 0 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cujo inteiro teor e versão consolidada do Estatuto Social encontra-se no Anexo I da presente ata;

9. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata.

Acionistas presentes:

Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 21-V, III e 21-W, III, da Instrução CVM 481, são considerados presentes nesta assembleia geral na presente ata:

CONTINENTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
DEBORA DE SOUZA MORSCH
EXECUTIVE TOP FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES
NEON LIBERTY WEI JI MASTER FUND LP.
SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
ZENITH HAYP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
ZENITH VITORIA REGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 21-V, II e 21-W, II e III, da Instrução CVM 481, são considerados presentes nesta assembleia geral na presente ata:

ALASKA PERMANENT FUND
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
CIXARES LIBERO VARGAS
CLARITAS QUANT MASTER FIM
DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO
DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM
DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND
EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU
GIEM RADUY GUIMARAES
HELIO BRUCK ROTENBERG
ISABELA CESAR FORMIGHIERI
JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST
LUCAS RADUY GUIMARAES
PAULO FERNANDO FERRARI LAGO
RODRIGO CESAR FORMIGHIERI
SAMUEL FERRARI LAGO

POSI
B3 LISTED NM

POSITIVO
TECNOLOGIA

SOFIA GUIMARAES VON RIDDER
SPDR SP EMERGING MARKETS ETF
SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF
THAIS SUSANA FERRARI LAGO
THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES, CALIFORNIA
TRIGONO ETF TEVA ACOES MICRO CAPS FUNDO DE INDICE
TRIGONO FLAGSHIP SMALL CAPS MASTER FIA
TRIGONO HORIZON MICROCAP MASTER FIA
TRIGONO ICATU 100 FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES PREVIDENCIA
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS
WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND

(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 08 de abril de 2022.

gov.br
Documento assinado digitalmente
Anderson Henrique Prehs
Data: 11/04/2022 12:20:39-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Anderson Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608

POSI
B3 LISTED NM

POSITIVO
TECNOLOGIA

ANEXO I

(Ata de Assembleia geral Extraordinária da Positivo Tecnologia S.A., de 08 de abril de 2022)

ESTATUTO SOCIAL DA
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48
NIRE 41.300.071.977

COMPANHIA ABERTA

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A **Positivo Tecnologia S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

Parágrafo Único - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (""Novo Mercado" e "B3", respectivamente"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede social na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo, por deliberação singular do Diretor Presidente, criar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e dependências de quaisquer naturezas, no Brasil ou no exterior.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto:

a) a industrialização, por meio de fabricação própria ou por meio de terceirização fabril, importação, exportação, comercialização (atacado ou varejo), incluindo por meio de comércio eletrônico (e-commerce), distribuição, licenciamento e/ou cessão, locação e assistência técnica e/ou serviços de pós-venda de:

i. Bens, produtos e equipamentos de qualquer natureza na área de informática, produtos eletrônicos e ópticos
ii. Máquinas, aparelhos, equipamentos, dispositivos e materiais elétricos, eletrônicos e eletroeletrônicos, inclusive aqueles relacionados à tecnologia para automação residencial e de escritórios;
iii. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de telecomunicações e transmissores de comunicação, suas partes, peças e acessórios;
iv. Lâmpadas e outros aparelhos, equipamentos e dispositivos de iluminação;
v. Aparelhos, equipamentos e dispositivos para sinalização e alarme, suas partes, peças e acessórios;
vi. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de sinalização visual e/ou acústica, sensores movimento, presença, temperatura, suas partes, peças e acessórios; e
vii. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de controle de acesso, dispositivos de proteção elétrica, controladores, iluminação, fontes de alimentação, baterias, nobreaks, suas partes, peças e acessórios.

b) o desenvolvimento, comercialização e locação, licenciamento e/ou cessão de softwares e sistemas diversos;

c) o comércio, desenvolvimento e licenciamento de sistemas ou programas de computador customizáveis e não-customizáveis;

d) a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos tecnológicos na área de informática e eletroeletrônica;

e) a reparação, manutenção e assistência técnica de computadores, inclusive portáteis e de equipamentos de informática periféricos, terminais de autoatendimento, equipamentos de comunicação, máquinas, aparelhos, equipamentos, dispositivos e materiais elétricos, eletrônicos e eletroeletrônico;

f) a representação, comercialização, planejamento, implantação, treinamento, suporte técnico, suporte pedagógico e assistência técnica de equipamentos, laboratórios e mobiliário de informática, franquias, sistemas de aplicação pedagógica, sistemas de administração escolar e sistemas didáticos de ensino;

g) a prestação de serviços na área de informática e congêneres;

h) a comercialização ou cessão de direitos autorais, próprios e de terceiros;

i) a editoração e comercialização de livros;

j) a participação societária em empresas e/ou empreendimentos de qualquer natureza, que tenham ou não objeto social idêntico ao da Companhia;

k) o desenvolvimento e manutenção de portal, provedor de conteúdo ou outros serviços de informação e veiculação de conteúdo na internet.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 742.700.000,00 (setecentos e quarenta e dois milhões e setecentos mil reais), dividido em 141.800.000 (cento e quarenta e um milhões e oitocentos mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo - A Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 6º - A Companhia possui capital autorizado, podendo aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, podendo o Conselho de Administração emitir até 125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões) de novas ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista no *caput* deste Artigo, o Conselho de Administração fixará o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, assim como o prazo e as condições de integralização.

Parágrafo Segundo - Dentro do limite do capital autorizado no *caput* deste Artigo, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e a emissão de debêntures

conversíveis em ações, assim como o aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Parágrafo Terceiro - Dentro do limite do capital autorizado no *caput* deste Artigo e de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar opções de compra ou subscrição de ações aos Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções.

Artigo 7º - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. O direito de preferência poderá ser cedido, no todo ou em parte, aos demais acionistas, cujo exercício será feito de forma proporcional à participação de cada um no capital social. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

Artigo 8º - A exclusivo critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 9º - No caso de não realização do preço de emissão das ações nas condições previstas no boletim de subscrição ou nas respectivas chamadas de capital, ficará o acionista remisso de pleno direito constituído em mora, na forma do artigo 106, §2º, da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação devida e ao disposto no artigo 107 da mesma Lei nº 6.404/76.

Artigo 10º – Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que arquivados na sede social da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido em contrariedade com as disposições dos acordos.

Parágrafo Único - Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia.

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 11 – A Assembleia Geral é órgão deliberativo da Companhia, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral deverá ser convocada, respeitando os prazos e procedimentos previstos no art. 124 da Lei das S.A.: (i) Presidente do Conselho de Administração; e/ou (ii) por 5 (cinco) membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, devendo os trabalhos serem dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do Parágrafo Segundo abaixo.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral deverá ser realizada, preferencialmente, no edifício onde a Companhia tiver sede ou, por motivo de força maior, em outro lugar no mesmo Município da sede, podendo, ainda, ser realizada a distância por meio de sistema eletrônico, de modo que assegure a participação efetiva e a autenticidade do voto pelo acionista. A Assembleia Geral que ocorrer por meio de sistema eletrônico poderá ocorre de modo parcial ou exclusivamente digital.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração que venha a ser escolhido por deliberação da maioria dos acionistas presentes, ou, na ausência de todos os membros do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os presentes, por deliberação majoritária. O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa.

Parágrafo Quarto - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Artigo 12 – Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à Assembleia Geral, compete a esta:

(i) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração;

(ii) Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado;

(iii) A mudança do objeto social e quaisquer alterações deste Estatuto Social;

(iv) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e/ou desdobramentos de ações;

(v) Aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus Administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;

(vi) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

(vii) Deliberar sobre o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência pela Companhia;

(viii) Deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia;

(ix) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(x) Deliberar sobre a saída do Novo Mercado, bem como sobre qualquer medida relativa ao cancelamento do registro de companhia aberta;

(xi) Escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto nos Capítulos VIII e IX deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;

(xii) Aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral; e

(xiii) Dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Único - A deliberação a que se refere o item (x) deste Artigo deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação presentes à Assembleia Geral, não se computando os votos em branco. Se instalada em primeira convocação, a Assembleia deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO
Seção I – Normas Gerais

Artigo 13 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária ("Administradores").

Parágrafo Primeiro - Os Administradores, efetivos e suplentes, serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, que deve contemplar a sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto, observados, ainda, os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais e estatutários aplicáveis, dispensada qualquer garantia de gestão. Os Administradores empossados permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Segundo - Os Administradores estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia.

Parágrafo Terceiro - As assinaturas das atas das reuniões, termos de posse e/ou quaisquer outros documentos relacionados à Administração, Comitês de Assessoramento e Conselho Fiscal poderão ser assinadas eletronicamente por certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 14 – O Conselho de Administração, eleito e destituído pela Assembleia Geral, será composto por, no mínimo 7 (sete) e no máximo 9 (nove) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no País, com mandato unificado de até 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente, o qual será eleito na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de seus membros ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância neste cargo.

Parágrafo Primeiro - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) deles ou 20% (vinte por cento) de sua composição, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo ser expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Segundo - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Primeiro, o resultado gerar um número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 15 – Em caso de vacância no cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos de conselheiro, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição.

Artigo 16 – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, podendo ser realizada através de correspondência eletrônica (e-mail) ou sistema eletrônico, por seu Presidente ou por 5 (cinco) de seus membros, respeitados os prazos de convocação previstos em seu Regimento Interno.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros e serão presididas por seu Presidente ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pelos presentes.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas, preferencialmente, no edifício onde a Companhia tiver sede ou, excepcionalmente, em local diverso, sendo facultada a realização e participação por sistema eletrônico, como teleconferência, videoconferência ou outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. A reunião que ocorrer por meio de sistema eletrônico poderá ocorrer de modo parcial ou exclusivamente digital.

Parágrafo Terceiro - A seu exclusivo critério, poderá o Conselho de Administração definir em seu Regimento Interno a possibilidade de participação de membro observador em reuniões do Conselho de Administração, cujas regras estarão disciplinadas no respectivo Regimento.

Parágrafo Quarto - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o *quorum* requerido para instalação e deliberação.

Artigo 17 – Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

Artigo 18 – Sem prejuízo das competências atribuídas por lei ao Conselho de Administração, compete a este:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) eleger e destituir os Diretores Estatutários, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos pela Diretoria Estatutária da Companhia, fixando aos Diretores Estatutários suas respectivas funções e atribuições;

(iii) distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, remuneração global fixada pela Assembleia Geral;

(iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(v) convocar as Assembleias Gerais, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;

(vi) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Estatutária, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

(vii) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;

(viii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

(ix) aprovar as alçadas da Diretoria Estatutária que independam de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração quanto à: (a) contratação de operações comerciais, operacionais e/ou financeiras, ativas e/ou passivas da Companhia; (b) celebração de contratos entre a Companhia e empresas controladas; (c) realização de operações financeiras de derivativos; (d) outorga ou concessão de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, e/ou constituição de ônus reais nos ativos da Companhia; (e) alienação, aquisição ou oneração de bens do ativo imobilizado e intangível da Companhia; (f) participação em procedimentos licitatórios; (g) celebração de contratos de qualquer natureza; e (g) outra alçada necessária para execução das rotinas da Companhia;

(x) aprovar a participação da Companhia no capital social de outras sociedades, assim como a disposição ou alienação dessa participação, no País ou no exterior;

(xi) autorizar a emissão de ações da Companhia nos limites do capital autorizado, previsto no Capítulo II, deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(xii) deliberar sobre a emissão de (a) bônus de subscrição; (b) instrumentos de crédito para a captação de recursos, incluindo “bonds”, nota promissória, nota promissória comercial e/ou nota comercial, que ultrapassem os valores de alçadas previstos no ato que deliberar sobre a alínea (ix) acima; e (c) debêntures não conversíveis em ações e/ou conversíveis em ações, observando-se os limites do Capitulo II, deste Estatuto Social;

(xiii) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ressalvadas as hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral;

(xiv) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais;

(xv) aprovar a criação de Comitês para o seu assessoramento, designando seus membros e estabelecendo seus regimentos internos, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão e funcionamento;

(xvi) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento eventualmente instalados, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para os seus respectivos funcionamentos, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos;

(xvii) aprovar (i) o Código de Conduta da Companhia; (ii) a Política de Remuneração; (iii) a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, de seus Comitês, e da Diretoria; (iv) a Política de Gerenciamento de Riscos; (v) a Política de Transação com Partes Relacionadas; (vi) a Política de Negociação de Valores Mobiliários, bem como suas alterações; e (vii) quaisquer outra(s) Politica(s) obrigatório eventualmente indicada pela legislação, pela regulamentação ou pelo Regulamento do Novo Mercado;

(xviii) decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Estatutária, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto Social, bem como exercer outras atribuições que a lei, o Regulamento do Novo Mercado ou este Estatuto não confiram a outro órgão da Companhia;

(xix) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço aos potenciais impactos para a liquidez das ações (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (iv) o valor econômico da Companhia e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(xx) deliberar acerca das transações com partes relacionadas que sejam de sua competência, conforme definido na política correspondente da Companhia a ser aprovada pelo Conselho de Administração; e

(xxi) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle e consignar se tais transações asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia.

Seção III – Diretoria Estatutária

Artigo 19 – A Diretoria Estatutária da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 12 (doze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo (i) 1 (um) Diretor Presidente, (ii) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças, e (iii) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores, sendo permitida a cumulação de cargos, a ser deliberada pelo Conselho de Administração. Os demais Diretores terão as designações conferidas pelo Conselho de Administração, na ata de reunião que deliberar sobre a eleição da Diretoria.

Parágrafo Primeiro - O mandato de cada Diretor será de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Segundo. A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, podendo o Presidente do Conselho de Administração eleger interinamente um substituto.

Artigo 20 – A Diretoria Estatutária reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação e a presidência da Reunião ao Diretor Presidente.

Artigo 21 – Compete ao Diretor Presidente:

a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados;

b) responder pelas estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores;

c) coordenar e superintender as atividades da Diretoria;

d) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes a orientação mais adequada aos objetos sociais;

e) deliberar, de forma singular, sobre criação, alteração e/ou extinção de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior;

f) coordenar o desenvolvimento do planejamento estratégico da Companhia; e

g) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 22 – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças:

a) responder pelo controle orçamentário da Companhia;

b) coordenar e superintender as questões financeiras, administrativas;

c) coordenar o provimento das informações financeiras;

d) coordenar o controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia; e

e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23 – Compete ao Diretor Vice Presidente de Relações com Investidores:

a) prestar toda e qualquer informação aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à B3;

b) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, e

c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração e pela regulamentação emitida pela CVM e B3.

Artigo 24 – Compete ao(s) Diretor(es) Estatutário(s) sem designação específica, exemplificativamente:

a) promover o desenvolvimento das atividades da Companhia, observado seu objeto social;

b) coordenar a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais Diretorias; e

c) exercer as atribuições que lhes forem definidas em Reunião do Conselho de Administração, que poderá estabelecer denominações específicas para os seus cargos.

Artigo 25 – Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, bem como as atribuições e alçadas de atuação estabelecidas pelo Conselho de Administração. Compete ainda à Diretoria:

(ii) zelar pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(iii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria Estatutária e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

(iv) praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste Estatuto Social e pelo Conselho de Administração;

(v) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;

(vi) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, em especial quanto à forma de representação da Companhia prevista no Artigo 26, bem como em observância aos limites de suas atribuições; e

(vii) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Artigo 26 – A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, serão obrigatoriamente praticados (i) pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou (ii) por 2 Diretores Estatutários, agindo sempre em conjunto;, ou (iii) por Procurador, agindo em conformidade com o designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele contiverem..

Parágrafo Primeiro - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas (i) pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou (ii) por 2 Diretores Estatutários, agindo em conjunto. Em qualquer caso, as procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos e terão um período máximo de validade de 1 (um) ano, excetuado quando se tratar de mandato ad judicia..

Parágrafo Segundo - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando prestadas em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Terceiro acima, cada Diretor (i) responde, perante a Companhia e solidariamente com esta perante terceiros, por culpa no desempenho de seu cargo e funções; e (ii) terá de restituir à companhia, com todos os lucros resultantes, os créditos ou bens sociais que aplicar, sem autorização expressa da Assembleia Geral ou do Conselho de

Administração, conforme regras legais aplicáveis, em proveito próprio ou de terceiros, e, se houver prejuízo, também por ele responderá.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Artigo 27 – O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado na forma da lei, e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse em livro próprio, que deve contemplar a sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto, observados, ainda, os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais e estatutários aplicáveis, dispensada qualquer garantia de gestão. Os membros do Conselho Fiscal empossados permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros do Conselho Fiscal eleitos.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito à remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pelo seu Regimento Interno, pela legislação societária em vigor e pelo Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 28 – O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e princípios contábeis, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício.

Artigo 29 – Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.

Parágrafo Primeiro - Sobre o lucro remanescente, apurado na forma do *caput* deste artigo 28, será calculada a participação estatutária dos Administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no Artigo 152, § 1º. da Lei 6.404/76;

Parágrafo Segundo - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior:

(a) 5% (cinco por cento) serão atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e

(b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e da destinação referida no item (a) deste Parágrafo Segundo, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas.

Parágrafo Terceiro - Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Artigo 30 – Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 31 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.

Parágrafo Segundo - Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

Parágrafo Terceiro - Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

CAPÍTULO VII
DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 33 – A alienação, direta ou indireta, do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, de que o adquirente se obrigue a realizar, oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

CAPÍTULO VIII
OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Artigo 34 - Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir de forma direta ou indireta, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Diretos de Participação igual ou superior a, direta ou indiretamente, 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria ("Participação Relevante"), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante.

Parágrafo Primeiro - Para fins da obrigação prevista no *caput*, "Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (vi) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social

da outra pessoa; e (vii) 2 (duas) ou mais pessoas que tenham um investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das 2 (duas) ou mais pessoas em questão. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que 2 (duas) ou mais entre tais entidades: (viii) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (ix) tenham em comum a maioria de seus administradores, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores) em comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador (que oriente as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), em caráter discricionário.

Parágrafo Segundo - Para fins de verificação do atingimento, de forma indireta, de Participação Relevante, deverá ser computada a titularidade de todas as ações com direito a voto ou Outros Direitos de Participação detidos por todo e qualquer acionista controlador ou Grupo de Acionistas controlador, direta ou ndiretamente, até o beneficiário final pessoa natural do novo titular de Participação Relevante.

Parágrafo Terceiro - Para efeito desta Cláusula, "Outros Direitos de Participação" significa (i) usufruto sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia. Observa-se que (a) as ações diretamente detidas e aquelas referenciadas por instrumentos financeiros derivativos de liquidação física serão consideradas em conjunto para fins da verificação do percentual referido no caput deste artigo e (b) a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que confiram exposição econômica às ações não pode ser compensada com a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que produzam efeitos econômicos inversos.

Parágrafo Quarto - Para fins do cálculo do percentual de Participação Relevante, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, da recompra de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Quinto - O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado através de laudos de avaliação, observado o disposto nos Parágrafos Sexto e Sétimo deste Artigo; (ii) o valor patrimonial constante do último balanço auditado da Companhia; e (iii) a maior cotação unitária das ações de emissão da Companhia durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Sexto - Os laudos de avaliação referidos no Parágrafo Quinto acima deverão ser elaborados por 2 (duas) instituições financeiras de primeira linha e ilibada reputação e notório conhecimento do setor de atuação da Companhia, uma escolhida pela Companhia e outra pelo acionista que faz menção este artigo, selecionadas dentre as maiores instituições que atuem no Brasil à época e que atuem em

assessoramento de clientes em fusões e aquisições de empresas. Os custos dos 2 (dois) laudos de avaliação serão arcados pela Companhia e pelo referido acionista, respectivamente.

Parágrafo Sétimo - Caso haja diferença de valor entre os 2 (dois) laudos acima referidos, o Preço da OPA terá por base o maior valor entre esses 2 (dois) laudos.

Parágrafo Oitavo - A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM n.º 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM nº 361"):

(i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;

(ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3;

(iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA;

(iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM n.º 361, ressalvado o disposto no parágrafo quarto acima; e

(v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Nono - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA sujeita ao artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo o preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Décimo - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Décimo Primeiro - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Décimo Segundo - Na hipótese de o Acionista Adquirente o não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos para a realização ou solicitação do registro da OPA, conforme o caso, ou para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o referido acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilização do acionista por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo Décimo Terceiro - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e no Capítulo VII deste Estatuto não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes neste Artigo.

Parágrafo Décimo Quarto - A obrigação de realização de OPA nos termos deste Artigo não se aplica:

(i) aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia ("Data da Primeira Oferta Pública"), eram titulares de 10% (dez por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores ("Acionista(s) Original(is)"), inclusive e em especial aos acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores, que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias. Uma vez ultrapassado, por qualquer Acionista Original, o respectivo percentual de ações da Companhia superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública, aplicar-se-á integralmente o disposto neste artigo 34 e seus parágrafos a tal Acionista Original.

(ii) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

(iii) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de incorporação de uma outra sociedade pela Companhia;

(iv) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; e

(v) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Décimo Quinto - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO IX
JUÍZO ARBITRAL

Artigo 35 – A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO X
LIQUIDAÇÃO

Artigo 36 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

POSI
B3 LISTED NM

POSITIVO
TECNOLOGIA

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 37 - A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos dos Acordos de Acionistas.

Artigo 38 - Observado o disposto no Art. 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor de patrimônio líquido da Companhia, constante do último balanço aprovado pela assembleia geral.

Artigo 39 - Em tudo o que for omisso o presente Estatuto Social, serão aplicadas a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado e as demais disposições legais pertinentes.

--X--X—X--

As disposições contidas no artigo 18, alíneas (xv), (xvi) e (xvii) deste Estatuto somente terão eficácia a partir de 30 de abril de 2022 ou quando da aprovação dos comitês e/ou documentos referidos, o que ocorrer primeiro.

(Certifico que o presente anexo confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 08 de abril de 2022.

gov.br
Documento assinado digitalmente
Anderson Henrique Prehs
Data: 11/04/2022 12:26:27-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Anderson Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, Anderson Henrique Prehs, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o n° 34608, inscrito no CPF n° 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00421193913	34608	ANDERSON HENRIQUE PREHS

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/04/2022 17:39 SOB Nº 20221717862.
PROTOCOLO: 221717862 DE 11/04/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12204596102. CNPJ DA SEDE: 81243735000148.
NIRE: 41300071977. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/03/2022.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

LEILÃO DE VEÍCULOS
FAVARETO
LOCAL: RUA EDUARDO PINTO DA ROCHA Nº 4545 CURITIBA/PR.
200 VEÍCULOS APROXIMADAMENTE
AUTOMÓVEIS
UTILITÁRIOS
MOTOS
CAMINHÕES
E SUCATAS
20/04
QUARTA-FEIRA
SOMENTE ONLINE
10:00 HORAS
VISITAÇÃO: TERÇA-FEIRA DAS 09H00 ÀS 17H00 (entrada controlada)
Informações e lances em www.favaretoleiloes.com.br - 41-3111-9111

SÚMULA DE CONCESSÃO DA LICENÇA PRÉVIA

A Trox do Brasil Difusão de Ar Acústica Filtragem Ventilação Ltda., CNPJ 76.881.093/0001-72 torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA a Concessão Licença Prévia, válida até 14/02/2023 para Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de ar condicionado, refrigeração e ventilação e para uso industrial e comercial, peças e acessórios e serviços de tratamento e revestimento em metais situada à Rua Cyro Correa Pereira, 300, CIC, Curitiba/PR.

SÚMULA DO PEDIDO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Trox do Brasil Difusão de Ar Acústica Filtragem Ventilação Ltda., CNPJ 76.881.093/0001-72 torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA a Licença de Operação, para Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de ar condicionado, refrigeração e ventilação e para uso industrial e comercial, peças e acessórios e serviços de tratamento e revestimento em metais situada à Rua Cyro Correa Pereira, 300, CIC, Curitiba/PR.

TECNOV SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA, torna público que recebeu do Instituo de Água e Terra do Paraná a Licença Prévia, para armazenamento, transporte e destinação final de resíduos classe II, com validade de 08/04/2024 para Mandirituba/PR.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08/04/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 08/04/2022, às 11:00h, em segunda convocação, por meio da plataforma Ten Meetings. **2. Convocações:** Edital de convocação, segunda chamada, publicada nos websites da Companhia, da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no dia 28 de março de 2022, bem como publicação nas edições dos dias 29, 30 e 31 de março de 2022 dos jornais Estado de São Paulo e Jornal Metrópole, bem como em suas páginas da internet. **3. Publicações:** O Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas, contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2022, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art 6º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 481. **4. Presenças:** Presentes acionistas representando 62,20% do capital social votante da Companhia. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. **5. Mesa:** A mesa teve como Presidente o Sr. Caio Gonçalves de Moraes e como Secretário o Sr. Anderson Prehs. **6. Ordem do dia:** (i) alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM; (iii) alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; (iv) consolidação do Estaluto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágralos para a correta estruturação do Estaluto Social. **7. Leitura de Documentos e Lavratura da Ata:** (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia; (ii) foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **8. Deliberações:** Após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 21-W da Instrução CVM 481; e (ii) análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes: (i) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 79.057.164 votos a favor, 7.891.670 votos contrários e 0 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão; (ii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.400.699 votos a favor, 106.235 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais; (iii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 2.256.970 votos a favor, 0 votos contrários e 84.691.864 abstenções, a alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; (iv) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.506.934 votos a favor, 0 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata. Curitiba, 08/04/2022 Anderson Prehs - Secretário - **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 11/04/2022 sob o nº 20221717862, protocolo 221717862 de 11/04/2022. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08/04/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 08/04/2022, às 11:30h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Hélio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o **Sr. Alexandre Silveira Dias** e como Secretário o **Sr. Anderson Henrique Prehs**. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, o Conselho de Administração, tendo em vista as alterações aprovadas na Assembleia Geral nesta data, de forma unânime: a) Autorizou a lavratura da ata em forma de sumário; b) Aprovou nos termos do artigo 18, ix, do Estatuto Social, as alçadas da Diretoria Estatutária da Companhia (alçadas descritas no Anexo I da presente ata, cujo inteiro teor foi publicado na versão digital); c) Aprovou nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social, a retificação da nomenclatura da designação da atual Diretora Vice-Presidente de Mercado Governo e Contas Estratégicas, a qual passa a ser Diretora Vice-Presidente Instituições Públicas; d) Aprovou, também, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social, a rerratificação das designações da atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato em curso a expirar em 04/05/2023; e) nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social, e considerando as designações indicadas no item "d" acima, as competências do Diretor Vice-Presidente Corporativo e da Diretora Vice-Presidente Instituições Públicas. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 08/04/2022. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 11/04/2022 sob o nº 20221717706, protocolo 221717706 de 11/04/2022. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

Metrópole EVENTO

EXÉRCITO COMEMORA ANIVERSÁRIO EM CURITIBA

Na manhã do dia 19 de abril (terça-feira/hoje), Dia do Exército, será realizada uma formatura alusiva à data nas instalações do Forte do Pinheirinho. A atividade comemorativa aos 374 anos da instituição será realizada às 10h com a presença de alunos de escolas municipais e autoridades civis e militares.

Nesta comemoração serão entregues distinções como o Diploma de Colaborador Emérito, Ordem do Mérito Militar e Medalha do Exército Brasileiro. A solenidade será realizada com o desfile das tropas e entrega das referidas condecorações.

O Dia do Exército é celebrado no dia 19 de abril em memória à Batalha dos Guararapes, que ocorreu em 19 de abril de 1648, no estado de Pernambuco. Foram as principais ações bélicas ocorridas no Nordeste brasileiro contra a presença dos holandeses na região. A data é comemorada nos quartéis de todo o território nacional.

Missões do Exército

O Exército é uma instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Além disso pode exercer ações subsidiárias, tais como atividades por meio de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre e apoio a eventos que ocorreram calamidade pública.

Exército no Paraná

Um dos predicados do Exército é sua capilaridade geográfica nacional e regional, estando presente no estado do Paraná em 32 municípios com 57 organizações militares, com mais de 3.000 militares.

O Comando da 5ª Divisão de Exército (5ª DE) é o mais alto escalão do Exército no estado paranaense, tendo como comandante o General de Divisão Fábio Benvenutti Castro.





O Patrono do Exército

Marechal Luiz Alves de Lima e Silva – Duque de Caxias

Lutou pela consolidação da independência, pacificou províncias conflagradas e conduziu as armas nacionais à vitória nos conflitos da Bacia do Prata.

Tão importantes quanto a eficácia de suas ações militares foram a firmeza com que enfrentou os desafios e a generosidade dispensada aos adversários vencidos nos campos de batalha. Restabeleceu o império da ordem, preservou as instituições, recompôs a coesão nacional e salvou a unidade da Pátria. É reconhecido na História com o codinome de " O Pacificador".

Ordem do Mérito Militar

A Ordem do Mérito Militar é a mais alta distinção honorífica do Exército Brasileiro. Criada em 1934, foi inspirada na ordem do Mérito de São Bento de Aviz, herdada de Portugal. Essa Ordem tem como objetivo premiar militares da Força Terrestre que tenham prestado importantes serviços ao país ou tenham se destacado no Exército. Também recebem a condecoração organizações militares e instituições civis que se tornaram credoras de homenagem especial.

Medalha do Exército Brasileiro

A Medalha do Exército Brasileiro foi instituída em 2016 e é destinada a distinguir cidadãos da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira e das Forças Auxiliares e instituições civis brasileiras ou estrangeiras que tenham prestado trabalho de destaque em prol do interesse do Exército Brasileiro.

SERVIÇO

Formatura Dia do Exército
Data: 19 de abril (terça-feira)
Local: Forte do Pinheirinho – Rua 31 de Março, s/n
Horário: 10h

14ª edição da Campanha do Agasalho do Sesc PR iniciou em 18 de abril



MAIS INFORMAÇÕES PELO SITE OU PELO 0800 643 6346.
INFORMAÇÕES PARA A IMPRENSA - ISABELA MATTIOLLI
ISABELA.MATTIOLLI@SESCPR.COM.BR - (41) 3304-2020 | 99677-4779

Roupas, calçados e cobertores podem ser doados em unidades do Sesc e do Senac, além de estabelecimentos parceiros até o dia 12 de agosto

O Sesc Paraná, o Instituto GRPCOM e a RPC iniciam no dia 18 de abril a 14ª edição da Campanha do Agasalho – Onde há calor, há mais vida. Os postos de arrecadação estarão em todas as unidades do Sesc PR e do Senac PR, em condomínios filiados ao Secovi-PR, além de empresas do comércio de bens, serviços e turismo parceiras.

As doações encerram-se no dia 12 de agosto. Podem ser doados itens de vestuário, calçados e cobertores novos ou usados, desde que em boas condições. A iniciativa mantém o compromisso social do Sesc de atender a pessoas em situação de vulnerabilidade social no Paraná.

A Campanha do Agasalho é realizada em parceria com os sindicatos empresariais do comércio filiados à Fecomércio PR, as Câmaras da Mulher Gestora e Empreendedora de Negócios e o Exército Brasileiro. A 14ª edição recebe o apoio das rádios 98FM e Mundo Livre FM, além dos jornais Tribuna e Gazeta do Povo.

Números

O trabalho em rede e a solidariedade do paranaense foram marcas das duas edições da campanha, que receberam mais de um milhão de peças cada. Em 2020, foram 1.000.053 peças doadas e, em 2021, 1.100.275 itens aqueceram mais de 203 mil paranaenses assistidos por 614 instituições sociais do estado.

Metrópole
Súmulas
Publicações Legais
Concorrências
Tomadas de Preços
Avisos - Anúncios
Comunicados - Etc.
Ligue: (41) 3383-6650 / 3024-6766 / 99973-1492

Certificado de autenticidade sob o código **0000000628**, publicado em **19/04/2022**, download em **19/04/2022 06:41**, em www.metropolejornal.com.br.
Verifique a autenticidade CLICANDO AQUI

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE 41.300.017.477

Companhia Aberta

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL DE ACIONISTAS REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 28 de janeiro de 2022, às 10:00 horas, em segunda convocação, tendo em vista que a primeira convocação restou prejudicada por falta de quórum de instalação, conforme Edital de Convocação publicado nos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2022, nos jornais Gazeta do Povo, Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Paraná, respectivamente, e disponibilizado na página da Companhia na rede mundial de computadores, na página da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na rede mundial de computadores e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações" e "Edital de Convocação", respectivamente), na sede social da Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 5.300, Bloco 1, Térreo, Ecoville, CEP 81.280-330. **2. Convocação:** Edital de Convocação, conforme acima mencionado. **3. Presenças:** Presentes acionistas representando 62,25% (sessenta e dois vírgula vinte e cinco por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, ainda, os membros da diretoria da Companhia, Srs. Hélio Rotenberg, Diretor Presidente, e Sra. Ana Paula Ribeiro Ferreira, Diretora Financeira e de Relações com Investidores. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Cláudio Giovanoni de Moraes; Secretário: Sr. Anderson Pinto. **5. Ordem do Dia:** (a) Alteração do Estatuto Social da Companhia para (i) alterar a composição mínima do Conselho de Administração da Companhia; (ii) alterar a composição mínima do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; (iii) alterar a composição mínima do Comitê de Pessoas da Companhia; (iv) alterar a composição mínima do Comitê de Inovação da Companhia; (v) alterar a composição mínima do Comitê de Governança Corporativa da Companhia; (vi) alterar a composição mínima do Comitê de Sustentabilidade da Companhia; (vii) alterar a composição mínima do Comitê de Remuneração da Companhia; (viii) alterar a composição mínima do Comitê de Finanças da Companhia; (ix) alterar a composição mínima do Comitê de Auditoria da Companhia; (x) alterar a composição mínima do Comitê de Riscos da Companhia; (xi) alterar a composição mínima do Comitê de Tecnologia da Companhia; (xii) alterar a composição mínima do Comitê de Operações com Partes Relacionadas da Companhia; (xiii) alterar a composição mínima do Comitê de Ética da Companhia; (xiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xl) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xli) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xlii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xliii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xliv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xlv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xlvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xlvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xlviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xlix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (l) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (li) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (liii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (liv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (lxxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xc) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xci) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xcii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xciii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xciv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xcv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xcvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xcvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xcviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (xcix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (c) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ci) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ciii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (civ) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxl) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxli) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxlii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxliii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxliv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxlv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxlvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxlvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxlviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxlix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cl) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cli) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cliii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cliv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (clxxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxc) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxci) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxcii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxciii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxciv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxcv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxcvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxcvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxcviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cxcix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cc) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cci) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cciii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cciv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxl) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxli) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxlii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxliii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxliv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxlv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxlvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxlvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxlviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxlix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccl) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccli) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccliii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cclxxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxc) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxci) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxcii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxciii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxciv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxcv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxcvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxcvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxcviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccxcix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccc) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccci) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccciii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccciv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxx) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxxi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxxii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxxiii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxxiv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxxv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxxvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxxvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxxviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxxxix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxl) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxli) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxlii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxliii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxliv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxlv) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxlvi) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxlvii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxlviii) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccxlix) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (cccl) alterar a composição mínima do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia; (ccccli

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME n° 81.243.735/0001-48 - NIRE n° 41300071977 - Companhia Aberta

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08/04/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 08/04/2022, às 11:00h, em segunda convocação, por meio da plataforma Ten Meetings. **2. Convocações:** Edital de convocação, segunda chamada, publicada nos websites da Companhia, da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no dia 28 de março de 2022, bem como publicação nas edições dos dias 29, 30, e 31 de março de 2022 dos jornais Estado de São Paulo e Jornal Metrópole, bem como em suas páginas da internet. **3. Publicações:** O Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas, contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2022, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 6º, parágrafo único, da Instrução CVM n° 481. **4. Presenças:** Presentes acionistas representando 62,20% do capital social votante da Companhia. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. **5. Mesa:** A mesa teve como Presidente o Sr. Caio Gonçalves de Moraes e como Secretário o Sr. Anderson Prehs. **6. Ordem do dia:** (i) alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM; (iii) alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; (iv) consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **7. Leitura de Documentos e Lavratura da Ata:** (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia; (ii) foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1° e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **8. Deliberações:** Após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 21-W da Instrução CVM 481; e (ii) análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes: (i) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 79.057.164 votos a favor, 7.891.670 votos contrários e 0 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão; (ii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.400.699 votos a favor, 106.235 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais; (iii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 2.256.970 votos a favor, 0 votos contrários e 84.691.864 abstenções, a alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; (iv) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.506.934 votos a favor, 0 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata. Curitiba, 08/04/2022. Anderson Prehs - Secretário - **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 11/04/2022 sob o nº 20221717862, protocolo 221717862 de 11/04/2022. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Convocação de Assembleia Geral dos Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 122ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Morais, 1553, 3º andar, conjunto 32, inscrita no CNPJ sob nº 10.753.164/0001-43, **Convoca** os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 122ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("CRA", "Emissora" ou "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 122ª Emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.* com Lastro em Créditos do Agronegócio devidos por Lasa Linhares Agroindustrial S.A." celebrado em 22 de outubro de 2021 com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme alterado ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625") e do §2º do artigo 124 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404"), a se reunirem em 1ª (primeira) convocação, para Assembleia Geral de Titulares dos CRA, que será realizada no dia 9 de maio de 2022, às 10h00 (dez horas), de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia ("AGT"): **(i)** a aprovação da não configuração da hipótese de vencimento antecipado descrita no item (ii) da alínea (n) da cláusula 7.1.2. do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da LASA Linhares Agroindustrial S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), firmado em 22 de outubro de 2021, entre a Emissora, **Lasa Linhares Agroindustrial S.A.** ("Devedora"), **JB Participações e Investimentos Ltda.** ("JB Participações"); **Companhia Alcoolquímica Nacional - Alcoolquímica** ("Alcoolquímica"); **Carbo Gás Ltda.** ("Carbo Gás"); **Pirapama Bioenergia Ltda.** ("Pirapama" e, em conjunto em JB Participações, Alcoolquímica e Carbo Gás, "Garantidores Pessoa Jurídica"); **Jaime de Vasconcelos Beltrão Júnior** ("Jaime"); e **Carlos Alberto Lacerda Beltrão** ("Carlos" e, em conjunto com Jaime, "Garantidores Pessoa Física", e, ainda, em conjunto com os Garantidores Pessoa Jurídica, "Garantidores") e no item (ii) da alínea (n) da cláusula 7.4.2. do Termo de Securitização; **(ii)** a modificação dos itens (i) e (ii) da alínea (n) da cláusula 7.1.2. da Escritura de Emissão e dos itens (i) e (ii) da alínea (n) da cláusula 7.4.2. do Termo de Securitização, de forma a alterar os índices financeiros a serem apurados pela Devedora e acompanhados pela Securitizadora, os quais passarão a vigorar conforme abaixo: '7.1.2. (...) (i) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 1,90x em 2022, 1,85x em 2023, 1,80x em 2024 e 1,75x em 2025, apurado com base nas Demonstrações Financeiras dos últimos 12 (doze) meses; e *(ii)* índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pela Moagem deverá ser igual ou inferior a 145 em 2022, 2023, 2024 e 2025, apurado com base nas Demonstrações Financeiras dos últimos 12 (doze) meses..'' 7.4.2. (...) (i) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 1,90x em 2022, 1,85x em 2023, 1,80x em 2024 e 1,75x em 2025, apurado com base nas Demonstrações Financeiras dos últimos 12 (doze) meses; e *(ii)* índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pela Moagem deverá ser igual ou inferior a 145 em 2022, 2023, 2024 e 2025, apurado com base nas Demonstrações Financeiras dos últimos 12 (doze) meses." **(iii)** a autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário, em conjunto, praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima, incluindo, sem limitação a celebração de eventuais aditamentos ao Termo de Securitização, à Escritura de Emissão e aos demais documentos que sejam necessários. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que (a) o quórum de instalação da assembleia em primeira convocação é de 50% (cinquenta por cento) dos CRA em circulação; (b) as deliberações descritas no item (i) acima estão sujeitas à aprovação por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em circulação; e (c) as deliberações descritas no item (ii) acima estão sujeitas à aprovação por, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos CRA em circulação. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) Nos termos do artigo 4º, parágrafo primeiro, da Instrução CVM 625, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGT. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo terceiro, da Instrução CVM 625. (ii) Observado o disposto na Instrução CVM 625, e, de acordo com o item "(i)" anterior e "(iii)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; e 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGT e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. (iii) Após o horário de início da AGT, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGT, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância. (iv) Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (https://www.ecoagro.agr.br) e do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/) aos Titulares de CRA, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Instrução de Voto a Distância: Os Titulares de CRA poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto disponibilizado na mesma data da publicação deste Edital de Convocação pela Emissora em seu website https://www.ecoagro.agr.br/emissoes, sendo sugerido seu envio preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT. Para que a Instrução de Voto a Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Titular de CRA, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto a Distância do Titular de CRA ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. As Instruções de Voto à Distância deverão ser assinadas, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, com cópia do documento de identidade do(s) signatários(as), e deverão ser enviadas preferencialmente com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGT, podendo ser encaminhada até o horário de início da assembleia, juntamente com os documentos listados nas instruções acima, aos cuidados da Emissora, para o e-mail assembleia@ecoagro.agr.br e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 18 de abril de 2022. **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. - Cristian de Almeida Fumagalli -** Diretor de Relações com Investidores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCO ÍRIS-SP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2022

A Prefeitura Municipal de Arco Íris/SP torna público que se encontra aberto no Setor de Licitações o PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2022, para Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para as unidades de saúde do município de Arco-Íris. A Sessão de recebimento dos envelopes, análise e julgamento será no dia 04/05/2022 até às 08h00, e a abertura dos envelopes 04/05/2022 às 08h15. A minuta de edital em inteiro teor está à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 9h às 16h no Setor de Licitações da Prefeitura, telefone (14) 3477-1128 ou no site: www.arcoiris.sp.gov.br. Arco Íris/SP, 07/04/2022.
Aldo Mansano Fernandes - Prefeito Municipal

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

PREGÃO ELETRÔNICO GAT Nº 012/2022
FUNDAÇÃO SABESP DE SEGURIDADE SOCIAL

Objeto: A venda de 02 (dois) conjuntos comerciais de propriedade da SABESPREV, ambos localizados no Edifício José Bonifácio de Andrade e Silva na Alameda Santos, n.º 1827, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01419-909, Maior Preço - Disputa de lances dia 04/05/2022 às 15h30. Edital completo por meio do site www.sabesprev.com.br/compras ou www.bllcompras.com – "acesso identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Licitação

PE RP 035/2022; PA 2343/2022; Objeto: Fornecimento de insumos para o Programa Café Comunitário do Trabalhador e demandas das secretarias municipais. Abertura: 04/05/2022 as 09:00hs. O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br. Inf: (11)4512-7824. Vanessa Lima dos Passos Mattiello – Diretora de Divisão de Compras – Secretaria de Finanças.

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

CNPJ/ME nº 19.091.996/0001-16 - NIRE 35300576349

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de Fevereiro de 2022

1. Data, Hora e Local: 14 de fevereiro de 2022, às 11h30, na sede social da Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Companhia"), na Avenida Rio Branco, nº 1448, Térreo, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01206-001. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Presidente - Sr. Marcos Roberto Loução; Secretária - Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. **4. Ordem do Dia:** A Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para deliberar sobre as seguintes matérias: a) Alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para fazer constar a modificação da composição da Diretoria para criação de um novo cargo de Diretor de Serviços de Mobilidade; b) Eleição de novo membro da Diretoria da Companhia; c) Ratificação da atual composição da Diretoria da Companhia; e, d) Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as modificações conforme aprovadas nos itens precedentes. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade de votos e sem ressalvas: 5.1. Aprovou a alteração da redação do caput do artigo 6º do Estatuto Social para fazer constar a modificação da atual composição da Diretoria para a criação de um novo cargo de Diretor de Serviços de Mobilidade, aumentando o limite máximo de Diretores de 09 (nove) para 10 (dez) membros. 5.1.1. Em consequência desta aprovação, o caput do artigo 6º do Estatuto Social passará a constar com a seguinte redação: "**Artigo 6º.** A Diretoria será composta por 10 (dez) membros, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing; 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Serviços de Mobilidade e 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição." 5.2. Aprovou a eleição do Sr. Gustavo do Valle Fehlberg, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 09.401.942-9, inscrito no CPF/ME sob o nº 025.445.957-95, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de Diretor de Serviços de Mobilidade, completando o mandato que se estenderá até a Assembleia que aprovar as contas do exercício social de 2023. 5.2.1. O diretor eleito declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e que têm amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. 5.2.2. O diretor eleito será investido em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse, que será lavrado em livro próprio da Companhia. 5.3. Aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações deliberadas nesta Assembleia, o qual passará a vigorar conforme a redação do Anexo 1. **6. Documentos Arquivados na Sociedade:** termo de posse e declaração de desimpedimento, procuração societária e demais documentos pertinentes a ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 14 de fevereiro de 2022. **Presidente da Mesa -** Sr. Marcos Roberto Loução, **Secretária da Mesa -** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Acionistas: Porto Seguro S.A.,** por seu Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, Sr. Marcos Roberto Loução, e por sua procuradora Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.,** por sua procuradora, Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 182.205/22-8 em 08/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social da Mobitech Locadora de Veículos S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º.** A **Mobitech Locadora de Veículos S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis ("Companhia"). **Parágrafo Único:** A Companhia adota o nome fantasia de **Mobitech. Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1448, Térreo, Campos Elíseos, CEP 01206-001. **Parágrafo Único.** Por deliberação da Diretoria poderão ser instalados, transferidos ou extintos escritórios, filiais, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social os desenvolvimentos das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frotas de veículos; (b) serviços de identificação de público alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras; e (f) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. **Artigo 4º.** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social - Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 134.250.000,00 (cento e trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil reais) dividido em 134.250.000 (cento e trinta e quatro milhões, duzentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º.** No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Parágrafo 3º.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor do reembolso corresponderá ao seu valor patrimonial líquido, observado o disposto nos artigos 45 e 182 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo das demais disposições legais ou infralegais aplicáveis à avaliação do patrimônio líquido. **Capítulo III - Diretoria - Artigo 6º.** A Diretoria será composta por 10 (dez) membros, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing; 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Serviços de Mobilidade; e 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 7º.** A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 8º.** A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global anual dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia; até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º.** Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais; e f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º.** Observado o disposto no parágrafo 4º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; c) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º.** A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) atos de rotina realizados fora da sede social; b) atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) atos de representação em Assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e e) atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 3º.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou com cláusula ad judicia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 4º.** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, ou o Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos. **Parágrafo 5º.** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 10.** No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo diretor. **Parágrafo Único.** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Capítulo IV - Conselho Fiscal - Artigo 11.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único.** O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. **Artigo 12.** Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Assembleias Gerais - Artigo 13.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas por qualquer Diretor. **Parágrafo Único.** O presidente da Assembleia convidará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 14.** As Assembleias Gerais Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 15.** Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único.** As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 16.** Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 17.** As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto a exigência de quórum especial. **Parágrafo Único.** A cada ação corresponde um voto. **Artigo 18.** Verificando se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 19.** Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 20.** Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VI - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados - Artigo 21.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano**,** ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo Único.** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 22.** Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do art. 152 da Lei n° 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 23.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (art. 193 da Lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 24.** O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinada à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (art. 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (art. 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (art. 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 24 e 25 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 25 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a Assembleia Geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único.** O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. 0s lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 25.** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º.** Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 25 deste estatuto social. **Parágrafo 2º.** O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a Assembleia Geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à Assembleia Geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 26.** Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual aprovado em Assembleia Geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos a conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o art. 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo Único.** Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 27.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

DocuSign Envelope ID: 18DA4AE3-2C5F-41FD-B8B9-5C486E695BDB

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 08 de abril de 2022, às 11:00 horas, em segunda convocação, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência Ten Meetings, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgada pela Companhia. **2. Convocações:** Edital de Convocação, segunda chamada, foi publicado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 28 de março de 2022, bem como publicado nos termos do artigo 124, *caput* e §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), nas edições dos dias 29, 30 e 31 de março de 2022 dos jornais Estado de São Paulo (páginas B14, B27, B19, respectivamente) e Jornal Metrópole (páginas 16, 06, 03, respectivamente), bem como em suas páginas na internet. **3. Publicações:** O Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas, contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2022, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 6º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 481. **4. Presenças:** Presentes acionistas representando 62,20% (sessenta e dois vírgula vinte por cento) do capital social votante da Companhia, conforme (i) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia, nos termos dos arts. 21-V, II e 21-W, II e III, da Instrução CVM 481 e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação a distância, nos termos dos arts. 21-V, III e 21-W, III, da Instrução CVM 481. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. **5. Mesa:** Presidente: Sr. Caio Gonçalves de Moraes; Secretário: Sr. Anderson Prehs. **6. Ordem do Dia: (i)** alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), caput e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) - nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35); **(ii)** alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, caput; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (ii) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) caput e parágrafos segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), caput e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) caput e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), caput e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) caput e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) caput e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), caput e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39; **(iii)** alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; e **(iv)** consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **7. Leitura de Documentos e Lavratura da Ata: (i)** Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; **(ii)** foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **8. Deliberações:** Após a **(i)** dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 21-W da Instrução CVM 481; e **(ii)** análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes: **(i)** Aprovar, por maioria, tendo sido computados 79.057.164 votos a favor, 7.891.670 votos contrários e 0 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), caput e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) - nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35), conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata; **(ii)** Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.400.699 votos a favor, 106.235 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, caput; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (ii) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) caput e parágrafos segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), caput e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) caput e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), caput e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) caput e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) caput e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), caput e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata; **(iii)** Aprovar, por maioria, tendo sido computados 2.256.970 votos a favor, 0 votos contrários e 84.691.864 abstenções, a alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata; **(iv)** Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.506.934 votos a favor, 0 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cujo inteiro teor e versão consolidada do Estatuto Social encontra-se no Anexo I da presente ata; **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata. ***Acionistas presentes:*** Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 21-V, III e 21-W, III, da Instrução CVM 481, são considerados presentes nesta assembleia geral na presente ata: Continental Fundo de Investimento em Ações; Debora de Souza Morsch; Executive Top Fundo de Investimentos em Ações; Neon Liberty Wei Ji Master Fund Lp.; Spcone Pipe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Zenith Hayp Fundo de Investimento em Ações; Zenith Vitoria Regia Fundo de Investimento em Ações. Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 21-V, II e 21-W, II e III, da Instrução CVM 481, são considerados presentes nesta assembleia geral na presente ata: Alaska Permanent Fund.; American Century Etf Trust - Avantis Emerging Mark; American Century Etf Trust - Avantis Emerging Mark; City of Los Angeles Fire and Police Pension Plan; City of New York Group Trust; Cixares Libero Vargas; Claritas Quant Master Fim; Daniela Cesar Formighieri Rigolino; Dimensional Emerging Core Equity Market Etf Of Dim; Dimensional Emerging Mkts Value Fund; Emer Mkts Core Eq Port Dfa Invest Dimens Grou; Giem Raduy Guimaraes; Helio Bruck Rotenberg; Isabela Cesar Formighieri; John Hancock Variable Ins Trust Emerging Markets Value Trust; Lucas Raduy Guimaraes; Paulo Fernando Ferrari Lago; Rodrigo Cesar Formighieri; Samuel Ferrari Lago; Sofia Guimaraes Von Ridder; Spdr Sp Emerging Markets Etf; Spdr Sp Emerging Markets Small Cap Etf; Thais Susana Ferrari Lago; The Board Of.a.c.e.r.s.los Angeles, California; Trigono Etf Teva Acoes Micro Caps Fundo De Indice; Trigono Flagship Small Caps Master Fia; Trigono Horizon Microcap Master Fia; Trigono Icatu 100 Fundo De Investimento Em Acoes Previdencia; Utah State Retirement Systems; Wisdomtree Emerging Markets Smallcap Dividend Fund. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)* Curitiba, 08 de abril de 2022. **Anderson Prehs -** *Secretário -OAB/PR 34.608.* **Anexo I:** *(Ata de Assembleia geral Extraordinária da Positivo Tecnologia S.A., de 08 de abril de 2022).* **Estatuto Social da Positivo Tecnologia S.A. - CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE 41.300.071.977 - Companhia Aberta. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º** - A **Positivo Tecnologia S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). **Parágrafo Único** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede social na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo, por deliberação singular do Diretor Presidente, criar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e dependências de quaisquer naturezas, no Brasil ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto: a) a industrialização, por meio de fabricação própria ou por meio de terceirização fabril, importação, exportação, comercialização (atacado ou varejo), incluindo por meio de comércio eletrônico (e-commerce), distribuição, licenciamento e/ou cessão, locação e assistência técnica e/ou serviços de pós-venda de: i. Bens, produtos e equipamentos de qualquer natureza na área de informática, produtos eletrônicos e ópticos; ii. Máquinas, aparelhos, equipamentos, dispositivos e materiais elétricos, eletrônicos e eletroeletrônicos, inclusive aqueles relacionados à tecnologia para automação residencial e de escritórios; iii. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de telecomunicações e transmissores de comunicação, suas partes, peças e acessórios; iv. Lâmpadas e outros aparelhos, equipamentos e dispositivos de iluminação; v. Aparelhos, equipamentos e dispositivos para sinalização e alarme, suas partes, peças e acessórios; vi. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de sinalização visual e/ou acústica, sensores movimento, presença, temperatura, suas partes, peças e acessórios; e vii. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de controle de acesso, dispositivos de proteção elétrica, controladores, iluminação, fontes de alimentação, baterias, nobreaks, suas partes, peças e acessórios. b) o desenvolvimento, comercialização e locação, licenciamento e/ou cessão de softwares e sistemas diversos; c) o comércio, desenvolvimento e licenciamento de sistemas ou programas de computador customizáveis e não customizáveis; d) a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos tecnológicos na área de informática e eletroeletrônica; e) a reparação, manutenção e assistência técnica de computadores, inclusive portáteis e de equipamentos de informática periféricos, terminais de autoatendimento, equipamentos de comunicação, máquinas, aparelhos, equipamentos, dispositivos e materiais elétricos, eletrônicos e eletroeletrônico; f) a representação, comercialização, planejamento, implantação, treinamento, suporte técnico, suporte pedagógico e assistência técnica de equipamentos, laboratórios e mobiliário de informática, franquias, sistemas de aplicação pedagógica, sistemas de administração escolar e sistemas didáticos de ensino; g) a prestação de serviços na área de informática e congêneres; h) a comercialização ou cessão de direitos autorais, próprios e de terceiros; i) a editoração e comercialização de livros; j) a participação societária em empresas e/ou empreendimentos de qualquer natureza, que tenham ou não objeto social idêntico ao da Companhia; k) o desenvolvimento e manutenção de portal, provedor de conteúdo ou outros serviços de informação e veiculação de conteúdo na internet. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 742.700.000,00 (setecentos e quarenta e dois milhões e setecentos mil reais), dividido em 141.800.000 (cento e quarenta e um milhões e oitocentos mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro -** Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo -** A Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. **Artigo 6º** - A Companhia possui capital autorizado, podendo aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, podendo o Conselho de Administração emitir até 125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões) de novas ações ordinárias. **Parágrafo Primeiro -** Na hipótese prevista no *caput* deste Artigo, o Conselho de Administração fixará o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, assim como o prazo e as condições de integralização. **Parágrafo Segundo -** Dentro do limite do capital autorizado no *caput* deste Artigo, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e a emissão de debêntures conversíveis em ações, assim como o aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações. **Parágrafo Terceiro** - Dentro do limite do capital autorizado no *caput* deste Artigo e de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar opções de compra ou subscrição de ações aos Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções. **Artigo 7º** - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. O direito de preferência poderá ser cedido, no todo ou em parte, aos demais acionistas, cujo exercício será feito de forma proporcional à participação de cada um no capital social. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias. **Artigo 8º** - A exclusivo critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º** - No caso de não realização do preço de emissão das ações nas condições previstas no boletim de subscrição ou nas respectivas chamadas de capital, ficará o acionista remisso de pleno direito constituído em mora, na forma do artigo 106, §2º, da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação devida e ao disposto no artigo 107 da mesma Lei nº 6.404/76. **Artigo 10º** - Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que arquivados na sede social da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido em contrariedade com as disposições dos acordos. **Parágrafo Único** - Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 11** - A Assembleia Geral é órgão deliberativo da Companhia, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral deverá ser convocada, respeitando os prazos e procedimentos previstos no art. 124 da Lei das S.A.: (i) Presidente do Conselho de Administração; e/ou (ii) por 5 (cinco) membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, devendo os trabalhos serem dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do Parágrafo Segundo abaixo. **Parágrafo Segundo -** A Assembleia Geral deverá ser realizada, preferencialmente, no edifício onde a Companhia tiver sede ou, por motivo de força maior, em outro lugar no mesmo Município da sede, podendo, ainda, ser realizada a distância por meio de sistema eletrônico, de modo que assegure a participação efetiva e a autenticidade do voto pelo acionista. A Assembleia Geral que ocorrer por meio de sistema eletrônico poderá ocorrer de modo parcial ou exclusivamente digital. **Parágrafo Terceiro -** A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração que venha a ser escolhido por deliberação da maioria dos acionistas presentes, ou, na ausência de todos os membros do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os presentes, por deliberação majoritária. O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa. **Parágrafo Quarto -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 12** - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à Assembleia Geral, compete a esta: (i) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração; (ii) Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado; (iii) A mudança do objeto social e quaisquer alterações deste Estatuto Social; (iv) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e/ou desdobramentos de ações; (v) Aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus Administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; (vi) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (vii) Deliberar sobre o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência pela Companhia; (viii) Deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia; (ix) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (x) Deliberar sobre a saída do Novo Mercado, bem como sobre qualquer medida relativa ao cancelamento do registro de companhia aberta; (xi) Escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto nos Capítulos VIII e IX deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; (xii) Aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral; e (xiii) Dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado. **Parágrafo Único -** A deliberação a que se refere o item (x) deste Artigo deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação presentes à Assembleia Geral, não se computando os votos em branco. Se instalada em primeira convocação, a Assembleia deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação. **Capítulo IV - Administração: Seção I - Normas Gerais: Artigo 13 -** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária ("Administradores"). **Parágrafo Primeiro -** Os Administradores, efetivos e suplentes, serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, que deve contemplar a sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto, observados, ainda, os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais e estatutários aplicáveis, dispensada qualquer garantia de gestão. Os Administradores empossados permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Parágrafo Segundo** - Os Administradores estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia. **Parágrafo Terceiro -** As assinaturas das atas das reuniões, termos de posse e/ou quaisquer outros documentos relacionados à Administração, Comitês de Assessoramento e Conselho Fiscal poderão ser assinadas eletronicamente por certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade. **Seção II - Conselho de Administração: Artigo 14 -** O Conselho de Administração, eleito e destituído pela Assembleia Geral, será composto por, no mínimo 7 (sete) e no máximo 9 (nove) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no País, com mandato unificado de até 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente, o qual será eleito na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de seus membros ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância neste cargo. **Parágrafo Primeiro -** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) deles ou 20% (vinte por cento) de sua composição, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo ser expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo** - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Primeiro, o resultado gerar um número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo Terceiro** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Artigo 15** - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos de conselheiro, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição. **Artigo 16** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, podendo ser realizadas através de correspondência eletrônica (e-mail) ou sistema eletrônico, por seu Presidente ou por 5 (cinco) de seus membros, respeitados os prazos de convocação previstos em seu Regimento Interno. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros e serão presididas por seu Presidente ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pelos presentes. **Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas, preferencialmente, no edifício onde a Companhia tiver sede ou, excepcionalmente, em local diverso, sendo facultada a realização e participação por sistema eletrônico, como teleconferência, videoconferência ou outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. A reunião que ocorrer por meio de sistema eletrônico poderá ocorrer de modo parcial ou exclusivamente digital. **Parágrafo Terceiro -** A seu exclusivo critério, poderá o Conselho de Administração definir em seu Regimento Interno a possibilidade de participação de membro observador em reuniões do Conselho de Administração, cujas regras estarão disciplinadas no respectivo Regimento. **Parágrafo Quarto -** Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o *quorum* requerido para instalação e deliberação. **Artigo 17** - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos. **Artigo 18 -** Sem prejuízo das competências atribuídas por lei ao Conselho de Administração, compete a este: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os Diretores Estatutários, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos pela Diretoria Estatutária da Companhia, fixando aos Diretores Estatutários suas respectivas funções e atribuições; (iii) distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, remuneração global fixada pela Assembleia Geral; (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (v) convocar as Assembleias Gerais, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social; (vi) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Estatutária, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais; (vii) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia; (viii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; (ix) aprovar as alçadas da Diretoria Estatutária que independam de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração quanto à: (a) contratação de operações comerciais, operacionais e/ou financeiras, ativas e/ou passivas da Companhia; (b) celebração de contratos entre a Companhia e empresas controladas; (c) realização de operações financeiras de derivativos; (d) outorga ou concessão de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, e/ou constituição de ônus reais nos ativos da Companhia; (e) alienação, aquisição ou oneração de bens do ativo imobilizado e intangível da Companhia; (f) participação em procedimentos licitatórios; (g) celebração de contratos de qualquer natureza; e (g) outra alçada necessária para execução das rotinas da Companhia; (x) aprovar a participação da Companhia no capital social de outras sociedades, assim como a disposição ou alienação dessa participação, no País ou no exterior; (xi) autorizar a emissão de ações da Companhia nos limites do capital autorizado, previsto no Capítulo II, deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; (xii) deliberar sobre a emissão de (a) bônus de subscrição; (b) instrumentos de crédito para a captação de recursos, incluindo "bonds", nota promissória, nota promissória comercial e/ou nota comercial, que ultrapassem os valores de alçadas previstos no ato que deliberar sobre a alínea (ix) acima; e (c) debêntures não conversíveis em ações e/ou conversíveis em ações, observando-se os limites do Capítulo II, deste Estatuto Social; (xiii) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ressalvadas as hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral; (xiv) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais; (xv) aprovar a criação de Comitês para o seu assessoramento, designando seus membros e estabelecendo seus regimentos internos, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão e funcionamento; (xvi) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento eventualmente instalados, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para os seus respectivos funcionamentos, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; xvii) aprovar (i) o Código de Conduta da Companhia; (ii) a Política de Remuneração; (iii) a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, de seus Comitês, e da Diretoria; (iv) a Política de Gerenciamento de Riscos; (v) a Política de Transação com Partes Relacionadas; (vi) a Política de Negociação de Valores Mobiliários, bem como suas alterações; e (vii) quaisquer outra(s) Politica(s) obrigatório eventualmente indicada pela legislação, pela regulamentação ou pelo Regulamento do Novo Mercado; (xviii) decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Estatutária, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto Social, bem como exercer outras atribuições que a lei, o Regulamento do Novo Mercado ou este Estatuto não confiram a outro órgão da Companhia; (xix) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i); a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (iv) o valor econômico da Companhia e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; (xx) deliberar acerca das transações com partes relacionadas que sejam de sua competência, conforme definido na política correspondente da Companhia a ser aprovada pelo Conselho de Administração; e (xxi) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle e consignar se tais transações asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia. **Seção III - Diretoria Estatutária: Artigo 19 -** A Diretoria Estatutária da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 12 (doze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo (i) 1 (um) Diretor Presidente, (ii) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças, e (iii) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores, sendo permitida a cumulação de cargos, a ser deliberada pelo Conselho de Administração. Os demais Diretores terão as designações conferidas pelo Conselho de Administração, na ata de reunião que deliberar sobre a eleição da Diretoria. **Parágrafo Primeiro -** O mandato de cada Diretor será de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Parágrafo Segundo -** A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, podendo o Presidente do Conselho de Administração eleger interinamente um substituto. **Artigo 20 -** A Diretoria Estatutária reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação e a presidência da Reunião ao Diretor Presidente. **Artigo 21 -** Compete ao Diretor Presidente: a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados; b) responder pelas estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores; c) coordenar e superintender as atividades da Diretoria; d) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes a orientação mais adequada aos objetos sociais; e) deliberar, de forma singular, sobre criação, alteração e/ou extinção de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior; f) coordenar o desenvolvimento do planejamento estratégico da Companhia; e g) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 22 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças: a) responder pelo controle orçamentário da Companhia; b) coordenar e superintender as questões financeiras, administrativas; c) coordenar o provimento das informações financeiras; d) coordenar o controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia; e e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 23 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente de

DocuSign Envelope ID: 18DA4AE3-2C5F-41FD-B8B9-5C486E695BDB

continuação Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Artigo 26 -** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, serão obrigatoriamente praticados (i) pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou (ii) por 2 Diretores Estatutários, agindo sempre em conjunto; ou (iii) por Procurador, agindo em conformidade com o designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele contiverem. **Parágrafo Primeiro -** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas (i) pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou (ii) por 2 Diretores Estatutários, agindo em conjunto. Em qualquer caso, as procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos e terão um período máximo de validade de 1 (um) ano, excetuado quando se tratar de mandato ad judicia. **Parágrafo Segundo** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando prestadas em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. **Parágrafo Terceiro** - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Terceiro acima, cada Diretor (i) responde, perante a Companhia e solidariamente com esta perante terceiros, por culpa no desempenho de seu cargo e funções; e (ii) terá de restituir à companhia, com todos os lucros resultantes, os créditos ou bens sociais que aplicar, sem autorização expressa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme regras legais aplicáveis, em proveito próprio ou de terceiros, e, se houver prejuízo, também por ele responderá. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 27 -** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado na forma da lei, e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo Primeiro -** Os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse em livro próprio, que deve contemplar a sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto, observados, ainda, os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais e estatutários aplicáveis, dispensada qualquer garantia de gestão. Os membros do Conselho Fiscal empossados permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros do Conselho Fiscal eleitos. **Parágrafo Segundo -** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito à remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Terceiro -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Parágrafo Quarto** - Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pelo seu Regimento Interno, pela legislação societária em vigor e pelo Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros: Artigo 28** - O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e princípios contábeis, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 29 -** Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. **Parágrafo Primeiro** - Sobre o lucro remanescente, apurado na forma do *caput* deste artigo 28, será calculada a participação estatutária dos Administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no Artigo 152, § 1º da Lei 6.404/76; **Parágrafo Segundo -** Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior: (a) 5% (cinco por cento) serão atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e (b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e da destinação referida no item (a) deste Parágrafo Segundo, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas. **Parágrafo Terceiro -** Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **Artigo 30** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 31 -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual. **Parágrafo Primeiro -** O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados. **Parágrafo Segundo -** Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório. **Parágrafo Terceiro -** Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **Capítulo VII - Da Alienação de Controle: Artigo 33 -** A alienação, direta ou indireta, do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, de que o adquirente se obrigue a realizar, oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante. **Capítulo VIII - OPA Por Atingimento de Participação Relevante: Artigo 34 -** Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir de forma direta ou indireta, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Diretos de Participação igual ou superior a, direta ou indiretamente, 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria ("Participação Relevante"), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante. **Parágrafo Primeiro -** Para fins da obrigação prevista no *caput*, "Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (vi) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (vii) 2 (duas) ou mais pessoas que tenham um investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das 2 (duas) ou mais pessoas em questão. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que 2 (duas) ou mais entre tais entidades: (viii) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (ix) tenham em comum a maioria de seus administradores, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelo gestores e/ou administradores) em comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador (que oriente as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), em caráter discricionário. **Parágrafo Segundo** - Para fins de verificação do atingimento, de forma indireta, de Participação Relevante, deverá ser computada a titularidade de todas as ações com direito a voto ou Outros Direitos de Participação detidos por todo e qualquer acionista controlador ou Grupo de Acionistas controlador, direta ou indiretamente, até o beneficiário final pessoa natural do novo titular de Participação Relevante. **Parágrafo Terceiro -** Para efeito desta Cláusula, "Outros Direitos de Participação" significa (i) usufruto sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia. Observa-se que (a) as ações diretamente detidas e aquelas referenciadas por instrumentos financeiros derivativos de liquidação física serão consideradas em conjunto para fins da verificação do percentual referido no caput deste artigo e (b) a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que confiram exposição econômica às ações não pode ser compensada com a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que produzam efeitos econômicos inversos. **Parágrafo Quarto -** Para fins do cálculo do percentual de Participação Relevante, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, da recompra de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações. **Parágrafo Quinto -** O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado através de laudos de avaliação, observado o disposto nos Parágrafos Sexto e Sétimo deste Artigo; (ii) o valor patrimonial constante do último balanço auditado da Companhia; e (iii) a maior cotação unitária das ações de emissão da Companhia durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia. **Parágrafo Sexto -** Os laudos de avaliação referidos no Parágrafo Quinto acima deverão ser elaborados por 2 (duas) instituições financeiras de primeira linha e ilibada reputação e notório conhecimento do setor de atuação da Companhia, uma escolhida pela Companhia e outra pelo acionista que faz menção a este artigo, selecionadas dentre as maiores instituições que atuem no Brasil à época e que atuem em assessoramento de clientes em fusões e aquisições de empresas. Os custos dos 2 (dois) laudos de avaliação serão arcados pela Companhia e pelo referido acionista, respectivamente. **Parágrafo Sétimo** - Caso haja diferença de valor entre os 2 (dois) laudos acima referidos, o Preço da OPA terá por base o maior valor entre esses 2 (dois) laudos. **Parágrafo Oitavo -** A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM nº 361"): (i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA; (iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361, ressalvado o disposto no parágrafo quarto acima; e (v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia. **Parágrafo Nono -** Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA sujeita ao artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo o preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM. **Parágrafo Décimo** - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo Décimo Primeiro** - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. **Parágrafo Décimo Segundo** - Na hipótese de o Acionista Adquirente o não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos para a realização ou solicitação do registro da OPA, conforme o caso, ou para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o referido acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilização do acionista por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo. **Parágrafo Décimo Terceiro -** As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e no Capítulo VII deste Estatuto não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes neste Artigo. **Parágrafo Décimo Quarto -** A obrigação de realização de OPA nos termos deste Artigo não se aplica: (i) aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia ("Data da Primeira Oferta Pública"), eram titulares de 10% (dez por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores ("Acionista(s) Original(is)"), inclusive e em especial aos acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores, que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias. Uma vez ultrapassado, por qualquer Acionista Original, o respectivo percentual de ações da Companhia superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública, aplicar-se-á integralmente o disposto neste artigo 34 e seus parágrafos a tal Acionista Original. (ii) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. (iii) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iv) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; e (v) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações. **Parágrafo Décimo Quinto -** As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto. **Capítulo IX - Juízo Arbitral: Artigo 35 -** A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo X - Liquidação: Artigo 36** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **Capítulo XI - Disposições Gerais: Artigo 37** - A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos dos Acordos de Acionistas. **Artigo 38 -** Observado o disposto no Art. 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor de patrimônio líquido da Companhia, constante do último balanço aprovado pela assembleia geral. **Artigo 39 -** Em tudo o que for omisso o presente Estatuto Social, serão aplicadas a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado e as demais disposições legais pertinentes. As disposições contidas no artigo 18, alíneas (xv), (xvi) e (xvii) deste Estatuto somente terão eficácia a partir de 30 de abril de 2022 ou quando da aprovação dos comitês e/ou documentos referidos, o que ocorrer primeiro. *(Certifico que o presente anexo confere com via original assinada digitalmente)* Curitiba, 08 de abril de 2022. **Anderson Prehs -** Secretário - *OAB/PR 34.608*. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 11/04/2022 sob o nº 20221717862. Protocolo: 221717862 de 11/04/2022. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

POSI
B3 LISTED NM

POSITIVO
TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48
NIRE nº 41300071977
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023

1. **Data, Hora e Local:** No dia 26 de abril de 2023, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia.

2. **Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago.

3. **Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias
Secretário: Anderson Prehs

4. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações");

b) aprovar a antecipação do término do atual mandato da Diretoria para a presente data e, nos termos dos artigos 13, 18 (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, reeleger a Diretoria Estatutária da Companhia conforme segue:

(i) Sr. **Helio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG nº 1.217.176-5 (SSP/PR), inscrito no CPF/ME sob nº 428.804.249-68, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Presidente*** **da Companhia**, cujas competências estão dispostas no artigo 21 do Estatuto Social;

(ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.673.216-8 (SSP/PR), inscrita no CPF/ME sob nº 450.779.329-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas***. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da

Companhia, compete à Diretora Vice-Presidente de Instituições Públicas responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente à vendas direcionadas ao segmento de instituições públicas, exceto no que se refere a negócios envolvendo produtos de tecnologia educacional; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração.

(iii) Sr. **Caio Gonçalves de Moraes**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade civil RG nº 18361008 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 269.126.688-52, , com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores,*** cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social*; e*

(iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade civil RG nº 55.466.215-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 910.519.406-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Vice-Presidente Corporativo***. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente Corporativo responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente à vendas e serviços prestados ao segmento corporativo das pequenas, médias e grandes empresas; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração.

c) Nos termos do artigo 19, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social, os Diretores ora eleitos exercerão mandato de 2 (dois) anos, com início na presente data e tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art.11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia.

d) Considerando a reeleição da Diretoria Estatutária, nos termos do Artigo 18, (ix) do Estatuto Social, ratificar as alçadas da Diretoria Estatutária da Companhia aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 08 de abril de 2022, conforme constante no ***Anexo I*** da presente ata. Os atos praticados pela Diretoria Estatutária poderão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no Artigo 26 e seus parágrafos do

Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração e as regras de alçadas previstas na presente ata.

e) aprovar a antecipação do término do atual mandato dos membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração para a presente data e, com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuo Social, fixar as atribuições e designar os seguintes membros:

I. COMITÊ DE AUDITORIA

Atribuições: (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Composição: Designar (i) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) ***EDUARDO MORMINO***, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME sob nº. 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como ***membro do Comitê***; e (iii) **JOÃO RAMOS DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/ME sob nº. 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como ***membro do Comitê***.

II. COMITÊ FINANCEIRO

Atribuições: avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia.

Composição: Designar (i) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; (iii) **RAFAEL MOIA VARGAS**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; e (iv) **RODRIGO CESAR FORMIGHIERI**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***.

III. COMITÊ DE GENTE

Atribuições: (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações.

Composição: Designar (i) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; (iii) **HELIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iv) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***.

IV. COMITÊ DE COMUNICAÇÃO

Atribuições: (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado.

Composição*:* Designar (i) **ADRIANA NETTO FERREIRA MURATORE DE LIMA**, atual membra do Conselho de Administração, como membra ***Coordenadora do Comitê***; (ii) ***GIEM RADUY GUIMARÃES***, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iii) **HELIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***.

V. COMITÊ DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Atribuições: validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio

Composição: Designar (i) **SAMUEL FERRARI LAGO**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **HELIO BRUCK ROTENBERG**,

atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê;** (iv) **FRANCISCO EUGENIO ZICCARELLI MILLARCH**, brasileiro, casado, publicitário, inscrito no CPF/ME nº 859.714.309-63, com endereço à Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 855, Apartamento 1702, 18º Andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80.430-180, como ***membro do Comitê***; (v) **PARAHUARI SOLNOWSKI BRANCO**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME nº 688.960.429-68, com endereço à Rua Jeremias Maciel Perretto, 1060, Campo Comprido, Curitiba, PR, CEP 81.210-310, como ***membro do Comitê***; e (vi) **LUCAS RADUY GUIMARÃES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/ME sob nº 875.483.489-91, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, 1.400, Bigorrilho, Curitiba, Paraná, CEP 81.280-330, como ***membro do Comitê***.

VI. COMITÊ DE NOVOS NEGÓCIOS

Atribuições: (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados.

Composição: Designar (i) **MARCEL MARTINS MALCZEWSKI**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **HELIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; e (v) ***GIEM RADUY GUIMARÃES***, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***.

f) Consignar que (i) o prazo do mandato dos membros designados para os Comitês se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024, sendo que, caso ocorra renúncia ou destituição de membro do Conselho de Administração que componha quaisquer dos Comitês ora relacionados, o prazo do mandato como membro do Comitê estará automaticamente encerrado com a sua respectiva saída do Conselho de Administração; (ii) os membros designados que não são administradores da Companhia, mas que possuem função técnica ou consultiva nos Comitês, obrigar-se-ão a: a) cumprir o disposto no artigos 8º e 11 da Instrução CVM nº 44/21; b) aderir à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; e c) aderir aos compromissos e apresentar as informações previstas no Programa de Integridade da Companhia, para então assinar os respectivos termos de posse nos competentes Comitês.

POSI
B3 LISTED NM

POSITIVO
TECNOLOGIA

5. **Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente.

(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 26 de abril de 2023.

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDERSON HENRIQUE PREHS
Data: 27/04/2023 09:50:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Anderson Henrique Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608

POSI
B3 LISTED NM

POSITIVO
TECNOLOGIA

ANEXO I

(da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023)

DELEGAÇÃO DE ALÇADAS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA
(Artigo 18, alíneas ix) e xii) do Estatuto Social)

Nos termos artigo 18, alíneas (ix) e (xii) do Estatuto Social da Companhia, e conforme aprovado pelo Conselho de Administração, os atos descritos neste anexo deverão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no artigo 26 e seus parágrafos do Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração:

a) contratações que tenham por finalidade a aquisição de matérias-primas, bens, serviços e/ou quaisquer insumos necessários à execução do seu objeto social e que envolvam valor de até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação;

b) contratações de operações financeiras em geral, incluindo, mas não limitadas a: empréstimo, financiamento de qualquer modalidade e espécie, desconto de títulos para antecipação de recebíveis, cédula de crédito bancário, carta de crédito de qualquer modalidade, fiança bancária, garantia à importações, garantia de performance, garantia contratual, seguros garantia, oferta de qualquer título ou valor mobiliário representativo de dívida ou de capital, incluindo a emissão de instrumentos de crédito para a captação de recursos como “bonds”, nota promissória, nota promissória comercial e/ou nota comercial, que envolvam valor de até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação;

c) celebração de contratos de quaisquer naturezas entre a Companhia e sociedades controladas, direta ou indiretamente, que envolvam valores até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação, desde que pactuadas em condições de mercado;

d) realização de operações financeiras de derivativos com o único e exclusivo objetivo de fazer seguro (*hedge*) de operações financeiras passivas que envolvam valor de até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação;

e) outorgas de quaisquer garantias a terceiros, sejam reais (penhor, anticrese ou hipoteca e outras existentes) ou fidejussórias (aval, fiança, caução e outras existentes) que envolvam valor de até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação, exceto em relação às garantias outorgadas pela Companhia cujo beneficiário seja uma sociedade controlada direta ou indiretamente por esta, sendo que neste caso a alçada passa a ser de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação;

f) aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo imobilizado e/ou intangível da Companhia que envolvam valores até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação.

g) participação em procedimentos licitatórios nacionais ou internacionais, tais como, mas não limitados a: pregões, tomadas de preço, leilões, convites, diálogos competitivos, credenciamentos, pré-qualificações e concorrências, que envolvam valores de até R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), conforme estimativa descrita no edital de licitação ou outro documento correspondente que componha o certame para efeitos de estimativa do valor total do procedimento licitatório; e

h) celebração de contratos de quaisquer naturezas não contemplados nos demais itens desta deliberação, entre a Companhia e terceiros, que envolvam valores até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação.

Os valores previstos nesta delegação serão anualmente corrigidos, a partir de 08 de abril de 2022, sempre no mês de janeiro de cada ano, considerando a variação do IGPM/FGV a ser apurada entre os meses de janeiro e dezembro do ano imediatamente anterior. Caso haja a extinção do referido índice, caberá ao Conselho deliberar por outro índice a ser aplicado, sendo que, até que haja referida deliberação, será considerado o índice oficial que vier a substitui-lo.

* * *

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDERSON HENRIQUE PREHS, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o n° 34608, inscrito no CPF n° 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00421193913	34608	ANDERSON HENRIQUE PREHS

CERTIFICO O REGISTRO EM 09/05/2023 13:45 SOB Nº 20233027211.
PROTOCOLO: 233027211 DE 09/05/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12306798543. CNPJ DA SEDE: 81243735000148.
NIRE: 41300071977. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/04/2023.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

BRASIL

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Petrobras anuncia queda na gasolina, diesel e gás de cozinha

Empresa muda política de preços para levar em consideração condições de refino dentro do país sem perder competitividade e rentabilidade. Valor da redução por litro nas refinarias é de R$ 0,40 na gasolina e R$ 0,44 no diesel. Gás fica abaixo de R$ 100 pela primeira vez desde 2021

O fornecimento de gasolina, diesel e gás de cozinha fica mais barato a partir desta quarta-feira, 17/5, em todo o país. A Petrobras anunciou a mudança da política de preços e a queda nos valores praticados pela empresa. O novo modelo maximiza vantagens que a Petrobras tem a nosso favor, sem se afastar da referência internacional de preços. Abrasileirar significa levar nossas vantagens em conta sem tirar o Brasil do contexto internacional. Preservar o resultado econômico alto e não descer a rentabilidade. Faremos o melhor preço dentro de nossas possibilidades, usando para esse efeito a autossuficiência conquistada em anos e anos. (Jean Paul Prates, presidente da Petrobras).

= GASOLINA

Para a gasolina A (sem misturas), a redução é de R$ 0,40 por litro. Com a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol para a composição da gasolina comercializada nos postos, o preço médio ao consumidor pode sair de R$ 5,49 para R$ 5,20 por litro.

= DIESEL

A redução no diesel é de R$ 0,44 por litro para as distribuidoras. Com a mistura obrigatória de 12% de biodiesel, a tendência é de que o preço médio ao consumidor na bomba passe R$ 5,57 para R$ 5,18 por litro.

= GÁS DE COZINHA

O gás de cozinha terá redução de R$ 0,69 por kg no preço médio. A estimativa é de que o preço médio ao consumidor chegue a R$ 99,87 pelo botijão de GLP de 13kg. A primeira vez que o preço pode ser menor que R$ 100 desde outubro de 2021.

= IMPORTANTE

O valor efetivamente cobrado ao consumidor final no posto depende de outros fatores como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da revenda.

= O QUE MUDA

Na formação de preços, a companhia busca evitar o repasse da volatilidade do mercado internacional e da taxa de câmbio ao consumidor. Houve anos em que a política de paridade ao dólar resultou em mais de 100 reajustes em um ano. A partir de agora, a empresa levará em conta a sua capacidade de atuar de produção e de atuação no mercado interno. O mercado internacional segue como referência, mas não como uma "amarra".

= POR QUÊ?

A redução do preço da Petrobras tem como objetivos a manutenção da competitividade dos preços da companhia e a participação de mercado da empresa para otimização dos ativos de refino em equilíbrio com os mercados nacional e internacional.

TRANSPARÊNCIA

A Petrobras publica em seu site informações referentes à sua parcela e dos demais agentes na formação e composição dos preços médios de combustíveis ao consumidor no endereço.

O QUE DIZ O MINISTRO

"A PPI criada em 2017 era uma abstração. Uma mentira. Um crime contra o povo brasileiro. Impunha uma algema, uma mordaça a uma política de competitividade dos preços no Brasil. Não teremos volatilidade como no PPI. O anúncio de hoje é motivo de alegria e um sinal claro de que o Governo vai cobrar de todas as empresas o seu papel social. Isso sem deixarem de ser competitivas, lucrativas, atrativas para investidores"

"Hoje é motivo de comemoração para nós porque vem reafirmar que estamos conseguindo avançar naquilo que disse o presidente Lula na campanha e aquilo que todo o seu governo vem fazendo durante esses meses: os ministros voltados para o desenvolvimento nacional, geração de empregos e renda, mas, em especial, olhando a vida dos mais pobres com dedicação à melhoria da qualidade de vida da população que necessita de preços mais acessíveis em especial na alimentação". (Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia



Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Você conhece a Agência Brasil da EBC? Lá você encontra as últimas notícias do Brasil e do mundo, além de informações sobre políticas públicas e serviços prestados pelo Governo Federal. A Agência Brasil mantém o foco no cidadão e prima pela precisão e clareza das informações que transmite, optando sempre pelas fontes primárias. Por se tratar de uma agência pública, o conteúdo por ela disponibilizado pode ser utilizado, gratuitamente, por outras agências, TVs e rádios do Brasil e do mundo, inclusive por você! Acesse aqui a Agência Brasil.

PUBLICAÇÕES LEGAIS / NACIONAL

PELO PARANÁ

ADIPR Associação dos Jornais e Portais do Paraná

Página virada

Em artigo publicado pela Folha de São Paulo, o governador Ratinho Junior (PSD) comemora a concessão de rodovias paranaenses, com grande volume de obras e redução no valor das tarifas. "Um dos piores capítulos da história do Paraná foi encerrado. Colocamos um ponto final nos contratos de concessão de rodovias do Anel de Integração, que lesaram a população por causa das altas tarifas e falta de obras durante mais de duas décadas", destaca Ratinho.

A proposta

"As premissas fundamentais da nova modelagem são tarifas menores em relação às praticadas anteriormente, um grande pacote de obras e transparência absoluta com leilão na Bolsa de Valores. A proposta prevê investimentos de R$ 55 bilhões, um montante sem precedentes. O pacote abrange 3.300 km de rodovias em seis lotes, a maior concessão rodoviária em andamento", comemora o governador.

Turismo

As atividades turísticas estão em expansão no Paraná. O Estado teve o maior avanço do setor no mês de março no Brasil, com crescimento de 2,6% em relação a fevereiro. O resultado foi positivo também no trimestre, com aumento de 17,6% nas atividades nos três primeiros meses do ano, o segundo melhor número do País no período.

Vestibular 2024

A UFPR abre no dia 1º de junho o prazo para inscrições no Vestibular 2024. O edital com as normas do processo foi publicado nesta segunda-feira (15/05) e está disponível no site da universidade. Entre as novidades deste ano está a ampliação do prazo de inscrições, de 45 para 84 dias, a opção de pagar a taxa de inscrição via PIX e a possibilidade de apresentar, nos dias de provas, alguns tipos de documento de identificação em meio digital.

Preço em queda

Após anunciar sua nova política de preços, a Petrobras vai reduzir o preço dos combustíveis. A gasolina terá queda a partir desta quarta-feira, dia 17 de maio. Passará de R$ 3,18 para R$ 2,78 por litro. Já o diesel passará de R$ 3,46 para R$ 3,02 por litro. O preço do GLP cairá de R$ 3,2256 para R$ 2,5356 por quilo.

Agro histórico

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP do agronegócio) deverá ser de R$ 1,26 trilhão em 2023, de acordo com estimativa do Ministério da Agricultura e Pecuária. O valor representa crescimento de 6,1% em termos reais em comparação com 2022 e é o maior resultado do indicador nos últimos 34 anos.

Nova fábrica

Previsto para junho, a Klabin oficialmente dará início à produção de sua mais nova fábrica no Brasil, instalada em Ortigueira. O Projeto Puma II está em fase final de montagem. A Klabin registrou, no primeiro trimestre de 2023, lucro de R$ 1,94 bilhão, alta de 13% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Direção defensiva

Está disponível para todos os motoristas brasileiros o curso on-line gratuito de direção defensiva. O curso foi lançado pela Escola de Negócios e Seguros, em parceria com a Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet) e a Roberto Manzini Centro Pilotagem, e apoio da Fenacor (Federação Nacional de Corretores de Seguros) e CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras). Iniciativa inédita no país, o curso "Direção Defensiva e Contratação Consciente" coincide com o início da campanha "Maio Amarelo", cujo tema este ano é "No trânsito, escolha a Vida".

Política no paraná

O presidente do Instituto de Desenvolvimento de Londrina (Codel), Alex Canziani (PSD), deve ser candidato a prefeito de Londrina. Especialistas e bastidores da política local afirmam que para isso ele poderá mudar de partido. Pessoas próximas do presidente afirmam que "isso está sendo trabalhado. Ninguém é candidato de si mesmo. É uma construção".

Processo de escolha

A escolha de dois novos ministros ocorrerá a partir da aprovação de uma lista tríplice pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em seguida, os três nomes mais votados serão enviados à Presidência da República, e caberá ao presidente Lula escolher um dos nomes sugeridos. Não há prazo legal para a escolha.

Coluna publicada simultaneamente em 20 jornais e portais associados.
Saiba mais em www.adipr.com.br.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

AUTO TRUCK - AR CONCIDIONADO LTDA torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença de Operação - LO, com validade de 16/05/2023, para Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não industrial, LO 159000 Rodovia da Uva, 4617, Arruda, Colombo.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

AUTO TRUCK - AR CONCIDIONADO LTDA torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Renovação da Licença de Operação - RLO para Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não industrial a ser implantada Rodovia da Uva, 4617, Arruda, Colombo.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 · NIRE nº 41300071977 · Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26/04/2023

1. Data, Hora e Local: No dia 26/04/2023, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira, Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel, Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o **Sr. Alexandre Silveira Dias** e como Secretário o **Sr. Anderson Henrique Prehs. 4. Deliberações:** Aberta a reunião, o Conselho de Administração, de forma unânime: a) aprovou a antecipação do término do mandato atual da Diretoria para 26/04/2023 e a reelegeu para mandato de 2 (dois) anos: b) Ratificou as alçadas da Diretoria já aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2022; c) aprovou a antecipação do término do mandato atual dos membros dos Comitês de Assessoramento para 26/04/2023. fixou as atribuições dos membros e os designou **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 26/04/2023. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 09/05/2023 sob o nº 20233027211, protocolo 233027211 de 09/05/2023 Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO CLEBER AUGUSTO SILVA, COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS. O DOUTOR RENATO HENRIQUES CARVALHO SOARES - JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA DÉCIMA TERCEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABER que por este edital com o prazo de 60 (sessenta) dias, fica **CITADO** a requerida **CLEBER AUGUSTO SILVA**, pessoa física, CPF nº 510.734.989-72, para que, querendo, apresentem resposta aos termos da presente ação, no prazo de (15) quinze dias, com as advertências dos artigo 335 e 344 do CPC, nestes autos de **AÇÃO DE COBRANÇA**, sob nº **0023346-58.2020.8.16.0001**, em que figura como requerente **ATHAYDE E ADVOGADOS ASSOCIADOS, ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA** e requerido **CLEBER AUGUSTO SILVA**, em trâmite perante o Juízo da 13ª (Décima Terceira) Cível de Curitiba - Pr., sito a Rua Mateus Leme, 1142, 2º Andar, Centro Cívico. Advertência: Em caso de revelia será nomeado curador especial. Conforme determinado na r. decisão de mov. 205.1 a seguir parcialmente transcrito: "[...]Restando negativas as tentativas de citações nos novos endereços supramencionados, e, somando-se às diligências realizadas, conforme os itens 39.1, 58.1, 75.1, 76.1, 97.1, 110.2, 129.1, 130.1, 131.1, 149.1 a 153.1, 177.1, 187.1, 192.1 e 199.1, a citação por edital fica deferida, com prazo de 60 (sessenta) dias e conforme o art. 257 do CPC. Deverá constar do edital a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia.[...] Curitiba, 01/02/2023. Murilo Gaspanni Moreno - Juiz de Direito". E para que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, passou-se o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume na sede deste Juízo, localizado na Rua Mateus Leme nº 1142 - 2º andar, Curitiba - Pr. **Curitiba, 08 de Maio de 2023. Eu, Karen S. Maximoviz de Araujo, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi. Renato Henriques Carvalho Soares Juiz de Direito Substituto**

www.metropolejornal.com.br
Metrópole JORNAL

CURITIBA / PR - EDITAL CENTER LTDA

CNPJ nº 04.150.383/0001-35
Diretor Comercial: Maurício Mosson
Avenida Candido de Abreu, nº 660 - Conj 201 Edificio Palladion - Centro Cívico - CEP 80530-000 - Curitiba/PR - **Fones: (41) 3024-6766**
Email: cial@ctbametropole.com.br
São José dos Pinhais / PR • Fones: (41) 3383-6650
Email: adm.metropole@hotmail.com
Contato Redação:
e-mail: lustosa18@gmail.com - lustosa@onda.com.br
xilus1951@outlook.com
Filiado: Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas do Estado do Paraná
ADIPR
Filiado a ADI – PR – Associação dos Diários do Interior
Representante em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília: Central e Comunicação – SCS – QD 02 Bl. D/Salas 1002/1003 – Edif. Oscar Niemeyer
CEP 70.316-900 – Brasília – Distrito Federal
Fones: (41) 3323-4071 – (41) 98133-3400
As matérias opinativas que venham assinadas, não expressam necessariamente a opinião do jornal

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Abril de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 26 de abril de 2023, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias; Secretário: Anderson Prehs. **4. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem qualsquer restrições: a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"); b) aprovar a antecipação do término do atual mandato da Diretoria para a presente data e, nos termos dos artigos 13, 18 (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, reeleger a Diretoria Estatutária da Companhia conforme segue: **(i)** Sr. **Helio Bruck Rotenberg,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG nº 1.217.176-5 (SSP/PR), inscrito no CPF/ME sob nº 428.804.249-68, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Presidente da Companhia,*** cujas competências estão dispostas no artigo 21 do Estatuto Social; **(ii)** Sra. **Marielva Andrade Silva Dias,** brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.673.216-8 (SSP/PR), inscrita no CPF/ME sob nº 450.779.329-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas.*** Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete à **Diretora Vice-Presidente de Instituições Públicas** responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente a vendas direcionadas ao segmento de instituições públicas, exceto no que se refere a negócios envolvendo produtos de tecnologia educacional; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração. **(iii)** Sr. **Caio Gonçalves de Moraes,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade civil RG nº 18361008 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 269.126.688-52, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores,*** cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social; e **(iv)** Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade civil RG nº 55.466.215-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 910.519.406-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Vice-Presidente Corporativo.*** Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente Corporativo responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente a vendas e serviços prestados ao segmento corporativo das pequenas, médias e grandes empresas; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração; c) Nos termos do artigo 19, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social, os Diretores ora eleitos exercerão mandato de 2 (dois) anos, com início na presente data e tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; d) Considerando a reeleição da Diretoria Estatutária, nos termos do Artigo 18, (ix) do Estatuto Social, ratificar as alçadas da Diretoria Estatutária da Companhia aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 08 de abril de 2022, conforme constante no ***Anexo I*** da presente ata. Os atos praticados pela Diretoria Estatutária poderão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no Artigo 26 e seus parágrafos do Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração e as regras de alçadas previstas na presente ata; e) aprovar a antecipação do término do atual mandato dos membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração para a presente data e, com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuo Social, fixar as atribuições e designar os seguintes membros: **I. Comitê de Auditoria: Atribuições:** (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Composição:** Designar **(i) Gustavo Kehl Jobim,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) ***Eduardo Mormino,*** brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME sob nº 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como ***membro do Comitê***; e **(iii) João Ramos de Almeida,** brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/ME sob nº 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como ***membro do Comitê.*** **II. Comitê Financeiro:** Atribuições: avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia. **Composição:** Designar (i) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Gustavo Kehl Jobim,** atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê; (iii) Rafael Moia Vargas,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iv) **Rodrigo Cesar Formighieri,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **III. Comitê de Gente: Atribuições:** (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações. **Composição:** Designar **(i) Gustavo Kehl Jobim,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** **(ii) Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e **(iii) Helio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **IV. Comitê de Comunicação: Atribuições: (i)** avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; **(ii)** avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado. **Composição:** Designar (i) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** atual membra do Conselho de Administração, ***como membra Coordenadora do Comitê;*** (ii) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e **(iii) Helio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **V. Comitê de Tecnologia Educacional: Atribuições:** validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio. **Composição:** Designar (i) **Samuel Ferrari Lago,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Helio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iii) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iv) **Francisco Eugenio Ziccarelli Millarch,** brasileiro, casado, publicitário, inscrito no CPF/ME nº 859.714.309-63, com endereço à Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 855, Apartamento 1702, 18º Andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80.430-180, como ***membro do Comitê;*** (v) **Parahuari Solnowski Branco,** brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME nº 688.960.429-68, com endereço à Rua Jeremias Maciel Perretto, 1060, Campo Comprido, Curitiba, PR, CEP 81.210-310, como ***membro do Comitê;*** e (vi) **Lucas Raduy Guimarães,** brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/ME sob nº 875.483.489-91, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, 1.400, Bigorrilho, Curitiba, Paraná, CEP 81.280-330, como ***membro do Comitê.*** **VI. Comitê de Novos Negócios: Atribuições: (i)** revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados. **Composição:** Designar (i) **Marcel Martins Malczewski,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador*** do Comitê; **(ii) Helio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** **(iii) Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iv) **Gustavo Kehl Jobim,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (v) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** f) Consignar que (i) o prazo do mandato dos membros designados para os Comitês se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024, sendo que, caso ocorra renúncia ou destituição de membro do Conselho de Administração que componha qualsquer dos Comitês ora relacionados, o prazo do mandato como membro do Comitê estará automaticamente encerrado com a sua respectiva saída do Conselho de Administração; (ii) os membros designados que não são administradores da Companhia, mas que possuem função técnica ou consultiva nos Comitês, obrigar-se-ão a: **a)** cumprir o disposto nos artigos 8º e 11 da Instrução CVM nº 44/21; b) aderir à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; e **c)** aderir aos compromissos e apresentar as informações previstas no Programa de Integridade da Companhia, para então assinar os respectivos termos de posse nos competentes Comitês. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente).* Curitiba, 26 de abril de 2023. **Anderson Henrique Prehs** - *Secretário* - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR** - Certifico o Registro em 09/05/2023 sob nº 20233027211. Protocolo: 233027211 de 09/05/2023. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. **Anexo I** *(da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023).* **Delegação de Alçadas da Diretoria Estatutária:** (Artigo 18, alíneas (ix) e (xii) do Estatuto Social). Nos termos artigo 18, alíneas (ix) e (xii) do Estatuto Social da Companhia, e conforme aprovado pelo Conselho de Administração, os atos descritos neste anexo deverão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no artigo 26 e seus parágrafos do Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração: **a)** contratações que tenham por finalidade a aquisição de matérias-primas, bens, serviços e/ou quaisquer insumos necessários à execução do seu objeto social e que envolvam valor de até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; **b)** contratações de operações financeiras em geral, incluindo, mas não limitadas a: empréstimo, financiamento de qualquer modalidade e espécie, desconto de títulos para antecipação de recebíveis, cédula de crédito bancário, carta de crédito de qualquer modalidade, fiança bancária, garantia a importações, garantia de performance, garantia contratual, seguros garantia, oferta de qualquer título ou valor mobiliário representativo de dívida ou de capital, incluindo a emissão de instrumentos de crédito para a captação de recursos como "bonds", nota promissória, nota promissória comercial e/ou nota comercial, que envolvam valor de até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; **c)** celebração de contratos de qualsquer naturezas entre a Companhia e sociedades controladas, direta ou indiretamente, que envolvam valores até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação, desde que pactuadas em condições de mercado; **d)** realização de operações financeiras de derivativos com o único e exclusivo objetivo de fazer seguro *(hedge)* de operações financeiras passivas que envolvam valor de até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; **e)** outorgas de quaisquer garantias a terceiros, sejam reais (penhor, anticrese ou hipoteca e outras existentes) ou fidejussórias (aval, fiança, caução e outras existentes) que envolvam valor de até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação, exceto em relação às garantias outorgadas pela Companhia cujo beneficiário seja uma sociedade controlada direta ou indiretamente por esta, sendo que neste caso a alçada passa a ser de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; **f)** aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo imobilizado e/ou intangível da Companhia que envolvam valores até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação; **g)** participação em procedimentos licitatórios nacionais ou internacionais, tais como, mas não limitados a: pregões, tomadas de preço, leilões, convites, diálogos competitivos, credenciamentos, pré-qualificações e concorrências, que envolvam valores de até R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), conforme estimativa descrita no edital de licitação ou outro documento correspondente que componha o certame para efeitos de estimativa do valor total do procedimento licitatório; e **h)** celebração de contratos de quaisquer naturezas não contemplados nos demais itens desta deliberação, entre a Companhia e terceiros, que envolvam valores até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação. Os valores previstos nesta delegação serão anualmente corrigidos, a partir de 08 de abril de 2022, sempre no mês de janeiro de cada ano, considerando a variação do IGPM/FGV a ser apurada entre os meses de janeiro e dezembro do ano imediatamente anterior. Caso haja a extinção do referido índice, caberá ao Conselho deliberar por outro índice a ser aplicado, sendo que, até que haja referida deliberação, será considerado o índice oficial que vier a substituí-lo.

BRDOCS

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/5/2023

Documento assinado e certificado digitalmente Por EDITAL CENTER LTDA. 04.150.383/0001-35 A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** para acessar a página de **Publicidade Legal Certificada** no portal do **Metópole Jornal.** Acesse também através do link: **https://metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais**

PUBLICIDADE LEGAL EDIÇÃO DIGITAL

www.metropolejornal.com.br

(41) 3024-6766

RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Verifique as assinaturas em:
https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Verificar?publicID=D369B0C2-82C2-4EB7-9987-E6BAC8F47932

Chave de acesso: D369B0C2-82C2-4EB7-9987-E6BAC8F47932

Hash do documento
8e5ef98442bae7d93c7659da5fc50c194f49a75fc0bf2ed42958ffbc88b5fc57

Documento disponível em

Documento(s) gerado(s) em 16-05-2023, com o(s) seguinte(s) participante(s):

EDITAL CENTER LTDA - 04.150.383/0001-35 em 16/05/2023 18:03 UTC-03:00
Tipo de Assinatura: Digital
Identificação: Por e-mail: cial@ctbametropole.com.br
Geolocalização: Latitude: -25.3922455 Longitude: -49.2525735
IP: 138.204.26.73

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente. Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil	

eólicas babilônia

ASTIC IE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 33.824.575/0001-88



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.792	2.411	73.083	90.247
Concessionárias	–	–	17.448	16.451
Impostos a compensar	253	14	1.051	611
Dividendos a receber	–	4.412	–	–
Despesas pagas antecipadamente	62	–	852	1.021
Partes Relacionadas ativo	1.096	22	–	14
Adiantamentos	2.022	–	2.022	–
Outros créditos	42	–	42	–
	7.268	**6.859**	**94.498**	**108.344**
Não Circulante				
Cauções e depósitos vinculados	–	–	43.215	42.931
	–	**–**	**43.215**	**42.931**
Investimentos	580.452	608.747	–	–
Imobilizado	–	–	760.233	789.226
Intangível	–	–	394.611	394.610
	580.452	**608.747**	**1.154.844**	**1.183.836**
Total do Ativo	**587.720**	**615.606**	**1.292.557**	**1.335.111**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				
Fornecedores	21	9	5.041	4.628
Salários e encargos	–	–	1.095	466
Impostos a pagar	8	4	2.823	6.677
Outros impostos a pagar	–	–	–	2.136
Dividendos a pagar	–	4.367	–	4.367
Debêntures	–	–	2.172	1.292
Empréstimos e financiamentos	–	–	57.781	26.250
Partes relacionadas	8	–	–	–
Adiantamentos Passivo	6.037	–	–	–
	6.075	**4.380**	**68.913**	**45.816**
Não Circulante				
Debêntures	–	–	98.645	94.190
Empréstimos e financiamentos	–	–	494.959	546.474
Provisões	–	–	3.933	3.501
Notas promissórias	22.996	45.000	22.996	45.000
Outras contas a pagar	750	–	45.212	33.904
	23.746	**45.000**	**665.746**	**723.069**
Patrimônio líquido				
Capital social	555.477	555.477	555.477	555.477
Reservas de lucros	–	10.749	–	10.749
Reserva legal	2.422	–	2.422	–
	557.900	**566.226**	**557.899**	**566.226**
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores	**557.900**	**566.226**	**557.899**	**566.226**
Total do passivo e patrimônio líquido	**587.720**	**615.606**	**1.292.557**	**1.335.111**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucro (prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**605.000**	**(4.372)**	**489**	**1.938**	**–**	**603.055**
Redução de capital	(49.523)	4.372	–	–	–	(45.151)
Lucro do exercício	–	–	–	–	18.390	18.390
Constituição de reserva legal	–	–	919	–	(919)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(4.368)	(4.368)
Dividendos pagos antecipadamente	–	–	–	–	(5.700)	(5.700)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	7.403	(7.403)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**555.477**	**–**	**1.408**	**9.341**	**–**	**566.226**
Lucro do exercício	–	–	–	–	20.283	20.283
Constituição de reserva legal	–	–	1.014	–	(1.014)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(4.817)	(4.817)
Distribuição dividendos	–	–	–	(23.792)	–	(23.792)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	14.452	(14.452)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**555.477**	**–**	**2.422**	**–**	**–**	**557.899**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receita operacional líquida	–	–	156.335	145.717
Custo de operação				
Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(7.902)	(7.116)
Materiais e serviços de terceiros	(571)	–	(21.028)	(14.903)
Depreciações e amortizações	–	–	(29.251)	(29.359)
Outros custos de operação	–	–	(3.662)	(3.766)
Lucro bruto	(571)	–	94.492	90.573
Despesas Operacionais				
Despesas gerais e administrativas	457	(243)	(8.229)	(9.048)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(15)	–	1.449	2.180
Resultado das participações societárias	26.277	18.577	–	–
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	26.148	18.334	87.712	83.705
Resultado Financeiro	**(5.865)**	**56**	**(58.609)**	**(59.360)**
Receitas financeiras	1.001	57	13.073	3.745
Despesas financeiras	(6.866)	(1)	(71.682)	(63.105)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	20.283	18.390	29.103	24.345
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(8.820)	(5.955)
Resultado líquido do exercício	**20.283**	**18.390**	**20.283**	**18.390**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

(Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.283	18.390	29.103	24.345
Resultado das participações societárias	(26.277)	(18.577)	–	–
Depreciações e amortizações	–	–	29.251	29.359
Encargos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	56.083	54.340
Juros provisão para desmantelamento	–	–	432	391
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	–	–	11.997	6.842
	(5.994)	(187)	126.866	115.277
Variação em:				
Concessionárias	–	–	(12.994)	(1.707)
Impostos a compensar	(239)	(11)	(440)	(569)
Dividendos recebidos	58.985	–	–	–
Despesas pagas antecipadamente	(62)	4	169	1.018
Adiantamentos	4.015	–	(2.022)	–
Outros créditos	(42)	–	(42)	–
Fornecedores	10	9	411	(6.224)
Salários e encargos	–	–	629	–
Impostos a pagar	4	4	(3.671)	2.603
Outros impostos a pagar	–	–	(2.136)	1.502
Partes relacionadas	(1.066)	2	14	(10)
Outras contas a pagar	750	–	11.308	2.182
Caixa gerado pelas atividades operacionais	56.361	(179)	118.092	114.072
Juros pagos	–	–	(50.214)	(45.100)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(9.003)	(2.210)
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	56.361	(179)	58.875	66.762
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	–	8.041	–	–
Cauções e depósitos vinculados	–	–	(284)	(17.107)
Adições ao imobilizado	–	–	(258)	(318)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	–	8.041	(542)	(17.425)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos Pagos	(32.976)	(8.022)	(32.976)	(8.020)
Emissão de notas promissórias	–	45.000	–	45.000
Amortização do principal de empréstimo e debêntures	–	–	(20.518)	(25.352)
Amortização de notas promissórias	(22.004)	–	(22.004)	–
Redução de capital	–	(45.151)	–	(45.151)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(54.980)	(8.173)	(75.498)	(33.523)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.381**	**(311)**	**(17.164)**	**15.814**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.411	2.722	90.247	74.433
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.792	2.411	73.083	90.247
	1.381	**(311)**	**(17.164)**	**15.814**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Resultado líquido do exercício	20.283	18.390	20.283	18.390
Resultado abrangente do exercício	**20.283**	**18.390**	**20.283**	**18.390**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Araque
Diretor

Ruy de Sousa Pereira Lima
Diretor

CONTADOR

Ricardo Rosati
CRC: 1SP220213/O-6

As Demonstrações Financeiras Completas e Auditadas encontram-se na sede da Companhia e no site: www.eolicasbabilonia.com.br

Brasília

MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A.

CNPJ Nº 00.003.228/0001-35 - NIRC 5330000038-7

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 19 DE ABRIL DE 2023

DATA, LOCAL e HORA: as 9:00 horas do dia 19 de abril de 2023, no SIA Trecho 01, Lotes 100/160, em Brasília (DF). **PRESENÇA:** Acionistas representando 79,0121% do Capital Social com direito a voto, conforme assinaturas no livro de presença de acionistas. **PUBLICAÇÕES:** Dispensada a publicação do Aviso a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, nos termos do disposto em seu parágrafo 5º. Balanço Patrimonial, Relatório da Diretoria e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, publicados na edição dos dias 4-5-6 de março de 2023, no Jornal Diário Comercial, versão impressa nas páginas B10 e B11, e na versão eletrônica na página 10. Edital de Convocação publicado nos dias 4-5-6 de abril de 2023, no Jornal Diário Comercial, versão impressa nas páginas 12, 18 e 37 e na versão eletrônica nas páginas B-8, B14 e B23, respectivamente. **MESA:** Rubens Slaviero Filho - Presidente; Nelson Luís Slaviero - Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente propôs aos senhores acionistas, inicialmente, que a ata da assembleia seja lavrada na forma de sumário, e a publicação autorizada com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei 6.404/76, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em seguida, procedeu à leitura do Edital de Convocação contendo as seguintes matérias na **Ordem do Dia: Em assembleia geral ordinária:** I – Apreciação e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do Relatório de Auditores Independentes; II - Deliberação sobre a Proposta da Diretoria acerca da destinação do resultado do exercício e a distribuição, ou não, de dividendos; III - Eleição da Diretoria para o exercício 2023/2024; V – Fixação, ou não, dos honorários da Diretoria; VI – Remuneração dos acionistas para o exercício 2023/2024, pelas seguintes alternativas: na forma de juros sobre capital e/ou dividendos mensais, trimestrais, semestrais, ou ainda, conforme o resultado mensal da empresa e/ou disponibilidade de caixa; e, em **Assembleia Geral Extraordinária:** I - deliberação sobre a proposta da diretoria para a destinação das ações em tesouraria, redistribuindo-as, proporcionalmente, entre os acionistas. **DELIBERAÇÕES: I)** Por unanimidade de votos dos presentes e não impedidos de votar, foram aprovados, depois de examinados e discutidos, o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do Relatório de Auditores Independentes; **II)** Foi deliberado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, que o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 3.505.664,00 fica assim destinado: (a) R$ 175.283,00 para constituição da Reserva Legal; e (b) R$ 2.479.889,18 para o pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que este valor se refere a juros sobre o capital próprio serão pagos aos acionistas até 30 de abril de 2023. O saldo do lucro líquido do exercício no valor de R$ 850.492,00 foi destinado para a conta de outras reservas de lucros. **III)** Por unanimidade, foram reeleitos e empossados os seguintes Diretores para o exercício 2023/2024: **SÉRGIO SLAVIERO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 293.671/SSP-DF e inscrito no CPF/MF sob nº 153.195.041-87, residente e domiciliado no SHIS QL-6, conjunto 10, Casa 7, Lago Sul, em Brasília-DF, CEP 71620-105; **MARIA ELIZABETH ARAUJO SLAVIERO**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 1.317.359-1/SSP-PR e inscrita no CPF/MF sob nº 731.955.299-04, residente e domiciliada à Alameda Dom Pedro II, 571, apto. 401, em Curitiba-PR, CEP 80420-060; **RUBENS SLAVIERO FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 1.297.004-8/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 642.068.159-68, residente e domiciliado à Rua Marechal José Bernardino Bormann, 1794, em Curitiba-PR, CEP 80710-500; **NELSON LUIS SLAVIERO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 772.350-4/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 253.843.929-91, residente e domiciliado Rua Olegário Ayres Arruda, 150, casa 1, Bom Retiro, em Curitiba-PR, CEP 80.520-380; **CRISTINA FRARE SLAVIERO STEMPLIUK,** brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 3.386.150-8/SSP-PR e inscrita no CPF/MF sob nº 639.311.929-20, residente e domiciliada à Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, 2040, apto 2901, Mossunguê, em Curitiba-PR, CEP 81210-000; **FLÁVIO CESAR SLAVIERO PINHEIRO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 11.122.690/SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 126.987.788-73, domiciliado à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1336, cjto. 132, Jardim Paulistano, em São Paulo-SP, CEP 01451-001; e **LUIZ EDUARDO OSÓRIO ZAGONEL,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n. 951.931-9 (SESP/PR), inscrito no CPF/MF 320.500.709-34, residente e domiciliado na Rua Francisco Rocha, 1335, Bigorrilho, em Curitiba-PR, CEP 80730-390**,** todos com mandato a vencer na próxima assembleia geral ordinária. Os Diretores acima nominados declaram que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil. **IV)** Deliberou-se, por unanimidade de votos dos presentes, pela não fixação de honorários aos diretores; **V)** Aprovada a remuneração dos acionistas para o exercício 2023/2024, pelas seguintes alternativas: na forma de juros sobre capital e/ou dividendos mensais, trimestrais, semestrais, ou ainda, conforme o resultado mensal da empresa e/ou disponibilidade de caixa. Em **Assembleia Geral Extraordinária:** I - Apreciada a proposta da diretoria para a destinação das ações em tesouraria, num total de 2.116.091 (dois milhões, cento e dezesseis mil e noventa e uma) ações ordinárias, foi aprovado, por unanimidade de votos, a redistribuição das mesmas, proporcionalmente à participação, entre os acionistas, na sociedade, sendo que o saldo contábil no valor de R$ 2.992.206,29 deve ser compensando com o saldo da conta de outras reservas de lucros. Em função disso o número de ações continuará o mesmo, ou seja, com 24.485.888 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Artigo 5º do Estatuto social continua com a mesma redação, a seguir reproduzida: Art. 5º - O Capital Social, todo ele integralizado, é de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dividido em 24.485.888 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, oitocentas e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Esgotados os assuntos da ordem do dia, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos presentes para que quisessem se manifestar. Como não houve manifestação dos presentes, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia geral. **ENCERRAMENTO:** A presente ata foi lavrada da forma prevista nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 130, da Lei 6.404/76, sendo cópia fiel da que foi lavrada às fls. 11 a 14 do Livro nº 04 de Atas de Assembleias Gerais de Moto Agrícola Slaviero S.A. registrado na Junta Comercial do Distrito Federal, em data de 25/08/2020, com protocolo nº 20/277.126-1 e foi assinada pelos acionistas presentes. Brasília (DF), 19 de abril de 2023. (aa) Rubens Slaviero Filho - Presidente, Nelson Luis Slaviero - Secretário; p. Deneli Administração e Participações Ltda. - Luiz Eduardo Osório Zagonel; pp. SRG Participações e Administração de Bens Ltda. - Rubens Slaviero Filho; p. RR Slaviero - Participações e Administração de Bens Ltda. - Rubens Slaviero Filho; Marcos Slaviero; p.p. Maria Estela Slaviero - Bernardo Guerios; Maria Elizabeth Araújo Slaviero; p. RNS Participações e Administração de Bens Ltda. - Nelson Luís Slaviero; p. Olga S. Quadros Participações Societárias S.A. - Guilherme Brito de Quadros e Álvaro de Quadros Neto; p. Josilane Slaviero & Filhos Ltda. - Flávio Cesar Slaviero Pinheiro; e Cristina Frare Slaviero Stempliuk. Brasília-DF, 19 de abril de 2023. **Rubens Slaviero Filho –** Presidente; **Nelson Luis Slaviero –** Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal** Certifico registro sob o nº 2085761 em 15/05/2023 da **Empresa MOTO AGRICOLA SLAVIERO S.A**, CNPJ 00003228000135 e protocolo DFE2300089354 - 02/05/2023. Autenticação: 831754237ADB466319C958299E442B6B9128F. **Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia -** Secretária-Geral. Para validar este documento, **acesse http://jucis.df.gov.br** e informe nº do protocolo 23/051.208-9 e o **código de segurança bHxW** Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/05/2023 por **Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia** - Secretária-Geral.

Nacional

VARIAÇÕES

Alta de preços de medicamentos vendidos a hospitais é de 3,21%

A rede hospitalar brasileira teve de desembolsar em abril mais recursos do que gastou em março para adquirir o estoque de remédios que utiliza para atender seus pacientes. É que os preços dos medicamentos adquiridos pelos hospitais subiram, em média, 3,21%, segundo Índice de Preços de Medicamentos para Hospitais (IPM-H), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em parceria com a Bionexo - empresa de tecnologia SaaS, líder em soluções para gestão em saúde. Em março os preços dos medicamentos sofreram um aumento de 0,19%.

O aumento é o maior registrado pelo índice desde abril de 2022, quando a alta foi de 3,57%, apontando um padrão histórico no período. O resultado coincidiu com a entrada em vigência do reajuste máximo de 5,6% definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) para os preços de medicamentos - o menor porcentual autorizado dos últimos anos. Em 2022, tinha sido de 10,89% e em 2021, de 10,08%. Comparativamente ao IPCA, que registrou em abril uma alta média de 0,61%, e à deflação de 0,95% mostrada pelo IGP-M, pode se dizer que a inflação dos remédios rodou muito acima da média de ajustes dos indicadores plenos de inflação.

A análise dos resultados evidencia também que a série do IPM-H interrompeu a convergência com a tendência pré-pandemia nos últimos meses, muito em razão do comportamento dos preços de alguns grupos terapêuticos, como aparelho digestivo, metabolismo e aparelho geniturinário.

Segundo da Fipe e a Bionexo, a despeito disso, o comportamento negativo do IPM-H nos últimos 12 meses é reforçado pelo declínio nos preços de outros grupos de peso no cálculo do índice: sistema nervoso, aparelho cardiovascular e sistema musculoesquelético.

"A alta registrada pelo IPM-H veio dentro do esperado para o período, que é historicamente marcado pela recorrência anual dos reajustes dos preços dos medicamentos, conforme decisão da CMED. Não por acaso, o comportamento positivo abrangeu a maioria dos grupos terapêuticos que integram a cesta do índice, com destaque para a alta de 9,48% entre medicamentos que atuam no aparelho digestivo e metabolismo", afirma Bruno Oliva, economista da Fipe

De maneira geral, os aumentos de preço por grupo terapêutico foram os seguintes em abril: aparelho digestivo e metabolismo, 9,48%; aparelho geniturinário, 7,65%; sangue e órgãos hematopoiéticos, 4,68%; imunoterápicos, vacinas e antialérgicos, 4,36%; agentes antineoplásicos, 4,12%; preparados hormonais, 2,92%; órgãos sensitivos, 2,17; sistema musculoesquelético, 1,19%; anti-infecciosos gerais para uso sistêmico, 0,81%; e aparelho cardiovascular, 0,31%. Os grupos que apresentaram recuo foram: aparelho respiratório, 0,11% e sistema nervoso, 3,15%.

De acordo com a Fipe e com a Bionexo, nos últimos 12 meses, é possível destacar o incremento dos preços de medicamentos atuantes sobre: aparelho respiratório, de 22,36%; aparelho geniturinário, com elevação de 21,58%; sangue e órgãos hematopoiéticos, 4,86%; agentes antineoplásicos, 3,17%; e preparados hormonais, 0,36%.

A despeito da alta significativa nos preços dos medicamentos, considerando os últimos resultados do IPM-H, os preços dos medicamentos para hospitais passaram a acumular uma queda de 1,72% no balanço parcial de 2023 e um declínio de 4,96% nos últimos 12 meses encerrados em abril.

Nesse horizonte mais ampliado, os seguintes grupos contribuíram para o resultado negativo do índice: sistema nervoso, com queda de 33,43%; aparelho cardiovascular, com recuo de 11,05%; sistema musculoesquelético, redução de 6,63%; anti-infecciosos gerais para uso sistêmico, queda de 5,44%; agentes antineoplásicos, com redução de 1,42%; e órgãos sensitivos, com recuo de 1,07.

O IPM-H é elaborado com base nos dados de transações realizadas desde janeiro de 2015 através da plataforma healthtech, por onde são transacionados mais de R$ 17 bilhões de negócios por ano no mercado da saúde, o que representa cerca de 20% do que é transacionado no mercado privado nacional.

A empresa conecta mais de três mil instituições de saúde a mais de 30 mil fornecedores de medicamentos e suprimentos hospitalares. A cada mês e para cada grupo de medicamentos, a Fipe calcula o índice de variação do seu preço em relação ao mês de referência, levando em consideração algumas variáveis que podem ser relevantes para determinar o preço das negociações, incluindo: quantidade de produtos transacionada, distância geográfica entre hospitais e fornecedores.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26/04/2023

1. Data, Hora e Local: No dia 26/04/2023, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira, Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel, Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o **Sr. Alexandre Silveira Dias** e como Secretário o **Sr. Anderson Henrique Prehs**. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, o Conselho de Administração, de forma unânime: a) aprovou a antecipação do término do mandato atual da Diretoria para 26/04/2023 e a reelegeu para mandato de 2 (dois) anos; b) Ratificou as alçadas da Diretoria já aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2022; c) aprovou a antecipação do término do mandato atual dos membros dos Comitês de Assessoramento para 26/04/2023, fixou as atribuições dos membros e os designou. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 26/04/2023. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 09/05/2023 sob o nº 20233027211, protocolo 233027211 de 09/05/2023. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado eletronicamente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 79BD-3289-CE87-B80A.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Abril de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 26 de abril de 2023, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias; Secretário: Anderson Prehs. **4. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"); b) aprovar a antecipação do término do atual mandato da Diretoria para a presente data e, nos termos dos artigos 13, 18 (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, reeleger a Diretoria Estatutária da Companhia conforme segue: **(i)** Sr. **Helio Bruck Rotenberg,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG nº 1.217.176-5 (SSP/PR), inscrito no CPF/ME sob nº 428.804.249-68, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Presidente da Companhia,*** cujas competências estão dispostas no artigo 21 do Estatuto Social; **(ii)** Sra. **Marielva Andrade Silva Dias,** brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.673.216-8 (SSP/PR), inscrita no CPF/ME sob nº 450.779.329-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas.*** Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete à **Diretora Vice-Presidente de Instituições Públicas** responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente a vendas direcionadas ao segmento de instituições públicas, exceto no que se refere a negócios envolvendo produtos de tecnologia educacional; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração. **(iii)** Sr. **Caio Gonçalves de Moraes,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade civil RG nº 18361008 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 269.126.688-52, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores,*** cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social; e **(iv)** Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade civil RG nº 55.466.215-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 910.519.406-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Vice-Presidente Corporativo.*** Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente Corporativo responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente a vendas e serviços prestados ao segmento corporativo das pequenas, médias e grandes empresas; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração; c) Nos termos do artigo 19, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social, os Diretores ora eleitos exercerão mandato de 2 (dois) anos, com início na presente data e tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; d) Considerando a reeleição da Diretoria Estatutária, nos termos do Artigo 18, (ix) do Estatuto Social, ratificar as alçadas da Diretoria Estatutária da Companhia aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 08 de abril de 2022, conforme constante no ***Anexo I*** da presente ata. Os atos praticados pela Diretoria Estatutária poderão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no Artigo 26 e seus parágrafos do Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração e as regras de alçadas previstas na presente ata; e) aprovar a antecipação do término do atual mandato dos membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração para a presente data e, com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuo Social, fixar as atribuições e designar os seguintes membros: **I. Comitê de Auditoria: Atribuições:** (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Composição:** Designar (i) **Gustavo Kehl Jobim,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) ***Eduardo Mormino,*** brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME sob nº 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como ***membro do Comitê***; e (iii) **João Ramos de Almeida,** brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/ME sob nº 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como ***membro do Comitê.*** **II. Comitê Financeiro:** Atribuições: avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia. **Composição:** Designar (i) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Gustavo Kehl Jobim,** atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê;** (iii) **Rafael Moia Vargas,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iv) **Rodrigo Cesar Formighieri,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **III. Comitê de Gente: Atribuições:** (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações. **Composição:** Designar (i) **Gustavo Kehl Jobim,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iii) **Helio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iv) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **IV. Comitê de Comunicação: Atribuições:** (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado. **Composição:** Designar (i) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** atual membra do Conselho de Administração, ***como membra Coordenadora do Comitê;*** (ii) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iii) **Helio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **V. Comitê de Tecnologia Educacional: Atribuições:** validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio. **Composição:** Designar (i) **Samuel Ferrari Lago,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Helio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iii) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iv) **Francisco Eugenio Ziccarelli Millarch,** brasileiro, casado, publicitário, inscrito no CPF/ME nº 859.714.309-63, com endereço à Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 855, Apartamento 1702, 18º Andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80.430-180, como ***membro do Comitê;*** (v) **Parahuari Solnowski Branco,** brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME nº 688.960.429-68, com endereço à Rua Jeremias Maciel Perretto, 1060, Campo Comprido, Curitiba, PR, CEP 81.210-310, como ***membro do Comitê;*** e (vi) **Lucas Raduy Guimarães,** brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/ME sob nº 875.483.489-91, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, 1.400, Bigorrilho, Curitiba, Paraná, CEP 81.280-330, como ***membro do Comitê.*** **VI. Comitê de Novos Negócios: Atribuições:** (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados. **Composição:** Designar (i) **Marcel Martins Malczewski,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador*** do Comitê; (ii) **Helio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iii) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iv) **Gustavo Kehl Jobim,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (v) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** f) Consignar que (i) o prazo do mandato dos membros designados para os Comitês se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024, sendo que, caso ocorra renúncia ou destituição de membro do Conselho de Administração que componha quaisquer dos Comitês ora relacionados, o prazo do mandato como membro do Comitê estará automaticamente encerrado com a sua respectiva saída do Conselho de Administração; (ii) os membros designados que não são administradores da Companhia, mas que possuem função técnica ou consultiva nos Comitês, obrigar-se-ão a: a) cumprir o disposto nos artigos 8º e 11 da Instrução CVM nº 44/21; b) aderir à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; e c) aderir aos compromissos e apresentar as informações previstas no Programa de Integridade da Companhia, para então assinar os respectivos termos de posse nos competentes Comitês. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente).* Curitiba, 26 de abril de 2023. **Anderson Henrique Prehs -** *Secretário* - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR -** Certifico o Registro em 09/05/2023 sob nº 20233027211. Protocolo: 233027211 de 09/05/2023. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. **Anexo I** *(da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023).* **Delegação de Alçadas da Diretoria Estatutária:** (Artigo 18, alíneas (ix) e (xii) do Estatuto Social). Nos termos artigo 18, alíneas (ix) e (xii) do Estatuto Social da Companhia, e conforme aprovado pelo Conselho de Administração, os atos descritos neste anexo deverão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no artigo 26 e seus parágrafos do Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração: **a)** contratações que tenham por finalidade a aquisição de matérias-primas, bens, serviços e/ou quaisquer insumos necessários à execução do seu objeto social e que envolvam valor de até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; **b)** contratações de operações financeiras em geral, incluindo, mas não limitadas a: empréstimo, financiamento de qualquer modalidade e espécie, desconto de títulos para antecipação de recebíveis, cédula de crédito bancário, carta de crédito de qualquer modalidade, fiança bancária, garantia a importações, garantia de performance, garantia contratual, seguros garantia, oferta de qualquer título ou valor mobiliário representativo de dívida ou de capital, incluindo a emissão de instrumentos de crédito para a captação de recursos como "bonds", nota promissória, nota promissória comercial e/ou nota comercial, que envolvam valor de até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; **c)** celebração de contratos de quaisquer naturezas entre a Companhia e sociedades controladas, direta ou indiretamente, que envolvam valores até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação, desde que pactuadas em condições de mercado; **d)** realização de operações financeiras de derivativos com o único e exclusivo objetivo de fazer seguro *(hedge)* de operações financeiras passivas que envolvam valor de até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; **e)** outorgas de quaisquer garantias a terceiros, sejam reais (penhor, anticrese ou hipoteca e outras existentes) ou fidejussórias (aval, fiança, caução e outras existentes) que envolvam valor de até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação, exceto em relação às garantias outorgadas pela Companhia cujo beneficiário seja uma sociedade controlada direta ou indiretamente por esta, sendo que neste caso a alçada passa a ser de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; **f)** aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo imobilizado e/ou intangível da Companhia que envolvam valores até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação; **g)** participação em procedimentos licitatórios nacionais ou internacionais, tais como, mas não limitados a: pregões, tomadas de preço, leilões, convites, diálogos competitivos, credenciamentos, pré-qualificações e concorrências, que envolvam valores de até R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), conforme estimativa descrita no edital de licitação ou outro documento correspondente que componha o certame para efeitos de estimativa do valor total do procedimento licitatório; e **h)** celebração de contratos de quaisquer naturezas não contemplados nos demais itens desta deliberação, entre a Companhia e terceiros, que envolvam valores até R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação. Os valores previstos nesta delegação serão anualmente corrigidos, a partir de 08 de abril de 2022, sempre no mês de janeiro de cada ano, considerando a variação do IGPM/FGV a ser apurada entre os meses de janeiro e dezembro do ano imediatamente anterior. Caso haja a extinção do referido índice, caberá ao Conselho deliberar por outro índice a ser aplicado, sendo que, até que haja referida deliberação, será considerado o índice oficial que vier a substituí-lo.

Este documento foi assinado eletronicamente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1E15-4FC8-793B-5300.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1E15-4FC8-793B-5300 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1E15-4FC8-793B-5300

Hash do Documento

7CE496E8D8C9DFCAA5C07E3155384818E1722F1A59FE896E55C2D163E52CB05D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/05/2023 é(são) :

☑ Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 16/05/2023 21:29 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

POSI
B3 LISTED NM

POSITIVO
TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024

1. **Data, Hora e Local:** No dia 14 de março de 2024, às 13:30h, no escritório da Companhia na cidade de São Paulo e também por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia.

2. **Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Samuel Ferrari Lago e Rafael Moia Vargas. Como convidados, presentes também o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; e, para fins do artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/76, o Sr. Irineu Homan, na qualidade de Presidente e representante do Conselho Fiscal da Companhia, além dos representantes dos auditores externos KPMG Auditores Independentes S.S., Srs. Edson C. Rodrigues, Eliezer J. Souza e João Neto.

3. **Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias
Secretário: Anderson Prehs

4. **Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros do Conselho de Administração de forma unânime:

a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76;

b) tomaram conhecimento do relatório de atividades e recomendações do Comitê de Auditoria referentes ao 4º trimestre de 2023, restando autorizada a publicação do relatório resumido referente ao exercício social de 2023, conforme disposto no §1º do art. 22 do Regulamento do Novo Mercado;

c) manifestaram-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, que serão acompanhadas do Relatório da

Administração, das Notas Explicativas, Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes S.S. e do Parecer do Conselho Fiscal, restando autorizada a sua publicação conforme Lei nº 6.404/76 e regulamentação CVM, as quais serão objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária;

d) manifestaram-se favoravelmente à proposta de destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2023 e aprovaram a proposta da administração, objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, a declaração de dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o art. 29 e seus parágrafos do Estatuto Social da Companhia, a serem creditados aos acionistas em uma única parcela em 31/05/2024;

e) consignaram que a remuneração global da administração reconhecida no exercício de 2023 observou os limites aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023;

f) aprovaram a proposta da administração, objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, para que a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024 seja no montante de até R$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais), a ser distribuído por deliberação do Conselho de Administração;

g) nos termos nos termos do Artigo 18, alínea (xvi), fixar a proposta de remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento, conforme apresentação arquivada na sede da Companhia;

h) aprovaram a proposta do orçamento anual do Comitê de Auditoria e Auditoria Interna para as atividades referentes ao exercício social de 2024, nos termos da apresentação arquivada na sede da Companhia, conforme disposto no inciso I do art. 22 e inciso III do art. 23 do Regulamento do Novo Mercado;

i) aprovaram a proposta da administração para a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, a ser objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, tendo em vista o atingimento do limite de outorgas do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015;

j) autorizaram a Diretoria da Companhia a realizar todas as providências relacionadas às divulgações/publicações dos documentos aprovados, bem como os encaminhamentos necessários à convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30/04/2024;

k) nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **NORBERTO MARASCHIN FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 5.740.591-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 018.499.099-89, com endereço profissional na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade**, com mandato a partir de 01/04/2024. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente: a vendas para o segmento de consumo, seja B2B ou B2C em canais online ou offline; ao desenvolvimento de estratégias e soluções combinadas de hardware e software pertencentes ao ecossistema de mobilidade Android/ARM, bem como por vendas destas soluções para os demais canais de vendas da Companhia, administrando relacionamentos com fornecedores e parceiros estratégicos deste ecossistema; a administração das contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gestão a atuação de sua área, bem como a promoção da interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art.11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia.

l) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/04/2024: Sr. **Helio Bruck Rotenberg**, nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias**, nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Caio Gonçalves de Moraes** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira**, nas funções de Diretor Vice-Presidente Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade.

m) aprovaram a alteração da denominação dos seguintes Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, quais sejam: (i) o Comitê de Novos Negócios passa a adotar a denominação de Comitê de Estratégia e Novos Negócios; e (ii) o Comitê de Comunicação passa a adotar a denominação de Comitê de Marketing e Comunicação. Neste sentido, consignaram a relação atualizada dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração: (i) **Comitê de Auditoria,** (ii) **Comitê Financeiro,** (iii) **Comitê de Gente,** (iv) **Comitê de Marketing e Comunicação,** (v) **Comitê de Tecnologia Educacional,** (vi) **Comitê de Estratégia e Novos Negócios** e (vii) **Comitê de Integridade**.

n) com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuo Social, aprovaram a designação da Sra. **LILIAN MARIA FEREZIM GUIMARÃES**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da CI/RG nº 10.999.165-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 063.940.958-00, residente e domiciliada Rua Marcos Mélega, nº 150, Ed. Pinus, 8º Andar, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05.466-010, para o cargo e funções de membra do Comitê de Gente.

Em razão da deliberação ora tomada, para o mandato em curso o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; (iii) **HELIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iv) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê*** *e (v)* ***LILIAN MARIA FEREZIM GUIMARÃES***, como ***membra do Comitê***.

5. **Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente.

(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 14 de março de 2023.

Anderson Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDERSON HENRIQUE PREHS
Data: 25/03/2024 15:27:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDERSON HENRIQUE PREHS, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o n° 34608, inscrito no CPF n° 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00421193913	34608	ANDERSON HENRIQUE PREHS

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/03/2024 13:04 SOB Nº 20241761778.
PROTOCOLO: 241761778 DE 26/03/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12404249283. CNPJ DA SEDE: 81243735000148.
NIRE: 41300071977. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 11/03/2024.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração - Realizada em 02/02/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 02/02/2024, às 12:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** Os Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Alexandre Silveira Dias e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, os membros do Conselho de Administração, de forma unânime: a) autorizaram a lavratura da ata em forma de sumário; b) nos termos do artigo 18 (ix) do Estatuto Social autorizaram sua controlada Boreo Indústria de Componentes Ltda., a celebrar contrato com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para fins de formalizar a concessão de financiamento à Positivo Tecnologia S.A., no valor global de até R$ 330.448.675,00, autorizada pela Diretoria do BNDES nos termos da Decisão nº Dir. 360/2023 - BNDES, de 21/12/2023, dividida em 2 (duas) Operações, nos seguintes valores e finalidades: I - Operação 7.109.929: R$ 72.062.682,00, à conta de recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel e; II - Operação 7.097.350: R$ 258.385.993,00, à conta dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; c) consignaram que para as operações indicadas no item "b", a Companhia será representada por seu(s) diretor(es) e/ou procurador(es) constituídos, na forma do seu Estatuto Social e instrumentos de mandatos aplicáveis. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 02/02/2024. Anderson Prehs - Secretário - **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 02/02/2024 sob o nº 20240271405, protocolo 240274105 de 02/02/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração - Realizada em 14/03/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 14/03/2024, às 13:30h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** os Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Samuel Ferrari Lago, Rafael Moia Vargas e como convidados os Srs. Caio Gonçalves de Moraes, Irineu Homan, Edson C. Rodrigues, Eliezer J. Souza e João Neto. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Alexandre Silveira Dias e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, os membros do Conselho de Administração, de forma unânime: a) autorizaram a lavratura da ata em forma de sumário; b) tomaram conhecimento do relatório de atividades e recomendações do Comitê de Auditoria referentes ao 4º trimestre de 2023, restando autorizada a publicação do relatório resumido referente ao exercício social de 2023; c) manifestaram-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; d) manifestaram-se favoravelmente à proposta de destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2023, aprovou a proposta da administração e a declaração de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido a serem creditados aos acionistas em 31/05/2024; e) consignaram que a remuneração global da administração reconhecida no exercício de 2023 observou os limites aprovados pelos acionistas em 28/04/2023; f) aprovaram a proposta da administração para que a remuneração global dos administradores da Companhia para 2024 seja no montante de até R$ 18.400.000,00 a ser distribuído por deliberação do Conselho de Administração; (g) nos termos do Artigo 18 (xvi), fixou a proposta de remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês; h) aprovaram a proposta do orçamento anual do Comitê de Auditoria e Auditoria Interna para as atividades referentes ao exercício social de 2024; i) aprovou a proposta da administração para a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, a ser objeto de deliberação dos acionistas em AGE; j) autorizaram a Diretoria da Companhia a realizar todas as providências relacionadas às divulgações/publicações dos documentos aprovados, bem como os encaminhamentos necessários à convocação da AGO e AGE a ser realizada em 30/04/2024; k) nos termos dos artigos 13, 18 (ii) e 19 do Estatuto Social, elegeu o Sr. Norberto Maraschin Filho, para o cargo e funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade, com mandato a partir de 01/04/2024; l) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/04/2024: os Srs. Helio Bruck Rotenberg, nas funções de Diretor Presidente; Marielva Andrade Silva, nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; Caio Gonçalves de Moraes nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; Rodrigo Guercio Teixeira, nas funções de Diretor Vice-Presidente Corporativo; e Norberto Maraschin Filho nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade; m) aprovaram a alteração da denominação do Comitê de Novos Negócios que passa a adotar a denominação de Comitê de Estratégia e Novos Negócios e do Comitê de Comunicação que passa a adotar a denominação de Comitê de Marketing e Comunicação; n) com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuo Social, aprovaram a designação da Sra. Lilian Maria Ferezim Guimarães, para o cargo e funções de membra do Comitê de Gente. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 14/03/2024. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 26/03/2024 sob o nº 20241761778, protocolo 241761778 de 26/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração - Realizada em 18/03/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 18/03/2024, às 16:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** os Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Alexandre Silveira Dias e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, os membros do Conselho de Administração, de forma unânime: a) autorizaram a lavratura da ata em forma de sumário; b) nos termos do art. 18, alínea (ix) do Estatuto Social, autorizaram a Positivo Smart, na qualidade de compradora, e a Positivo Tecnologia S.A, na qualidade de interveniente anuente e garantidora, a celebrar o Contrato de Compra e Venda com a Algar S.A. Empreendimentos e Participações, na qualidade de vendedora, para a aquisição de 100% das ações de emissão da Algar TI Consultoria e, indiretamente, de suas subsidiárias Algar Tech S.A. de C.V., Algar Tecnologia S.A.S. e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina, pelo valor total de até R$ 235.000.000,00, condicionado ao atendimento de certas condições financeiras (receita) pela Algar TI Consultoria no exercício social de 2024; c) nos termos do art. 18, alínea (ix) do Estatuto Social, autorizaram a Companhia e a sua subsidiaria Positivo Smart contratarem uma ou mais operações financeiras, no valor máximo de R$ 190.000.000,00, com o objeto específico de financiamento da Aquisição; d) consignaram que, para as operações ora aprovadas, a Companhia será representada por seu(s) diretor(es) e/ou procurador(es) constituído(s) na forma do seu Estatuto Social. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 18/03/2024. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 27/03/2024 sob o nº 20242035760, protocolo 242035760 de 26/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho Fiscal - Realizada em 12/03/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 12/03/2024, às 14:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** os Srs. Irineu Homan, Lincon Lopes Ferraz e Michelle Squeff; como convidados, o Sr. Caio Gonçalves de Moraes e o Sr. Fabio Trierweiler Faigle; bem como os representantes dos auditores independentes, o Sr. Edson C. Rodrigues e Sr. Eliezer J. Souza. **3. Mesa:** a reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Irineu Homan e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, os membros do Conselho Fiscal, analisaram e discutiram acerca dos temas da ordem: a) autorizaram a lavratura da ata em forma de sumário; b) avaliaram os resultados do 4º trimestre de 2023, do exercício social de 2023 e do exercício social de 2022; c) manifestaram parecer favorável à aprovação das DFs - Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, contidas nas DFPs - Demonstrações Financeiras Padronizadas. Os membros informaram que o parecer será emitido e assinado assim que concluído, com previsão de divulgação para 20/03/2024. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 12/03/2024. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 15/03/2024 sob o nº 20241762090, protocolo 241762090 de 15/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

BALANÇOS
ATAS - EDITAIS
TEMOS O MELHOR PREÇO!

FERNANDO CAFÉ
PÃES - LANCHES - CONVENIÊNCIAS
Top Quality
fernandocafe.fc
3011-4461
O MAIS NOVO PONTO DE ENCONTRO
NO CAPÃO DA IMBUIA
RUA ANTÔNIO OLÍVIO RODRIGUES, 265 - CAPÃO DA IMBUIA
(antigo endereço da Padaria do Fernando)

abra legal
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL
Publicações Obrigatórias
Atenção!
A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, nos termos da novíssima Lei n. 14.230/2021:
Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:
IV - negar publicidade aos atos oficiais , exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;
(Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)
É obrigação da Administração Pública publicar as matérias legais e atos oficiais que envolvem os processos licitatórios em Diários Oficiais e, também, em jornais diários de Grande CIRCULAÇÃO.
Contatos: Whatsapp 11 97184-1731 • PABX 11 5461-1321
Av Paulista, 37 - 4º andar - sala 436 - Casa das Rosas - Bela Vista - São Paulo - SP

"O Profeta"

Espetáculo filosófico da obra de Gibran Khalil Gibran, chega a Curitiba em curta temporada

O espetáculo de sucesso de público "O Profeta", inspirado no livro de mesmo nome e um dos mais lidos do mundo, do autor Gibran Khalil Gibran, chega à capital paranaense com apresentações de 18 a 21 de abril, no Guairinha. A montagem, que é assinada por Lúcia Helena Galvão, em parceria com o encenador Luiz Antônio Rocha, estreou nos palcos em 2022 e traz temas como amor, filhos, trabalho, alegria, tristeza e morte, em sua releitura filosófica com 12 ensaios poéticos. A história desafia o vazio e descortina a beleza da vida em assuntos abordados com a ternura e sabedoria que vem do Oriente, como um convite para sermos dignos da vida e a viver ao nível do que há de mais elevado em nós.

A obra gira em torno do profeta Al Mustafa, que está prestes a embarcar em um navio para retornar a sua terra natal após um ciclo de 12 anos de exílio na cidade de Orfhalese. No dia da partida, antes da chegada iminente de seu navio, os habitantes da pequena cidade pedem a ele que lhes fale sobre as questões fundamentais da condição humana. E assim, ele responde com reflexões que, na sua aparente simplicidade, revelam uma compreensão profunda da vida e do processo de existir.

"Foi na busca para melhorar o mundo e o ser humano, por meio do teatro e da filosofia, que surgiu este novo projeto com Lúcia, em que o amor é o fio condutor da história e nos faz redescobrir o papel do coração" fala o diretor Luiz Antônio Rocha sobre o espetáculo.

No papel título, o músico e cantor libanês Sami Bordokan, que também é pesquisador de música árabe clássica e folclórica, com um estilo único de tocar o alaúde e de cantar, incluindo o místico canto oriental. "Quando fui convidado para participar do monólogo, fiquei receoso, já que 'O Profeta' é meu livro de cabeceira desde garoto e sabia da entrega para o papel, mas aceitei o desafio", diz Bordokan, que viveu sua juventude em um vilarejo no norte do Líbano. No palco, ele é acompanhado por William Bordokan, que apresenta uma variedade de sons e ritmos, utilizando outros instrumentos ancestrais, como a flauta nay, a rabab e a derbak.

Os irmãos ainda assinam a direção musical. Os ingressos para as apresentações em Curitiba estão à venda pelo Disk Ingressos com valores a partir de R$50 (meia-entrada) + taxa adm. As sessões de 18 a 20 de abril ocorrem às 20h, e a do dia 21 de abril, às 19h.



Ficha Técnica:
Texto: Lúcia Helena Galvão
Interpretação: Sami Bordokan
Encenação: Luiz Antônio Rocha
Participação especial: William Bordokan
Cenário e Figurinos: Eduardo Albini
Projeto de Luz: Ricardo Fujii
Direção musical: Sami Bordokan e William Bordokan
Assistente de direção: Hanna Perez
Vídeo mapping: Júlio Mauro / Cine Mauro
Direção de arte: Eduardo Albini
Preparação corporal e direção de movimento: Hanna Perez
Caracterização: Mona Magalhães
Adereços e efeitos: Nilton Araújo
Artista têxtil: Priscila Pires
Costureira: Marcela G. F. Artusi
Parceria: Nova Acrópole Brasil Norte
Produção Executiva: Luiz Antônio Rocha
Produção: Espaço Cênico Produções Artísticas

Serviço:
Temporada de "O Profeta" em Curitiba
Data: 18 a 21 de abril
Horário: 20h (18 a 20/4), 19h (21/4)
Local: Guairinha (R. XV de Novembro, 971 - Centro)
Ingressos: a partir de R$ 50,00
Duração: 80 minutos
Recomendação: Livre
Ingressos online: Disk Ingressos

Inspirado em um dos livros mais lidos do mundo, "O Profeta" tem apresentações no Guairinha
Ingressos estão à venda

Metrópole
DISQUE: (41) 9.9973-1492/9.8868-2569/3024-6766 WhatsApp
Súmulas
Publicações Legais
Concorrências
Tomadas de Preços
Avisos - Anúncios
Comunicados
Publicações Digitais

tip PERFORMANCE DE MÍDIA
Felipe Almeida
DIRETOR
felipe@tipmidia.com.br
(41) 99899-3297

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME n° 81.243.735/0001-48 - NIRE n° 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração - Realizada em 02/02/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 02/02/2024, às 12:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** Os Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Alexandre Silveira Dias e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, os membros do Conselho de Administração, de forma unânime: a) autorizaram a lavratura da ata em forma de sumário; b) nos termos do artigo 18 (ix) do Estatuto Social autorizaram sua controlada Boreo Indústria de Componentes Ltda., a celebrar contrato com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para fins de formalizar a concessão de financiamento à Positivo Tecnologia S.A., no valor global de até R$ 330.448.675,00, autorizada pela Diretoria do BNDES nos termos da Decisão nº Dir. 360/2023 - BNDES, de 21/12/2023, dividida em 2 (duas) Operações, nos seguintes valores e finalidades: I - Operação 7.109.929: R$ 72.062.682,00, à conta de recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel e; II - Operação 7.097.350: R$ 258.385.993,00, à conta dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; c) consignaram que para as operações indicadas no item "b", a Companhia será representada por seu(s) diretor(es) e/ou procurador(es) constituídos, na forma do seu Estatuto Social e instrumentos de mandatos aplicáveis. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 02/02/2024. Anderson Prehs - Secretário - **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 02/02/2024 sob o nº 20240271405, protocolo 240274105 de 02/02/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 18 de março de 2024, às 16h00, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos Conselheiros da Companhia: Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias; Secretário: Anderson Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros presentes do Conselho de Administração de forma unânime: a) autorizaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) nos termos do art. 18, alínea (ix) do Estatuto Social e da Delegação de Alçadas da Diretoria Estatutária aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023 ("Delegação de Alçadas"), autorizaram a Positivo Smart Tecnologia Ltda. ("Positivo Smart"), na qualidade de compradora, e a Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"), na qualidade de interveniente anuente e garantidora, a celebrar o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") com a Algar S.A. Empreendimentos e Participações, na qualidade de vendedora, e outras empresas do seu grupo econômico, na qualidade de intervenientes anuentes, para a aquisição de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Algar TI Consultoria S.A. ("Algar TI Consultoria") e, indiretamente, de suas subsidiárias, Algar Tech S.A. de C.V., Algar Tecnologia S.A.S. e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina, pelo valor total de até R$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), sendo (i) R$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) pagos à vista na data do fechamento da operação, mediante a comprovação do atendimento de certas condições precedentes previstas no Contrato ("Fechamento") e (ii) R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) a ser pago em 12 (doze) meses após o Fechamento, condicionado ao atendimento de certas condições financeiras (receita) pela Algar TI Consultoria no exercício social de 2024 ("Aquisição"); e c) nos termos do art. 18, alínea (ix) do Estatuto Social e da Delegação de Alçadas, autorizar a Companhia e sua subsidiária Positivo Smart a contratarem uma ou mais operações financeiras, no valor máximo de R$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), com o objeto específico de financiamento da Aquisição. d) consignar que, para as operações ora aprovadas, a Companhia será representada por seu(s) diretor(es) e/ou procurador(es) constituído(s) na forma do seu Estatuto Social, os quais estão autorizados à celebração de todos os documentos necessários para viabilizar as contratações, inclusive mediante assinatura e/ou formalização de contratos, aditivos, prestação de quaisquer garantias, quando e se necessárias para a formalização dos instrumentos, bem como todos os demais documentos acessórios para efetivação das operações aprovadas, sem que haja necessidade de nova aprovação por parte do Conselho de Administração. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia presentes e identificados no item 2 da presente, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)*. Curitiba, 18 de março de 2024. **Anderson Prehs -** Secretário - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR -** Certifico o Registro em 27/03/2024 sob nº 20242035760. Protocolo: 242035760 de 26/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME n° 81.243.735/0001-48 - NIRE n°41300071977 Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho Fiscal Realizada em 12 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 12 de março de 2024, às 14:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Presença e Convocação:** A convocação foi efetuada pela administração da Companhia, por meio eletrônico, estando presentes os conselheiros titulares Srs. Irineu Homan, Lincon Lopes Ferraz e Michelle Squeff. Como convidados, o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores e o Sr. Fabio Trierweiler Faigle, Diretor de Controladoria e Contabilidade, bem como os representantes dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes S.A., Sr. Edson C. Rodrigues e Sr. Eliezer J. Souza. **3. Mesa:** Presidente: Irineu Homan; Secretário: Anderson Prehs. **4. Ordem do Dia:** Apresentação e discussão da DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31 de dezembro de 2023. **5. Deliberações:** Aberta a reunião, os membros do Conselho Fiscal da Companhia analisaram e discutiram acerca dos temas da ordem: a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1°, da Lei n° 6.404/76; b) avaliaram os resultados (individuais e consolidados) do 4° Trimestre de 2023, bem como os resultados do exercício social de 2023 apresentados pela administração da Companhia, inclusive com comparativo do exercício social anterior (2022); c) manifestaram parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, contidas na DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas. Os membros do Conselho informaram que o parecer será emitido e assinado assim que concluídos os trabalhos de auditoria, respeitados os prazos previstos para divulgação dos resultados da Companhia, programado para 20/03/2024. Referido parecer será parte integrante da presente deliberação como Anexo I e futuramente publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 2023. **Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros Fiscais da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a providenciar a certidão da presente ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)*. **Anderson Prehs -** *Secretário OAB/PR 34.608*. **JUCEPAR -** Certifico o Registro em 15/03/2024 sob nº 20241762090. Protocolo: 241762090 de 15/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 14 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 14 de março de 2024, às 13:30h, no escritório da Companhia na cidade de São Paulo e também por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Samuel Ferrari Lago e Rafael Moia Vargas. Como convidados, presentes também o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; e, para fins do artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/76, o Sr. Irineu Homan, na qualidade de Presidente e representante do Conselho Fiscal da Companhia, além dos representantes dos auditores externos KPMG Auditores Independentes S.S., Srs. Edson C. Rodrigues, Eliezer J. Souza e João Neto. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias - Secretário: Anderson Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros do Conselho de Administração de forma unânime: a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) tomaram conhecimento do relatório de atividades e recomendações do Comitê de Auditoria referentes ao 4º trimestre de 2023, restando autorizada a publicação do relatório resumido referente ao exercício social de 2023, conforme disposto no §1º do art. 22 do Regulamento do Novo Mercado; c) manifestaram-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, que serão acompanhadas do Relatório da Administração, das Notas Explicativas, Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes S.S. e do Parecer do Conselho Fiscal, restando autorizada a sua publicação conforme Lei nº 6.404/76 e regulamentação CVM, as quais serão objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária; d) manifestaram-se favoravelmente à proposta de destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2023 e aprovaram a proposta da administração, objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, a declaração de dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o art. 29 e seus parágrafos do Estatuto Social da Companhia, a serem creditados aos acionistas em uma única parcela em 31/05/2024; e) consignaram que a remuneração global da administração reconhecida no exercício de 2023 observou os limites aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023; f) aprovaram a proposta da administração, objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, para que a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024 seja no montante de até R$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais), a ser distribuído por deliberação do Conselho de Administração; g) nos termos do Artigo 18, alínea (xvi), fixar a proposta de remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento, conforme apresentação arquivada na sede da Companhia; h) aprovaram a proposta do orçamento anual do Comitê de Auditoria e Auditoria Interna para as atividades referentes ao exercício social de 2024, nos termos da apresentação arquivada na sede da Companhia, conforme disposto no inciso I do art. 22 e inciso III do art. 23 do Regulamento do Novo Mercado; i) aprovaram a proposta da administração para a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, a ser objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, tendo em vista o atingimento do limite de outorgas do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015; j) autorizaram a Diretoria da Companhia a realizar todas as providências relacionadas às divulgações/publicações dos documentos aprovados, bem como os encaminhamentos necessários à convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30/04/2024; k) nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **Norberto Maraschin Filho,** brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 5.740.591-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 018.499.099-89, com endereço profissional na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade,** com mandato a partir de 01/04/2024. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente: a vendas para o segmento de consumo, seja B2B ou B2C em canais online ou offline; ao desenvolvimento de estratégias e soluções combinadas de hardware e software pertencentes ao ecossistema de mobilidade Android/ARM, bem como por vendas destas soluções para os demais canais de vendas da Companhia, administrando relacionamentos com fornecedores e parceiros estratégicos deste ecossistema; a administração das contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gestão a atuação de sua área, bem como a promoção da interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia. l) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/04/2024: Sr. **Helio Bruck Rotenberg,** nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias,** nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Caio Gonçalves de Moraes** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira,** nas funções de Diretor Vice-Presidente Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade. m) aprovaram a alteração da denominação dos seguintes Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, quais sejam: (i) o Comitê de Novos Negócios passa a adotar a denominação de Comitê de Estratégia e Novos Negócios; e (ii) o Comitê de Comunicação passa a adotar a denominação de Comitê de Marketing e Comunicação. Neste sentido, consignaram a relação atualizada dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração: (i) **Comitê de Auditoria,** (ii) **Comitê Financeiro,** (iii) **Comitê de Gente,** (iv) **Comitê de Marketing e Comunicação,** (v) **Comitê de Tecnologia Educacional,** (vi) **Comitê de Estratégia e Novos Negócios** e (vii) **Comitê de Integridade.** n) com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuo Social, aprovaram a designação da Sra. **Lilian Maria Ferezim Guimarães,** brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da CI/RG nº 10.999.165-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 063.940.958-00, residente e domiciliada na Rua Marcos Mélega, nº 150, Ed. Pinus, 8º Andar, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05.466-010, para o cargo e funções de membra do Comitê de Gente. Em razão da deliberação ora tomada, para o mandato em curso o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **Gustavo Kehl Jobim,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iii) **Helio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iv) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (v) **Lilian Maria Ferezim Guimarães,** como ***membra do Comitê***. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)*. Curitiba, 14 de março de 2024. **Anderson Prehs -** Secretário - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR -** Certifico o Registro em 26/03/2024 sob nº 20241761778. Protocolo: 241761778 de 26/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 18/04/2024

Documento assinado e certificado digitalmente Por EDITAL CENTER LTDA. 04.150.383/0001-35 A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** para acessar a página de **Publicidade Legal Certificada** no portal do **Metópole Jornal.** Acesse também através do link: **https://metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais**

www.metropolejornal.com.br

PUBLICIDADE LEGAL EDIÇÃO DIGITAL - (41) 3024-6766

RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:
https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=BC480D54-3A16-416B-BE2D-6CAB68B4B0AB

Chave de acesso: BC480D54-3A16-416B-BE2D-6CAB68B4B0AB

Hash do documento
ed8bcb35bfcd233eee8b47dca2dcbd0e1c0584e7e2c89fc8247d785f59deeb19

Documento disponível em

Documento(s) gerado(s) em 17-04-2024, com o(s) seguinte(s) participante(s):

EDITAL CENTER LTDA - 04.150.383/0001-35 em 17/04/2024 22:27:39 UTC-03:00
Tipo de Participante: Assinatura Digital
Identificação: Por e-mail: cial@ctbametropole.com.br
Geolocalização: Latitude: -25.4509056 Longitude: -49.2601344
IP: 177.173.217.212

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil

Serra Negra Empreendimentos Turísticos S/A

CNPJ 44.846.236/0001-19

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado relativo ao Exercício findo 31/12/2023. Permanecendo ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para quaisquer informações necessárias.

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo/Ativo Circulante		
Disponível	**984.882,72**	**500.499,18**
Caixa e Bancos	789.440,46	273.317,91
Valores a Recuperar e Adiantamento	195.442,26	227.181,27
Não Circulante		
Investimentos	**1.741,84**	**1.741,84**
Investimentos Fiscais	1.741,84	1.741,84
Imobilizado	**44.997,79**	**55.933,98**
Miniférico	376.747,86	367.392,86
Utensílio/Ferramentas/Acessórios	339.843,91	330.314,91
(–) Imobilizado Cedente	(243.323,39)	(243.323,39)
Depreciação Acumulada	(428.270,59)	(398.450,40)
Total do Ativo	**1.031.622,35**	**558.175,00**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Passivo/Passivo Circulante		
Exigível	**83.386,72**	**69.193,79**
Impostos a Pagar	31.574,24	25.724,62
Contas a Pagar	51.812,48	43.469,17
Patrimônio Líquido	**131.615,21**	**131.615,21**
Capital Social	131.000,00	131.000,00
Reserva de Capital	615,21	615,21
Reserva de Lucros	**816.620,42**	**357.366,00**
Reserva de Lucros	600.689,39	400.171,41
Lucro Disposição AGO	459.254,42	200.517,98
(–) Imobilizado Cedente	(243.323,39)	(243.323,39)
Total do Passivo	**1.031.622,35**	**558.175,00**

Demonstração do Valor Acumulado	2023	2022
Receitas Brutas	1.808.573,30	1.412.384,50
Insumos Adicionais de Terceiros		
Energia Elétrica	(43.314,78)	(31.185,20)
Manutenção	(419.693,74)	(351.256,85)
Valor Adicional Líquido Produzido	1.345.564,78	1.029.942,45
Receitas Financeiras - Despesas Financeiras	34.745,84	(11.121,54)
Valor Adicional a Distribuir	1.380.310,62	1.018.820,91
Salários e Encargos	(820.589,47)	(710.376,96)
Tributos Federais, Estaduais e Municipais	(100.466,73)	(107.925,97)
Lucro à Disposição da AGO	459.254,42	200.517,98

Resultado do Exercício	2023	2022
Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.808.573,30	1.412.384,50
Impostos Incidentes sobre Vendas e Serviços	97.714,63	96.042,06
Receita Operacional Líquida	1.710.858,67	1.316.342,44
Despesas Administrativas	(223.715,28)	(200.483,80)
Despesas Tributárias	(2.752,10)	(11.883,91)
Despesas com Pessoal	(662.909,47)	(564.876,96)
Despesas Gerais	(396.973,24)	(327.458,24)
Receitas Aplicação Financeiras/Despesas Financeiras	34.745,84	(11.121,54)
Resultado do Exercício	459.254,42	200.517,99
IRPJ e Contribuição Social	–	–
Lucro à Disposição da AGO	459.254,42	200.517,99
Dividendo por Ação	3,51	1,53

Demonstração do Fluxo de Caixa 2023	2023
Caixa das Atividades Operacionais	
Resultado do Exercício	459.254,42
Variações Ativos/Passivos	
Diminuição Créditos a Terceiros	31.739,01
Diminuição Imobilizado	10.936,19
Bens da Cedente	–
Aumento de Contas a Pagar	14.192,93
Valor Aplicado na Atividade Operacionais	516.122,55
Aumento nas Disponibilidades	516.122,55
Caixa e Equivalentes Início do Período	273.317,91
Caixa e Equivalentes Final do Período	789.440,46

Notas explicativas

1) Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com normas estabelecidas nas Leis vigentes e práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve lançamentos com base em métodos e critérios diferentes dos prescritos pela legislação tributária. **2)** Principais Práticas Contábeis. a) Aplicações Financeiras foram registradas em conta de investimentos diversos e são registrados pelo valor de custo. b) Imobilizado está registrado ao custo de compra e as depreciações foram calculadas às taxas permitidas. **3)** Não há empresas coligadas. **4)** Capital social 131.000 ações nominativas R$ 1.00 cada.

Parecer do Conselho

Os membros do Conselho Fiscal em Obediência aos Estatutos e na forma da Lei, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2023 tendo encontrado em ordem são de parecer a merecer a aprovação da AGO.

Serra Negra 28/02/2024

(a) **Alcides M. Menegatti** (a) **Elza Ganem Dib**

Diretoria

Maria Elizabete Mendes de Toledo Bulk - Presidente - CPF 963.427.308-49
Sr. **Fernando Antonio Pacini Ricci -** Diretor - CPF 014.839.788-34
Claudio Fernando Lugli - Contador - CRC 1SP 141364/O-0 CPF 102.705.358-02

Uniplast Indústria e Comércio Ltda.

CNPJ/MF 61.465.191/0001-51 - NIRE 35.201.179.406

Edital de Convocação

São convocados os sócios da Uniplast Indústria e Comércio Ltda. para a Reunião Geral Ordinária a ser realizada no dia 30/04/2024, às 10:00 horas, a ser realizada virtualmente por meio da plataforma "Zoom", conforme permitido pelo disposto no artigo 1.080-A do Código Civil pelo link https://us02web.zoom.us/j/88475905813?pwd=NDFMZGg2M2FhU3FXeWdFMTltZ2tNQT09, em Assembleia Geral, nos termos dos artigos 1.071 e 1.078, I, ambos do Código Civil, deliberar sobre: **1.1.** Aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal de 2023; **1.2.** Destinação dos dividendos, se houver; e **1.3.** Outros assuntos de interesse da Sociedade. Por fim, informo que toda documentação aplicável está disponível aos Senhores, conforme e-mail enviado em 25 de março de 2024. São Paulo/SP, 15/04/2024.

ADIQ INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ 20.520.298/0001-78

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da **Adiq Instituição de Pagamento S.A.** para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, conjuntamente, às 10h (dez horas) do dia 24/04/2024, na sede social, situada na Alameda Vicente Pinzon, 51, 12º andar, Vila Olímpia, em São Paulo, Estado de São Paulo. O acionista também poderá requerer, com até 24 horas de antecedência do início das Assembleias, o link de acesso para participar remotamente via sistema eletrônico "*Zoom*", através do e-mail governancasocietaria@bancobs2.com.br. As Assembleias terão a finalidade de deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomada das contas dos administradores, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, com exame, discussão e votação acerca das demonstrações financeiras levantadas naquela data; (ii) a destinação do resultado apurado no citado exercício social; (iii) aprovação dos dividendos pagos em 2023, *ad referendum* desta Assembleia; (iv) revisão do limite de remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024; (v) reorganização ou extinção do Conselho de Administração; (vi) aumento do capital social, mediante incorporação de reservas disponíveis; (vii) reforma estatutária.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2024.

Marcos Grodetzky – Presidente do Conselho de Administração

Niteesh Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 12.860.379/0001-99

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Em reais

Relatório da Administração: Submetemos à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. São Paulo, 18 de abril de 2024.

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	426.378,70	620.925,80
Outros créditos		3.430,53	290,50
		429.809,23	**621.216,30**
Não Circulante			
Investimentos	4	9.837.033,03	9.781.904,35
Imobilizado		1.849.218,89	1.049.218,89
		11.686.251,92	**10.831.123,24**
Total do Ativo		**12.116.061,15**	**11.452.339,54**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Tributos a recolher		15.419,54	13.038,58
Dividendos a pagar	6.3	708.363,57	574.674,66
Contas a pagar	5	1.712.193,86	2.239.199,07
		2.435.976,97	**2.826.912,31**
Patrimônio Líquido			
Capital social	6.1	4.501.229,80	4.501.229,80
Reservas de lucros	6.2	5.178.854,38	4.124.197,43
		9.680.084,18	**8.625.427,23**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**12.116.061,15**	**11.452.339,54**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Investimentos	Reservas de lucros - Retenção	Reservas de lucros - Total	Lucros prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**4.501.229,80**	**186.932,29**	**84.829,53**	**3.565.764,88**	**3.837.526,70**	**(343.832,42)**	**7.994.924,08**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	710.426,08	**710.426,08**
Constituição de reserva legal	5.2.1	–	35.521,30	–	–	35.521,30	(35.521,30)	–
Distribuição de dividendos	5.3	–	–	–	–	–	(79.922,93)	**(79.922,93)**
Constituição de reserva para investimentos	5.2.2	–	–	15.984,59	–	15.984,59	(15.984,59)	–
Transferência para reserva de lucros	5.2.3	–	–	–	235.164,84	235.164,84	(235.164,84)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.1	**4.501.229,80**	**222.453,59**	**100.814,12**	**3.800.929,72**	**4.124.197,43**	**–**	**8.625.427,23**
Lucro líquido do exercício						–	1.188.345,86	**1.188.345,86**
Constituição de reserva legal	5.2.1	–	59.417,29	–	–	59.417,29	(59.417,29)	–
Distribuição de dividendos	5.3	–	–	–	–	–	(133.688,91)	**(133.688,91)**
Constituição de reserva para investimentos	5.2.2	–	–	26.737,78	–	26.737,78	(26.737,78)	–
Transferência para reserva de lucros	5.2.3	–	–	–	968.501,88	968.501,88	(968.501,88)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.1	**4.501.229,80**	**281.870,88**	**127.551,90**	**4.769.431,60**	**5.178.854,38**	**–**	**9.680.084,18**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: A Niteesh Empreendimentos e Participações S/A tem como objeto principal a gestão e administração da propriedade imobiliária. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2023	2022
Caixa e bancos	1.003,58	1.003,58
Aplicações financeiras	425.375,12	619.922,22
	426.378,70	**620.925,80**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **4. Investimentos:** Estão representados por apartamentos registrados pelo valor de aquisição em que a Administração da Companhia concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos. Os apartamentos que são administrados no Sistema Pool geram para a Companhia receitas de distribuição de lucros e os demais como receitas de aluguéis. E adicionalmente por participação no capital em outra sociedade.

	2023	2022
Propriedades para investimento	8.895.888,56	8.895.888,56
Participação societária	941.144,47	886.015,79
	9.837.033,03	**9.781.904,35**

5. Contas a Pagar:	2023	2022
Parte relacionada	88.806,46	532.056,02
Outras	1.623.387,40	1.707.143,05
	1.712.193,86	**2.239.199,07**

6. Patrimônio Líquido: 6.1. Capital Social: O capital da Companhia está dividido em 8.106 (2022 - 8.106) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas. **6.2. Reservas de Lucros: 6.2.1. Reserva Legal:** Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido limitada a 20% do capital social. **6.2.2. Reserva para Investimentos:** Constituída por um montante equivalente a 5% no mínimo ou 75% no máximo sobre o resultado apurado no exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, limitada a 80% do capital social. **6.2.3. Retenção de Lucros:** O lucro remanescente após as destinações da reserva legal, da reserva para investimentos e distribuição de dividendos, será destinado à reserva de lucros, que visa principalmente atender aos planos de investimentos. **6.3. Dividendos:** O Estatuto social prevê distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o resultado apurado no exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

7. Receita Líquida	2023	2022
Receita de aluguel	643.386,66	461.675,35
Impostos incidentes	(23.483,63)	(16.851,15)
	619.903,03	**444.824,20**

Demonstração de Resultados	Nota	2023	2022
Receita Líquida	7	**619.903,03**	**444.824,20**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Vendas		(60.129,48)	(71.297,91)
Administrativas		(35.383,58)	(9.861,76)
Tributárias		(33.835,81)	(37.665,91)
Receitas de investimentos		736.202,65	360.313,60
Outras		4.867,50	59.526,34
		611.721,28	**301.014,36**
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		**1.231.624,31**	**745.838,56**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras		8.070,57	58,15
		8.070,57	**58,15**
Lucro antes do IRPJ/CSLL		**1.239.694,88**	**745.896,71**
Imposto de Renda		**(32.093,14)**	**(22.169,14)**
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		**(19.255,88)**	**(13.301,49)**
Lucro Líquido do Exercício		**1.188.345,86**	**710.426,08**
Lucro por Ação		**146,60**	**87,64**

Demonstração do Fluxo de Caixa	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.188.345,86	710.426,08
Variação em outros créditos	(3.140,03)	(290,50)
Variação em tributos a recolher	2.380,96	10.209,01
Variação em contas a pagar	(527.005,21)	31.982,46
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**660.581,58**	**41.900,97**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Variação em investimentos	(55.128,68)	(144.893,15)
Variação no imobilizado	(800.000,00)	–
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(855.128,68)**	**(144.893,15)**
Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(194.547,10)**	**(102.992,18)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**620.925,80**	**13.491,90**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**426.378,70**	**620.925,80**

A Diretoria

Contadora: Sandra Maria Fernandes - CRC - 1SP 285.251/O-1

CLI Sul S.A.

CNPJ/MF nº 43.514.079/0001-81 - NIRE 35.3.00576845

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da CLI Sul S.A.

A CLI Sul S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), localizada na Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, 2041, torre B - 5º Andar, Salas 5117, 5119 e 5133, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 43.514.079/0001-81 ("Emissora"), na qualidade de emissora das debêntures objeto de sua 1ª (primeira) emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), vem, por meio do presente edital de convocação ("Edital de Convocação"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Cláusula VIII do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da CLI Sul S.A."* ("Escritura de Emissão"), convocar os titulares das Debêntures ("Debenturistas") e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), para se reunirem em assembleia geral de debenturistas a ser realizada, em primeira convocação, no dia 2 de maio de 2024 , às 11:00 horas, **de forma exclusivamente digital**, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio do sistema eletrônico "Microsoft Teams", cujo link de acesso será encaminhado aos Debenturistas que validamente se habilitarem, nos termos deste Edital de Convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("AGD" e "Ordem do Dia", respectivamente): (i) a concessão de anuência prévia *(waiver)*, nos termos da Cláusula 8.4.3 da Escritura de Emissão, para a não conclusão da Incorporação da Target pela Emissora dentro do prazo originalmente estipulado de 18 (dezoito) meses contados da Primeira Data de Integralização (ou seja, até 14 de maio de 2024), nos termos do subitem "j" da Cláusula 5.1.2. da Escritura de Emissão e do subitem "s" da Cláusula 6.1. da Escritura de Emissão, para que a referida conclusão da Incorporação da Target pela Emissora seja obtida até 14 de agosto de 2024, sem que haja a declaração de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, tendo em vista que ainda está pendente a assinatura do termo aditivo ao *"Contrato de Arrendamento PRES nº 05/96"* pela União ("Contrato de Arrendamento"), para transferência do Contrato de Arrendamento da Target para a Emissora, que é uma condição prévia à conclusão da Incorporação; e (ii) autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, praticar todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da deliberação referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Termos em maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Edital de Convocação terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Por fim, fica desde já certo que na hipótese de vir a ser concluída a celebração do competente termo aditivo ao Contrato de Arrendamento, e consequentemente a Emissora concluir a Incorporação anteriormente à data em que se realizaria a AGD, a presente Ordem do Dia perderá seu objeto, de maneira que a AGD será cancelada e a Emissora deverá informar os Debenturistas do cancelamento e desconvocação da AGD por meio de publicação a ser realizada nesse mesmo jornal.

Procedimentos Aplicáveis à Realização da AGD de Forma Exclusivamente Digital: I. Acesso e utilização do sistema eletrônico: A AGD será realizada por meio de plataforma digital "Microsoft Teams", de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora e/ou Agente Fiduciário. O conteúdo da AGD será gravado pela Emissora. Para se habilitar e participar da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário, por meio dos e-mails ri@cli-br.com, jsc@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia: (i) a confirmação de sua participação na AGD, acompanhada de seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") ou no CNPJ/MF, conforme o caso; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que indique seus representantes legais que participarão da AGD, informando seu número de inscrição no CPF/MF, telefone e e-mail para contato; e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, nos termos detalhados abaixo. O Agente Fiduciário e/ou a Emissora enviará o link de acesso, apenas aos Debenturistas que tiverem confirmado a participação na AGD e que enviarem, prévia e diretamente à Emissora e ao Agente Fiduciário, os documentos de representação detalhados abaixo, sendo admitido o envio até o horário da AGD, conforme determina o artigo 72º, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. Caso determinado Debenturista esteja com problemas de acesso à plataforma, deverá entrar em contato com a Emissora pelo telefone (11) 2844-8352, com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário de início da AGD para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Debenturista seja liberado mediante o envio de convite individual. Caso o Debenturista tenha dúvidas gerais relacionadas à AGD, deve entrar em contato com a Emissora pelo telefone 11 2844-8352. No dia de realização da AGD, os Debenturistas deverão se conectar com 30 (trinta) minutos de antecedência munidos de documento de identidade e dos documentos previamente encaminhados por e-mail. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. **II. Instrução de Voto à Distância:** O Debenturista poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à distância, em até 48 (quarenta e oiro) horas da realização da Assembleia por meio dos e-mails ri@cli-br.com, jsc@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O modelo da instrução de voto à distância e as orientações para seu preenchimento e envio serão encaminhados pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de Debenturista ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. **III. Depósito Prévio de Documentos:** Até 2 (dois) dias antes da realização da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário, por meio dos e-mails ri@cli-br.com, jsc@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade - Registro Geral "RG", Registro Nacional de Estrangeiros "RNE", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública, desde que contenham foto de seu titular); e/ou (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a sua representação legal (contrato e/ou estatuto social e/ou regulamento), acompanhados dos respectivos atos de eleição de seus administradores, todos devidamente formalizados e registrados perante os órgãos competentes; e (iii) na hipótese de representação do Debenturista, instrumento de procuração contemplando poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as exigências legais aplicáveis, devendo a procuração conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale destacar que: (i) pessoas físicas somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja Debenturista, administrador da Emissora ou advogado, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, sem a necessidade de tal pessoa ser Debenturista, administrador da Emissora ou advogado. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos Debenturistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora do respectivo fundo, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. **IV. Quóruns:** Nos termos da Cláusula 8.3.1 da Escritura de Emissão, a AGD será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) e, em segunda convocação, com qualquer número. Nos termos da Cláusula 8.4.3 da Escritura de Emissão, a aprovação das matérias constantes da Ordem do Dia dependerá da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), em primeira ou em segunda convocação. São Paulo/SP, 16 de abril de 2024. **CLI Sul S.A.**

ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.

Companhia Aberta – CVM nº 2612-3 - CNPJ/MF nº 12.104.241/0004-02

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Horário e Local. No dia 28 de março de 2024, às 8h00, de modo exclusivamente digital, em canal disponibilizado aos membros do Conselho de Administração da **ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 510, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-906. **2. Convocação e Presença.** Convocação realizada nos termos do artigo 16, §2º do estatuto social da Companhia. Conselheiros Presentes: Srs. Allen Mc Michael Gibson, Bruno Lemos Ferrari, Clarissa Maria de Cerqueira Mathias, David Castelblanco, Eric P. Winer, Flavia Maria Bittencourt e João Carlos Figueiredo Padin. **3. Composição da Mesa.** Presidente: Sr. David Castelblanco; Secretária: Sra. Cinthia Maria Ambrogi. **4. Ordem do Dia. (I) a**nálise e deliberação das seguintes propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas nas assembleias gerais ordinária e extraordinária da Companhia a serem realizadas em 29 de abril de 2024 ("AGOE"), juntamente com a tomada das contas dos administradores e o exame, discussão e votação acerca das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023: **(A) e**m Assembleia Geral Ordinária: fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **(B)** em Assembleia Geral Extraordinária: **(1)** deliberar sobre a alteração do Plano de Opções de Compra de Ações e do Plano de Ações Restritas; **(2)** manifestar-se acerca da independência do Sr. Marcelo Del Vigna, candidato para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(3)** eleição do Sr. Marcelo Del Vigna para cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia para o mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração; **(4)** autorizar a administração da Companhia a celebrar o "Protocolo e Justificação de Cisões Parciais de Unity Participações S.A., de Céu de Brasília Participações S.A., de CETTRO – Centro de Tratamento Ltda. e de AIO – Instituto do Câncer de Brasília Ltda. com Versão dos Acervos Líquidos Cindidos para Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A." ("Protocolo"); **(5)** aprovar o Protocolo; **(6)** ratificar a nomeação e a contratação da empresa de avaliação Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., como responsável pela elaboração dos laudos de avaliação patrimonial contábil do acervo líquido cindido da Unity Participações S.A. ("Unity" e "Laudo de Avaliação Unity"), do acervo líquido cindido da Céu de Brasília Participações S.A. ("Céu" e "Laudo de Avaliação Céu I"), do acervo líquido cindido da Céu ("Laudo de Avaliação Céu II"), do acervo líquido cindido da CETTRO – Centro de Tratamento Ltda. ("Cettro" e "Laudo de Avaliação Cettro) e do acervo líquido cindido da AIO – Instituto do Câncer de Brasília Ltda. ("AIO" e, quando em conjunto com Unity, Céu e Cettro, as "Cindidas" e "Laudo de Avaliação AIO" e, em conjunto com Laudo de Avaliação Unity, Laudo de Avaliação Céu I, Laudo de Avaliação Céu II e Laudo de Avaliação Cettro, "Laudos de Avaliação"), a serem vertidos para a Companhia; **(7)** aprovar os Laudos de Avaliação; **(8)** aprovar as propostas de cisões parciais de Unity, Céu, Cettro e AIO, com versão dos acervos líquidos cindidos para a Companhia, nos termos e condições previstos no Protocolo ("Operações"); **(9)** autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e providências necessários à implementação das Operações; **(10)** deliberar sobre as seguintes alterações ao estatuto social da Companhia: **(i)** a atualização do *caput* do artigo 5º, de forma a refletir o valor do capital social e a quantidade total de ações de emissão da Companhia, consignado nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 9 de junho de 2023 e em 20 de junho de 2023; **(ii)** a exclusão do inciso (xxxviii) do artigo 18º, com a consequente renumeração do inciso subsequente, a alteração do *caput* do artigo 20º, a exclusão do parágrafo 3º do artigo 22º com a consequente renumeração dos parágrafos subsequentes e a alteração do *caput* e do parágrafo 1º do artigo 26º do estatuto social da Companhia, de forma a refletir a exclusão do cargo de Diretor Técnico da Companhia; e **(iii)** a alteração do *caput* do artigo 20º, do inciso (vi) do parágrafo 1º e dos parágrafos 4º, 5º e 6º do artigo 22º, do *caput* e do parágrafo 1º do artigo 26º e do parágrafo 3º do artigo 39º, para alterar a nomenclatura dos cargos **de** Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Jurídico e de *Compliance* **para**, respectivamente, Diretor Executivo Financeiro, Diretor Executivo de Relações com Investidores e Diretor Executivo Jurídico, *Compliance* e *ESG*; **(11)** deliberar sobre a consolidação do estatuto social da Companhia; e **(12)** manifestar-se sobre a rerratificação da remuneração global dos administradores da Companhia referente ao exercício social de 2023, fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2023. **(II)** a autorização para a convocação da AGOE. **5. Deliberações.** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas: **(I)** de acordo com o disposto no artigo 142, inciso IV, da Lei nº 6.404/1976 e no artigo 18, alínea (xi) do estatuto social da Companhia, o encaminhamento para deliberação pelos acionistas da Companhia a se reunirem na AGOE, recomendando a aprovação, juntamente com a tomada das contas dos administradores e o exame, discussão e votação acerca das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, das seguintes propostas: **(A)** em Assembleia Geral Ordinária: a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R$72.530.198,90 (setenta e dois milhões, quinhentos e trinta mil, cento e noventa e oito reais e noventa centavos). **(B)** em Assembleia Geral Extraordinária: **(1)** a alteração do Plano de Opções de Compra de Ações e do Plano de Ações Restritas; **(2)** a manifestação acerca da caracterização de independência do candidato Sr. Marcelo Del Vigna para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. O candidato acima citado se enquadra nos critérios estabelecidos no item 3.1 da Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária da Companhia, bem como apresentou declaração ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, nos termos do artigo 17, I; **(3)** a eleição do Sr. Marcelo Del Vigna, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG n.º 7.031.611 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 013.022.016-70, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tutóia, n.º 469, apto 181, CEP 04007-002, para cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, para o mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração, **(4)** a autorização para a administração da Companhia celebrar o Protocolo; **(5)** a aprovação do Protocolo; **(6)** a ratificação da nomeação e a contratação da empresa de avaliação Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., como responsável pela elaboração dos Laudos de Avaliação; **(7)** a aprovação dos Laudos de Avaliação; **(8)** a aprovação das propostas das Operações; **(9)** a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos e providências necessários à implementação das Operações; **(10)** a deliberação sobre as seguintes alterações ao estatuto social da Companhia: **(i)** a atualização do *caput* do artigo 5º, de forma a refletir o valor do capital social e a quantidade total de ações de emissão da Companhia, consignados nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 9 de junho de 2023 e em 20 de junho de 2023; **(ii)** a exclusão do inciso (xxxviii) do artigo 18º com a consequente renumeração do inciso subsequente, a alteração do *caput* do artigo 20º, a exclusão do parágrafo 3º do artigo 22º com a consequente renumeração dos parágrafos subsequentes e a alteração do *caput* e do parágrafo 1º do artigo 26º, de forma a refletir a exclusão do cargo de Diretor Técnico da Companhia; e **(iii)** a alteração do *caput* do artigo 20º, do inciso (vi) do parágrafo 1º e dos parágrafos 4º, 5º e 6º do artigo 22º, do

HERCULES S/A - FÁBRICA DE TALHERES

Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho e Acionistas da **Hercules S.A. - Fábrica de Talheres -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Hercules S.A. - Fábrica de Talheres ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Hercules S.A. - Fábrica de Talheres** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02, na qual, em contraponto ao passivo a descoberto de R$ 351.552 mil (R$ 350.918 mil em 2022) e a deficiência de capital de giro apresentados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia menciona que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e divulga os planos da administração para cumprir suas obrigações de pagamento do passivo tributário e debêntures a pagar, divulgados nas notas explicativas nº 11 e nº 12. A continuidade normal dos negócios da Companhia depende do sucesso das medidas implementadas por seus administradores, bem como da manutenção de condição de permanência nos programas de parcelamentos ativos. Assim sendo, o conjunto das demonstrações financeiras deve ser lido considerando esse contexto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Passivo tributário - Parcelamentos: Porque é um PAA:* Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Companhia firmou acordo em 24 de fevereiro de 2023, de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais relacionados no acordo, os quais totalizam o montante de R$ 33.315 mil ao final de 31 de dezembro de 2023 (R$ 33.952 mil em 2022). Para registro, a Companhia vem cumprindo com as obrigações estabelecidas na referida transação. O não cumprimento das regras estabelecidas na transação, pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como dos possíveis efeitos que poderiam advir do não cumprimento das regras estabelecidas e impactar às demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:* Avaliamos as bases tributárias utilizadas e a documentação comprobatória referente aos lançamentos efetuados, bem como a adequação dos lançamentos com as normas contábeis vigentes no Brasil, verificamos a confirmação do acordo da transação junto a PGFN e validamos os valores registrados conforme dívida pactuada com o órgão. Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Baseados nos procedimentos, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia sobre as obrigações tributárias parceladas. *Debêntures a pagar - Porque é um PAA:* A Companhia possui debêntures perpétuas a pagar para empresa relacionada Mundial S.A.- Produtos de Consumo (Credora) no montante de R$ 324.582 mil, conforme descrito na nota explicativa nº 12, cuja realização depende da continuidade do atual plano de reestruturação implementado pela sua administração. Os valores estão demonstrados no passivo não circulante, com vencimento somente em caso de dissolução da emissora. Em garantia das debêntures foi dada a marca "Hercules", para a qual a Companhia efetua periodicamente a remensuração do valor justo, por empresa independente, suportado por estimativas de rentabilidade futura preparadas com base em dados e premissas mercadológicas, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxos de caixa. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como das possíveis alterações das estimativas e premissas adotadas para determinar a sua recuperabilidade, e pelo potencial impacto que essas alterações poderiam impactar às demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?* Avaliamos os controles internos da Companhia em relação ao teste anual da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) e os principais critérios aplicados para análise da recuperabilidade das debêntures e a mensuração do valor justo da marca Hercules, suportada pelo laudo emitido por especialista externo. Para confirmar os montantes recebemos o laudo e corroboramos com estimativas das taxas futuras de crescimento do segmento e taxas de mercado e consideramos sua capacidade de produzir previsões precisas de longo prazo. Entendemos que o registro foi reconhecido e divulgado segundo as regras contábeis vigentes e de acordo com as premissas determinadas pelos especialistas externos da administração. *Auditoria do Exercício Anterior:* As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício, findo em 31 de dezembro de 2022, respectivamente, foram examinadas por nós, e emitimos relatório datado em 24 de março de 2023, sem modificações, contendo parágrafos de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, principais assuntos de auditoria sobre debêntures a pagar para Companhia relacionada, passivo tributário - parcelamentos, todos semelhantes a este exercício. **Outros Assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 20 de março de 2024

Taticca Auditores Independentes S.S.
CRC 2 SP-032267/O-1
CVM 12.220

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador
CRCSC nº 020036-O-8 T-SP

Niteesh Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 12.860.379/0001-99

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Em reais

Relatório da Administração: Submetemos à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. São Paulo, 18 de abril de 2024.

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	426.378,70	620.925,80
Outros créditos		3.430,53	290,50
		429.809,23	**621.216,30**
Não Circulante			
Investimentos	4	9.837.033,03	9.781.904,35
Imobilizado		1.849.218,89	1.049.218,89
		11.686.251,92	**10.831.123,24**
Total do Ativo		**12.116.061,15**	**11.452.339,54**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Tributos a recolher		15.419,54	13.038,58
Dividendos a pagar	6.3	708.363,57	574.674,66
Contas a pagar	5	1.712.193,86	2.239.199,07
		2.435.976,97	**2.826.912,31**
Patrimônio Líquido			
Capital social	6.1	4.501.229,80	4.501.229,80
Reservas de lucros	6.2	5.178.854,38	4.124.197,43
		9.680.084,18	**8.625.427,23**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**12.116.061,15**	**11.452.339,54**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Investimentos	Reservas de lucros - Retenção	Reservas de lucros - Total	Lucros prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**4.501.229,80**	**186.932,29**	**84.829,53**	**3.565.764,88**	**3.837.526,70**	**(343.832,42)**	**7.994.924,08**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	710.426,08	**710.426,08**
Constituição de reserva legal	5.2.1	–	35.521,30	–	–	35.521,30	(35.521,30)	–
Distribuição de dividendos	5.3	–	–	–	–	–	(79.922,93)	**(79.922,93)**
Constituição de reserva para investimentos	5.2.2	–	–	15.984,59	–	15.984,59	(15.984,59)	–
Transferência para reserva de lucros	5.2.3	–	–	–	235.164,84	235.164,84	(235.164,84)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.1	**4.501.229,80**	**222.453,59**	**100.814,12**	**3.800.929,72**	**4.124.197,43**	**–**	**8.625.427,23**
Lucro líquido do exercício						–	1.188.345,86	**1.188.345,86**
Constituição de reserva legal	5.2.1	–	59.417,29	–	–	59.417,29	(59.417,29)	–
Distribuição de dividendos	5.3	–	–	–	–	–	(133.688,91)	**(133.688,91)**
Constituição de reserva para investimentos	5.2.2	–	–	26.737,78	–	26.737,78	(26.737,78)	–
Transferência para reserva de lucros	5.2.3	–	–	–	968.501,88	968.501,88	(968.501,88)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.1	**4.501.229,80**	**281.870,88**	**127.551,90**	**4.769.431,60**	**5.178.854,38**	**–**	**9.680.084,18**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: A Niteesh Empreendimentos e Participações S/A tem como objeto principal a gestão e administração da propriedade imobiliária. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2023	2022
Caixa e bancos	1.003,58	1.003,58
Aplicações financeiras	425.375,12	619.922,22
	426.378,70	**620.925,80**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **4. Investimentos:** Estão representados por apartamentos registrados pelo valor de aquisição em que a Administração da Companhia concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos. Os apartamentos que são administrados no Sistema Pool geram para a Companhia receitas de distribuição de lucros e os demais como receitas de aluguéis. E adicionalmente por participação no capital em outra sociedade.

	2023	2022
Propriedades para investimento	8.895.888,56	8.895.888,56
Participação societária	941.144,47	886.015,79
	9.837.033,03	**9.781.904,35**

5. Contas a Pagar:

	2023	2022
Parte relacionada	88.806,46	532.056,02
Outras	1.623.387,40	1.707.143,05
	1.712.193,86	**2.239.199,07**

6. Patrimônio Líquido: 6.1. Capital Social: O capital da Companhia está dividido em 8.106 (2022 - 8.106) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas. **6.2. Reservas de Lucros: 6.2.1. Reserva Legal:** Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido limitada a 20% do capital social. **6.2.2. Reserva para Investimentos:** Constituída por um montante equivalente a 5% no mínimo ou 75% no máximo sobre o resultado apurado no exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, limitada a 80% do capital social. **6.2.3. Retenção de Lucros:** O lucro remanescente após as destinações da reserva legal, da reserva para investimentos e distribuição de dividendos, será destinado à reserva de lucros, que visa principalmente atender aos planos de investimentos. **6.3. Dividendos:** O Estatuto social prevê distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o resultado apurado no exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

7. Receita Líquida

	2023	2022
Receita de aluguel	643.386,66	461.675,35
Impostos incidentes	(23.483,63)	(16.851,15)
	619.903,03	**444.824,20**

Demonstração de Resultados

	Nota	2023	2022
Receita Líquida	7	**619.903,03**	**444.824,20**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Vendas		(60.129,48)	(71.297,91)
Administrativas		(35.383,58)	(9.861,76)
Tributárias		(33.835,81)	(37.665,91)
Receitas de investimentos		736.202,65	360.313,60
Outras		4.867,50	59.526,34
		611.721,28	**301.014,36**
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		**1.231.624,31**	**745.838,56**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras		8.070,57	58,15
		8.070,57	**58,15**
Lucro antes do IRPJ/CSLL		**1.239.694,88**	**745.896,71**
Imposto de Renda		**(32.093,14)**	**(22.169,14)**
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		**(19.255,88)**	**(13.301,49)**
Lucro Líquido do Exercício		**1.188.345,86**	**710.426,08**
Lucro por Ação		**146,60**	**87,64**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.188.345,86	710.426,08
Variação em outros créditos	(3.140,03)	(290,50)
Variação em tributos a recolher	2.380,96	10.209,01
Variação em contas a pagar	(527.005,21)	31.982,46
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**660.581,58**	**41.900,97**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Variação em investimentos	(55.128,68)	(144.893,15)
Variação no imobilizado	(800.000,00)	–
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(855.128,68)**	**(144.893,15)**
Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(194.547,10)**	**(102.992,18)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**620.925,80**	**13.491,90**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**426.378,70**	**620.925,80**

A Diretoria

Contadora: Sandra Maria Fernandes - CRC - 1SP 285.251/O-1

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 14 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 14 de março de 2024, às 13:30h, no escritório da Companhia na cidade de São Paulo e também por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Samuel Ferrari Lago e Rafael Moia Vargas. Como convidados, presentes também o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; e, para fins do artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/76, o Sr. Irineu Homan, na qualidade de Presidente e representante do Conselho Fiscal da Companhia, além dos representantes dos auditores externos KPMG Auditores Independentes S.S., Srs. Edson C. Rodrigues, Eliezer J. Souza e João Neto. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias - Secretário: Anderson Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros do Conselho de Administração de forma unânime: a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) tomaram conhecimento do relatório de atividades e recomendações do Comitê de Auditoria referentes ao 4º trimestre de 2023, restando autorizada a publicação do relatório resumido referente ao exercício social de 2023, conforme disposto no §1º do art. 22 do Regulamento do Novo Mercado; c) manifestaram-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, que serão acompanhadas do Relatório da Administração, das Notas Explicativas, Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes S.S. e do Parecer do Conselho Fiscal, restando autorizada a sua publicação conforme Lei nº 6.404/76 e regulamentação CVM, as quais serão objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária; d) manifestaram-se favoravelmente à proposta de destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2023 e aprovaram a proposta da administração, objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, a declaração de dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o art. 29 e seus parágrafos do Estatuto Social da Companhia, a serem creditados aos acionistas em uma única parcela em 31/05/2024; e) consignaram que a remuneração global da administração reconhecida no exercício de 2023 observou os limites aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023; f) aprovaram a proposta da administração, objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, para que a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024 seja no montante de até R$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais), a ser distribuído por deliberação do Conselho de Administração; g) nos termos do Artigo 18, alínea (xvi), fixar a proposta de remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento, conforme apresentação arquivada na sede da Companhia; h) aprovaram a proposta do orçamento anual do Comitê de Auditoria e Auditoria Interna para as atividades referentes ao exercício social de 2024, nos termos da apresentação arquivada na sede da Companhia, conforme disposto no inciso I do art. 22 e inciso III do art. 23 do Regulamento do Novo Mercado; i) aprovaram a proposta da administração para a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, a ser objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, tendo em vista o atingimento do limite de outorgas do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015; j) autorizaram a Diretoria da Companhia a realizar todas as providências relacionadas às divulgações/publicações dos documentos aprovados, bem como os encaminhamentos necessários à convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30/04/2024; k) nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **Norberto Maraschin Filho,** brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 5.740.591-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 018.499.099-89, com endereço profissional na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade,** com mandato a partir de 01/04/2024. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente: a vendas para o segmento de consumo, seja B2B ou B2C em canais online ou offline; ao desenvolvimento de estratégias e soluções combinadas de hardware e software pertencentes ao ecossistema de mobilidade Android/ARM, bem como por vendas destas soluções para os demais canais de vendas da Companhia, administrando relacionamentos com fornecedores e parceiros estratégicos deste ecossistema; a administração das contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gestão a atuação de sua área, bem como a promoção da interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia. l) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/04/2024: Sr. **Helio Bruck Rotenberg,** nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias,** nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Caio Gonçalves de Moraes** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira,** nas funções de Diretor Vice-Presidente Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade. m) aprovaram a alteração da denominação dos seguintes Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, quais sejam: (i) o Comitê de Novos Negócios passa a adotar a denominação de Comitê de Estratégia e Novos Negócios; e (ii) o Comitê de Comunicação passa a adotar a denominação de Comitê de Marketing e Comunicação. Neste sentido, consignaram a relação atualizada dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração: (i) **Comitê de Auditoria,** (ii) **Comitê Financeiro,** (iii) **Comitê de Gente,** (iv) **Comitê de Marketing e Comunicação,** (v) **Comitê de Tecnologia Educacional,** (vi) **Comitê de Estratégia e Novos Negócios** e (vii) **Comitê de Integridade.** n) com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuo Social, aprovaram a designação da Sra. **Lilian Maria Ferezim Guimarães,** brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da CI/RG nº 10.999.165-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 063.940.958-00, residente e domiciliada na Rua Marcos Mélega, nº 150, Ed. Pinus, 8º Andar, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05.466-010, para o cargo e funções de membra do Comitê de Gente. Em razão da deliberação ora tomada, para o mandato em curso o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **Gustavo Kehl Jobim,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iii) **Helio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iv) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (v) **Lilian Maria Ferezim Guimarães,** como ***membra do Comitê.*** **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)*. Curitiba, 14 de março de 2024. **Anderson Prehs -** Secretário - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR -** Certifico o Registro em 26/03/2024 sob nº 20241761778. Protocolo: 241761778 de 26/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

COMERC ENERGIA S.A.

(atual denominação da Comerc Participações S.A.) Companhia Aberta - Categoria A
CNPJ/MF nº 25.369.840/0001-57 - Código CVM 2628-0

Aviso aos Debenturistas - (Cód. IF: COMR12)

Comerc Energia S.A. (atual denominação da Comerc Participações S.A.) ("Companhia") (B3:COMR3) comunica aos seus acionistas, aos debenturistas e ao mercado em geral, nos termos do item 6.2. do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Companhia*", celebrado em 02 de junho de 2022, conforme aditado, que realizará o Resgate Antecipado Obrigatório Total das debêntures em circulação em **03 de maio de 2024**. Em conformidade com o exposto na Escritura de Emissão, o Resgate Antecipado Obrigatório Total será operacionalizado perante a B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO - Balcão B3 e corresponderá ao **(i)** Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário) a serem resgatadas, acrescido; **(ii)** da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário); e **(iii)** de prêmio equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório Total e a Data de Vencimento das Debêntures, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("**Valor do Resgate Obrigatório**"). Sendo assim, será feito o pagamento conforme abaixo: **• Saldo do Valor Nominal Unitário, incluindo a Remuneração e Prêmio, em 03/05/2024:** R$ 1.301,22359917; **• Quantidade de Debêntures:** 800.000; **• Saldo Devedor:** R$ 1.040.978.879,33. Os termos aqui utilizados em letra maiúscula e não definidos terão os significados que lhes são atribuídos nas respectivas Escrituras de Emissão. A Companhia manterá o mercado devidamente informado a respeito de eventuais desdobramentos das matérias abordadas neste Comunicado ao Mercado.

São Paulo, 18 de abril de 2024
Comerc Energia S.A.
(atual denominação da Comerc Participações S.A.)
Fernando Souza Oliveira
Diretor Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 18 de março de 2024, às 16h00, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos Conselheiros da Companhia: Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias; Secretário: Anderson Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros presentes do Conselho de Administração de forma unânime: a) autorizaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) nos termos do art. 18, alínea (ix) do Estatuto Social e da Delegação de Alçadas da Diretoria Estatutária aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023 ("Delegação de Alçadas"), autorizaram a Positivo Smart Tecnologia Ltda. ("Positivo Smart"), na qualidade de compradora, e a Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"), na qualidade de interveniente anuente e garantidora, a celebrar o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") com a

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/72DD-6474-6BA4-9D01 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 72DD-6474-6BA4-9D01

Hash do Documento

18F4044A8B1204C3C518988ED6C3AD770CAB54AB5E481302F9A534AD7BDE7187

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/04/2024 é(são) :

☑ Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 17/04/2024 21:35
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência Ten Meetings, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgada pela Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia").

2. CONVOCAÇÕES: Edital de Convocação foi publicado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 28 de março de 2024, bem como publicado nos termos do artigo 124, *caput* e §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), nas edições dos dias 02, 03 e 04 de abril dos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 02, 02 e 04, respectivamente) e "Jornal Diário Comercial" (Edição Nacional) (páginas B13, B12, B17, respectivamente), bem como em suas versões on-line, nas respectivas páginas da internet.

3. PUBLICAÇÕES: O Secretário da mesa comunicou que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram divulgados nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 20 de março de 2024, bem como publicados nos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 09 à 16) e "Jornal Diário Comercial" (páginas B13 à B14) no dia 26 de março de 2024. A Proposta da Administração e Manual do Acionista contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2024, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 7º, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/22.

4. PRESENÇAS: Presentes (a) na AGO, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia, e (b) na AGE, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia; conforme (i) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia; e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação à distância; nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. Presentes, ainda, (i) o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e RI da Companhia, (ii) Sr. Edson Rodrigues, representante da KPMG Auditores Independentes SS, auditor independente da Companhia, (iii) o Sr. Irineu Homan, representante do Conselho Fiscal da Companhia.

5. MESA: Presidente: Sr. Caio Gonçalves de Moraes
Secretário: Sr. Anderson Prehs

6. ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de

dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração; (iv) fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) examinar, discutir e votar a proposta de Incentivo de Longo Prazo: Plano de Opção de Compra de Ações.

7. LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA: (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; **(ii)** foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.

8. DELIBERAÇÕES: Após a **(i)** dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 48 da Resolução CVM 81/22; e **(ii)** análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes:

Em Assembleia Geral Ordinária

(i) Aprovar, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, tendo sido computados 42.864.616 votos a favor, 0 votos contrários e 33.684.542 abstenções, as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas, do parecer dos auditores independentes e dos pareceres do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal;

(ii) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de **246.757.602,85** (duzentos e quarenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) da seguinte forma:

a) **R$ 12.337.880,14** (doze milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais e quatorze centavos) para a constituição da reserva legal;

b) **R$ 175.814.792,03** (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais e três centavos) para a reserva de incentivos fiscais; e

c) **R$ 58.604.930,68** (cinquenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e trinta reais e sessenta e oito centavos) para distribuição a título de dividendos, resultando no valor de R$ 0,4182277274185630 por ação, tendo direito aos dividendos os acionistas assim identificados em 30 de abril de 2024. A partir de 2 de maio de 2024 (inclusive), as ações serão negociadas *ex-dividendos* na B3. O referido montante será pago em parcela única, sem correção monetária, em 31 de maio de 2024.

(iii) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros para o mandato que se inicia nesta Assembleia.

(iv) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano, a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025.

(v) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 72.429.266 votos a favor, 4.119.892 votos contrários e 0 abstenções, a eleição da chapa, composta por 9 (nove) membros, na forma contida na Proposta da Administração, para mandato de 1 (um) ano a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025, da seguinte forma:

a) reeleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Alexandre Silveira Dias**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 30.506.080-6 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o n° 158.558.418-55, domiciliado na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 6º andar, Cj. 61, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04.534-004;
b) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Helio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 1.217.176-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, domiciliado na Rua João Bettega, nº 5.200, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba, PR, CEP 81.350-000;
c) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Samuel Ferrari Lago**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 3.668.497-6 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o n° 599.964.209-49, domiciliado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, Curitiba, PR, CEP 80440-120;
d) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Giem Raduy Guimarães**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG n.º 1.529.538-4 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o n.º 755.250.039-53, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrilho, Curitiba, PR, CEP 80.710-570;
e) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Rodrigo Cesar Formighieri**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG n.º 3.640.858-8 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.949.989-39, residente e domiciliado Rua Buenos Aires nº 103, apto 904, Bairro Batel, Curitiba, PR, CEP 80250-070;
f) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Rafael Moia Vargas**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG n.º 6.682.811-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.164.139-96, domiciliado na Rua Jacarezinho, nº 80, Curitiba, PR, CEP 80.710-150;
g) reeleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Marcel Martins Malczewski**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 3236744-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 445.212.009-15, domiciliado na Av. Cândido de Abreu, nº 470, conj. 2210, Centro Cívico, CEP 80.530-000, Curitiba, PR;
h) eleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Fernando Costa de Freitas**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 11.347.652 (SSP-SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 129.345.398-65, domiciliado à Rua Marcos Mélega, nº 150, Edifício Pinus, apartamento 3, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05.466-010, São Paulo, SP; e

i) reeleger, como **Conselheira Independente**, a Sra. **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade Civil com RG nº 9.430.842-1 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 125.979.208-01, domiciliada na Rua Helena, nº 170, 15º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04.552-050.

Consignar que (a) os Srs. **Alexandre Silveira Dias**, **Marcel Martins Malczewski**, **Fernando Costa de Freitas** e **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** conforme declarações previamente apresentadas à Companhia, enquadram-se na definição de Conselheiro Independente constante do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (b) os membros do Conselho de Administração ora eleitos apresentaram previamente os respectivos currículos, nos termos da Resolução CVM nº 80/22.

Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações, no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/22, bem como se sujeitarão à cláusula compromissória prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

(vi) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 75.130.558 votos a favor, 779.900 votos contrários e 638.700 abstenções, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais).

(vii) A pedido de acionistas titulares de ações representativas de 0,45% do capital social com direito a voto da Companhia, foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. Contudo, considerando o percentual mínimo de 2% (dois por cento) previsto no artigo 161, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 70, restou prejudicada a instalação do Conselho Fiscal, em virtude do não atingimento do quórum mínimo legal aplicável. Por este motivo, também resta prejudicada a fixação da respectiva remuneração dos membros do Conselho Fiscal. Registre-se que, para este item de deliberação, foram computados 630.427 votos a favor, 71.463.739 votos contrários e 4.454.992 abstenções.

Em Assembleia Geral Extraordinária

(i) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 71.971.839 votos a favor, 4.237.319 votos contrários e 340.000 abstenções, nos termos da Proposta da Administração, o novo plano de opções de compra ações da Companhia, o qual é Anexo à presente Ata.

9. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada.

(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 30 de abril de 2024.

Anderson Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608

Acionistas presentes:

Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata:

HELIO BRUCK ROTENBERG
CIXARES LIBERO VARGAS
LUCAS RADUY GUIMARAES
GIEM RADUY GUIMARAES
PAULO FERNANDO FERRARI LAGO
SAMUEL FERRARI LAGO
THAIS SUSANA FERRARI LAGO
RAFAEL MOIA VARGAS
DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO
SOFIA GUIMARAES VON RIDDER
ISABELA CESAR FORMIGHIERI
RODRIGO CESAR FORMIGHIERI
RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI
BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA
BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY

Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata:

DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND
THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFORNIA
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS
EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU
ALASKA PERMANENT FUND
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
SPDR SP EMERGING MARKETS ETF
JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND
JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST
THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD
SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF
MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND
METIS EQUITY TRUST
COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN
CC AND L Q 140-40 FUND
ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II
CCL MULTI-STRATEGY FUND
ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I
ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT
MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND (

MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND
MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND
CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND
DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM
ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR
AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
MOPYATÃ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO
SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA
PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES
SFA MASTER FIA – BDR NÍVEL I

Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata:
HELIO BRUCK ROTENBERG
CIXARES LIBERO VARGAS
LUCAS RADUY GUIMARAES
GIEM RADUY GUIMARAES
PAULO FERNANDO FERRARI LAGO
SAMUEL FERRARI LAGO
THAIS SUSANA FERRARI LAGO
RAFAEL MOIA VARGAS
DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO
SOFIA GUIMARAES VON RIDDER
ISABELA CESAR FORMIGHIERI
RODRIGO CESAR FORMIGHIERI
RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI
BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA
BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY

Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata:
DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND

THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFORNIA
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS
EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU
ALASKA PERMANENT FUND
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
SPDR SP EMERGING MARKETS ETF
JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND
JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST
THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD
SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF
MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND
METIS EQUITY TRUST
COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN
CC AND L Q 140-40 FUND
ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II
CCL MULTI-STRATEGY FUND
ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I
ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT
MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND (
MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND
MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND
CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND
DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM
ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR
AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
MOPYATÃ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO
SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA
PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES
SFA MASTER FIA – BDR NÍVEL I

***

Anexo à Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Positivo Tecnologia S.A. de 30 de abril de 2024

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

DA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/ME Nº 81.243.735/0001-48
NIRE 41.300.071.977
Companhia Aberta

PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

1. OBJETIVOS DO PLANO E BENEFICIÁRIOS

O objetivo do presente Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações ("Plano") da **POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Bettega, nº 5.200, Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba - PR, CEP 81.350-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 81.243.735/0001-48 ("Companhia"), instituído nos termos do Art. 168, § 3°, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei das Sociedades por Ações"), é conceder aos Beneficiários, abaixo definidos, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia mediante o exercício das opções de compra de ações ("Opções"), visando alinhar os interesses de longo prazo dos Beneficiários aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor da Companhia.

1.1. São elegíveis para participar deste Plano os administradores, empregados da Companhia e/ou sociedades sob o seu Controle e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e/ou sociedades sob o seu Controle ("Beneficiários"), em favor dos quais a Companhia outorgue uma ou mais Opções, nos termos deste Plano.

1.1.1. Para os fins deste Plano "Controle" significa (i) o poder de eleger, direta ou indiretamente, a maioria dos administradores e de determinar e conduzir as políticas e administração da entidade em questão, quer isoladamente ou em conjunto com outras entidades sob Controle comum ou vinculadas a acordo de acionistas ou acordo de voto similar, ou (ii) a titularidade, direta ou indireta, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação/quota representativa do capital social votante da entidade em questão, quer isoladamente ou em conjunto com outras entidades sob Controle comum ou vinculadas a acordo de acionistas ou acordo de voto similar. Termos derivados de Controle, como "Controlada", "Controladora" e "sob Controle comum" terão significado análogo ao de Controle.

2. AÇÕES INCLUÍDAS NO PLANO

2.1. As ações objeto das Opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia na data de sua outorga ("Limite de Outorgas").

2.2. As Opções já outorgadas e ainda não exercidas, na data de aprovação deste Plano, no âmbito Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015 ("Plano de Outorga 2015"), deverão ser consideradas no Limite de Outorgas. A Companhia não outorgará novas opções de compra de ações no âmbito do Plano de Outorga 2015, o qual permanecerá em vigor apenas em relação às opções já outorgadas e existentes no âmbito de referido plano e programas correspondentes.

2.3. O Limite de Outorgas deverá ser calculado sobre o total de ações representativas do capital social da Companhia em bases totalmente diluídas, contemplando, inclusive, a potencial diluição decorrente do exercício das opções outorgadas no âmbito deste Plano e do Plano de Outorga 2015.

2.4. As Opções no âmbito deste Plano e do Plano de Outorga 2015, se rescindidas ou canceladas antes de serem plenamente exercidas, deixarão de ser consideradas no cálculo do Limite de Outorgas e, portanto, poderão ser novamente outorgadas.

2.5. Uma vez exercidas as Opções pelo Beneficiário, as Ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado. As Opções também poderão ser satisfeitas mediante a entrega aos Beneficiários de Ações existentes mantidas pela Companhia em tesouraria, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

2.5.1. A subscrição de novas Ações, e a compra de Ações em tesouraria, pelos Beneficiários serão denominadas, conjuntamente, "aquisição", para os efeitos deste Plano.

2.6. Nenhuma Ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da Opção, a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

2.7. Os acionistas, nos termos do que dispõe o Art. 171, § 3°, da Lei das Sociedades por Ações, não terão direito de preferência em virtude da outorga ou do exercício das Opções nos termos deste Plano.

3. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

3.1. O Plano será administrado pelo conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração") ou, por opção deste último, por um Comitê.

3.1.1. Para os fins deste Plano, o "Comitê", quando instalado, significa o comitê criado ou indicado pelo Conselho de Administração para auxiliar na administração e implementação do Plano. O Comitê será composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo pelo menos um deles, necessariamente, membro do Conselho de Administração.

3.2. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos deste Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, para a organização e administração do Plano e das outorgas de Opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo: (i) alterar ou extinguir o Plano e/ou Programas; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, observado o disposto na cláusula 3.3 abaixo; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das Opções vigentes; e (iv) observado o disposto na cláusula 9.3 deste Plano, antecipar o prazo de carência para o exercício das Opções vigentes.

3.3. Não obstante o disposto na cláusula 3.2, nenhuma decisão do Conselho de Administração ou do Comitê poderá, excetuados os ajustamentos permitidos por este Plano, (i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício das Opções outorgadas, conforme previsto neste Plano; ou (ii) sem o consentimento expresso e por escrito do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer outorga de

Opções.

4. TERMOS E CONDIÇÕES DAS OPÇÕES

4.1. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criarão, periodicamente, um ou mais programas de outorga de opções de compra de ações ("Programas"), onde serão definidos (i) os Beneficiários, (ii) o número total de Ações da Companhia objeto das Opções outorgadas, (iii) o Preço de Exercício, abaixo definido, observado o disposto na cláusula 5 abaixo, (iv) o prazo de carência durante o qual a Opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da Opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da Opção expirarão, observadas as hipóteses previstas neste Plano, (vi) eventuais restrições às Ações recebidas pelo exercício da Opção; (vii) regras de desligamento; e (viii) disposições sobre penalidades. Para fins do presente Plano, as Opções cujo prazo de carência já tenha transcorrido serão denominadas "Opções Vestidas", enquanto as Opções cujo prazo de carência não tenha transcorrido serão denominadas "Opções Não-Vestidas"

4.2. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, aprovará a celebração, com cada Beneficiário, do instrumento particular de outorga de opções de compra de ações ("Contrato de Opção"), por meio do qual a Companhia outorgará Opções ao Beneficiário. O Contrato de Opção deverá conter as condições específicas e individuais de cada outorga, como o número de Ações que o Beneficiário terá direito de adquirir mediante o exercício das Opções, e quaisquer outras condições que não estejam em desacordo com este Plano ou o respectivo Programa.

4.3. Nenhum Beneficiário terá qualquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, o direito de voto, direito ao recebimento de proventos relativos às Ações, até a data em que a propriedade das Ações subjacentes ao exercício das Opções for efetivamente transferida ao Beneficiário, nos termos deste Plano, do Programa e dos Contratos de Opção.

4.4. Nenhuma disposição do Plano, de qualquer Programa ou do Contrato de Opção conferirá a qualquer Beneficiário direitos com respeito à permanência como administrador, empregado ou prestador de serviços da Companhia e/ou de sociedades sob seu Controle e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos de a Companhia ou o Conselho de Administração, conforme o caso, interromper a qualquer tempo o mandato do administrador, o contrato de trabalho do empregado ou do contrato de prestação de serviços.

5. PREÇO DE EXERCÍCIO

5.1. O preço de exercício das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das Opções será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, a cada outorga e será equivalente ao valor médio das Ações, ponderado pelo volume, dos últimos 30 (trinta) pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") anteriores à Data de Outorga, abaixo definido, das Opções, podendo ser acrescido, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, de correção monetária até a data do efetivo exercício com base na variação de um índice de preços a ser determinado em cada Programa ("Preço de Exercício").

5.1.1. Em caso de oferta pública aprovada até 60 (sessenta) dias antes da Data de Outorga das Opções, o Preço de Exercício poderá ser, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, o preço de emissão praticado em referida oferta.

5.1.2. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa, uma redução de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício. A redução do Preço de Exercício em determinado Programa não obrigará a redução, ou a redução no mesmo percentual, nos Programas posteriores.

5.2. O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê em cada Programa.

5.3. Do Preço de Exercício será deduzido o valor dos proventos líquidos por Ação declarados pela Companhia a partir da Data de Outorga.

5.3.1. Para os fins deste Plano, "Data de Outorga" significa, em relação às Opções outorgadas a cada um dos Beneficiários, a data de assinatura dos seus respectivos Contratos de Opção por meio dos quais as Opções forem outorgadas aos Beneficiários.

6. DAS RESTRIÇÕES QUANTO À ALIENAÇÃO DAS AÇÕES

6.1. O Conselho de Administração ou o Comitê, em cada Programa, poderá prever que a alienação de Ações adquiridas no âmbito deste Plano dar-se-á respeitado o direito de preferência da Companhia ou de suas Controladas, Beneficiários ou não do Plano, em igualdade de condições.

6.6.1. Para os fins deste Plano, "Ações" significam as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia. Também serão consideradas "Ações", para os efeitos do Item 6.1 acima, as Ações que venham a ser adquiridas pelo Beneficiário em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de Ações, desde que tais Ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das Ações objeto deste Plano.

6.2. Caso o direito de preferência seja aplicável, nos termos do Item 6.1 acima, o Beneficiário não deverá onerar as Ações ou instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto neste Plano.

7. DESLIGAMENTO, FALECIMENTO, INVALIDEZ PERMANENTE OU APOSENTADORIA

7.1. Na hipótese de desligamento do Beneficiário, o direto de o Beneficiário manter as Opções não Vestidas bem como de exercer as Opções Vestidas será regulado nos respectivos Programas e/ou nos Contratos de Opção.

7.1.1. Para os fins deste Plano "Desligamento" significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, coloque fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia ou com a Controlada que o qualificou para a outorga das Opções, o que abrange as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador; rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços. Desligamento não abrange as hipóteses de: (a) alteração da relação jurídica do Beneficiário com a Companhia, contanto que, após a referida alteração,

o Beneficiário ainda seja considerado administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços; (b) morte ou invalidez permanente; ou (c) aposentadoria.

7.1.2. Desligamento por Iniciativa da Companhia. Em caso de desligamento do Beneficiário por iniciativa da Companhia ou de sua Controlada, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 60 (sessenta) dias contados da data do Desligamento. Em caso de o desligamento do Beneficiário ocorrer em decorrência de justa causa, devidamente comprovada, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Vestidas quanto as Opções Não-Vestidas na data do Desligamento.

7.1.3. Desligamento por Iniciativa do Beneficiário. Em caso de desligamento do Beneficiário por sua própria iniciativa, por qualquer razão, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 30 (trinta) dias contados da data do Desligamento.

7.2. Falecimento ou Invalidez Permanente. No caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, todas as Opções Não-Vestidas terão o prazo de carência antecipado, tornando-se Opções Vestidas. O Beneficiário terá o direito de exercer as Opções Vestidas (inclusive aquelas cujo prazo de carência foi antecipado), desde que o exercício ocorra em até 90 (noventa) dias contados da data do evento do falecimento ou invalidez permanente. As Opções Vestidas em razão do falecimento do Beneficiário poderão ser exercidas pelos herdeiros sucessores do Beneficiário, por sucessão legal ou por disposição testamentária ou pelo inventariante do espólio do Beneficiário; ou no caso de invalidez permanente, pelo próprio Beneficiário.

7.3. Aposentadoria. No caso de aposentadoria do Beneficiário, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação da aposentadoria.

8. AJUSTES

8.1. Se as Ações existentes da Companhia forem aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em Ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustes apropriados no número de Ações objeto de outorga de Opções não exercidas. Quaisquer ajustes nas Opções serão feitos com ajuste correspondente ao Preço de Exercício por Ação.

8.2. Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação ou incorporação de ações, fusão, cisão ou outras formas de reorganização da Companhia, ou de oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, (i) o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, avaliará (a) a

antecipação da carência ou do prazo final para o exercício das Opções outorgadas de Programas em vigor; ou (b) a extinção das Opções Não-Vestidas de Programas, ou (ii) estabelecerá por escrito a permanência do Plano e a assunção das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por novas opções ou ações da Companhia sucessora, sendo feitos os ajustamentos apropriados no número e preço de exercício das Opções ou das ações, conforme o caso, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

8.3. Os ajustes segundo as condições do Item 8.2 acima serão feitos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de Ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustamentos.

9. VIGÊNCIA E TÉRMINO DO PLANO

9.1. Este Plano entrará em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das Ações e ao disposto nas cláusulas 3.3 e 6.1 acima.

9.2. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista neste Plano ou no Contrato de Opção, as Opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral; (ii) após o decurso do prazo máximo de exercício; (iii) mediante o distrato do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) em determinadas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, conforme a Cláusula 7.

9.3. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de opções de compra de ações, poderá levar à revisão integral deste Plano.

10. OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES

10.1. Adesão. A assinatura do Contrato de Opção implicará na expressa aceitação de todos os termos do Plano, do Programa e do Contrato de Opção pelo Beneficiário. Adicionalmente, os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis as companhias abertas em geral e aquelas estabelecidas pela Companhia.

10.2. Cessão. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano e do Contrato de Opção não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência por escrito da Companhia.

10.3. Novação. Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção de qualquer das partes do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurado por lei, pelo Plano, pelo Programa ou pelo Contrato de Opção, nem a eventual tolerância de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações por qualquer das partes, impedirá que a outra parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em lei.

*****

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDERSON HENRIQUE PREHS, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o n° 34608, inscrito no CPF n° 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00421193913	34608	ANDERSON HENRIQUE PREHS

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

CB VISUAL EIRELI, CNPJ 17.961.281/0001-41, torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS para SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA; FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIDRO, ESTRUTURAS METÁLICAS E DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS, instalada na rua DAS ARAUCARIAS, 6920- Chapada - Araucária PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

CB VISUAL EIRELI, CNPJ 17.961.281/0001-41, toma público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Araucária, a Licença Simplificada para SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA; FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIDRO, ESTRUTURAS METÁLICAS E DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS, (Concessão da Licença Simplificada válida até 04/08/2024 - LAS 122/2020), a ser implantada rua DAS ARAUCARIAS, 6920- Chapada - Araucária PR.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 16ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI - Rua Mateus Leme, 1142 – 5º Andar - Atendimento: 12:00 às 18:00 horas – Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41)3254-7870 - Celular: (41) 99174-6574 - E-mail: CTBA-16VJ-E@tjpr.jus.br **EDITAL DE CITAÇÃO DE ELIAS FRANCISCO COELHO** e **COMERCIAL PRINT LUX EIRELI,** na pessoa de seu representante legal - Elias Francisco Coelho, **COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS** Processo: **0027383-60.2022.8.16.0001** Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Contratos Bancários Valor da Causa: R$444.641,43 Exequente(s): **BANCO BRADESCO S/A** (CPF/CNPJ: 60.746.948/0001-12) Executado(s): **COMERCIAL PRINT LUX EIRELI** (CPF/CNPJ: 28.818.594/0001-61) representado(a) por **ELIAS FRANCISCO COELHO** (RG: 62734264 SSP/PR e CPF/CNPJ: 922.945.619-53) **ELIAS FRANCISCO COELHO** (RG: 62734264 SSP/PR e CPF/CNPJ: 922.945.619-53) A DOUTORA JULIANE VELLOSO STANKEVECZ, MM. Juíza de Direito da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, na forma da Lei etc... **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo e Cartório, sito à Rua Mateus Leme, nº 1142, 5º Andar Fórum Cível II Curitiba-PR, tramitam os autos acima mencionados, cuja petição inicial, em síntese, aduz o seguinte: "Em data de 13 de dezembro de 2021, a Empresa Executada, avalizada pelo Segundo Executado, firmou com o Exequente, Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças, (número contábil interno 385/5331346), pelo importe confessado de R$ 385.887,75 (trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), discriminando-se no pacto as dívidas renegociadas. De comum acordo se estabeleceu o importe de R$ 385.880,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais) para efeito de renegociação (Valor Confessado: R$ 385.887,75 - Valor do Desconto, Condicionado ao Pontual Pagamento: R$ 7,75 = R$ 385.880,00), a ser restituído em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R$ 8.757,94 (oito mil, setecentos e cinquenta e sete reais e noventa e quatro centavos), cada uma, vencendo a primeira em 01 de março de 2022 e as demais em igual dia dos meses subsequentes, conforme condições estabelecidas no Instrumento mencionado. Para garantia do cumprimento da obrigação pactuada, o primeiro Executado emitiu na mesma data (13/12/2021) em favor do ora Exequente, uma (01) Nota Promissória de inteiro efeito cambial, portanto certa, líquida e exigível, no importe de R$ 525.476,57 (quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) devidamente avalizada pelo segundo Executado. - Ocorre que os Executados inadimpliram a renegociação a partir da 01a (primeira) parcela contratada, vencida em 01 de março de 2022, o que ensejou a antecipação de todo o débito, conforme cláusula 6ª do Instrumento Particular de Confissão de Dívida. Contudo, apesar das diversas tentativas do Exequente em receber o valor integral de seu crédito, que atualizado até 27 de outubro de 2022 perfaz o importe de R$ 444.641,43 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e três centavos), até a presente data seus esforços resultaram infrutíferos, restando apenas ao credor, ora Exequente, à propositura da presente Execução, como meio para ressarcimento de seu crédito." Assim através do presente edital ficam os devedores **ELIAS FRANCISCO COELHO** e **COMERCIAL PRINT LUX EIRELI,** na pessoa de seu representante legal - Elias Francisco Coelho, **CITADOS** para efetuar(em) o pagamento do débito no valor de (R$ 444.641,43), no prazo de três (03) dias, (art.829, NCPC), acrescido de correção monetária e dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento), sobre o valor do débito (art.827, NCPC), honorários que serão reduzidos à metade em caso de pagamento no referido prazo (art.827, §1º, NCPC). O valor dos honorários poderá ser elevado até 20% (vinte por cento), quando rejeitados os embargos à execução (art.827, §2o, NCPC). **CIENTIFICANDO-O(S)** de que, no prazo de 15 (quinze) dias, pode(m) opor(em) embargos à execução, independentemente de garantia do juízo (art.914 e 915, NCPC), sem prejuízo ao prosseguimento da execução, que não se suspende (art.919, NCPC), ressalvado o disposto no art.919, §1o, NCPC. Não ocorrendo o pagamento, será efetuada a penhora de tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito reclamado, procedendo-se de imediato a avaliação, lavrando-se o respectivo auto. OBS.: os prazos para pagamento e/ou embargos, contam-se após 20 (vinte) dias da publicação do presente edital. **Curitiba, 02 de maio de 2024. Eu Taka Sonehara, Escrivã, mandei digitar. EDITAL ASSINADO DIGITALMENTE JULIANE VELLOSO STANKEVECZ Juíza de Direito Substituta.**

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião da Assembleia Ordinária e Extraordinária Realizada em 30/04/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 30/04/2024, às 15:00h, por meio da plataforma de videoconferência Ten Meeting. **2. Presentes:** Acionistas representando 54,63% do capital votante, conforme (i) boletins de voto a distância; e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação a distância. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. **Caio Gonçalves de Mores** e como Secretário o Sr. **Anderson Henrique Prehs**. **4. Deliberações:** após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado; e (ii) a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes: ***Em Assembleia Ordinária:*** (i) aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$ 246.757.602,85; (iii) aprovar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros para o mandato que se inicia na Assembleia; (iv) aprovar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025; (v) aprovar a eleição da chapa de Conselheiros da Administração; (vi) aprovar a fixação remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R$ 18.400.000,00; (vii) a pedido de acionistas titulares de ações representativas de 0,45% do capital social com direito a voto da Companhia, foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. Contudo, considerando o percentual mínimo de 2% (dois por cento) previsto na legislação vigente, restou prejudicada a instalação do Conselho Fiscal, em virtude do não atingimento do quórum. ***Em Assembleia Extraordinária:*** (i) aprovar o novo plano de opções de compra ações da Companhia. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 30/04/2024. Anderson Prehs - Secretário. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 03/05/2024 sob o nº 20243137095, protocolo 243137095 de 03/05/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A integra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.





Metrópole ESPORTE

Sidney Togumi, atleta e técnico de trail, faz palestra na Procorrer, em Curitiba

O encontro, com de troca experiências e bate papo, será amanhã, às 18h30, na loja Procorrer. Inscrições gratuitas

Nessa terça, 7 de maio, às 18h30, Sidney Togumi, atleta e técnico de trail e um dos maiores nomes da modalidade no Brasil, recebe apaixonados por esporte para uma palestra na loja Procorrer, em Curitiba. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas aqui. A Procorrer fica na Rua Vicente Machado, 318, Centro, Curitiba.

Sidney Togumi sempre teve forte ligação com o esporte. Na infância praticou basebol, judô, natação. Formou-se em Educação Física, conheceu o triathlon e depois a corrida de aventura, quando a modalidade chegou ao Brasil. No trail running se tornou um especialista e uma referência.

"Minha primeira formação é em análise de sistemas. Quando decidi pela Educação Física, meu sonho era participar de Jogos Olímpicos – queria ir como treinador de natação, esporte com o qual estava mais envolvido. Trabalhei em escolas de natação por muito tempo e também com alto nível, como auxiliar técnico do grande atleta Ricardo Prado, no antigo Programa Projeto Futuro", conta Togumi.

Há mais de 20 anos tornou-se técnico de corrida e levou muitos alunos para o asfalto. Em 2009, foi para o trail. Na modalidade realizou parte de seu sonho profissional, compondo a delegação técnica em vários campeonatos mundiais. "Estivemos presentes em competições pelo mundo e venho galgando posicionamento no trail desde então."





Em 2013, trouxe para o Brasil o La Mision Race – prova de trail de origem argentina, com distâncias de até 80K. No Brasil, ela é realizada na Serra Fina, na cidade de Passa Quatro (MG). Foi quando também passou a focar totalmente no trail com sua assessoria esportiva, a UPFITRAIL.

Como atleta, suas conquistas passam por Tor Des Géants 330K, Itália (2016/ 2018); PTL 240K, França (2013/ 2015); UTMB 170K, França (2012/ 2014); La Mision Race 100 milhas, Argentina (cinco vezes); The North Face Endurance 80K, Chile (2012); Patagonia Run 100K, Argentina (2010/ 2012); Patagonia Run 42K, Argentina (2023); IRONMAN Brasil (oito vezes). E entre os projetos que deseja realizar estão: Marathon des Sables (ultramaratona no deserto do Sahara, com seis estágios vencidos em sete dias, média de 250 quilômetros), de maneira 100% autossuficiente; cumprir o desafio Everesting; e UTMB 100 milhas.

Tudo isso rende boas histórias. Por isso Togumi também tem atuado como palestrante, dividindo suas experiências tanto em eventos esportivos com atletas interessados no tema, como em empresas dos mais diversos segmentos, usando os aprendizados do trail como paralelos da vida e do mundo corporativo. "O que mais a gente faz em uma corrida? Toma decisões, vai se adaptando. A gente não controla nada, a gente se adapta. E o que é a vida se não isso?", reflete.

Que tal falar de tomada de decisões, adaptações, processo de treinamento/ crescimento pessoal? Que tal falar de corrida para falar de vida?

Instagram sidneytogumi

MAIS INFORMAÇÕES

Yara Achôa

(11) 99980-2582

assessoria@yaraachoa.com.br

Metrópole Automobilismo



Felipe Drugovich se juntará à Cadillac para as 24 Horas de Le Mans

Piloto de desenvolvimento da Aston Martin na Fórmula 1, Felipe Drugovich, é anunciado como um dos nomes do trio da Cadillac para as 24 horas de Le Mans em junho

O paranaense de 23 anos foi convidado para se juntar à Action Express Racing, ao lado de Pipo Derani e Jack Aitken, pilotos que completam a temporada completa da equipe no IMSA SportsCar Championship, dirigindo o Cadillac V-Series #311 R LMDh.

Gary Nelson, chefe da Action Express, revelou que Drugovich já estava no radar da equipe há algum tempo. "Após vê-lo pilotar um carro esportivo recentemente na ELMS, tivemos a chance de conhecê-lo pessoalmente e trabalhar com ele em alguns testes de simulador", explicou Nelson.

Após vencer a Fórmula 2 em 2022, Drugovich esperou por uma vaga na Fórmula 1, passando o ano de 2023 sem competir. No entanto, voltou às pistas este ano com a Vector Sport na European Le Mans Series e agora foi convidado a competir pela Cadillac nas 24 Horas de Le Mans.

O brasileiro comemorou a oportunidade e a definiu como uma das mais importantes da carreira até o momento. "As 24 Horas de Le Mans são impossíveis de definir em palavras, tal é a sua magia e importância para os carros em geral e para o automobilismo em particular", afirmou o piloto, que já venceu a Le Mans Virtual duas vezes.

A largada das 24 Horas de Le Mans está prevista para o dia 15 de junho e você pode acompanhar a transmissão pela Rede Bandeirantes, o streaming do motorsport.com que chegou ao Brasil e tambem pela transmissão do Grande Prêmio.

COLABORAÇÃO DE GABRIELLE TIEPOLO DA LUZ <TIEPOLO.GABRIELLE@GMAIL.COM>

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº41300071977 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência Ten Meetings, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgada pela Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"). **2. Convocações:** Edital de Convocação foi publicado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 28 de março de 2024, bem como publicado nos termos do artigo 124, *caput* e §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), nas edições dos dias 02, 03 e 04 de abril dos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 02, 02 e 04, respectivamente) e "Jornal Diário Comercial" (Edição Nacional) (páginas B13, B12, B17, respectivamente), bem como em suas versões on-line, nas respectivas páginas da internet. **3. Publicações:** O Secretário da mesa comunicou que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram divulgados nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 20 de março de 2024, bem como publicados nos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 09 a 16) e "Jornal Diário Comercial" (páginas B13 a B14) no dia 26 de março de 2024. A Proposta da Administração e Manual do Acionista contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2024, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 7º, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/22. **4. Presenças:** Presentes (a) na AGO, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia, e (b) na AGE, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia; conforme (i) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia; e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação à distância; nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. Presentes, ainda, (i) o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e RI da Companhia, (ii) Sr. Edson Rodrigues, representante da KPMG Auditores Independentes SS, auditor independente da Companhia, (iii) o Sr. Irineu Homan, representante do Conselho Fiscal da Companhia. **5. Mesa:** Presidente: Sr. Caio Gonçalves de Moraes; Secretário: Sr. Anderson Prehs. **6. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração; (iv) fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) examinar, discutir e votar a proposta de Incentivo de Longo Prazo: Plano de Opção de Compra de Ações. **7. Leitura de Documentos e Lavratura Da Ata: (i)** Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; **(ii)** foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **8. Deliberações:** Após a **(i)** dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 48 da Resolução CVM 81/22; e **(ii)** análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes: ***Em Assembleia Geral Ordinária*: (i)** Aprovar, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, tendo sido computados 42.864.616 votos a favor, 0 votos contrários e 33.684.542 abstenções, as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas, do parecer dos auditores independentes e dos pareceres do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal; **(ii)** Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de **246.757.602,85** (duzentos e quarenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) da seguinte forma: a) R$ **12.337.880,14** (doze milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais e quatorze centavos) para a constituição da reserva legal; b) **R$ 175.814.792,03** (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais e três centavos) para a reserva de incentivos fiscais; e c) **R$ 58.604.930,68** (cinquenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e trinta reais e sessenta e oito centavos) para distribuição a título de dividendos, resultando no valor de R$ 0,4182277274185630 por ação, tendo direito aos dividendos os acionistas assim identificados em 30 de abril de 2024. A partir de 2 de maio de 2024 (inclusive), as ações serão negociadas *ex-dividendos* na B3. O referido montante será pago em parcela única, sem correção monetária, em 31 de maio de 2024. **(iii)** Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros para o mandato que se inicia nesta Assembleia. **(iv)** Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano, a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025. **(v)** Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 72.429.266 votos a favor, 4.119.892 votos contrários e 0 abstenções, a eleição da chapa, composta por 9 (nove) membros, na forma contida na Proposta da Administração, para mandato de 1 (um) ano a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025, da seguinte forma: a) reeleger, como **Conselheiro Independente,** o Sr. **Alexandre Silveira Dias,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 30.506.080-6 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 158.558.418-55, domiciliado na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 6º andar, Cj. 61, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04.534-004; b) reeleger, como **Conselheiro,** o Sr. **Helio Bruck Rotenberg,** brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 1.217.176-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, domiciliado na Rua João Bettega, nº 5.200, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba, PR, CEP 81.350-000; c) reeleger, como **Conselheiro,** o Sr. **Samuel Ferrari Lago,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 3.668.497-6 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, domiciliado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, Curitiba, PR, CEP 80440-120; d) reeleger, como **Conselheiro,** o Sr. **Giem Raduy Guimarães,** brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.529.538-4 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 755.250.039-53, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrilho, Curitiba, PR, CEP 80.710-570; e) reeleger, como **Conselheiro,** o Sr. **Rodrigo Cesar Formighieri,** brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 3.640.858-8 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.949.989-39, residente e domiciliado Rua Buenos Aires nº 103, apto. 904, Bairro Batel, Curitiba, PR, CEP 80250-070; f) reeleger, como **Conselheiro,** o Sr. **Rafael Moia Vargas,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.682.811-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.164.139-96, domiciliado na Rua Jacarezinho, nº 80, Curitiba, PR, CEP 80.710-150; g) reeleger, como **Conselheiro Independente,** o Sr. **Marcel Martins Malczewski,** brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 3236744-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº445.212.009-15, domiciliado na Av. Cândido de Abreu, nº470, conj. 2210, Centro Cívico, CEP 80.530-000, Curitiba, PR; h) eleger, como **Conselheiro Independente,** o Sr. **Fernando Costa de Freitas,** brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 11.347.652 (SSP-SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 129.345.398-65, domiciliado à Rua Marcos Mélega, nº 150, Edifício Pinus, apartamento 3, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05.466-010, São Paulo, SP; e i) reeleger, como **Conselheira Independente,** a Sra. **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade Civil com RG nº 9.430.842-1 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 125.979.208-01, domiciliada na Rua Helena, nº 170, 15º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04.552-050. Consignar que (a) os Srs. **Alexandre Silveira Dias, Marcel Martins Malczewski, Fernando Costa de Freitas** e **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** conforme declarações previamente apresentadas à Companhia, enquadram-se na definição de Conselheiro Independente constante do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (b) os membros do Conselho de Administração ora eleitos apresentaram previamente os respectivos currículos, nos termos da Resolução CVM nº 80/22. Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações, no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/22, bem como se sujeitarão à cláusula compromissória prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia. **(vi)** Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 75.130.558 votos a favor, 779.900 votos contrários e 638.700 abstenções, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais). **(vii)** A pedido de acionistas titulares de ações representativas de 0,45% do capital social com direito a voto da Companhia, foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. Contudo, considerando o percentual mínimo de 2% (dois por cento) previsto no artigo 161, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 70, restou prejudicada a instalação do Conselho Fiscal, em virtude do não atingimento do quórum mínimo legal aplicável. Por este motivo, também resta prejudicada a fixação da respectiva remuneração dos membros do Conselho Fiscal. Registre-se que, para este item de deliberação, foram computados 630.427 votos a favor, 71.463.739 votos contrários e 4.454.992 abstenções. ***Em Assembleia Geral Extraordinária*: (i)** Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 71.971.839 votos a favor, 4.237.319 votos contrários e 340.000 abstenções, nos termos da Proposta da Administração, o novo plano de opções de compra ações da Companhia, o qual é Anexo à presente Ata. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)*. Curitiba, 30 de abril de 2024. **Anderson Prehs -** *Secretário - 0ABIPR 34.608.* ***Acionistas presentes:*** Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata: HELIO BRUCK ROTENBERG; CIXARES LIBERO VARGAS; LUCAS RADUY GUIMARAES; GIEM RADUY GUIMARAES; PAULO FERNANDO FERRARI LAGO; SAMUEL FERRARI LAGO; THAIS SUSANA FERRARI LAGO; RAFAEL MOIA VARGAS; DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO; SOFIA GUIMARAES VON RIDDER; ISABELA CESAR FORMIGHIERI; RODRIGO CESAR FORMIGHIERI; RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI; BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA; BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY. Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata: DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND; THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFÓRNIA; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU; ALASKA PERMANENT FUND; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; SPDR SP EMERGING MARKETS ETF; JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND; JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST; THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD; SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND; METIS EQUITY TRUST; COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN; CC AND L Q 140-40 FUND; ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II; CCL MULTI-STRATEGY FUND; ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I; ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND (MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND; CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND; DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM; ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR; AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; MOPYATÃ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO; SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES SFA MASTER FIA - BDR NÍVEL I. Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata: HELIO BRUCK ROTENBERG; CIXARES LIBERO VARGAS; LUCAS RADUY GUIMARAES; GIEM RADUY GUIMARAES; PAULO FERNANDO FERRARI LAGO; SAMUEL FERRARI LAGO; THAIS SUSANA FERRARI LAGO; RAFAEL MOIA VARGAS; DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO; SOFIA GUIMARAES VON RIDDER; ISABELA CESAR FORMIGHIERI; RODRIGO CESAR FORMIGHIERI; RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI; BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA; BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY. Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata: DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND; THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFÓRNIA; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU; ALASKA PERMANENTFUND; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; SPDR SP EMERGING MARKETS ETF; JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND; JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST; THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD; SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND; METIS EQUITY TRUST; COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN; CC AND L Q 140-40 FUND; ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II; CCL MULTI-STRATEGY FUND; ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND; (MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND; CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND; DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM; ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR; AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; MOPYATÃ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO; SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA; PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES; SFA MASTER FIA - BDR NÍVEL I. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 03/05/2024 sob o nº 20243137095. Protocolo: 243137095 de 03/05/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 7/05/2024

Documento assinado e certificado digitalmente Por EDITAL CENTER LTDA. 04.150.383/0001-35 A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** para acessar a página de **Publicidade Legal Certificada** no portal do **Metópole Jornal.** Acesse também através do link: **https://metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais**

Este documento foi assinado digitalmente por 2 signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.safeweb.com.br/portal/ValidadorPublic?publicID=6EE0E1C5-B63A-43EB-823F-6C508167AA31

www.metropolejornal.com.br

PUBLICIDADE LEGAL EDIÇÃO DIGITAL

(41) 3024-6766

RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:
https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=6EE0E1C5-B63A-43EB-823F-6C508167AA31

Chave de acesso: 6EE0E1C5-B63A-43EB-823F-6C508167AA31

Hash do documento
d84a02f4edb901a4658c8dbab7c49e5ce08271e7e280091635507632ba9df6a5

Documento disponível em

Documento(s) gerado(s) em 06-05-2024, com o(s) seguinte(s) participante(s):

EDITAL CENTER LTDA - 04.150.383/0001-35 em 06/05/2024 23:16:52 UTC-03:00
Tipo de Participante: Assinatura Digital
Identificação: Por e-mail: cial@ctbametropole.com.br
Geolocalização: Latitude: -25.3922081 Longitude: -49.25254
IP: 168.181.48.86

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil

PrismaQuali Gestão Ativa de Participações S.A.

CNPJ nº 40.203.054/0001-79

Relatório da Diretoria - Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Exercício findo em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**4.487**	6
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	6
Títulos e valores mobiliários	**4.483**	-
Ativo não circulante	**1.604.494**	-
Investimentos	**1.604.494**	-
Total do ativo	**1.608.981**	6

Passivo	2023	2022
Passivo circulante	**30**	-
Obrigações fiscais	**30**	-
Passivo não circulante	**-**	-
Patrimônio líquido	**1.608.951**	6
Capital social	**1.632.312**	7
Reservas de capital	**929**	-
Prejuízos acumulados	**(24.339)**	(3)
Adiant. p/futuro aum. de capital	**49**	2
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.608.981**	6

Demonstrações Financeiras do Resultado Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita líquida	**-**	-
Custos e despesas operacionais	**(24.381)**	(1)
Serviços de terceiros	**-**	**(1)**
Despesas Comerciais	**(16)**	-
Equivalência Patrimonial	**(24.365)**	-
Lucro/(prej.) antes do resultado financeiro e impostos s/o lucro	**(24.381)**	**(1)**
Resultado financeiro líquido	**75**	**(1)**
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	**(24.306)**	**(2)**
IR e contribuição social	**(30)**	-
Lucro/(prej.) líq. do exercício	**(24.336)**	**(2)**

Notas Explicativas - Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da PrismaQuali Gestão Ativa de Participações S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida
Contador - CRC/RJ 068910/O-6 - CPF 967.034.827-72

RDSL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/ME nº 07.012.936/0001-81

Relatório da Diretoria - Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**602**	603
Caixa e equivalentes de caixa	**2**	3
Outros	**600**	600
Ativo não circulante	**40.725**	38.645
Partes Relacionadas	**100**	100
Imobilizado	**40.625**	38.546
Total do ativo	**41.327**	39.248

Passivo	2023	2022
Passivo circulante	**-**	12
Fornecedores	**(10)**	(10)
Obrigações fiscais	**10**	22
Passivo não circulante	**1**	1
Partes Relacionadas	**1**	1
Patrimônio líquido	**41.326**	39.235
Capital social	**40.305**	20.762
Reservas de lucros	**(235)**	(226)
Adiant. p/futuro aum. de capital	**1.256**	18.699
Total do passivo	**41.327**	39.248

Demonstração Financeira do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita líquida	**-**	-
Custos e despesas operacionais	**(6)**	(200)
Serviços de terceiros	**(1)**	(197)
Despesas comerciais	**(3)**	(3)
Outros custos e desp. operacionais	**(2)**	-
Lucros antes do resultado financeiro e impostos s/o lucro	**(6)**	(200)
Resultado financeiro líquido	**(3)**	-
Lucro antes dos imps. s/o lucro	**(9)**	(200)
Impostos sobre o lucro	**-**	-
Lucro líquido do exercício	**(9)**	(200)

Notas Explicativas - Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da RDSL Empreendimentos Imobiliários S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida
Contador - CRC/RJ 068910/O-6 - CPF 967.034.827-72

CLINIVAC - CLÍNICA PEDIÁTRICA S.A.

CNPJ nº 08.687.219/0001-12

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetendo a apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**2.213**	1.839
Caixa e equivalentes de caixa	**87**	81
Títulos e valores mobiliários	**-**	518
Contas a receber	**1.406**	1.193
Estoques	**667**	-
Impostos a recuperar	**39**	31
Outros	**14**	16
Ativo não circulante	**2.408**	2.399
Partes relacionadas	**-**	381
Impostos diferidos	**692**	-
Imobilizado	**1.709**	2.007
Intangível	**7**	11
Total do ativo	**4.621**	4.238

Passivo	2023	2022
Passivo circulante	**3.060**	1.333
Fornecedores	**698**	882
Empréstimos e financiamentos	**1.824**	143
Salários, provisões e encargos sociais	**230**	201
Obrigações fiscais	**199**	83
Outros	**109**	24
Passivo não circulante	**3**	-
Partes relacionadas	**3**	-
Patrimônio líquido	**1.558**	2.905
Capital social	**3.140**	1.810
Reservas de Capital	**-**	1.330
Prejuízos acumulados	**(1.582)**	(235)
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.621**	4.238

Demonstrações financeiras do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita Bruta - Hospitalar	**5.801**	2.676
Glosas e Cancelamentos	**-**	11
Deduções	**(328)**	(151)
Receita líquida	**5.473**	2.536
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	**(1.789)**	(496)
Materiais e medicamentos	**(4.185)**	(1.520)
Serviços de terceiros	**(604)**	(280)
Utilidades e serviços	**(80)**	(21)
Aluguéis	**(411)**	(123)
Depreciação e Amortização	**(86)**	(2)
Despesas Comerciais	**(2)**	-
Outros custos e despesas operacionais	**(127)**	8
Total dos custos e despesas operacionais	**(7.284)**	(2.434)
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**(1.811)**	102
Resultado financeiro líquido	**(117)**	(75)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	**(1.928)**	27
IR e contribuição social	**655**	(49)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	**(1.273)**	(21)

Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da CLINIVAC - Clinica Pediátrica S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida - Contador - CRC/RJ 068910/O-6 - CPF: 967.034.827-72.

HNA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 00.135.661/0001-24

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetendo a apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2022. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**4.819**	5.349
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	1.824
Títulos e valores mobiliários	**949**	629
Contas a receber	**2.892**	2.896
Outros	**972**	-
Ativo não circulante	**6.099**	4.985
Partes relacionadas	**152**	130
Imobilizado	**5.881**	4.855
Intangível	**66**	-
Total do ativo	**10.918**	10.334

Passivo	2022	2022
Passivo circulante	**780**	176
Fornecedores	**-**	-
Salários, provisões e encargos sociais	**-**	-
Obrigações fiscais	**180**	164
Tributos parcelados	**589**	-
Outros	**11**	12
Passivo não circulante	**7.161**	7.447
Partes Relacionadas	**23**	-
Obrigações fiscais	**-**	308
Provisão para perdas em investimentos	**130**	130
Outros	**7.008**	7.009
Patrimônio líquido	**2.977**	2.711
Capital social	**12.615**	16.315
Reservas de capital	**1.176**	1.176
Ações em tesouraria	**(216)**	(216)
Reservas de lucros	**(10.598)**	(14.564)
Total do passivo e patrimônio líquido	**10.918**	10.334

Demonstrações Financeiras do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita bruta	**3.727**	3.521
Deduções	**(136)**	(118)
Receita líquida	**3.591**	3.403
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	**-**	-
Serviços de terceiros	**(1)**	(3)
Depreciação e Amortização	**(2)**	-
Despesas Comerciais	**(5)**	(2)
Outros custos e despesas operacionais	**(124)**	(10)
Total dos custos e despesas operacionais	**(132)**	(15)
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**3.459**	3.388
Resultado financeiro líquido	**994**	(110)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	**4.453**	3.278
Impostos sobre o lucro	**(488)**	(846)
Lucro líquido do exercício	**3.965**	2.432

Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da HNA Empreendimentos e Participações S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida - Contador
CRC/RJ 068910/O-6 - CPF: 967.034.827-72

CLINP CLÍNICA PEDIÁTRICA S.A.

CNPJ nº 51.768.133/0001-43

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetendo à apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.

Balanços patrimoniais Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**3.704**	2.119
Caixa e equivalentes de caixa	**-**	80
Títulos e valores mobiliários	**55**	27
Contas a receber	**2.649**	1.832
Estoques	**877**	-
Impostos a recuperar	**123**	119
Outros	**-**	61
Ativo não circulante	**7.074**	4.634
Partes relacionadas	**1**	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**1.675**	-
Depósitos judiciais	**(3)**	-
Imobilizado	**4.031**	4.622
Direito de uso - Arrendamento	**1.363**	-
Intangível	**8**	12
Total do ativo	**10.778**	6.753

Passivo	2023	2022
Passivo circulante	**5.646**	1.868
Fornecedores	**1.342**	1.296
Empréstimos e financiamentos	**3.220**	107
Salários, provisões e encargos sociais	**232**	350
Obrigações fiscais	**333**	62
Arrendamento	**477**	
Outros	**42**	53
Passivo não circulante	**1.557**	381
Partes relacionadas	**16**	381
IR e contribuição social diferidos	**478**	-
Arrendamento	**1.064**	-
Patrimônio líquido	**3.574**	4.504
Capital social	**5.743**	3.573
Reservas de capital	**(334)**	1.305
Lucro/(Prejuízo) acumulado	**(1.835)**	(374)
Total do passivo e patrimônio líquido	**10.778**	6.754

Demonstrações Financeiras do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita bruta	**9.813**	3.933
Glosas e cancelamentos	**-**	-
Deduções	**(554)**	(222)
Receita líquida	**9.258**	3.711
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	**(2.845)**	(926)
Materiais e medicamentos	**(6.279)**	(15)
Serviços de terceiros	**(825)**	(404)
Viagens e hospedagens	**(62)**	-
Depreciação e Amortização	**(209)**	(21)
Arrendamento	**(469)**	-
Aluguéis	**-**	(264)
Utilidades e serviços	**(104)**	(34)
Despesas comerciais	**(117)**	(3)
Outros custos e despesas operacionais	**(209)**	(2.331)
Total dos custos e despesas operacionais	**(11.119)**	(3.999)
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**(1.861)**	(288)
Resultado financeiro líquido	**(919)**	(74)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	**(2.779)**	(362)
IR e contribuição social	**944**	(12)
Lucro líquido do exercício	**(1.835)**	(374)

Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da CLINP Clínica Pediátrica S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida
Contador
CRC 068910/O-6 - CPF 967.034.827-72

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI

CNPJ/ME: 34.469.625/0001-19 - NIRE: 35.300539958

EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI.

A **COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI,** com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.469.625/0001-19 ("Emissora"), vem convocar os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em 2 (duas) séries, para colocação privada, da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do artigo 71 da lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), e da cláusula 4 do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinadal, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Companhia*" ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar em **23 de maio de 2024, às 14h00**, via vídeo conferência através da plataforma "*Zoom*", conforme previsto no art. 127 e §2º do art. 124 da Lei das S/A, e na cláusula 4.1 da Escritura de Emissão ("Assembleia" ou "AGD"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) autorizar a alienação das CCBs inadimplidas a terceiros. O valor de venda para as CCBs com atraso superior a 90 (noventa) dias e menos de 360 (trezentos e sessenta) dias será de no mínimo 2,4% do valor nominal, para as CCBs com atraso superior a 360 dias o valor de venda será no mínimo 1,81% do valor nominal ("Alienação"). Os recursos oriundos da Alienação deverão ser utilizados pela Emissora conforme a ordem de alocação prevista na Escritura de Emissão. A Emissora enviará todas as informações aplicáveis da Alienação em até 10 dias contados da convocação; e **Informações Gerais:** (i) a AGD será realizada de modo exclusivamente digital, sendo admitida a participação e o voto durante a AGD somente por meio de sistema eletrônico. Ademais, a AGD será realizada por meio de vídeo-conferência, via plataforma eletrônica Zoom, sendo a assinatura da ata realizada digitalmente: (ii) o debenturista que pretender participar da AGD, deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGD; (iii) de acordo com o item "(ii)" acima, os Debenturistas deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails juridico.ops@vert-capital.com, ri@vert-capital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e fsp@vortx.com.br, cópia dos seguintes documentos: (1) quando pessoa física, documento de identidade; (2) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do debenturista; e (3) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais; (iv) após o horário de início da AGD, os Debenturistas que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGD, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em seu website em conjunto com este Edital na categoria "Assembleia" no link https://ri.vert-capital.com/#/detalhes/95/136e na página eletrônica da CVM pelo sistema Fundos NET. A manifestação de voto deverá (a) estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, bem como constar a declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. Os Debenturistas poderão se fazer representar na Assembleia, atendidas as formalidades mencionadas acima, para o recebimento do Link para acesso remoto da Assembleia.

São Paulo, 02 de maio de 2024.

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI

CNPJ/MF: 34.469.625/0001-19 - NIRE: 35.300539958

EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI

A **COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI,** com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.469.625/0001-19 ("Companhia" ou "Emissora"), vem convocar os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, da 2ª (segunda) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da 2ª (segunda) emissão da Companhia ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do artigo 71 da lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), e da cláusula 4 do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia*" ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar em **23 de maio de 2024**, às **15h00**, via vídeo conferência através da plataforma "*Zoom*", conforme previsto na cláusula 4.1 da Escritura e na Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Assembleia"), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) autorizar a alienação das CCBs inadimplidas a terceiros. O valor de venda para as CCBs com atraso superior a 90 (noventa) dias e menos de 360 (trezentos e sessenta) dias será de no mínimo 2,4% do valor nominal, para as CCBs com atraso superior a 360 dias o valor de venda será no mínimo 1,81% do valor nominal ("Alienação"). Os recursos oriundos da Alienação deverão ser utilizados pela Emissora conforme a ordem de alocação prevista na Escritura de Emissão. A Emissora enviará todas as informações aplicáveis da Alienação em até 10 dias contados da convocação. **Informações Gerais:** (i) a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, sendo admitida a participação e o voto durante a Assembleia somente por meio de sistema eletrônico. Ademais, a Assembleia será realizada por meio de videoconferência, via plataforma eletrônica Zoom, sendo a assinatura da ata realizada digitalmente: (ii) o debenturista que pretender participar da Assembleia, deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo, impreterivelmente, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; (iii) de acordo com o item "(ii)" acima, os Debenturistas deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails juridico.ops@vert-capital.com, ri@vert-capital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e fsp@vortx.com.br, cópia dos seguintes documentos: (1) quando pessoa física, documento de identidade; (2) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do debenturista; e (3) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais; (iv) após o horário de início da Assembleia, os Debenturistas que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em seu website em conjunto com este Edital na categoria "Assembleia" no link https://ri.vert-capital.com/#/detalhes/129/226 e na página eletrônica da CVM pelo sistema Fundos NET. A manifestação de voto deverá (a) estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, bem como constar a declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. Os Debenturistas poderão se fazer representar na Assembleia, atendidas as formalidades mencionadas acima, para o recebimento do Link para acesso remoto da Assembleia.

São Paulo, 02 de maio de 2024.

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI II

CNPJ/ME nº 36.729.398/0001-49 - NIRE nº 35300551001

EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª EMISSÃO, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI II

A **COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI II,** com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.729.398/0001-49 ("Companhia" ou "Emissora"), vem convocar os titulares das debêntures da 2ª (segunda) e 3ª (terceira) séries da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do artigo 71 da lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), e da cláusula 4 do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 3 (três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia*" ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar em **23 de maio de 2023, às 16h00**, via vídeo conferência através da plataforma "*Zoom*", conforme previsto na cláusula 4.1 da Escritura e na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Assembleia"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) autorizar a alienação das CCBs inadimplidas a terceiros. O valor de venda para as CCBs com atraso superior a 90 (noventa) dias e menos de 360 (trezentos e sessenta) dias será de no mínimo 2,4% do valor nominal, para as CCBs com atraso superior a 360 dias o valor de venda será no mínimo 1,81% do valor nominal ("Alienação"). Os recursos oriundos da Alienação deverão ser utilizados pela Emissora conforme a ordem de alocação prevista na Escritura de Emissão. A Emissora enviará todas as informações aplicáveis da Alienação em até 10 dias contados da convocação; e (b) em virtude do encerramento do Período de Alocação, autorizar o encerramento da Conta Vinculada, utilizada para pagamento do preço de aquisição em favor da Provi nos termos da Cláusula 3.10.4.4 da Escritura de Emissão. **Informações Gerais:** (i) a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, sendo admitida a participação e o voto durante a Assembleia somente por meio de sistema eletrônico. Ademais, a Assembleia será realizada por meio de videoconferência, via plataforma eletrônica Zoom, sendo a assinatura da ata realizada digitalmente: (ii) o debenturista que pretender participar da Assembleia, deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo, impreterivelmente, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; (iii) de acordo com o item "(ii)" acima, os Debenturistas deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails juridico.ops@vert-capital.com, ri@vert-capital.com agentefiduciario@vortx.com.br e fsp@vortx.combr, cópia dos seguintes documentos: (1) quando pessoa física, documento de identidade; (2) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do debenturista; e (3) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais; (iv) após o horário de início da Assembleia, os Debenturistas que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em seu website em conjunto com este Edital na categoria "Assembleia" no link https://ri.vert-capital.com/#/detalhes/213/357 e na página eletrônica da CVM pelo sistema Fundos NET. A manifestação de voto deverá (a) estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, bem como constar a declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. Os Debenturistas poderão se fazer representar na Assembleia, atendidas as formalidades mencionadas acima, para o recebimento do Link para acesso remoto da Assembleia.

São Paulo, 02 de maio de 2024.

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PROVI II

EXPECTATIVA

Grande POA terá enchente por ao menos mais 10 dias

Um novo prognóstico realizado na segunda-feira, 6, pelos cientistas que anteciparam a cheia recorde do Lago Guaíba aponta que a enchente persistirá por ao menos mais 10 dias em Porto Alegre e mais cidades da região metropolitana do Rio Grande do Sul. Os pesquisadores alertam que a cheia recorde pode se estender por ainda mais tempo caso se confirme a previsão de chuva para o próximo fim de semana.

Há lentidão no escoamento do acumulado de água, com enchente principalmente em bairros das zonas central, norte e sul da capital, além das ilhas, onde muitos moradores seguem isolados e sem acesso a itens básicos há dias.

Equipes de resgate - voluntárias e do poder público - têm partido de divers

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº41300071977 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência Ten Meetings, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgada pela Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"). **2. Convocações:** Edital de Convocação foi publicado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 28 de março de 2024, bem como publicado nos termos do artigo 124, *caput* e §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), nas edições dos dias 02, 03 e 04 de abril dos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 02, 02 e 04, respectivamente) e "Jornal Diário Comercial" (Edição Nacional) (páginas B13, B12, B17, respectivamente), bem como em suas versões on-line, nas respectivas páginas da internet. **3. Publicações:** O Secretário da mesa comunicou que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram divulgados nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 20 de março de 2024, bem como publicados nos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 09 a 16) e "Jornal Diário Comercial" (páginas B13 a B14) no dia 26 de março de 2024. A Proposta da Administração e Manual do Acionista contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2024, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 7º, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/22. **4. Presenças:** Presentes (a) na AGO, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia, e (b) na AGE, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia; conforme (i) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia; e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação à distância; nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. Presentes, ainda, (i) o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e RI da Companhia, (ii) Sr. Edson Rodrigues, representante da KPMG Auditores Independentes SS, auditor independente da Companhia, (iii) o Sr. Irineu Homan, representante do Conselho Fiscal da Companhia. **5. Mesa:** Presidente: Sr. Caio Gonçalves de Moraes; Secretário: Sr. Anderson Prehs. **6. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração; (iv) fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) examinar, discutir e votar a proposta de Incentivo de Longo Prazo: Plano de Opção de Compra de Ações. **7. Leitura de Documentos e Lavratura Da Ata: (i)** Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; **(ii)** foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **8. Deliberações:** Após a **(i)** dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 48 da Resolução CVM 81/22; e **(ii)** análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes: ***Em Assembleia Geral Ordinária:*** **(i)** Aprovar, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, tendo sido computados 42.864.616 votos a favor, 0 votos contrários e 33.684.542 abstenções, as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas, do parecer dos auditores independentes e dos pareceres do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal; **(ii)** Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de **246.757.602,85** (duzentos e quarenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) da seguinte forma: a) R$ **12.337.880,14** (doze milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais e quatorze centavos) para a constituição da reserva legal; b) **R$ 175.814.792,03** (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais e três centavos) para a reserva de incentivos fiscais; e c) **R$ 58.604.930,68** (cinquenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e trinta reais e sessenta e oito centavos) para distribuição a título de dividendos, resultando no valor de R$ 0,4182277274185630 por ação, tendo direito aos dividendos os acionistas assim identificados em 30 de abril de 2024. A partir de 2 de maio de 2024 (inclusive), as ações serão negociadas *ex-dividendos* na B3. O referido montante será pago em parcela única, sem correção monetária, em 31 de maio de 2024. **(iii)** Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros para o mandato que se inicia nesta Assembleia. **(iv)** Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano, a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025. **(v)** Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 72.429.266 votos a favor, 4.119.892 votos contrários e 0 abstenções, a eleição da chapa, composta por 9 (nove) membros, na forma contida na Proposta da Administração, para mandato de 1 (um) ano a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025, da seguinte forma: a) reeleger, como **Conselheiro Independente,** o Sr. **Alexandre Silveira Dias,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 30.506.080-6 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 158.558.418-55, domiciliado na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 6º andar, Cj. 61, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04.534-004; b) reeleger, como **Conselheiro,** o Sr. **Helio Bruck Rotenberg,** brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 1.217.176-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, domiciliado na Rua João Bettega, nº 5.200, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba, PR, CEP 81.350-000; c) reeleger, como **Conselheiro,** o Sr. **Samuel Ferrari Lago,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 3.668.497-6 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, domiciliado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, Curitiba, PR, CEP 80440-120; d) reeleger, como **Conselheiro,** o Sr. **Giem Raduy Guimarães,** brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.529.538-4 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 755.250.039-53, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrilho, Curitiba, PR, CEP 80.710-570; e) reeleger, como **Conselheiro,** o Sr. **Rodrigo Cesar Formighieri,** brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 3.640.858-8 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.949.989-39, residente e domiciliado Rua Buenos Aires nº 103, apto. 904, Bairro Batel, Curitiba, PR, CEP 80250-070; f) reeleger, como **Conselheiro,** o Sr. **Rafael Moia Vargas,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.682.811-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.164.139-96, domiciliado na Rua Jacarezinho, nº 80, Curitiba, PR, CEP 80.710-150; g) reeleger, como **Conselheiro Independente,** o Sr. **Marcel Martins Malczewski,** brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 3236744-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº445.212.009-15, domiciliado na Av. Cândido de Abreu, nº470, conj. 2210, Centro Cívico, CEP 80.530-000, Curitiba, PR; h) eleger, como **Conselheiro Independente,** o Sr. **Fernando Costa de Freitas,** brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 11.347.652 (SSP-SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 129.345.398-65, domiciliado à Rua Marcos Mélega, nº 150, Edifício Pinus, apartamento 3, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05.466-010, São Paulo, SP; e i) reeleger, como **Conselheira Independente,** a Sra. **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade Civil com RG nº 9.430.842-1 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 125.979.208-01, domiciliada na Rua Helena, nº 170, 15º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04.552-050. Consignar que (a) os Srs. **Alexandre Silveira Dias, Marcel Martins Malczewski, Fernando Costa de Freitas** e **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** conforme declarações previamente apresentadas à Companhia, enquadram-se na definição de Conselheiro Independente constante do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (b) os membros do Conselho de Administração ora eleitos apresentaram previamente os respectivos currículos, nos termos da Resolução CVM nº 80/22. Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações, no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/22, bem como se sujeitarão à cláusula compromissória prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia. **(vi)** Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 75.130.558 votos a favor, 779.900 votos contrários e 638.700 abstenções, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais). **(vii)** A pedido de acionistas titulares de ações representativas de 0,45% do capital social com direito a voto da Companhia, foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. Contudo, considerando o percentual mínimo de 2% (dois por cento) previsto no artigo 161, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 70, restou prejudicada a instalação do Conselho Fiscal, em virtude do não atingimento do quórum mínimo legal aplicável. Por este motivo, também resta prejudicada a fixação da respectiva remuneração dos membros do Conselho Fiscal. Registre-se que, para este item de deliberação, foram computados 630.427 votos a favor, 71.463.739 votos contrários e 4.454.992 abstenções. ***Em Assembleia Geral Extraordinária:*** **(i)** Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 71.971.839 votos a favor, 4.237.319 votos contrários e 340.000 abstenções, nos termos da Proposta da Administração, o novo plano de opções de compra ações da Companhia, o qual é Anexo à presente Ata. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)*. Curitiba, 30 de abril de 2024. **Anderson Prehs -** *Secretário - OABIPR 34.608.* ***Acionistas presentes:*** Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata: HELIO BRUCK ROTENBERG; CIXARES LIBERO VARGAS; LUCAS RADUY GUIMARAES; GIEM RADUY GUIMARAES; PAULO FERNANDO FERRARI LAGO; SAMUEL FERRARI LAGO; THAIS SUSANA FERRARI LAGO; RAFAEL MOIA VARGAS; DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO; SOFIA GUIMARAES VON RIDDER; ISABELA CESAR FORMIGHIERI; RODRIGO CESAR FORMIGHIERI; RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI; BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA; BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY. Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata: DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND; THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFÓRNIA; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU; ALASKA PERMANENT FUND; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; SPDR SP EMERGING MARKETS ETF; JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND; JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST; THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD; SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND; METIS EQUITY TRUST; COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN; CC AND L Q 140-40 FUND; ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II; CCL MULTI-STRATEGY FUND; ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I; ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND (MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND; CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND; DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM; ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR; AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; MOPYATÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO; SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES SFA MASTER FIA - BDR NÍVEL I. Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata: HELIO BRUCK ROTENBERG; CIXARES LIBERO VARGAS; LUCAS RADUY GUIMARAES; GIEM RADUY GUIMARAES; PAULO FERNANDO FERRARI LAGO; SAMUEL FERRARI LAGO; THAIS SUSANA FERRARI LAGO; RAFAEL MOIA VARGAS; DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO; SOFIA GUIMARAES VON RIDDER; ISABELA CESAR FORMIGHIERI; RODRIGO CESAR FORMIGHIERI; RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI; BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY. Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata: DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND; THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFÓRNIA; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU; ALASKA PERMANENTFUND; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; SPDR SP EMERGING MARKETS ETF; JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND; JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST; THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD; SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND; METIS EQUITY TRUST; COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN; CC AND L Q 140-40 FUND; ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II; CCL MULTI-STRATEGY FUND; ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND; (MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND; CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND; DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM; ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR; AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; MOPYATÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO; SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA; PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES; SFA MASTER FIA - BDR NÍVEL I. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 03/05/2024 sob o nº 20243137095. Protocolo: 243137095 de 03/05/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

HNA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 00.135.661/0001-24

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetendo a apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2022. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**4.819**	5.349
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	1.824
Títulos e valores mobiliários	**949**	629
Contas a receber	**2.892**	2.896
Outros	**972**	-
Ativo não circulante	**6.099**	4.985
Partes relacionadas	**152**	130
Imobilizado	**5.881**	4.855
Intangível	**66**	-
Total do ativo	**10.918**	10.334

Passivo	2022	2022
Passivo circulante	**780**	176
Fornecedores	**-**	-
Salários, provisões e encargos sociais	**-**	-
Obrigações fiscais	**180**	164
Tributos parcelados	**589**	-
Outros	**11**	12
Passivo não circulante	**7.161**	7.447
Partes Relacionadas	**23**	-
Obrigações fiscais	**-**	308
Provisão para perdas em investimentos	**130**	130
Outros	**7.008**	7.009
Patrimônio líquido	**2.977**	2.711
Capital social	**12.615**	16.315
Reservas de capital	**1.176**	1.176
Ações em tesouraria	**(216)**	(216)
Reservas de lucros	**(10.598)**	(14.564)
Total do passivo e patrimônio líquido	**10.918**	10.334

Demonstrações Financeiras do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita bruta	**3.727**	3.521
Deduções	**(136)**	(118)
Receita líquida	**3.591**	3.403
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	**-**	-
Serviços de terceiros	**(1)**	(3)
Depreciação e Amortização	**(2)**	-
Despesas Comerciais	**(5)**	(2)
Outros custos e despesas operacionais	**(124)**	(10)
Total dos custos e despesas operacionais	**(132)**	(15)
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**3.459**	3.388
Resultado financeiro líquido	**994**	(110)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	**4.453**	3.278
Impostos sobre o lucro	**(488)**	(846)
Lucro líquido do exercício	**3.965**	2.432

Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da HNA Empreendimentos e Participações S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida Contador CRC/RJ 068910/O-6 - CPF: 967.034.827-72

PrismaQuali Gestão Ativa de Participações S.A.

CNPJ nº 40.203.054/0001-79

Relatório da Diretoria - Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Exercício findo em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**4.487**	6
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	6
Títulos e valores mobiliários	**4.483**	-
Ativo não circulante	**1.604.494**	-
Investimentos	**1.604.494**	-
Total do ativo	**1.608.981**	6

Passivo	2023	2022
Passivo circulante	**30**	-
Obrigações fiscais	**30**	-
Passivo não circulante	**-**	-
Patrimônio líquido	**1.608.951**	6
Capital social	**1.632.312**	7
Reservas de capital	**929**	-
Prejuízos acumulados	**(24.339)**	(3)
Adiant. p/futuro aum. de capital	**49**	2
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.608.981**	6

Demonstrações Financeiras do Resultado Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita líquida	**-**	-
Custos e despesas operacionais	**(24.381)**	(1)
Serviços de terceiros	**-**	**(1)**
Despesas Comerciais	**(16)**	-
Equivalência Patrimonial	**(24.365)**	-
Lucro/(prej.) antes do resultado financeiro e impostos s/o lucro	**(24.381)**	**(1)**
Resultado financeiro líquido	**75**	**(1)**
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	**(24.306)**	**(2)**
IR e contribuição social	**(30)**	-
Lucro/(prej.) líq. do exercício	**(24.336)**	**(2)**

Notas Explicativas - Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da PrismaQuali Gestão Ativa de Participações S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida
Contador - CRC/RJ 068910/O-6 - CPF 967.034.827-72

RDSL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/ME nº 07.012.936/0001-81

Relatório da Diretoria - Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**602**	603
Caixa e equivalentes de caixa	**2**	3
Outros	**600**	600
Ativo não circulante	**40.725**	38.645
Partes Relacionadas	**100**	100
Imobilizado	**40.625**	38.546
Total do ativo	**41.327**	39.248

Passivo	2023	2022
Passivo circulante	**-**	12
Fornecedores	**(10)**	(10)
Obrigações fiscais	**10**	22
Passivo não circulante	**1**	1
Partes Relacionadas	**1**	1
Patrimônio líquido	**41.326**	39.235
Capital social	**40.305**	20.762
Reservas de lucros	**(235)**	(226)
Adiant. p/futuro aum. de capital	**1.256**	18.699
Total do passivo	**41.327**	39.248

Demonstração Financeira do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita líquida	**-**	-
Custos e despesas operacionais	**(6)**	(200)
Serviços de terceiros	**(1)**	(197)
Despesas comerciais	**(3)**	(3)
Outros custos e desp. operacionais	**(2)**	-
Lucros antes do resultado financeiro e impostos s/o lucro	**(6)**	(200)
Resultado financeiro líquido	**(3)**	-
Lucro antes dos imps. s/o lucro	**(9)**	(200)
Impostos sobre o lucro	**-**	-
Lucro líquido do exercício	**(9)**	(200)

Notas Explicativas - Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da RDSL Empreendimentos Imobiliários S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida
Contador - CRC/RJ 068910/O-6 - CPF 967.034.827-72

CLINIVAC - CLÍNICA PEDIÁTRICA S.A.

CNPJ nº 08.687.219/0001-12

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetendo a apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**2.213**	1.839
Caixa e equivalentes de caixa	**87**	81
Títulos e valores mobiliários	**-**	518
Contas a receber	**1.406**	1.193
Estoques	**667**	-
Impostos a recuperar	**39**	31
Outros	**14**	16
Ativo não circulante	**2.408**	2.399
Partes relacionadas	**-**	381
Impostos diferidos	**692**	-
Imobilizado	**1.709**	2.007
Intangível	**7**	11
Total do ativo	**4.621**	4.238

Passivo	2023	2022
Passivo circulante	**3.060**	1.333
Fornecedores	**698**	882
Empréstimos e financiamentos	**1.824**	143
Salários, provisões e encargos sociais	**230**	201
Obrigações fiscais	**199**	83
Outros	**109**	24
Passivo não circulante	**3**	-
Partes relacionadas	**3**	-
Patrimônio líquido	**1.558**	2.905
Capital social	**3.140**	1.810
Reservas de Capital	**-**	1.330
Prejuízos acumulados	**(1.582)**	(235)
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.621**	4.238

Demonstrações financeiras do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita Bruta - Hospitalar	**5.801**	2.676
Glosas e Cancelamentos	**-**	11
Deduções	**(328)**	(151)
Receita líquida	**5.473**	2.536
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	**(1.789)**	(496)
Materiais e medicamentos	**(4.185)**	(1.520)
Serviços de terceiros	**(604)**	(280)
Utilidades e serviços	**(80)**	(21)
Aluguéis	**(411)**	(123)
Depreciação e Amortização	**(86)**	(2)
Despesas Comerciais	**(2)**	-
Outros custos e despesas operacionais	**(127)**	8
Total dos custos e despesas operacionais	**(7.284)**	(2.434)
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**(1.811)**	102
Resultado financeiro líquido	**(117)**	(75)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	**(1.928)**	27
IR e contribuição social	**655**	(49)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	**(1.273)**	(21)

Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da CLINIVAC - Clinica Pediátrica S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/52F5-5D0E-C5F2-423A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 52F5-5D0E-C5F2-423A

Hash do Documento

07FDDD9929E0566050CA546E11D64B02E9104B15304EA34144ACF5EE6A958E05

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/05/2024 é(são) :

☑ Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 06/05/2024 21:14
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

POSI
B3 LISTED NM

POSITIVO
TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2024

1. **Data, Hora e Local:** No dia 20 de dezembro de 2024, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia.

2. **Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas, Giem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago.

3. **Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias
Secretário: Anderson Henrique Prehs

4. **Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros presentes do Conselho de Administração de forma unânime:

a) autorizaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76;

b) nos termos do artigo 18, alínea (xv) do Estatuto Social, consignar a alteração na composição de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, com o ingresso da Sra. **ADRIANA NETTO FERREIRA MURATORE DE LIMA** ao cargo e funções de membra do Comitê de Gente e a saída do Sr. **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS** do cargo e funções de membro do Comitê de Tecnologia Educacional.

Em razão da deliberação ora tomada, em continuidade ao mandato em curso que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025: **(1)** o Comitê de Tecnologia Educacional passa a ser composto por: (i) **SAMUEL FERRARI LAGO**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê*** e (iii) **LUCAS RADUY GUIMARÃES**, como ***membro do Comitê***; e **(2)** o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **ADRIANA NETTO FERREIRA MURATORE DE LIMA**, atual membra independente do Conselho de

Administração, como **membra *do Comitê;*** (iii) **ANA LUCIA MOREIRA CALTABIANO**, como **membra *do Comitê***; (iv) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê****; e* (v) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.***

c) Diante da deliberação acima e para facilitar a identificação da estrutura de governança da Companhia, consolidar a seguir a composição dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração:

I. COMITÊ DE AUDITORIA

Atribuições: (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Composição: (i) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n° 9.560.035-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n° 075.913.208-90, residente e domiciliado na Rua Dona Ana Helena de Salles Gusmão, 100, São Paulo, SP, CEP 01457-040, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; (iii) ***EDUARDO MORMINO***, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como ***membro do Comitê***; e (iv) **JOÃO RAMOS DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob nº. 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como ***membro do Comitê***.

II. COMITÊ FINANCEIRO

Atribuições: avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia.

Composição: (i) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **RAFAEL MOIA VARGAS**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; e (iii) **RODRIGO CESAR FORMIGHIERI**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***.

III. COMITÊ DE GENTE

Atribuições: (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações.

Composição: (i) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **ADRIANA NETTO FERREIRA MURATORE DE LIMA**, atual membra independente do Conselho de Administração, como **membra *do Comitê;*** (iii) **ANA LUCIA MOREIRA CALTABIANO**, , como **membra *do Comitê***; (iv) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê****; e* (v) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.***

IV. COMITÊ DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

Atribuições: (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado.

Composição*:* (i) **ADRIANA NETTO FERREIRA MURATORE DE LIMA**, atual membra do independente Conselho de Administração, como **membra *Coordenadora do Comitê***; (ii) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iii) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***.

V. COMITÊ DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Atribuições: validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio

Composição: Designar (i) **SAMUEL FERRARI LAGO**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê*** e (iii) **LUCAS RADUY GUIMARÃES**, como ***membro do Comitê***.

VI. COMITÊ DE ESTRATÉGIA E NOVOS NEGÓCIOS

Atribuições: (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados.

Composição: (i) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **FERNANDO COSTA DE FREITAS**, atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iv) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; e (v) **MARCEL MARTINS MALCZEWSKI**, atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.***

VII. COMITÊ DE INTEGRIDADE

Atribuições: (i) zelar e garantir a devida implementação, manutenção, controle e resultados do Programa de Integridade da Companhia, reportando o planejamento, evolução e resultados ao Conselho de Administração na periodicidade que lhe seja definida; (ii) informar, acompanhar, exigir e zelar pelo correto cumprimento, pela Companhia, suas coligadas, subsidiárias, administradores, colaboradores e prestadores de serviços, com relação a leis e normas, bem como aos códigos e políticas da Companhia; (iii) analisar com imparcialidade e sigilo todas as questões referentes ao conteúdo do Código de Conduta do Colaborador, propondo e aprovando revisões sempre que necessário, “ad referendum” do Conselho de Administração; (iv) Avaliar, revisar e aprovar alterações, sempre que necessário, de códigos,

políticas e procedimentos internos relacionados com o Programa de Integridade, em periodicidade anual ou de acordo com as necessidades da Companhia, em especial, mas não limitado ao "Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros", a "Política Corporativa de Prevenção à Corrupção", a "Política Corporativa Concorrencial"; (v) reportar-se ao Conselho de Administração, preparando relatórios e/ou pareceres para auxiliar as deliberações nas reuniões do Conselho, sempre que por este solicitado; (vi) definir a composição e as atribuições da Comissão de Ética, com poderes para delegar-lhe as atribuições que julgar adequadas, exceto as definidas acima, cuja competência é privativa do Comitê de Integridade; e (vii) orientar, coordenar e apoiar as áreas diretamente responsáveis pela execução das atividades de divulgação, treinamento, funcionamento do canal de denúncias, *due diligence* de conformidade e outras ferramentas e procedimentos de conformidade, de modo a garantir que as ações sejam realizadas conforme as definições constantes do Programa de Integridade.

Composição: conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 1º de agosto de 2023, foi delegado ao Diretor Presidente da Companhia a indicação dos membros do Comitê de Integridade, a ser composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo o prazo do mandato dos membros designados para o Comitê de Integridade será o mesmo aprovado pelo Conselho de Administração para a Diretoria Estatutária.

d) Consignaram a renúncia apresentada pelo Sr. **CAIO GONÇALVES DE MORAES** aos cargos e funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, com efeitos a partir de dia 31 de dezembro de 2024; e, nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **FABIO TRIERWEILER FAIGLE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 6.125.852-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 032.949.319-13, com endereço profissional na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores,*** cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social, com mandato a partir de 01/01/2025. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art.11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia.

e) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/01/2024: Sr. **Hélio Bruck Rotenberg**, nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias**, nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Fabio Trierweiler Faigle** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira**, nas funções de Diretor Vice-Presidente

POSI
B3 LISTED NM

POSITIVO
TECNOLOGIA

Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade.

5. **Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração indicados no item 2 da presente.

(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 20 de dezembro de 2024.

Anderson Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDERSON HENRIQUE PREHS, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o n° 34608, inscrito no CPF n° 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00421193913	34608	ANDERSON HENRIQUE PREHS

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/01/2025 10:21 SOB Nº 20249352745.
PROTOCOLO: 249352745 DE 31/12/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12500039780. CNPJ DA SEDE: 81243735000148.
NIRE: 41300071977. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/12/2024.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

BALANÇOS
ATAS - EDITAIS
TEMOS O MELHOR PREÇO!

Metrópole PINHAIS

Prefeitura traz orientações sobre opção pelo Simples Nacional e pelo Simei em 2025

É importante verificar se não há pendências cadastrais ou fiscais (débitos) com a União, Estados e Municípios. Para as empresas já em atividade, a solicitação de opção poderá ser feita até o dia 31 de janeiro



A Prefeitura de Pinhais, por meio da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento (Sepfo), traz orientações sobre a opção pelo Simples Nacional e pelo Simei em 2025. Em 1 de janeiro, empresas que não regularizaram a situação fiscal foram excluídas do Simples Nacional, portanto é importante verificar se não há pendências cadastrais ou fiscais (débitos) com a União, Estados e Municípios. Para as empresas já em atividade, a solicitação de opção poderá ser feita até o último dia útil de janeiro.

Opção pelo Simples Nacional 2025

A opção pelo Simples Nacional 2025 pode ser feita por microempresas e empresas de pequeno porte até o dia 31/01/2025, momento em que o contribuinte deve estar regular com suas obrigações tributárias. A solicitação de opção pode ser realizada somente no mês de janeiro e deve ser feita pela internet, por meio do Portal do Simples Nacional (em Simples - Serviços > Opção > Solicitação de Opção pelo Simples Nacional), sendo irretratável para todo o ano-calendário.

Portanto, são dois momentos diferentes aos quais é preciso ficar atento: regularizar pendências na prefeitura, se houver, e fazer a adesão ao Simples Nacional e ao Simei (se for o caso) no Portal do Simples Nacional. As pendências apresentadas com o município deverão ser regularizadas exclusivamente até 31 de janeiro. Para verificação de regularidade cadastral, acesse o serviço "Comprovante de Inscrição Municipal" e, para identificar pendências fiscais, acessar o serviço "Extrato de Débitos" no site da Prefeitura de Pinhais.

Acompanhamento da Formalização

Após solicitar a adesão ao Simples Nacional, o contribuinte pode acompanhar o andamento e o resultado final da sua solicitação na opção "Acompanhamento da Formalização da Opção pelo Simples Nacional", disponível no Portal do Simples Nacional. O resultado final está previsto para ser divulgado na segunda quinzena de fevereiro, diretamente no Portal do Simples Nacional.

Serviço

Mais informações estão disponíveis pelos canais de atendimento: WhatsApp da Prefeitura (41) 98707-5000 ou pelo e-mail:

iss@pinhais.pr.gov.br.

ALCOOLISMO?
EXISTE UMA SAÍDA
ALCOÓLICOS ANÔNIMOS
41 3222-2422
AV VICENTE MACHADO, 738
CENTRO . CURITIBA-PR
ENDEREÇOS DE GRUPOS PELO SITE
www.aapr.org.br

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

POSITIVO TECNOLOGIA — POSI B3 LISTED NM

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20/12/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de dezembro de 2024, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** os Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas, Giem Raduy Guimarães, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Alexandre Silveira Dias e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, os membros do Conselho de Administração, de forma unânime: (a) autorizaram a lavratura da ata em forma de sumário; (b) consignaram a alteração na composição de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, com o ingresso da Sra. Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima ao Comitê de Gente, e a saída do Sr. Alexandre Silveira Dias do Comitê de Tecnologia Educacional; c) consolidaram a composição e atribuições de todos os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração; d) consignaram a renúncia apresentada pelo Sr. Caio Gonçalves de Moraes aos cargos e funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e elegeram o Sr. Fabio Trierweiler Faigle para ocupar o referido cargo; e) consolidaram a composição da Diretoria da Companhia, vigente a partir do exercício seguinte. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 20/12/2024. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 03/01/2025 sob o nº 20249352745, protocolo 249352745 de 31/12/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A integra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 03/01/2025 sob o nº 20249352745. Protocolo: 249352745 de 31/12/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

SPENCER LEILÕES

Spencer d'Avila Fogagnoli - **JUCEPAR 12/235-L**

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEL ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA CONDIÇÕES BÁSICAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO HORIZONTE – SICOOB HORIZONTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.194.313/0001-77, com sede na Avenida Arapongas, nº 446, Centro, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, CEP 86700-050, traz ao conhecimento dos interessados que levará a LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, por intermédio de LEILOEIRO OFICIAL credenciado, regularmente matriculado na Junta Comercial do Estado do Paraná, para alienação do imóvel recebido em garantia fiduciária, conforme Contrato de Crédito Fixo – Renegociação nº 8766- 0, emitida pela devedora **ANA CAROLINA DA SILVA**, brasileira, solteira, operadora de telemarketing, inscrita no CPF sob nº 068.054.669-38, residente e domiciliada na Rua Vireo Verde, nº 115 (Q5 L13), Parque Veneza, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, CEP 86701-610, pela maior oferta, no estado de ocupação e conservação em que se encontra, regendo-se conforme instituem o Decreto n. 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial e art. 22 e seguintes da Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997, com as alterações introduzidas pela Lei n. 10.931, de 02 de agosto de 2004. 1. LOCAL, DATA E HORÁRIOS DOS LEILÕES 1.1. 1º Leilão: 17/01/2025, a partir das 10:00 horas. 1.2. 2º Leilão: 31/01/2025, a partir das 10:00 horas. 1.3. Local dos leilões: Site do Leiloeiro (www.spencerleiloes.com.br) mediante cadastramento prévio. 2. OBJETO DO LEILÃO 2.1. Descrição do imóvel: Lote de Terras sob nº 12 da Quadra "D", com área de 360,00 metros quadrados, situado no Jardim Morumbi, Gleba Patrimônio Arapongas, no Município e Comarca de Arapongas/PR, com as seguintes divisas e confrontações: "Tem frente para a rua 06, lado par e mede 12,00 metros, a direita divisa com o lote 13 e mede 30,00 metros, aos fundos divisa com o lote 25 e mede 12,00 metros, a esquerda divisa com o lote 11, e mede 30,00 metros, totalizando uma área de 360,00 m2, localiza-se a 124,00 metros da esquina da rua 01 com rua 6, tudo conforme matrícula nº 9.901 do 2º Serviço de Registro de Imóveis de Arapongas, Estado do Paraná. 3. DO PREÇO E DAS FORMAS DE PAGAMENTO 3.1. O referido imóvel será vendido no estado em que se encontra e em caráter "ad corpus" em PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA pelo valor mínimo de R$127.890,10 (cento e vinte e sete mil e oitocentos e noventa reais e dez centavos), preço de avaliação. 3.2. Se o maior lance oferecido no primeiro leilão for inferior ao valor mínimo estipulado, fica desde já designado para o dia 31 de janeiro de 2025, a partir das 10:00 horas, no mesmo local, somente on-line, a realização do SEGUNDO LEILÃO pelo maior lance oferecido, desde que igual ou superior a quantia de R$92.409,91 (noventa e dois mil e quatrocentos e nove reais e noventa e um centavos), correspondente ao valor da dívida. 3.3. Havendo arrematação, será lavrada escritura pública no prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir da data do leilão. Eventuais débitos existentes antes da arrematação, correrão por parte da Credora Fiduciária (impostos, taxas, condomínio, ITR, etc.). Todas as despesas "propter rem", ou seja, condomínio, ITR etc., com fato gerador até a data da arrematação, serão de responsabilidade da Credora Fiduciária. As despesas com a transferência da propriedade correrão por conta do comprador. O arrematante pagará no ato do leilão, o valor da arrematação, mais 5% (cinco por cento) correspondente à comissão do Leiloeiro Oficial. 3.4. Impostos, taxas e emolumentos, transporte, armazenagem, seguros e congêneres, que recaiam sobre a realização do referido Leilão (exceto os de responsabilidade exclusiva da pessoa física do LEILOEIRO), inclusive aqueles referentes à divulgação dos Editais, adiantadas pelo COMITENTE, são de exclusiva responsabilidade do ARREMATANTE. 3.5. Em caso de fracasso dos leilões, as despesas mencionadas na cláusula anterior, serão atribuídas ao Comitente. 4. DOS LANCES 4.1. Os interessados em participar do leilão poderão fazê-lo na modalidade on line através do site do leiloeiro, indicado no item 1.3 do presente. 5. DA APURAÇÃO DO LANCE VENCEDOR 5.1. Será considerado lance vencedor aquele que resultar no maior valor acima do preço mínimo apresentado no ato do leilão. 6. DOS PAGAMENTOS NO ATO DO LEILÃO 6.1. O arrematante pagará ao leiloeiro, no ato do leilão, o valor da comissão do leiloeiro, correspondente a 5% (cinco por cento) do lance vencedor. 6.1.1. O valor da comissão do leiloeiro não compõe o valor do lance ofertado. 6.2. O arrematante pagará ao leiloeiro, no ato do leilão, o valor correspondente a 100% (cem por cento) do lance ofertado. 6.3. Os pagamentos no ato far-se-ão em moeda nacional e/ou pela emissão de 02 (dois) cheques, sendo um de valor correspondente à comissão do leiloeiro e o outro referente ao valor do lance, ou ainda por intermédio de depósito bancário. 6.4. Caso o arrematante não efetue o pagamento do valor correspondente ao lance vencedor e ao valor da comissão do leiloeiro no prazo estipulado, o lote correspondente estará automaticamente cancelado, bem como: 6.4.1. Deverá o arrematante pagar multa em favor do promitente vendedor, correspondente ao valor de 20% (vinte por cento) do o valor do lance ofertado acrescido da comissão do leiloeiro. 6.4.2. A comissão do leiloeiro é devida pelo arrematante a partir do momento em que o lote é declarado vendido, sendo esta cobrada em sua integralidade e independente do cancelamento do lote, interpelação judicial ou extrajudicial. 6.5. O não pagamento do lance e da comissão do leiloeiro no ato do leilão implicará ao arrematante faltoso as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra ele. 7. DA ATA DO LEILÃO 7.1. Será elaborada no leilão a Ata do Leilão contendo o valor do lance vencedor, valor pago no ato do leilão e dados do arrematante, bem como demais acontecimentos relevantes. 7.2. A Ata do Leilão será assinada pelo arrematante, leiloeiro e por um representante legal do Credor Fiduciário. 7.3. A Ata do Leilão informará a não ocorrência de lance para os imóveis, se for o caso. 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 8.1. Nenhuma diferença porventura comprovada nas dimensões do imóvel pode ser invocada, a qualquer tempo, como motivo para compensações ou modificações no preço ou nas condições de pagamento, ficando a cargo e ônus do adquirente/arrematante a sua regularização. 8.2. O imóvel é ofertado à venda como coisa certa e determinada (venda "ad corpus"), sendo apenas enunciativas as referências neste edital e serão vendidos no estado de ocupação e conservação em que se encontram, ficando a cargo do adquirente a sua desocupação, reformas que ocasionem alterações nas quantidades e/ou dimensões, averbação de áreas e/ou regularização, quando for o caso, arcando o adquirente com as despesas decorrentes. 8.3. A participação no presente leilão implica, no momento em que o lance for considerado vencedor no leilão, na concordância e aceitação de todos os termos e condições deste Edital, bem como submissão às demais obrigações legais decorrentes. 8.4. O arrematante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados. 8.5. O arrematante está ciente que o comitente vendedor, o leiloeiro e a empresa de leilões, não se enquadram nas condições de fornecedores, intermediários ou comerciantes e que o Leiloeiro é um mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por defeitos ou vícios ocultos que possam existir no bem alienado, nos termos do art. 663 do Código Civil, como também por indenizações, trocas, consertos, e compensações financeiras, em qualquer hipótese ou natureza. 8.6. Para dirimir qualquer questão que decorra direta ou indiretamente deste Edital, fica eleito o foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná. Maringá/PR, 06 de janeiro de 2025.

CLAUDIO CESAR KUSS LEILOEIRO OFICIAL
GRANDE LEILÃO
PRESENCIAL E ONLINE
LOCAL: RUA JOÃO LUNARDELLI, 2095 - CURITIBA/PR.
AUTOMÓVEIS, UTILITÁRIOS
MOTOS, CAMINHÕES E DIVERSOS.
CLAUDIO CESAR KUSS - LEILOEIRO OFICIAL - INFORMAÇÕES E FOTOS NO SITE 12/01.
www.claudiokussleiloes.com.br ou 3012-4800
14/01
TERÇA 10H00
VISITAÇÃO:
SEGUNDA: 09H00 ÀS 17H00
TERÇA: 08H30 ÀS 10H00
NO LOCAL DO LEILÃO.

CONSTRUTORA MENEGHETTI LTDA.

CNPJ/ME 76.510.924/0001-08

Edital de Segunda Convocação para Reunião de Sócios do Dia 13 de Janeiro de 2025

Convidamos os senhores sócios da **Construtora Meneghetti Ltda.** a se reunirem em reunião de sócios, a ser realizada em **segunda convocação**, no dia 13 de janeiro de 2025, às 14h, exclusivamente sob a forma digital, nos termos da IN 81 do DREI, por meio do link: https://teams.microsoft.com/meet/225619533797?p=TIjX8i9QF7HqIzg2ka, para deliberar sobre a alteração e reformulação do contrato social no que tange às cláusulas de responsável técnico, administração, objeto social, duração da sociedade, transferência de quotas, falecimento de sócio, ingresso de herdeiros, exclusão extrajudicial de sócio, retirada de sócio, apuração e pagamento de haveres, revogação de procurações da sociedade, regência supletiva pela Lei 6.404/76 e distribuição desproporcional de lucros. Os documentos de suporte para a reunião estão disponíveis no link: https://www.dropbox.com/scl/fo/mbf3968b2ue9uejt36aft/AI3rJJMg1GAi-ZJx6EriJR0?rlkey=h4ob5eg88qj1ke58lx9qbdfy0&st=r1t45v7t&dl=0 e os sócios poderão participar da reunião mediante envio, com antecedência de 5 (cinco) dias da data da reunião, do boletim de voto, documentos de identidade e eventuais procurações através do e-mail societario@dmgsa.com.br. Curitiba-PR, dia 8 de janeiro de 2025. Administradores: Maria Inês Meneghetti Raeder e João Meneghetti Filho.

NAVEGAÇÃO SANTA HELENA LTDA.

CNPJ/MF 79.150.512/0001-94

Edital de Segunda Convocação para Reunião de Sócios de 13 de Janeiro de 2025

Convidamos os senhores sócios da **Navegação Santa Helena Ltda.** a se reunirem em reunião de sócios, a ser realizada em **segunda convocação**, no dia 13 de janeiro de 2025, às 16h, exclusivamente sob a forma digital, nos termos da IN 81 do DREI, por meio do link: https://teams.microsoft.com/meet/287589713672?p=uuHagRMXIsHaFhxW3g, para deliberar sobre a alteração e reforma do contrato social no que tange à inclusão no contrato social da cláusula prevendo a possibilidade de exclusão extrajudicial de sócio por justa causa, nos termos do art. 1.085 do Código Civil, bem como para estabelecer a forma de apuração de haveres nos casos de hipóteses de exclusão extrajudicial por justa causa. Os documentos de suporte para a reunião estão disponíveis no link: https://www.dropbox.com/scl/fo/v074p65s8edv88upvf2y6/AKFIWcfuuYItJyESn3Sfj88?rlkey=3un9as4z7ymb1vpf6z84wu8yz&st=acnunn63&dl=0 e os sócios poderão participar da reunião mediante envio, com antecedência de 5 (cinco) dias da data da reunião, do boletim de voto, documentos de identidade e eventuais procurações através do e-mail societario@dmgsa.com.br. Santa Helena-PR, 8 de janeiro de 2025. Administrador não sócio: Wagner Topeorski Moreli.

Agile Serviços de Apoio a Saúde Ltda

CNPJ 40.992.290/0001-11, NIRE 412.0976619-4

Convocação

são convocados pelo administrador Larissa Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 08:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 08:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Larissa Gayer Madureira, Administradora.

Renovar Serviços de Apoio à Saúde Ltda

CNPJ 33.974.356/0001-85 - NIRE 412.0907343-1

Convocação

São convocados pelo administrador MARCIO ADILSON SOTELLO, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 12:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 12:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Marcio Adilson Sotello, Administrador.

Gaia Serviços de Apoio a Saúde Ltda

CNPJ 47.765.386/0001-96 - NIRE 412.1098064-1

Convocação

São convocados pela administradora Deborah Francisca Scarpari, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 16:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 16:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Deborah Francisca Scarpari, Administradora.

Supramed Serviços de Apoio a Saúde Ltda

CNPJ 31.131.837/0001-01 - NIRE 412.0885509-6

Convocação

São convocados pelo administrador Marcio Adilson Sotello, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 20:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 20:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Marcio Adilson Sotello, Administrador.

Hera Serviços Médicos Ltda

CNPJ 13.210.413/0001-42 - NIRE 412.0695971-4

Convocação

São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 09:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 09:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

TGMED Serviços Médicos Ltda

CNPJ 45.869.505/0001-25 - NIRE 412.1065506-6

Convocação

São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 13:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 13:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

Arpen Serviços Médicos Ltda

CNPJ 51.096.880/0001-82 - NIRE 412.1167136-7

Convocação

São convocados pelo administrador Erickson José Blun Lima, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 17:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 17:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Erickson José Blun Lima, Administrador.

Hygea Gestão & Saúde Ltda

CNPJ 80.769.680/0001-41- NIRE 412.0204339-1

Convocação

São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 15 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 08:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 08:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

Inframed Serviços de Apoio à Saúde Ltda

CNPJ 31.132.001/0001-13 - NIRE 412.0885502-9

Convocação

São convocados pelo administrador Marcio Adilson Sotello, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 10:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 10:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Marcio Adilson Sotello, Administrador.

Deltamed Serviços de Apoio à Saúde Ltda

CNPJ 31.822.743/0001-70 - NIRE 412.0891488-2

Convocação

São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 14:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 14:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

Piracicaba Serviços Médicos SPE Ltda

CNPJ 55.229.719/0001-90 - NIRE 412.1254865-8

Convocação

São convocados pelo administrador Erickson José Blun Lima, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 18:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 18:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Erickson José Blun Lima, Administrador.

Atena Serviços Médicos Ltda

CNPJ 17.618.613/0001-90 - NIRE 412.0752913-6

Convocação

São convocados pelo administrador José Rubens Alcantara Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 21 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 09:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 09:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. José Rubens Alcantara Madureira, Administrador.

PROHEALTH LTDA

CNPJ 12.334.997/0001-03 - NIRE 412.0683518-7

Convocação

São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 11:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 11:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

Sallus Serviços de Apoio a Saúde Ltda

CNPJ 49.659.785/0001-06 - NIRE 412.1136454-5

Convocação

São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 15:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 15:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

PUT Gestão Médica SPE Ltda

CNPJ 53.566.321/0001-14 - NIRE 412.1221689-2

Convocação

São convocados pela administradora Larissa Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 19:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 19:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Larissa Gayer Madureira, Administradora.

SEC – Serviços Especializados e Contratos Ltda

CNPJ 25.461.879/0001-08 - NIRE 412.0843703-1

Convocação

São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 21 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 10:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 10:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

POSITIVO TECNOLOGIA

POSI B3 LISTED NM

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de Dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de dezembro de 2024, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas, Giem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias; Secretário: Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros presentes do Conselho de Administração de forma unânime: a) autorizaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) nos termos do artigo 18, alínea (xv) do Estatuto Social, consignar a alteração na composição de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, com o ingresso da Sra. **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima** ao cargo e funções de membra do Comitê de Gente e a saída do Sr. **Alexandre Silveira Dias** do cargo e funções de membro do Comitê de Tecnologia Educacional. Em razão da deliberação ora tomada, em continuidade ao mandato em curso que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025: **(1)** o Comitê de Tecnologia Educacional passa a ser composto por: (i) **Samuel Ferrari Lago,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê*** e (iii) **Lucas Raduy Guimarães,** como ***membro do Comitê***; e **(2)** o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** atual membra independente do Conselho de Administração, como ***membra do Comitê;*** (iii) **Ana Lucia Moreira Caltabiano,** como **membra *do Comitê***; (iv) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** *e* (v) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** c) Diante da deliberação acima e para facilitar a identificação da estrutura de governança da Companhia, consolidar a seguir a composição dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração: **I. Comitê de Auditoria: Atribuições:** (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Composição:** (i) **Gustavo Kehl Jobim,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n° 9.560.035-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n° 075.913.208-90, residente e domiciliado na Rua Dona Ana Helena de Salles Gusmão, 100, São Paulo, SP, CEP 01457-040, como ***membro Coordenador do Comitê*****;** (ii) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; (iii) ***Eduardo Mormino,*** brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como ***membro do Comitê;*** e (iv) **João Ramos de Almeida,** brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob nº 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como ***membro do Comitê***. **II. Comitê Financeiro: Atribuições:** avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia. **Composição:** (i) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **Rafael Moia Vargas,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; e (iii) **Rodrigo Cesar Formighieri,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***. **III. Comitê de Gente: Atribuições:** (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações. **Composição:** (i) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** atual membra independente do Conselho de Administração, como **membra *do Comitê;*** (iii) **Ana Lucia Moreira Caltabiano,** como **membra *do Comitê;*** (iv) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** *e* (v) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **IV. Comitê de Marketing e Comunicação: Atribuições:** (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado. **Composição***:* (i) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** atual membra do independente Conselho de Administração, como **membra *Coordenadora do Comitê***; (ii) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iii) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **V. Comitê de Tecnologia Educacional: Atribuições:** validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio. **Composição:** Designar (i) **Samuel Ferrari Lago,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iii) **Lucas Raduy Guimarães,** como ***membro do Comitê.*** **VI. Comitê de Estratégia e Novos Negócios: Atribuições:** (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados. **Composição:** (i) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê;** (iii) **Fernando Costa de Freitas,** atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iv) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; e (v) **Marcel Martins Malczewski,** atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **VII. Comitê de Integridade: Atribuições:** (i) zelar e garantir a devida implementação, manutenção, controle e resultados do Programa de Integridade da Companhia, reportando o planejamento, evolução e resultados ao Conselho de Administração na periodicidade que lhe seja definida; (ii) informar, acompanhar, exigir e zelar pelo correto cumprimento, pela Companhia, suas coligadas, subsidiárias, administradores, colaboradores e prestadores de serviços, com relação a leis e normas, bem como aos códigos e políticas da Companhia; (iii) analisar com imparcialidade e sigilo todas as questões referentes ao conteúdo do Código de Conduta do Colaborador, propondo e aprovando revisões sempre que necessário, "ad referendum" do Conselho de Administração; (iv) Avaliar, revisar e aprovar alterações, sempre que necessário, de códigos, políticas e procedimentos internos relacionados com o Programa de Integridade, em periodicidade anual ou de acordo com as necessidades da Companhia, em especial, mas não limitado ao "Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros", a "Política Corporativa de Prevenção à Corrução", a "Política Corporativa Concorrencial"; (v) reportar-se ao Conselho de Administração, preparando relatórios e/ou pareceres para auxiliar as deliberações nas reuniões do Conselho, sempre que por este solicitado; (vi) definir a composição e as atribuições da Comissão de Ética, com poderes para delegar-lhe as atribuições que julgar adequadas, exceto as definidas acima, cuja competência é privativa do Comitê de Integridade; e (vii) orientar, coordenar e apoiar as áreas diretamente responsáveis pela execução das atividades de divulgação, treinamento, funcionamento do canal de denúncias, *due diligence* de conformidade e outras ferramentas e procedimentos de conformidade, de modo a garantir que as ações sejam realizadas conforme as definições constantes do Programa de Integridade. **Composição:** conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 1º de agosto de 2023, foi delegado ao Diretor Presidente da Companhia a indicação dos membros do Comitê de Integridade, a ser composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo o prazo do mandato dos membros designados para o Comitê de Integridade será o mesmo aprovado pelo Conselho de Administração para a Diretoria Estatutária. d) Consignaram a renúncia apresentada pelo Sr. **Caio Gonçalves de Moraes** aos cargos e funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, com efeitos a partir de dia 31 de dezembro de 2024; e, nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **Fabio Trierweiler Faigle,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 6.125.852-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 032.949.319-13, com endereço profissional na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores,*** cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social, com mandato a partir de 01/01/2025. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia. e) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/01/2024: Sr. **Hélio Bruck Rotenberg,** nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias,** nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Fabio Trierweiler Faigle** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira,** nas funções de Diretor Vice-Presidente Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração indicados no item 2 da presente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente).* Curitiba, 20 de dezembro de 2024. **Anderson Prehs -** Secretário - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 03/01/2025 sob o nº 20249352745. Protocolo: 249352745 de 31/12/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=e6fcdb63-9f6f-49cd-94ed-649bb91d50f9

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 08/01/2025

Documento assinado e certificado digitalmente Por EDITAL CENTER LTDA. 04.150.383/0001-35 A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** para acessar a página de **Publicidade Legal Certificada** no portal do **Metópole Jornal**. Acesse também através do link: **https://metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais**

www.metropolejornal.com.br

PUBLICIDADE LEGAL EDIÇÃO DIGITAL

(41) 3024-6766

RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:
https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=e6fcdb63-9f6f-49cd-94ed-649bb91d50f9

Chave de acesso: e6fcdb63-9f6f-49cd-94ed-649bb91d50f9

Hash do documento
4c44b9ed677d869f5a149538cebcb56845eb877c7b0308f2dbf26e56843e0f03

Documento disponível em

Documento(s) gerado(s) em 07-01-2025, com o(s) seguinte(s) participante(s):

EDITAL CENTER LTDA - 04.150.383/0001-35 em 07/01/2025 23:42:16 UTC-03:00
Tipo de Participante: Assinatura Digital
Identificação: Por e-mail: cial@ctbametropole.com.br
Geolocalização: Latitude: -25.4574592 Longitude: -49.2797952
IP: 177.220.181.31

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.

Santa Fé Holding S/A

CNPJ em constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição da Sociedade Anônima

Data e Local: Aos **30 (trinta) dias do mês de novembro de 2023,** às 17:00 horas, na sede da NOBRE ROCHA Advogados, situada na Avenida Brasil, nº 303, 5º andar, Sls. 505/507, Centro Empresarial Rio Branco, Centro, CEP 69.900-076, Rio Branco, Estado do Acre. **Presença:** A totalidade dos Acionistas Fundadores da sociedade representando a totalidade dos subscritores do Capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a comprovação da convocação prévia desta assembleia pela imprensa, conforme facultado pelo § 4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76. **Acionistas: Maíra Mansur Martinello Moura,** brasileira, nascida em 25/04/1980, natural de Rio Branco/AC, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, jornalista, portadora da Cédula de Identidade nº 10629785 - SEJSP/AC e inscrita no CPF/MF sob nº 079.819.047-73, residente e domiciliada na Estrada da Invernada, nº 986, Apto. 112-B, Edifício Maison, Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP nº 69901-061; **Amanda Mansur Martinello Esteves Moura,** brasileira, nascida em 04/12/2006, natural de Rio Branco/AC, menor, estudante, portadora da Cédula de Identidade nº 1238479-8 - SSP/AC e inscrita no CPF/MF sob nº 032.287.962-05, residente e domiciliada na Estrada da Invernada, nº 986, Apto. 112-B, Edifício Maison, Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP nº 69901-061, neste ato assistida por sua genitora, Maíra Mansur Martinello Moura, acima qualificada; **Marcello Mansur Martinello Esteves Moura,** brasileiro, nascido em 30/01/2013, natural de Rio Branco/AC, menor impúbere, estudante, portador da Cédula de Identidade nº 093.840-A - SSP/AC e inscrito no CPF/MF sob nº 059.234.312-03, residente e domiciliada na Estrada da Invernada, nº 986, Apto. 112-B, Edifício Maison, Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP nº 69901-061, neste ato representado por sua genitora, Maíra Mansur Martinello Moura, acima qualificada; e **Marcello Henrique Esteves Moura,** brasileiro, nascido em 27/11/1980, natural de Rio Branco/AC, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 295420 - SSP-AC e inscrito no CPF nº 515.868.942-34, residente e domiciliado na Estrada da Invernada, nº 986, Apto. 112-B, Edifício Maison, Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP nº 69901-061. Conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença, conferido este com o Boletim de Subscrição. Iniciados os trabalhos, assumiu a presidência por aclamação dos presentes a Sra. **Maíra Mansur Martinello Moura,** que convidou a mim, **Gilliard Nobre Rocha,** brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AC sob nº 2.833, CPF nº 650.899.952-49, com escritório à Avenida Brasil, nº 303, 5º andar, Sls. 505/507, Centro Empresarial Rio Branco, Centro, CEP 69.900-076, Rio Branco, para secretariar a Assembleia, o que aceitei. **Ordem do Dia: 1.** Constituição de uma companhia de capital fechado, leitura, discussão e aprovação do estatuto; **2.** Subscrição e forma de integralização das ações; **3.** Eleição da sua diretoria e respectiva remuneração; **4.** Eleição do Conselho Fiscal. Iniciando os trabalhos, a Senhora Presidente comunicou que o projeto do estatuto social, já do conhecimento de todos e cujo teor segue em apenso devidamente assinado, fazendo parte integrante e inseparável desta ata, constituindo os dois instrumentos num todo, único e indivisível. **Deliberação;** Após a leitura do estatuto que foi aprovado por unanimidade, foi declarada definitivamente constituída a **Santa Fé Holding S/A,** com sede na Alameda Rio Negro 503, Sala 2020, Alphaville, CEP 06454-000, Município de Barueri, Estado de São Paulo, a qual iniciará suas atividades logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário. **Subscrição e Forma de Integralização das Ações:** O capital será de 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando R$ 10.000,00 (dez mil reais), totalmente subscrito e será integralizado em moeda corrente nacional, sendo que, 10% (dez por cento) do capital deverá ser integralizado pelos acionistas fundadores e depositado em instituição financeira nacional até a data de protocolo da Ata de Assembleia Geral de Constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e os restantes 90% (noventa por cento) no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o registro dos estatutos na mesma Junta Comercial. Os acionistas fundadores, acima nomeados e qualificados, aprovaram também, por unanimidade, o Boletim de Subscrição em anexo I e reproduzido a seguir. Restou, estabelecido, que a subscrição e integralização das ações será efetuada da seguinte forma: A acionista **Maíra Mansur Martinello Moura,** já qualificada, subscreve 4.000 (quatro mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R$ 400,00 (quatrocentos reais), equivalentes a 10% (dez por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo; A acionista **Amanda Mansur Martinello Esteves Moura,** já qualificada, subscreve 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R$ 100,00 (cem reais), equivalentes a 10% (dez por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo; O acionista **Marcello Mansur Martinello Esteves Moura,** já qualificado, subscreve 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R$ 100,00 (cem reais), equivalentes a 10% (dez por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo; O acionista **Marcello Henrique Esteves Moura,** já qualificado, subscreve 4.000 (mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R$ 400,00 (quatrocentos reais), equivalentes a 10% (dez por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Eleição da Diretoria e Remuneração:** Por unanimidade foi eleito, para o período de 03 anos, para compor a primeira diretoria da companhia: **Gilliard Nobre Rocha,** brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AC sob nº 2.833, CPF nº 650.899.952-49, com endereço à Avenida Brasil, nº 303, 5º andar, Sls. 505/507, Centro Empresarial Rio Branco, Bairro Centro, CEP 69.900-076, na cidade de Rio Branco, como Diretor Presidente, o qual aceitou o cargo, tendo sido destinada para a remuneração global anual da Diretoria a importância de até R$ 12.000,00 (doze mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 182/2021. **Conselho Fiscal:** Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o estatuto, assim o permitem. **Declaração de Desimpedimento da Diretoria:** O Diretor declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Termo de Posse da Diretoria e Conselho Fiscal:** O diretor é empossado neste ato e declara, para os fins de direito, estar de acordo com sua nomeação, tomando posse imediata de seus cargos mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Registro de Atas. Declara ainda, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente da assembleia geral de constituição declarou constituída a presente companhia, sendo suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, foi por todos os presentes assinadas e rubricadas as 03 (três) vias. **Rio Branco/AC, 30 de novembro de 2023. Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Art. 1º.** Sob a denominação de **Santa Fé Holding S/A** fica constituída uma sociedade anônima de capital fechado, que girará sob o nome de fantasia **"Santa Fé"** e se regerá por este estatuto e pela legislação vigente que lhe for aplicável. **Art. 2º.** A sociedade terá por sede administrativa e foro jurídico na Alameda Rio Negro 503, Sala 2020, Alphaville, CEP 06454-000, Município de Barueri, Estado de São Paulo, sendo-lhe facultado abrir filiais, sucursais, agências, escritórios, participar de outras sociedades e empreendimentos, em qualquer parte do território nacional, ou fora dele, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O único objeto da sociedade consiste, especificamente, **na participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior *(holding)*. Art. 4º.** O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social, Ações e das Debêntures: Art. 5º.** O capital social é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, indivisíveis em relação à sociedade. **§ 1º.** A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem, observando o disposto nos artigos 24 a 26 da Lei nº 6.404/76. **§ 2º.** As ações, os títulos múltiplos, ou, as cautelas serão controladas no livro próprio de ações nominativas e quando emitidas, serão assinadas por 2 (dois) diretores ou, por um diretor e um procurador especialmente constituído para esse fim, na forma da lei e deste estatuto. **§ 3º.** A companhia poderá, também, emitir debêntures conversíveis, ou não, em ações e ainda certificados de debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado, os quais também serão controladas no livro próprio, e quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) diretores, observando o disposto no Capítulo V da Lei nº 6.404/76. **§ 4º.** A companhia a qualquer tempo poderá instituir ações preferenciais, bem como classes, tanto para as ações ordinárias, como para as ações preferenciais. **§ 5º.** As ações são gravadas com incomunicabilidade, o que significa que as mesmas não podem ser objeto de comunicação, partilha ou transferência por força de casamento, união estável, herança, doação, legado ou qualquer outro meio de transmissão decorrente de relações pessoais ou familiares. **§ 6º.** As ações são gravadas com impenhorabilidade, sendo vedada a sua penhora, arresto ou qualquer outra forma de constrição judicial ou extrajudicial. a) A impenhorabilidade das ações significa que, em caso de dívidas ou responsabilidades pessoais de um acionista, seus credores não poderão satisfazer seus créditos através da apreensão ou execução das ações de sua titularidade, nem exercer qualquer direito de voto ou influência sobre as decisões da companhia. b) Esta cláusula de impenhorabilidade não se aplica no caso de obrigações decorrentes de relações entre a companhia e o acionista, tais como empréstimos ou adiantamentos realizados pela companhia aos acionistas, bem como em caso de fraudes ou abusos cometidos pelos acionistas em prejuízo da companhia. **Art. 6º.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. **Art. 7º.** A transferência de ações ordinárias, a qualquer título, gratuita ou onerosamente, a acionista ou a terceiros, obedecerá às normas previstas neste artigo como segue: a) aos acionistas é assegurada a preferência na aquisição de ações, na proporção do capital de cada um; b) o acionista que pretender alienar suas ações ou parte delas, deverá comunicar os demais acionistas, por carta registrada com aviso de recebimento, sua intenção, transmitindo-lhe as informações referentes a quantidade de ações, preço e condições de pagamento; c) os demais acionistas terão 60 (sessenta) dias de prazo, a contar do recebimento da carta mencionada na letra "b" deste artigo, para manifestar, também por carta com aviso de recebimento, seu interesse na aquisição das ações postas à venda; d) no caso de um ou mais acionistas não pretenderem exercer o seu direito de preferência, tal direito será dos demais acionistas, na proporção do capital de cada um; e) se os acionistas não se interessarem pela aquisição das ações terá ele o direito de transferi-las a um terceiro. **Art. 8º.** Os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, sendo de 60 (sessenta) dias o prazo para o exercício desse direito, contados da data da assembleia que o deliberou. **Parágrafo Único.** Havendo desistência expressa ou decurso do prazo referido no caput deste artigo, a preferência para subscrição das ações correspondentes será transferida aos demais acionistas, observada a proporcionalidade do capital subscrito. **Art. 9º.** A companhia poderá adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria ou posterior alienação ou cancelamento. **Art. 10.** Enquanto não estiver totalmente integralizado o capital subscrito da companhia, a responsabilidade dos acionistas fica limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, conforme preceitua o artigo 1º da Lei 6.404/76. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade: Art. 11.** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 01 (um) membro, acionistas ou não, residente e domiciliado no país, assim designado: Diretor Presidente, para um período de 03 (três) anos e cujo mandato terminará sempre na assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício da sua gestão. **§ 1º.** Os Diretores poderão ser reeleitos e a investidura no cargo será feita por termo lavrado e assinado pelo respectivo diretor no livro de "Atas das reuniões da Diretoria" independentemente de qualquer caução, ou garantia de sua gestão. **§ 2º.** Os Diretores poderão perceber remuneração, a título de pró-labore, o qual será fixado anualmente pela assembleia geral ordinária, considerando a responsabilidade e o tempo exigido pelo cargo, competência e reputação do profissional eleito. **§ 3º.** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor será escolhido, dentre os remanescentes, um para assumir temporariamente as atribuições do Diretor ausente. **§ 4º.** Ocorrendo renúncia, morte ou incapacidade superveniente de qualquer diretor, será convocada imediatamente uma Assembleia geral extraordinária, cabendo a esta prover o cargo. **Art. 12.** À Diretoria caberá a pratica dos atos próprios de gestão, desde que destinados ao funcionamento regular da sociedade e ao cumprimento de seu objeto social, em estrita obediência aos deveres e funções contemplados na lei e no estatuto social. **§ 1º.** Os atos próprios da sociedade, e não restritos ao setor específico de cada Diretoria, que acarretarem responsabilidade para a sociedade, dependem da assinatura de dois diretores, sendo um deles o Diretor Superintendente. **§ 2º.** As deliberações da Diretoria e os atos dos respectivos diretores obrigam a sociedade quando praticados no exercício das funções estatutárias e em concordância com a lei. **§ 3º.** Respondem os diretores pessoalmente pelos atos praticados com exorbitância de poderes, ou contrariamente à lei e aos interesses da sociedade, ou com má-fé. **§ 4º.** A diretoria se reunirá todas as vezes que for necessário ou conveniente, lavrando-se atas de suas deliberações no livro competente. **Art. 13.** A representação ativa e passiva da sociedade, nos atos de gestão ordinária dos negócios sociais, será exercida em conjunto pelo Diretor Superintendente e mais um diretor. **§ 1º.** A diretoria poderá constituir procuradores, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, exceto o judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. **§ 2º.** Os instrumentos de mandato outorgados pela sociedade serão sempre assinados pelos dois membros diretora, sendo um deles o Diretor Superintendente. **Art. 14.** Ao Diretor Presidente compete os poderes e atribuições fixados por este estatuto e pela lei, especialmente: a) definir os planos gerais da política administrativa e financeira da sociedade; b) convocar e presidir as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria; c) ordenar o levantamento de balancete mensal, e com base neste, deliberar com os demais diretores sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, tudo dentro do limite legal; d) firmar as cautelas de debêntures, quando emitidas; e) alienar, onerar ou hipotecar, gravar ou dar em garantia bens sociais. **Art. 15.** Ao Diretor Presidente compete, ainda: a) definir e implementar a política comercial da empresa; b) a representação geral da sociedade, em juízo ou fora dele e em suas relações com terceiros, observadas as normas deste Estatuto e a legislação pertinente; c) manter-se permanentemente informado sobre o mercado para os produtos da empresa e sua tendência; d) acompanhar as práticas da concorrência a fim de estabelecer bases para sua política comercial; e) receber citação ou intimação em processos judiciais ou procedimentos administrativos; f) admitir e demitir funcionários; g) emissão de ações da companhia; h) firmar contratos de financiamento com entidades bancárias e de arrendamento mercantil com sociedades constituídas para tal finalidade sem limite; i) endossar quaisquer títulos de crédito, entre eles duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e certificados de custódia; j) constituir procuradores, conferindo-lhes os poderes da cláusula adjudicia e a extra, bem como os de receber citação, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação; k) firmar compromissos e contratos, inclusive os de locação de bens móveis e imóveis, ou de serviços; I) elaboração de Termos de Securitização, e a respectiva prestação de informações aos órgãos competentes; m) assinar atos e documentos que importem na assunção de obrigações, aceite, aval, compra e venda de ações e quotas sem limite; n) firmar correspondência, guias para recolhimento de impostos e contribuições, requerimentos e petições dirigidas a Repartições e Autarquias Públicas Federais, Estaduais e Municipais, bancos e instituições, em expedientes para recolhimento de impostos, taxas e contribuições sociais ou procedimentos administrativos de qualquer natureza; o) abrir, movimentar ou encerrar contas-corrente junto às instituições financeiras, públicas ou privadas, emitir e endossar cheques, notas promissórias, ou títulos de crédito, descontar duplicatas, cheque ou títulos; p) ordenar pagamentos, requerer saldos, extratos, talões de cheques, autorizar ou ordenar aplicações financeiras, ordenar títulos de créditos para protesto, autorizar débitos em contas bancárias; q) representar a empresa perante empresas de fornecimento de água, luz, telefone, bem como em reuniões de condomínio e sindicatos; r) ordenar títulos de créditos para protesto; s) assinar cartas de anuência para cancelamentos de protestos; t) receber valores e dar quitações; u) assinar todos e quaisquer documentos, públicos ou particulares. **Art. 16.** É vedado aos diretores dar fianças ou avais em nome da sociedade e em nome próprio, de modo a favorecer terceiros, em negócios que lhe sejam alheios. **Capítulo IV - Do Conselho Fiscal: Art. 17.** O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, os quais exercerão seus cargos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizará após sua eleição, podendo ser reeleitos. **Art. 18.** O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e somente funcionará quando a Assembleia Geral Ordinária assim decidir, ou a pedido dos acionistas, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 161 da Lei nº 6.404/76. **Art. 19.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a lei lhe confere, além das atribuições que eventualmente forem estabelecidas pela Assembleia Geral. **Art. 20.** Os membros efetivos do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração no período em que instalado, estejam no efetivo exercício da função. **Art. 21.** No impedimento de qualquer dos membros efetivos do Conselho Fiscal, este será substituído pelo suplente mais votado e em caso de empate, pelo mais idoso. **Capítulo V - Da Assembleia Geral: Art. 22.** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para tomar as contas da Diretoria, discutir e votar as demonstrações financeiras; discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal, quando instalado; deliberar sobre a destinação de lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos e eleger membros de Diretoria, quando for o caso. **Art. 23.** A Assembleia Geral será extraordinariamente instalada sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. **Art. 24.** A assembleia geral será instalada por convocação do Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por outro Diretor, e será dirigida por um Presidente aclamado entre os presentes, o qual escolherá o Secretário. **Art. 25.** As resoluções da assembleia geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não se computando, no cálculo, os votos em branco, excetuando-se os casos em que a Lei exigir maioria qualificada. **Art. 26.** A convocação da Assembleia Geral será feita na forma prevista no art. 294 inciso I da Lei nº 6.404/76. **Capítulo VI - Do Exercício Social e dos Resultados: Art. 27.** O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 01 de janeiro e terminando no dia 31 do mês de dezembro de cada ano. **Art. 28.** Ao fim de cada exercício social, serão elaborados, com base na escrituração mercantil da sociedade, as demonstrações financeiras, consubstanciadas no balanço patrimonial, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos. **§ 1º.** A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados, bem como juros sobre capital próprio. **§ 2º.** A qualquer tempo, a Assembleia geral também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral. **Art. 29.** Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido. **§ 1º.** O lucro líquido apurado no encerramento do exercício social, depois de deduzidas as amortizações e provisões previstas neste estatuto e em lei, será distribuído da seguinte forma: **a)** 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, bem como poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas do capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social; **b)** 5% (cinco por cento) no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, pagável no prazo de 60 (Sessenta) dias a contar da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de deliberação em contrário, da assembleia geral, caso em que o pagamento deverá ser efetuado dentro do exercício em que for declarado; **c)** o saldo ficará a disposição da Assembleia Geral, convocada para decidir sobre a sua respectiva destinação. **§ 2º.** Não havendo oposição de qualquer acionista presente à assembleia geral, pode esta deliberar a distribuição de dividendo inferior ao previsto neste artigo, bem como a retenção de todo o lucro. **Capítulo VII - Da Liquidação da Sociedade: Art. 30.** A liquidação, dissolução e extinção da sociedade se procederá em obediência aos termos da lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral e se extinguirá pelo encerramento da liquidação. **§ 1º.** A Assembleia Geral nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários. **§ 2º.** O liquidante poderá ser destituído por Assembleia Geral a qualquer tempo. **§ 3º.** A Assembleia Geral poderá solicitar a instalação do Conselho Fiscal. **Capítulo VIII - Disposições Gerais e Transitórias: Art. 31.** As questões omissas nos estatutos serão resolvidas de acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76 e demais legislações em vigor. E, depois de tudo lido, compreendido e aceito, conforme se verifica na ata de constituição que faz parte integrante deste estatuto, os acionistas fundadores, acompanhados do advogado e das testemunhas, firmam o presente instrumento em quatro vias, de igual teor e forma. Rio Branco/AC, 30 de agosto de 2022. **Maíra Mansur Martinello Moura -** Presidente; **Gilliard Nobre Rocha -** Secretário. **Acionistas: Maíra Mansur Martinello Moura -** CPF nº 079.819.047-73; **Amanda Mansur Martinello Esteves Moura - A/P Maíra Mansur Martinello Moura -** CPF nº 032.287.962-05; **Marcello Mansur Martinello Esteves Moura - R/P Maíra Mansur Martinello Moura -** CPF nº 059.234.312-03; **Marcello Henrique Esteves Moura -** CPF nº 515.868.942-34. Diretor: **Gilliard Nobre Rocha - Diretor Presidente -** CPF nº 650.899.952-49. **Visto de Advogado (IN DREI 81/2020): Lucas Martins Borghi -** OAB/AC 5.696 - CPF nº 230.490.888-85. **JUCESP/NIRE S/A** 3530064317-8 em 29/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OSASCO

Justiça decreta prisão de GCM que matou secretário

Agente atirou e matou o secretário municipal adjunto de Segurança e Controle Urbano, Adilson Moreira

Reprodução Instagram



Secretário-adjunto da Segurança de Osasco, Adilson Custódio Moreira, foi morto a tiros por Guarda Civil Municipal

A Justiça paulista decretou a prisão preventiva do guarda civil municipal (GCM) que atirou e matou o secretário municipal adjunto de Segurança e Controle Urbano, Adilson Moreira, nesta segunda-feira (6), dentro da prefeitura de Osasco, na Grande São Paulo. O autor do homicídio passou por audiência de custódia na manhã desta terça-feira (7).

A Polícia Civil de São Paulo havia decretado a prisão em flagrante e determinado o indiciamento do GCM Henrique Marival de Sousa. A polícia apreendeu também a arma do crime - uma pistola Taurus, calibre .40 -, acompanhada por dois carregadores, um coldre e diversos cartuchos; oito estojos e quatro fragmentos de projéteis; um aparelho celular do indiciado e um simulacro de arma de fogo encontrado na mochila, que estava dentro do carro do guarda civil.

De acordo com boletim de ocorrência, emitido na madrugada desta terça-feira (7), o indiciado, que foi comunicado das acusações feitas contra ele e das provas existentes, escolheu permanecer em silêncio ao ser interrogado pela autoridade policial. Ele estava acompanhado de advogados.

Segundo depoimento de testemunhas, registrado no boletim, Henrique Marival de Sousa integrava a equipe de segurança da primeira dama do município. Na segunda (6), o secretário realizou reunião com guardas civis, na prefeitura, para anunciar alterações na equipe de segurança pessoal do prefeito e da primeira-dama, por conta da mudança de gestão municipal.

Na ocasião, foi anunciado quem permaneceria na equipe e quem voltaria aos quadros na Guarda Civil. Henrique Sousa teria sido um dos agentes anunciados para sair da equipe de segurança de dignitários da prefeitura. Ainda segundo testemunhas, após a reunião, o secretário passou a receber individualmente quem quisesse tratar de algum assunto. Na vez de Henrique, foram ouvidos disparos de arma de fogo dentro da sala.

Segundo o delegado Daniel Alois Martins, conforme consta no boletim de ocorrência, apesar dos indícios de motivação do crime identificados nos depoimentos - desligamento do guarda da equipe de segurança de dignitários -, ainda não foi possível atestá-lo "de maneira inequívoca".

"De modo que não vislumbro a possibilidade de firmar a incidência de eventuais hipóteses qualificadoras ao homicídio, seja pela motivação (ainda não suficientemente esclarecida), seja ainda pelo modo de execução, circunstâncias que, não obstante, ainda serão objeto de diligências investigativas futuras", apontou o delegado, no boletim. Segundo ele, a conduta se configura como homicídio doloso, modalidade simples, consumado.

Segundo a prefeitura, antes de efetuar os disparos, o GCM Henrique Marival de Sousa manteve o secretário-adjunto como refém, trancou as portas de acesso ao local e montou barricadas. O guarda civil se entregou à polícia por volta das 19h30. A negociação foi conduzida por equipes do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), da Polícia Militar.

Milênio Holding S.A.

CNPJ: 51.660.005/0001-81 - NIRE: 35300649672

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

A Presidente do Conselho de Administração da **Milênio Holding S.A.,** sociedade por ações devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 17º andar, conjuntos 171 a 173, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 51.660.005/0001-81 ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/1976 e conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30.12.2024, convoca todos os acionistas, nos termos do artigo 9º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, às 09:00 horas do dia 15 de janeiro de 2025, de forma exclusivamente virtual, conforme autoriza o anexo V, seção VIII, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, conforme alterada, através da plataforma *Microsoft Teams,* sendo, para todos os fins, considerada realizada no endereço de sede da Companhia, acima informado, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia ("Assembleia"): i. Aprovar a alteração da forma de realização, pela Companhia, das publicações exigidas pela Lei Federal nº 6.404/1976; e ii. Eleição de novo membro para o cargo vacante do Conselho de Administração. **Instruções Gerais.** Os acionistas poderão participar da Assembleia, por si ou por seus representantes legais ou procuradores. Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma digital, a Companhia solicita que sejam enviados (endereço eletrônico: rlaguna@milenio.capital), até às 09:00 horas (horário de Brasília) do dia 14 de janeiro de 2025, os seguintes documentos de identificação do acionista: (i) nome completo e CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, (ii) cópias simples do documento de identidade do acionista ou seu representante ou procurador que estiver presente à Assembleia, (iii) se representado por procurador, cópia simples do respectivo instrumento de procuração devidamente assinado por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica, (iv) se pessoa jurídica, cópias simples do estatuto social atualizado e do ato de nomeação dos seus representantes legais, devidamente arquivados perante o órgão de registro competente. Após examinada e aprovada a documentação, cada acionista receberá o link de acesso na plataforma digital. No dia de realização da Assembleia, os acionistas deverão acessar a plataforma digital através do link fornecido com 30 (trinta) minutos de antecedência. **Documentos Auxiliares da Assembleia.** Não há documentos auxiliares à Assembleia. São Paulo, 06 de janeiro de 2025. **Milênio Holding S.A.** Renata Marques Laguna Cardoso - Presidente do Conselho de Administração.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

POSITIVO TECNOLOGIA — POSI B3 LISTED NM

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20/12/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de dezembro de 2024, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** os Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas, Giem Raduy Guimarães, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Alexandre Silveira Dias e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, os membros do Conselho de Administração, de forma unânime: (a) autorizaram a lavratura da ata em forma de sumário; (b) consignaram a alteração na composição de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, com o ingresso da Sra. Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima ao Comitê de Gente, e a saída do Sr. Alexandre Silveira Dias do Comitê de Tecnologia Educacional; c) consolidaram a composição e atribuições de todos os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração; d) consignaram a renúncia apresentada pelo Sr. Caio Gonçalves de Moraes aos cargos e funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e elegeram o Sr. Fabio Trierweiler Faigle para ocupar o referido cargo; e) consolidaram a composição da Diretoria da Companhia, vigente a partir do exercício seguinte. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 20/12/2024. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 03/01/2025 sob o nº 20249352745, protocolo 249352745 de 31/12/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A integra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 03/01/2025 sob o nº 20249352745. Protocolo: 249352745 de 31/12/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

CNPJ/ME nº 61.149.589/0001-89 - NIRE 35400021136

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada no dia 25/06/2024

Aos 25/06/2024, às 11h, na cidade de SP/SP, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 02, Vila Gertrudes, mediante prévia convocação, reuniram-se ordinariamente, presencialmente e por meio de videoconferência, os senhores membros do Conselho de Administração, abaixo assinado. O Sr. Presidente do Conselho, Luis Roberto Pogetti, presidiu a mesa da reunião e convidou a mim, André Luiz Bella Christofoletti, para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, Pogetti informou que a reunião tinha por objetivo deliberar sobre a reeleição dos Executivos Profissionais da Cooperativa. Por unanimidade de votos, o Conselho deliberou, para um mandato unificado até a AGO que será realizada no ano de 2027, a reeleição dos seguintes membros: **(i) Presidente Executivo:** Sr. **Tomás Caetano Manzano,** RG nº 25.162.636-2 SSP/SP e CPF nº 248.126.578-57; **(ii) Executivo Jurídico e de Governança:** Sr. **Julio Alvarez Boada,** RG nº 13.091.559-2 SSP/SP, CPF nº 045.678.348-28 e na OAB/SP sob o nº 95.652; **(iii) Executiva Comercial:** Sra. **Lara Nascimento Bacellar,** RG nº 33.451.868-4 e CPF nº 326.887.648-02; e **(iv) Executivo Administrativo-Financeiro e Relacionamento com Usinas:** Sr. **Thiago Fontoura Struminski,** brasileiro, casado, RG nº 7893032 SSP/PR e CPF nº 034.227.289-61. Os Executivos Profissionais ora reeleitos, por seu turno, declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no artigo 51 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 ("Lei das Cooperativas") para a investidura aos respectivos cargos de Executivos Profissionais da Cooperativa, não estando impedidos para o exercício de atividade empresarial ou terem sido condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou su

Milênio Holding S.A.

CNPJ: 51.660.005/0001-81 - NIRE: 35300649672

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

A Presidente do Conselho de Administração da **Milênio Holding S.A.,** sociedade por ações devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 17º andar, conjuntos 171 a 173, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 51.660.005/0001-81 ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/1976 e conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30.12.2024, convoca todos os acionistas, nos termos do artigo 9º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, às 09:00 horas do dia 15 de janeiro de 2025, de forma exclusivamente virtual, conforme autoriza o anexo V, seção VIII, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, conforme alterada, através da plataforma *Microsoft Teams,* sendo, para todos os fins, considerada realizada no endereço de sede da Companhia, acima informado, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia ("Assembleia"): i. Aprovar a alteração da forma de realização, pela Companhia, das publicações exigidas pela Lei Federal nº 6.404/1976; e ii. Eleição de novo membro para o cargo vacante do Conselho de Administração. **Instruções Gerais.** Os acionistas poderão participar da Assembleia, por si ou por seus representantes legais ou procuradores. Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma digital, a Companhia solicita que sejam enviados (endereço eletrônico: rlaguna@milenio.capital), até às 09:00 horas (horário de Brasília) do dia 14 de janeiro de 2025, os seguintes documentos de identificação do acionista: (i) nome completo e CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, (ii) cópias simples do documento de identidade do acionista ou seu representante ou procurador que estiver presente à Assembleia, (iii) se representado por procurador, cópia simples do respectivo instrumento de procuração devidamente assinado por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica, (iv) se pessoa jurídica, cópias simples do estatuto social atualizado e do ato de nomeação dos seus representantes legais, devidamente arquivados perante o órgão de registro competente. Após examinada e aprovada a documentação, cada acionista receberá o link de acesso na plataforma digital. No dia de realização da Assembleia, os acionistas deverão acessar a plataforma digital através do link fornecido com 30 (trinta) minutos de antecedência. **Documentos Auxiliares da Assembleia.** Não há documentos auxiliares à Assembleia. São Paulo, 06 de janeiro de 2025. **Milênio Holding S.A.** Renata Marques Laguna Cardoso - Presidente do Conselho de Administração.

NASCENTES DO XINGU INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 19.190.733/0001-64 - NIRE nº 35.300.470.044 *(Companhia)*

Aviso aos Acionistas - Comunicado sobre Aumento de Capital Social e Direito de Preferência

Ficam os acionistas da **Nascentes do Xingu Investimentos S.A.** ("Companhia") devidamente informados de que, em 07 de janeiro de 2025, na Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 3.877.000,00 (três milhões, oitocentos e setenta e sete mil reais), mediante a emissão de 3.877.000 (três milhões, oitocentas e setenta e sete mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, considerando o capital da Companhia, nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II da Lei nº 6.404/76. Nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, os acionistas terão direito de preferência para subscrição das novas ações, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia. O prazo para o exercício do direito de preferência é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da realização da assembleia e se encerra em 06 de fevereiro de 2025. Os acionistas interessados deverão manifestar formalmente seu interesse, por meio do preenchimento do respectivo Boletim de Subscrição junto à sede da Companhia, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, sala 06, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01452-001, até 06 de fevereiro de 2025, concomitantemente à integralização das ações subscritas, mediante transferência ou depósito bancário do valor correspondente para a Companhia, nos termos e condições deliberados na referida assembleia. Para mais informações, os acionistas poderão entrar em contato pelos e-mails ana.calzzetta@aegea.com.br, fabiano.puppi@aegea.com.br e ana.santos@aegea.com.br. São Paulo/SP, 08 de janeiro de 2025. **Nascentes do Xingu Investimentos S.A.**

Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

CNPJ/ME nº 61.149.589/0001-89 - NIRE 35400021136

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada no dia 25 de Junho de 2024

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de 2024, às 11h00 (onze horas), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 02, Vila Gertrudes, mediante prévia convocação, reuniram-se ordinariamente, presencialmente e por meio de videoconferência, os senhores membros do Conselho de Administração da **Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo** ("Cooperativa"), abaixo assinados ("Conselho"). O Sr. Presidente do Conselho, Luis Roberto Pogetti, presidiu a mesa da reunião e convidou a mim, André Luiz Bella Christofoletti, para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, Pogetti informou que a reunião tinha por objetivo deliberar sobre a reeleição dos Executivos Profissionais da Cooperativa. Por unanimidade de votos, o Conselho deliberou, para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que será realizada no ano de 2027, a reeleição dos seguintes membros: **(i) Presidente Executivo:** Sr. **Tomás Caetano Manzano,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.162.636-2 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 248.126.578-57; **(ii) Executivo Jurídico e de Governança:** Sr. **Julio Alvarez Boada,** brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 13.091.559-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 045.678.348-28 e na OAB/SP sob o nº 95.652; **(iii) Executiva Comercial:** Sra. **Lara Nascimento Bacellar,** brasileira, solteira, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 33.451.868-4 e inscrita no CPF sob o nº 326.887.648-02; e **(iv) Executivo Administrativo-Financeiro e Relacionamento com Usinas:** Sr. **Thiago Fontoura Struminski,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 7893032 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 034.227.289-61, todos com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 02, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP 04794-000. Os Executivos Profissionais ora reeleitos, por seu turno, declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no artigo 51 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 ("Lei das Cooperativas") para a investidura aos respectivos cargos de Executivos Profissionais da Cooperativa, não estando impedidos para o exercício de atividade empresarial ou terem sido condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Após terem prestado suas respectivas declarações, tomaram posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos Termos de Posse lavrados no livro próprio. Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 25 de junho de 2024. (aa) Conselheiros Presentes: Luis Roberto Pogetti; Alfredo Ângelo Soncini Filho; Antonio Carlos Previte; Antonio Eduardo Tonielo Filho; Cesar Krug Ometto; Fabiano José Zillo; Frederico Fontes Balbo; Gustavo Di Serio Dias; João Henrique de Andrade; Josmar Verillo; Orlando Quagliato Neto; Otávio Pilon Filho; Pedro Dinucci; Roberto Holland Filho; e Serginho Ribeiro de Mendonça Neto. Mesa: Luis Roberto Pogetti - Presidente; André Luiz Bella Christofoletti - Secretário. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Luis Roberto Pogetti - **Presidente;** André Luiz Bella Christofoletti - **Secretário. JUCESP** nº 468.979/24-4 em 26/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de Dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de dezembro de 2024, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas, Giem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias; Secretário: Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros presentes do Conselho de Administração de forma unânime: a) autorizaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) nos termos do artigo 18, alínea (xv) do Estatuto Social, consignar a alteração na composição de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, com o ingresso da Sra. **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima** ao cargo e funções de membra do Comitê de Gente e a saída do Sr. **Alexandre Silveira Dias** do cargo e funções de membro do Comitê de Tecnologia Educacional. Em razão da deliberação ora tomada, em continuidade ao mandato em curso que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025: **(1)** o Comitê de Tecnologia Educacional passa a ser composto por: (i) **Samuel Ferrari Lago,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê*** e (iii) **Lucas Raduy Guimarães,** como ***membro do Comitê***; e **(2)** o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** atual membra independente do Conselho de Administração, como ***membra do Comitê;*** (iii) **Ana Lucia Moreira Caltabiano,** como **membra *do Comitê***; (iv) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** *e* (v) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** c) Diante da deliberação acima e para facilitar a identificação da estrutura de governança da Companhia, consolidar a seguir a composição dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração: **I. Comitê de Auditoria: Atribuições:** (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Composição:** (i) **Gustavo Kehl Jobim,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n° 9.560.035-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n° 075.913.208-90, residente e domiciliado na Rua Dona Ana Helena de Salles Gusmão, 100, São Paulo, SP, CEP 01457-040, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; (iii) ***Eduardo Mormino,*** brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como ***membro do Comitê;*** e (iv) **João Ramos de Almeida,** brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob nº 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como ***membro do Comitê***. **II. Comitê Financeiro: Atribuições:** avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia. **Composição:** (i) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **Rafael Moia Vargas,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; e (iii) **Rodrigo Cesar Formighieri,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***. **III. Comitê de Gente: Atribuições:** (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações. **Composição:** (i) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê;*** (ii) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** atual membra independente do Conselho de Administração, como **membra *do Comitê;*** (iii) **Ana Lucia Moreira Caltabiano,** como **membra *do Comitê;*** (iv) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; *e* (v) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **IV. Comitê de Marketing e Comunicação: Atribuições:** (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado. **Composição***:* (i) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima,** atual membra do independente Conselho de Administração, como **membra *Coordenadora do Comitê***; (ii) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iii) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **V. Comitê de Tecnologia Educacional: Atribuições:** validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio. **Composição:** Designar (i) **Samuel Ferrari Lago,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** e (iii) **Lucas Raduy Guimarães,** como ***membro do Comitê.*** **VI. Comitê de Estratégia e Novos Negócios: Atribuições:** (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados. **Composição:** (i) **Hélio Bruck Rotenberg,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro Coordenador do Comitê***; (ii) **Alexandre Silveira Dias,** atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê;** (iii) **Fernando Costa de Freitas,** atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê;*** (iv) **Giem Raduy Guimarães,** atual membro do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê***; e (v) **Marcel Martins Malczewski,** atual membro independente do Conselho de Administração, como ***membro do Comitê.*** **VII. Comitê de Integridade: Atribuições:** (i) zelar e garantir a devida implementação, manutenção, controle e resultados do Programa de Integridade da Companhia, reportando o planejamento, evolução e resultados ao Conselho de Administração na periodicidade que lhe seja definida; (ii) informar, acompanhar, exigir e zelar pelo correto cumprimento, pela Companhia, suas coligadas, subsidiárias, administradores, colaboradores e prestadores de serviços, com relação a leis e normas, bem como aos códigos e políticas da Companhia; (iii) analisar com imparcialidade e sigilo todas as questões referentes ao conteúdo do Código de Conduta do Colaborador, propondo e aprovando revisões sempre que necessário, "ad referendum" do Conselho de Administração; (iv) Avaliar, revisar e aprovar alterações, sempre que necessário, de códigos, políticas e procedimentos internos relacionados com o Programa de Integridade, em periodicidade anual ou de acordo com as necessidades da Companhia, em especial, mas não limitado ao "Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros", a "Política Corporativa de Prevenção à Corrução", a "Política Corporativa Concorrencial"; (v) reportar-se ao Conselho de Administração, preparando relatórios e/ou pareceres para auxiliar as deliberações nas reuniões do Conselho, sempre que por este solicitado; (vi) definir a composição e as atribuições da Comissão de Ética, com poderes para delegar-lhe as atribuições que julgar adequadas, exceto as definidas acima, cuja competência é privativa do Comitê de Integridade; e (vii) orientar, coordenar e apoiar as áreas diretamente responsáveis pela execução das atividades de divulgação, treinamento, funcionamento do canal de denúncias, *due diligence* de conformidade e outras ferramentas e procedimentos de conformidade, de modo a garantir que as ações sejam realizadas conforme as definições constantes do Programa de Integridade. **Composição:** conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 1º de agosto de 2023, foi delegado ao Diretor Presidente da Companhia a indicação dos membros do Comitê de Integridade, a ser composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo o prazo do mandato dos membros designados para o Comitê de Integridade será o mesmo aprovado pelo Conselho de Administração para a Diretoria Estatutária. d) Consignaram a renúncia apresentada pelo Sr. **Caio Gonçalves de Moraes** aos cargos e funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, com efeitos a partir de dia 31 de dezembro de 2024; e, nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **Fabio Trierweiler Faigle,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 6.125.852-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 032.949.319-13, com endereço profissional na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores,*** cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social, com mandato a partir de 01/01/2025. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia. e) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/01/2024: Sr. **Hélio Bruck Rotenberg,** nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias,** nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Fabio Trierweiler Faigle** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira,** nas funções de Diretor Vice-Presidente Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração indicados no item 2 da presente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente).* Curitiba, 20 de dezembro de 2024. **Anderson Prehs -** Secretário - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 03/01/2025 sob o nº 20249352745. Protocolo: 249352745 de 31/12/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00653957E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de **16/12/2024**, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ: 81.243.735/0009-03
Endereço: RUA ASIA, S/N, LOTE 05 QUADRA N, IGUAPE, ILHEUS-BA

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico sedec@tjba.jus.br.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

Salvador/BA, segunda-feira, 16 de dezembro de 2024

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ

1º OFICIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDO DE CERTIDÕES

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CIVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

 # POSITIVO TECNOLOGIA S/A. #

CNPJ.81.243.735/0001-48

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 26/12/2024 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 30 de dezembro de 2024 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Digitally signed by 1 OFÍCIO DE DISTRIBUIDOR DO FORO CENTRAL DA COMAR:75155267000157
Date: 2024.12.30 10:56:32 BRST

Emitida por: LUIZ
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 42.95)

***** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo AC14188B *****

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00669771E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de **07/01/2025**, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ: 81.243.735/0009-03
Endereço: RUA ASIA, S/N, LOTE 05 QUADRA N, IGUAPE, ILHEUS-BA

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico sedec@tjba.jus.br.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

Salvador/BA, terça-feira, 7 de janeiro de 2025

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ

1º OFICIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDO DE CERTIDÕES

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CIVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA

FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

 # POSITIVO TECNOLOGIA S/A. #

CNPJ.81.243.735/0001-48

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 28/11/2024 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 02 de dezembro de 2024 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Digitally signed by 1 OFÍCIO DE DISTRIBUIDOR DO FORO CENTRAL DA COMAR:75155267000157
Date: 2024.12.02 10:15:41 BRST

Emitida por: LUIZ
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 42.95)

***** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo C5E4CE61 *****

Certificado digitalmente por:
ROBERTO ANTONIO
MASSARO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná

Poder Judiciário

O Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Roberto Antonio Massaro, nos termos do art. 1º do Decreto Judiciário nº 930/2012, de 29/06/2012, veiculado no Diário da Justiça Eletrônico nº 899, de 05/07/2012,

CERTIFICA, para fins de licitações, contratos da administração pública e outras destinações comerciais que, no **Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba**, existem **INSTALADOS** três (03) Ofícios de Distribuidor com as seguintes atribuições: **1º Ofício** - distribuição de matéria da competência: **a)** das Varas Criminais (1ª a 14ª); **b)** das Varas Privativas do Tribunal do Júri (1ª e 2ª); **c)** das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas (1ª a 4ª); **d)** das Varas de Falências e Recuperação Judicial (1ª e 2ª), as quais centralizam, por força do disposto na Resolução 213/2018, todas as ações falimentares e relativas à recuperação judicial e extrajudicial do Foro Central e dos Foros Regionais de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais; **e)** das Varas de Execuções Fiscais Municipais (1ª e 2ª); **f)** das Varas de Execuções Fiscais Estaduais (1ª e 2ª); **g)** das Varas de Família e Sucessões (1ª a 8ª); **h)** das Varas de Delitos de Trânsito (1ª e 2ª); **i)** das Varas de Execuções Penais (1ª e 2ª); **j)** da Vara de Execução de Penas de Rés ou Vítimas Femininas e de Medidas de Segurança; **k)** dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública e Varas Descentralizadas de Santa Felicidade e da Cidade Industrial; **l)** da Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Infância e Juventude, e distribuição das notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 8º a 14º e do registro dos atos lavrados nos Serviços Distritais do Bacacheri, Barreirinha, Boqueirão, Campo Comprido, Portão, Santa Felicidade, Santa Quitéria, Tatuquara e Uberaba; **2º Ofício** - distribuição de matéria da competência: **a)** das Varas Cíveis (1ª a 26ª); **b)** da Vara da Auditoria da Justiça Militar; **c)** da Vara de Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial; **d)** da Vara de Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis; e distribuição das notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas (1º a 7º, 15º e 16º); dos títulos que de destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas (1º a 4º) e do registro dos atos lavrados nos Serviços Distritais do Cajuru, Mercês, Novo Mundo, Pinheirinho, São Casemiro do Taboão e Umbará; **3º Ofício** - distribuição de matéria da competência: **a)** das Varas da Infância e da Juventude e Adoção (1ª e 2ª); **b)** da Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei; **c)** da 1ª Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e da 2ª Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Cartas Precatórias Criminais, e distribuição nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protesto de Títulos do 1º ao 6º (art. 233 e Anexo IV do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, com suas alterações posteriores decorrentes de normas legais e resolutivas).

Curitiba, 2 de Dezembro de 2024

Roberto Antonio Massaro

Corregedor-Geral da Justiça

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
41300071977	81.243.735/0001-48	

NOME EMPRESARIAL
Positivo Tecnologia S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/12/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário	827

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
82.BB.7E.C9.87.75.4B.AC.8B.E0.E6.07.47.49.5A.C9.C3.16.52.3C

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	03294931913	FABIO TRIERWEILER FAIGLE:03294931913	118442509600267289649235663833673190701	18/01/2022 a 17/01/2025	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	81243735000148	POSITIVO TECNOLOGIA S A	252514254852822530528638371515279480 50	30/11/2022 a 30/11/2023	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

82.BB.7E.C9.87.75.4B.AC.8B.E0.E6.07.
47.49.5A.C9.C3.16.52.3C-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 07/06/2023 às 20:21:06

99.81.ED.10.42.05.13.3C
EE.AD.EF.4E.CD.B2.7F.E
0

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A		
Período da Escrituração:	01/12/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	81.243.735/0001-48
Número de Ordem do Livro:	827		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	Positivo Tecnologia S/A
NIRE	41300071977
CNPJ	81.243.735/0001-48
Número de Ordem	827
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	Curitiba
Data do arquivamento dos atos constitutivos	26/05/1989
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	5284320

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	Positivo Tecnologia S/A
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	827
Quantidade total de linhas do arquivo digital	5284320
Data de inicio	01/12/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 82.BB.7E.C9.87.75.4B.AC.8B.E0.E6.07.47.49.5A.C9.C3.16.52.3C-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A
Período da Escrituração:	01/12/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	81.243.735/0001-48
Número de Ordem do Livro:	827
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 3.330.752.809,63	R$ 3.960.681.452,65
ATIVO CIRCULANTE		R$ 2.561.957.865,20	R$ 2.868.282.902,70
CAIXA E EQUIVALENTES	5	R$ 287.152.480,53	R$ 347.097.556,18
DEPOSITOS BANCARIOS		R$ 40.234.884,24	R$ 22.882.998,73
APLICACOES FINANCEIRAS		R$ 246.917.596,29	R$ 324.214.557,45
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	33	R$ 4.482.305,39	R$ 9.096.651,77
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		R$ 4.482.305,39	R$ 9.096.651,77
CONTAS A RECEBER	6	R$ 820.627.838,60	R$ 994.514.954,90
CLIENTES NACIONAIS		R$ 618.246.361,03	R$ 849.719.152,85
CLIENTES NO EXTERIOR		R$ 6.192.942,68	R$ 3.507.198,50
CREDITOS COM PARTES RELACIONADAS	10	R$ 196.188.534,89	R$ 141.288.603,55
CREDITOS		R$ 248.438.881,08	R$ 411.528.478,19
TRIBUTOS A RECUPERAR	8	R$ 111.000.805,66	R$ 237.584.331,24
TRIBUTOS A COMPENSAR	8	R$ 29.042.471,00	R$ 63.437.215,22
OUTROS CREDITOS TRIBUTARIOS	8	R$ 17.312.553,02	R$ 34.115.973,15
CREDITOS COM FUNCIONARIOS		R$ 1.109.133,60	R$ 1.389.630,63
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R$ 37.088.200,28	R$ 34.410.548,09
OUTROS ADIANTAMENTOS		R$ 13.206,70	R$ 8.552,13
DESPESAS ANTECIPADAS	9	R$ 44.219.949,14	R$ 35.061.403,76
OUTROS CREDITOS	9	R$ 8.652.561,68	R$ 5.520.823,97
ESTOQUES	7	R$ 1.201.256.359,60	R$ 1.106.045.261,66
ESTOQUES DE PRODUTOS		R$ 782.851.961,63	R$ 954.503.794,53
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 118.800.286,33	R$ 121.344.299,50
ESTOQUES EM TRANSITO		R$ 352.292.713,68	R$ 95.084.859,23
OUTROS ESTOQUES		R$ 30.709.338,47	R$ 37.302.205,19
(-) (-)PERDAS ESTIMADAS EM ESTOQUES		R$ (83.407.649,38)	R$ (105.099.385,03)
ESTOQUES DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (1.574,68)
(-)LUCROS A APROPRIAR PARTES RELACIONADAS		R$ 9.708,87	R$ 2.911.062,92
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 768.794.944,43	R$ 1.092.398.549,95
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 338.889.227,92	R$ 367.157.722,98
TRIBUTOS A RECUPERAR	8	R$ 275.649.745,60	R$ 298.416.617,26
OUTROS CREDITOS	9	R$ 63.239.482,32	R$ 68.741.105,72
INVESTIMENTOS		R$ 329.669.455,21	R$ 607.013.504,67
INVESTIMENTO EM CONTROLADAS	11	R$ 207.768.395,39	R$ 454.017.010,26
INVEST EM CONTROLADAS NO EXTERIOR	11	R$ 95.111.243,10	R$ 96.147.199,74
INVEST EM CONTROLADAS EM CONJUNTO (JV)	12 e 13	R$ 7.250.410,15	R$ 42.552.367,67
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS	12 e 13	R$ 19.539.406,57	R$ 14.296.927,00
ATIVO IMOBILIZADO	15	R$ 72.456.047,59	R$ 78.833.836,27
IMOBILIZADO EM OPERACAO		R$ 72.058.640,66	R$ 77.878.853,18
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R$ 184.889,52	R$ 742.465,68
IMOBILIZADO PARA ARRENDAMENTO		R$ 158.821,05	R$ 158.821,05
OUTROS IMOBILIZADOS		R$ 53.696,36	R$ 53.696,36
INTANGIVEL	16	R$ 27.780.213,71	R$ 39.393.486,03
SOFTWARE E DIREITO DE USO		R$ 7.952.301,46	R$ 14.705.208,42
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		R$ 21.812.008,81	R$ 26.672.374,17
(-) OUTROS ATIVOS INTANGIVEIS		R$ (1.984.096,56)	R$ (1.984.096,56)
PASSIVO		R$ 3.330.752.809,63	R$ 3.960.681.452,65
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 1.561.440.400,96	R$ 1.567.405.049,58
SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS		R$ 35.068.495,41	R$ 38.087.766,95
OBRIGACOES COM O PESSOAL		R$ 30.307.038,68	R$ 32.018.534,83
ENCARGOS SOCIAIS		R$ 4.761.456,73	R$ 6.069.232,12
FORNECEDORES		R$ 880.456.520,58	R$ 587.867.082,80
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 228.016.844,96	R$ 236.351.771,41
FORNECEDORES DO EXTERIOR		R$ 642.630.152,92	R$ 214.559.006,38
DEBITOS COM PARTES REALCIONADAS		R$ 9.487.257,47	R$ 136.655.025,57
DEBITOS COM PARTES RELAC NO EXTERIOR		R$ 322.265,23	R$ 301.279,44
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 390.071.850,25	R$ 649.228.819,67
EMPRESTIMOS NACIONAIS		R$ 390.071.850,25	R$ 649.228.819,67
CONTAS A PAGAR		R$ 83.914.215,22	R$ 134.551.470,95
TRIBUTOS A PAGAR		R$ 32.132.271,15	R$ 56.658.885,25
PARCELAMENTO DE TRIBUTOS		R$ 3.969,36	R$ 11.787,42
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R$ 51.777.974,71	R$ 77.880.798,28
PROVISOES		R$ 144.008.594,16	R$ 141.550.109,28
PROV PARA RISCOS TRIB TRAB E CIVEIS		R$ 5.984.825,75	R$ 4.655.903,03
DEMAIS PROVISOES		R$ 138.023.768,41	R$ 136.894.206,25
OUTRAS OBRIGACOES		R$ 27.920.725,34	R$ 16.119.799,93
PASSIVO DE DIREITO DE USO		R$ 7.873.805,95	R$ 9.880.371,92
DEMAIS OBRIGACOES		R$ 20.046.919,39	R$ 6.239.428,01
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R$ 597.478.330,97	R$ 997.248.510,03
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 481.728.652,37	R$ 862.149.741,63
EMPRESTIMOS NACIONAIS		R$ 481.728.652,37	R$ 862.149.741,63
PROVISOES		R$ 85.795.001,67	R$ 112.602.925,26
PROV PARA RISCOS TRIB TRAB E CIVEIS		R$ 39.584.463,22	R$ 48.017.213,02
DEMAIS PROVISOES		R$ 46.210.538,45	R$ 64.585.712,24
OUTRAS OBRIGACOES		R$ 29.954.676,93	R$ 22.495.843,14
PASSIVO DE DIREITO DE USO		R$ 23.754.446,17	R$ (0,00)
PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS		R$ 474.679,31	R$ 474.679,31
DEBITOS COM CIAS LIGADAS		R$ 5.627.468,97	R$ 5.627.468,97
DEMAIS OBRIGACOES		R$ 98.082,48	R$ 16.393.694,86
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 1.171.834.077,70	R$ 1.396.027.893,04
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 1.171.834.077,70	R$ 1.396.027.893,04
CAPITAL SOCIAL		R$ 721.670.033,72	R$ 721.670.033,72
RESERVA DE LUCROS		R$ 361.421.762,73	R$ 591.782.119,87
RESERVAS DE CAPITAL		R$ 119.939.242,91	R$ 120.941.761,23
(-) (-)ACOES EM TESOURARIA		R$ (21.128.181,72)	R$ (19.033.135,40)
(-) AJUSTES DE CONVERSAO NO PERIODO		R$ (6.175.512,43)	R$ (13.156.668,18)
(-) INSTRUMENTOS FINANCEIROS		R$ (3.893.267,51)	R$ (6.176.218,20)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 82.BB.7E.C9.87.75.4B.AC.8B.E0.E6.07.47.49.5A.C9.C3.16.52.3C-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A		
Período da Escrituração:	01/12/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	81.243.735/0001-48
Número de Ordem do Livro:	827		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO PERIODO		R$ 200.260.324,88	R$ 303.117.608,75
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	26	R$ 3.110.312.430,92	R$ 4.753.554.385,61
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 3.691.613.272,11	R$ 5.574.712.432,13
RECEITA COM VENDA DE PRODUTOS		R$ 3.138.213.510,33	R$ 4.886.413.447,38
RECEITA COM REVENDA DE MERCADORIAS		R$ 462.759.476,88	R$ 593.715.423,54
RECEITA COM PRESTACAO DE SERVICOS		R$ 90.640.284,90	R$ 94.583.561,21
(-) (-)VENDAS CANC E DESC INCONDICIONAIS		R$ (136.998.974,40)	R$ (160.190.948,22)
(-) (-)VENDAS CANCELADAS		R$ (136.279.247,03)	R$ (125.557.253,97)
(-) (-)DESCONTOS INCONDICIONAIS		R$ (719.727,37)	R$ (34.633.694,25)
(-) TRIBUTOS INCIDENTES E SUBVENCOES		R$ (350.777.913,52)	R$ (584.898.859,98)
(-) (-)TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS		R$ (732.403.494,20)	R$ (1.187.411.054,94)
(+)CREDITO PRESUMIDO E SUBVENCOES		R$ 381.625.580,68	R$ 602.512.194,96
(-) VERBA DE PROPAGANDA COOPERADA E REBATE		R$ (93.523.953,27)	R$ (76.068.238,32)
(-) (-)CUSTOS	27	R$ (2.466.594.107,38)	R$ (3.773.344.630,43)
(-) (-)CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (2.219.481.390,48)	R$ (3.412.800.645,15)
(-) (-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (229.334.973,85)	R$ (335.336.289,42)
(-) (-)CUSTO DOS SERVICOS PRESTADOS		R$ (17.777.743,05)	R$ (25.207.695,86)
(-) (-)DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (484.629.023,26)	R$ (675.259.653,38)
(-) DESPESAS COM VENDAS	27	R$ (350.915.438,49)	R$ (512.468.422,81)
(-) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	27	R$ (133.713.584,77)	R$ (162.791.230,57)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	29	R$ (79.973.830,63)	R$ (323.097.628,97)
RECEITAS FINANCEIRAS	29	R$ 40.497.898,37	R$ 78.761.968,63
(-) (-)DESPESAS FINANCEIRAS	29	R$ (141.689.986,10)	R$ (317.733.211,66)
(-) RESULTADO DA VARIACAO CAMBIAL	29	R$ (17.980.818,51)	R$ (6.098.384,47)
(-) RESULTADO DA COBERTURA CAMBIAL	29	R$ 39.199.075,61	R$ (78.028.001,47)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		R$ 121.144.855,23	R$ 321.265.135,92
OUTRAS RECEITAS	8	R$ 40.220.223,68	R$ 187.408.950,39
(-) (-)OUTRAS DESPESAS		R$ (1.543.128,75)	R$ (0,00)
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	11 a 14	R$ 82.467.760,30	R$ 133.856.185,53
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB SOCIAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) APURACAO DO RESULTADO DO PERIODO		R$ (0,00)	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 82.BB.7E.C9.87.75.4B.AC.8B.E0.E6.07.47.49.5A.C9.C3.16.52.3C-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A				
Período da Escrituração:	01/12/2022 a 31/12/2022	CNP	81.243.735/0001-48	Número de Ordem do Livro:	827
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022				

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido						Total (R$)
	CAPITAL SOCIAL (R$)	RESERVA DE LUCROS (R$)	RESERVAS DE CAPITAL (R$)	(-)ACOES EM TESOURARIA (R$)	AJUSTES DE CONVERSAO NO PERIODO (R$)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS (R$)	
Saldo Inicial em 01.01.2022	721.670.033,72	361.421.762,73	119.939.242,91	(-)21.128.181,72	(-)6.175.512,43	(-)3.893.267,51	1.171.834.077,70
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO		303.117.608,74					303.117.608,74
DIVIDENDO OBRIGATÓRIO		(-)71.990.432,08	1.002.518,32				(-)70.987.913,76
OPCOES OUTORGADAS RECONHECIDAS		(-)766.819,53		2.095.046,32			1.328.226,79
AJUSTES CONVERSAO NO EXERCICIO					(-)6.981.155,75		(-)6.981.155,75
HEDGES DE FLUXO DE CAIXA						(-)2.282.950,69	(-)2.282.950,69
Saldo Final em 31.12.2022	721.670.033,72	591.782.119,86	120.941.761,23	(-)19.033.135,40	(-)13.156.668,18	(-)6.176.218,20	1.396.027.893,03
Notas	25a	25c e 25f	34,00	25e	25g	33,00	

DADOS DAS ASSINATURAS

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A
Período da Escrituração:	01/12/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	81.243.735/0001-48
Número de Ordem do Livro:	827

Dados das Assinaturas da Escrituração

Qualificação do Assinante	Contador
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	032.949.319-13
N° de Série do Certificado	11844250960026728964923566383367319070l
Nome do Signatário	FABIO TRIERWEILER FAIGLE:03294931913
Autoridade Certificadora Emissora	AC Certisign RFB G5
Validade	18/01/2022 a 17/01/2025

Qualificação do Assinante	Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)
Tipo do Certificado	Pessoa Jurídica
CPF / CNPJ	216.464.338-07
N° de Série do Certificado	252514254852822530528638371515279480 50
Nome do Signatário	POSITIVO TECNOLOGIA S A
Autoridade Certificadora Emissora	AC Certisign Multipla G7
Validade	30/11/2022 a 30/11/2023

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI B3 LISTED NM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

MENSAGEM AOS ACIONISTAS,

Se o ano de 2021 foi extraordinário, quando nossa receita bruta cresceu 54%, apoiada pela diversificação dos negócios e com o nosso segmento de consumo crescendo 35%, em 2022 nos superamos novamente ao crescermos mais 47% sobre esta base já muito forte, mesmo com o intenso recuo no setor de consumo em geral no Brasil, em função dos juros e inflação elevados, e que em nosso caso foi agravado por uma sobre-oferta de computadores de outras marcas que vieram para o Brasil de outros mercados em situação econômica semelhante. No ano avançamos significativamente nossas avenidas de crescimento em negócios corporativos, fomos competitivos junto às licitações públicas e ainda, demonstramos nossa capacidade de entregar projetos de altíssima complexidade e de grandes volumes. Conseguimos ao mesmo tempo expandir as margens, aumentar nosso lucro mesmo com um custo de dívida muito maior, reduzir nosso índice de endividamento ao longo do ano mesmo tendo que financiar o crescimento de 47% da receita, melhorar o perfil das nossas dívidas e fazer nosso ROIC atingir 30,8%, contra 21,4% em 2021. Se compararmos nossa receita bruta de 2022 com os números pré-pandemia em 2019, em três anos crescemos 163%.

O EBITDA em 2022 atingiu o valor recorde R$ 675 milhões, com margem de 13,5%, resultado da diversificação da Companhia e da expansão de nossa área Commercial, prestação de serviços e pela execução de projetos complexos, que possuem melhores margens.

Nosso lucro líquido também foi recorde em 2022, alcançando R$ 306 milhões, 51% maior que em 2021, apesar da maior alavancagem necessária para suportar o alto nível de crescimento que reportamos, além do maior custo financeiro causado pela alta taxa de juros, muito acima do ano anterior.

Dentro do segmento **Commercial**, as **vendas corporativas** atingiram o montante de R$ 1,5 bilhões no ano, alta de 87% sobre 2021. Avançamos na conquista de novos clientes, ampliamos a nossa oferta de HaaS que já corresponde a cerca de 50% dos novos contratos e ganhamos *makert share* em todas as linhas de PCs como notebooks, desktops e *all-in-one*. Nossa nova divisão, **Positivo Tech Services,** conquistou importantes clientes e tem seus primeiros contratos relevantes. As vendas de **servidores** cresceram mais de 181% sobre 2021 e mais uma vez fornecemos os servidores para o novo maior supercomputador da América Latina, o Pégaso, por meio de um parceiro. Em **soluções de pagamento** crescemos 3 vezes sobre 2021, e hoje já fornecemos nossas máquinas inteligentes para as três maiores adquirentes do país, além de já atendermos subadquirentes e de oferecermos nossas soluções no modelo de HaaS. Em vendas corporativas temos muitas oportunidades de crescimento via *cross-sell* e *upsell*, por meio da oferta de produtos com serviços de gestão de hardware, bem como temos uma maior fidelização e recorrência dos clientes.

Em vendas para **instituições públicas** tivemos o maior ano de nossa história, com receita bruta de R$ 2,2 bilhões, alta de 76% sobre 2021, com destaque para as vendas para secretarias de educação estaduais e municipais de todo o país, que corresponderam a mais de 50% das vendas no período.

Em **Consumer,** é desnecessário repetir que o ano foi muito desafiador no contexto de juros e inflação elevados. O mercado brasileiro viu uma queda significativa de unidades vendidas, com varejistas reduzindo os dias de estoque. Por outro lado, a introdução da nova linha de smartphones Infinix em 2022 foi e continua sendo muito exitosa, com consistente aceleração das vendas e ganho de penetração de mercado.

Em **Projetos Especiais**, entregamos no ano mais de 200 mil urnas para as eleições, com faturamento total acima de R$ 1 bilhão. É nossa capacidade de executar tal projeto com qualidade e eficiência nos habilitou também a fornecer as urnas para as eleições de 2024, orçadas em R$ 1,2 bilhão, a serem faturados entre os anos de 2023 e 2024.

Para encerrar o ano de 2022, propusemos uma distribuição de dividendos no valor de R$ 72 milhões, alta de 51% sobre os dividendos de 2021. Esta é uma alocação de recursos que consideramos prudente, pois ao mesmo tempo em que criamos valor para nossos acionistas, nos permitirá proteger nosso balanço, reduzindo o endividamento e as despesas financeiras, e preservando nossa capacidade de financiar o capital de giro e os projetos estratégicos de 2023.

O persistente contexto macroeconômico turbulento e com baixa previsibilidade nos fez desenhar um 2023 pautado na eficiência, com foco na consolidação do nosso nível de receita, com rentabilidade e disciplina financeira. Estamos confiantes em nossa capacidade de entregar um ano que deverá apresentar um melhor mix, com destaque para servidores, soluções de pagamentos e serviços com valor agregado, bem como um melhor desempenho no segmento de consumo e maior penetração da linha Infinix.

Tendo isto em consideração, reinstituímos o *guidance* de receita bruta para 2023, entre R$ 5,5 bilhões e R$ 6,5 bilhões. Ainda, nosso plano para 2023 contempla uma maior concentração de receitas no segundo semestre, que incluirá o faturamento de parte das urnas para as eleições de 2024, além de grandes contratos para fornecimento de servidores, aceleração da receita de soluções de pagamento e da linha Infinix. Esta dinâmica é o oposto do que reportamos em 2022, quando o 1º semestre concentrou o faturamento de R$ 836 milhões em urnas e R$ 239 milhões em servidores para o supercomputador Pégaso.

Finalmente, avançamos em nossa agenda de sustentabilidade com a oferta de HaaS que zera e compensa a emissão de carbono, por meio da compra de créditos que serão investidos em projetos de redução do desmatamento e da conservação da Amazônia. Adicionalmente, somos a primeira fabricante no Brasil a oferecer o RHaaS (Refurbished Hardware as a Service), que nos insere na economia circular oferecendo equipamentos remanufaturados, dobrando a vida útil dos mesmos e reduzindo o descarte. Ainda, publicamos o relatório de sustentabilidade relativo ao ano de 2021 e anunciamos no início de 2023 a nova Vice-Presidência de Estratégia e Inovação, para promover o crescimento e diversificação dos negócios, conectando inovação com sustentabilidade.

Agradecemos a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas e demais *stakeholders* pelo enorme sucesso alcançado em 2022. Estamos confiantes que teremos mais um ano de superação em 2023, e continuaremos trabalhando para nos mantermos como uma das Companhias líderes em tecnologia de hardware no Brasil.

Alexandre Dias
Presidente do Conselho de Administração

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

DESTAQUES DE 2022

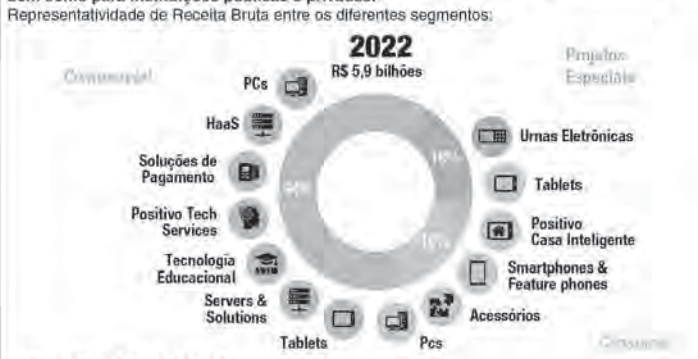
- Receita Bruta R$ 1.474 milhões no 4T22 (+17% vs. 4T21) e de R$ 5.867 milhões em 2022 (+47% vs. 2021), recorde histórico impulsionado pelo segmento Commercial e por Projetos Especiais.
- EBITDA de R$ 242 milhões no 4T22 (+162% vs. 4T21) com margem EBITDA de 19,1% (+10,5 p.p. vs. 4T21), impulsionado pelas vendas para *Commercial* e projetos de maior complexidade com margens elevadas. Em 2022 o EBITDA foi de R$ 675 milhões (+97% vs. EBITDA de 2021), com margem de 13,5% (+3,4 p.p. vs. 2021).
- Lucro líquido de R$ 306 milhões, crescimento de 51% vs. 2021, apesar do aumento das despesas financeiras no ano.
- Índice de alavancagem de 1,6x, mesmo nível do 4T21, e com redução de -0,3 p.p. vs. o 3T22.
- Aumento do ROIC para 30,8%, maior índice reportado ao longo do ano e 9,4 p.p. maior que o 4T21.
- Reinstituímos o guidance de Receita Bruta para 2023, entre R$ 5,5 bilhões e R$ 6,5 bilhões, consolidando um novo patamar de receitas para a Companhia, com maior diversificação.
- Somos pioneiros no Brasil em zerar a pegada de carbono na oferta de HaaS e nos inserimos no modelo de economia circular com a opção de RHAAS *(Refurbished Hardware as a Service)*.

NOSSO MODELO DE NEGÓCIO

A Positivo Tecnologia adota uma organização de negócios que permite assegurar uma forte presença e participação sólida de mercado, consolidando competências-chave em desenvolvimento, produção e distribuição de hardware e serviços.

Adotamos a mesma nomenclatura utilizada pelos diferentes institutos de pesquisa que dividem o mercado entre **Consumer** e **Commercial. Consumer** engloba tudo que é vendido para pessoas físicas, tanto de maneira direta como indireta, enquanto **Commercial inclui o que é vendido para empresas, bem como para instituições públicas e privadas.**

Representatividade de Receita Bruta entre os diferentes segmentos:

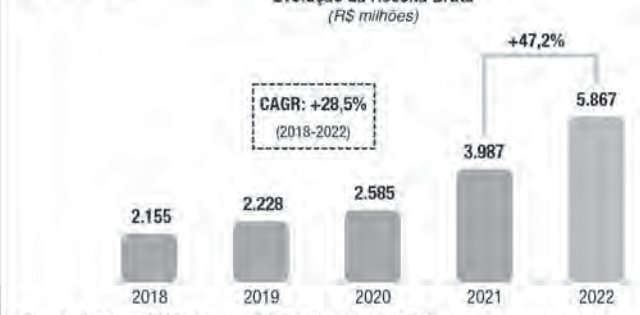


DESEMPENHO FINANCEIRO[1]

Os comentários apresentados nesta seção se referem aos números consolidados da Positivo Tecnologia S.A.

RECEITA BRUTA

Evolução da Receita Bruta
(R$ milhões)



A Receita Bruta de 2022 alcançou R$ 5.867 milhões, 47,2% maior do que a reportada em 2020.

O aumento da Receita Bruta ao longo do ano de 2022 deve-se principalmente: (i) à forte demanda no segmento Commercial, que inclui vendas corporativas e para instituições públicas; (ii) à aceleração das Avenidas de Crescimento, que cada vez mais agregam valor ao nosso negócio principal como fonte de receita recorrente e com margens saudáveis, e (iii) Projetos Especiais, com a entrega de 225 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2022.

Vendas para o segmento Commercial:

Nosso segmento Commercial, que contempla venda e locação de equipamentos para uso nas empresas e instituições públicas, foi o grande destaque de 2022, com crescimento de faturamento de 80% contra 2021, demonstrando que a nossa estratégia de diversificação de produtos e mercados se mostrou bastante acertada. Ter diversidade de portifólio, que inclui desde computadores, tablets e smartphones até servidores e totens de autosserviço, passando por Tech Services, Haas e soluções de pagamento, nos fez ganhar *market share* no mercado privado e aproveitar muitas novas oportunidades no crescente mercado de instituições públicas.

Este foi um ano de consolidação de nossa unidade de **vendas corporativas**, resultando em uma receita bruta histórica de **R$ 1,5 bilhão** em 2022, crescimento de **87%** vs o ano anterior.

Nas vendas para grandes contas, elevamos nossa base de clientes em 15% comparado com o ano anterior, chegando a mais de 470 empresas utilizando produtos, serviços ou soluções da Positivo Tecnologia. Além disso, introduzimos novos modelos de computadores da linha Vaio Pro, com processadores mais potentes que atendem à demanda mais técnica requerida por grandes empresas. Dentre os clientes conquistados no ano temos uma grande empresa do segmento de telecomunicações, um grande grupo educacional do país e outra que é uma das maiores operadoras de planos de saúde do brasil.

Receita Bruta Corporativa
(R$ milhões)



Em nosso canal de vendas para pequenas e médias empresas, já contamos com uma rede de mais de 4.000 revendas especializadas, das quais 500 foram conquistados ao longo de 2022, que atendem milhares de clientes, elevando nosso faturamento em mais de 27% contra 2021, com forte destaque para notebooks Vaio e desktops.

Os contratos de venda no modelo HaaS (Hardware as a Service) também foram destaque no ano com crescimento de 199% no ano, visto que mais da metade dos novos contratos com grandes empresas já são neste modelo. No período, observamos também fortalecimento de HaaS tanto para PME quanto para órgãos públicos.

Importante notar que, nas vendas corporativas, não há concentração de clientes ou de setor e os níveis de inadimplência e rotatividade são baixos. Dentro dessa unidade de negócios existe também grande potencial de *cross-sell*, principalmente em serviços, por meio da Positivo Tech Services, quando os clientes compram ou locam nossos PCs e agregam no contrato serviços como manutenção e gestão de parque, ou até mesmo *full outsourcing* de funções de TI. Por exemplo, fechamos um contrato com uma grande empresa EdTech, para fornecimento de nossa solução de *Haas For Edu*, que além do fornecimento dos equipamentos inclui serviços como soluções de suporte, segurança e rastreamento de hardware.

Em 2022 nós consolidamos e avançamos ainda mais em nossa frente de **Soluções de Pagamentos**, encerrando o ano com robusto crescimento de 199%, quando demos um passo importante com a entrega do primeiro lote de nosso modelo mais avançado para mais uma das grandes adquirentes. Com isso, somos fornecedores de soluções avançadas de pagamento para as três maiores adquirentes do Brasil. Ainda, ampliamos nossa base de clientes sub-adquirentes, passando a ofertar também a modalidade de aluguel de equipamentos (HaaS), com contratos relevantes no último trimestre, e celebramos o contrato com um importante provedor de automação para bares e restaurantes. Estamos otimistas com o potencial de crescimento para 2023, cuja receita projetada já está quase toda contratada, e avançaremos em nossa estratégia de penetração neste segmento.

Finalmente, nossa frente de servidores, a Positivo Servers & Solutions (PSS) apresentou crescimento de 181% no ano, com entregas de importantes projetos. Desenvolvemos um projeto piloto de transformação digital, com potencial para alavancar a venda de servidores, e estamos reestruturando a frente de canais para melhor atender empresas de grande e médio portes no fornecimento de soluções de nuvem e nuvem híbrida, por meio de parcerias estratégicas. A PSS participou do projeto Open Care 5G juntamente com outras grandes empresas, fornecendo os servidores de computação de borda. Trata-se da primeira rede 5G privada da área de saúde, e o projeto consistiu na realização de exames de ultrassonografia a longa distância, com a transmissão de som e imagem com baixa latência, maior rapidez na transmissão de dados, melhor conexão e cobertura mais ampla.

Dentro de Commercial temos também a unidade de vendas para **Instituições Públicas**, que atende as demandas do setor público, que compreende empresas estatais e mistas, autarquias, tribunais e demais órgãos das esferas federal, estadual e municipal. Este segmento não inclui as vendas de urnas eletrônicas que, embora seja para instituições públicas, estão classificadas no segmento de Projetos Especiais.

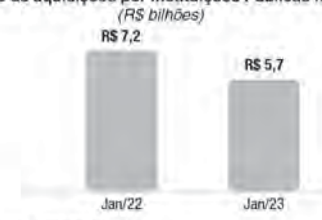
Receita Bruta Instituições Públicas
(R$ milhões)

O ano de 2022 foi o melhor da história da Companhia em vendas para instituições públicas, tendo atingido uma receita bruta de R$ 2,2 bilhões, crescimento de 76% vs. 2021. O destaque do ano foi o setor de educação, especialmente as secretarias de educação estaduais e municipais, que buscam levar tecnologia a seus alunos e professores, por meio de tablets, notebooks, chromebooks e alguns serviços especializados.

No ano participamos em mais de 50% dos editais publicados, dos quais ganhamos 59%, mantendo, assim, nossa liderança neste mercado.

O atual *pipeline* de futuras compras pelas Instituições Públicas no país continua aquecido, atingindo R$ 5,7 bilhões em janeiro de 2023. Já o nosso *backlog* de vendas contratadas, somado às previsões de contratações por instituições públicas já alcança mais de R$ 1,2 bilhão para o ano de 2023 com alguns projetos importantes para o Ministério da Economia, Prodesp, Sesi, entre outros.

Pipeline de aquisições por Instituições Públicas no país*
(R$ bilhões)



Fonte: Dados internos da Companhia.

A sazonalidade do mercado de instituições públicas é naturalmente marcada por um pipeline menos aquecido neste início de ano, principalmente pela realização das eleições 2022, que dada sua relevância, impactam as gestões federal e estadual, que por sua vez tendem a se renovar mesmo com a continuidade de alguns governos. Novos projetos começarão a surgir a partir do segundo trimestre de 2023, uma vez que os planos de governo estarão definidos. Vale destacar que o orçamento do governo federal para investimentos em tecnologia aumentou em 55% em 2023 comparado a 2022, conforme Lei Orçamentária Anual - LOA. Em relação ao setor de educação pública, o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que se tornou lei permanente e assegura verbas oriundas da arrecadação para a educação, possui um orçamento de R$ 40 bilhões para 2023, representando um aumento de 32% em relação a 2022.

Estes dados evidenciam que o segmento continua aquecido para 2023, e seguimos muito confiantes em nossa capacidade de execução, dado nosso longo histórico de liderança de mercado e a necessidade de renovação dos parques tecnológicos pelas instituições, bem como a necessidade de migrarem para novas tecnologias.

Vendas para o segmento Consumer:

A receita bruta foi de R$ 1.053,8 milhões em 2022, queda de 43% vs. 2021.

Receita Bruta Consumer
(R$ milhões)



2022 foi um ano desafiador para o setor de consumo no Brasil. A permanência dos juros elevados em conjunto com uma inflação também elevada corroeu rapidamente o poder aquisitivo dos consumidores e pressionou os varejistas a reduzirem o número de dias de estoque. Por outro lado, a indústria teve maior disponibilidade de insumos e não conseguiu se ajustar à nova realidade de consumo. Este fenômeno foi observado ao redor do mundo, resultando em demanda aquém do esperado, com uma sobreoferta de produtos eletroeletrônicos no Brasil. Estes fenômenos explicam a queda da receita dessa unidade e sua menor representatividade em nosso mix de receita, tanto no trimestre quanto no ano. Para 2023 o cenário continua desafiador, mas esperamos um maior equilíbrio entre oferta e demanda a partir do segundo semestre.



Em contrapartida, 2022 marcou a introdução da marca de smartphones Infinix no mercado nacional, superando nossas expectativas de vendas e com excelente aceitação no mercado. A linha Infinix amplia nosso mercado endereçável de 11% para 72%, de um mercado total estimado em R$ 53 bilhões (Fonte: IDC Brasil). Hoje, os 6 modelos de smartphones já estão presentes em mais de 170 varejistas, atingindo mais de 6,2 mil pontos de venda, além de e-commerces 1P e 3P, e do nosso próprio canal de vendas online. Essa é uma das frentes da unidade com grande potencial de crescimento e ganho de *market share* nos próximos anos.



Nossa linha Positivo Casa Inteligente também segue se desenvolvendo e apresentou um ano com ótimas notícias. Lançamos a Smart Fechadura e o Smart Robô, ampliando substancialmente nosso ticket médio, e lançamos nosso aplicativo proprietário que atingiu a avaliação de 4,8 pontos (de um total de 5) em ambas as plataformas IOS e Android, uma das melhores notas de avaliação do segmento e muito acima da média do mercado brasileiro. Nosso aplicativo já conta com mais de 900 mil de usuários cadastrados.

Projetos Especiais:

Em 2020, a Positivo Tecnologia venceu o processo licitatório (UE2020) para o fornecimento de 225 mil urnas eletrônicas que foram usadas nas eleições de 2022.

Com isso, a Companhia registrou uma receita bruta em 2022 de R$ 1.059,5 milhões, de um total de R$ 1.132,0 milhões faturados referentes às urnas das eleições 2022.

Ainda em 2021 a Companhia venceu um segundo processo licitatório (UE2021) para fornecimento de 176 mil urnas eletrônicas, desta vez para as eleições de 2024. O montante de R$ 1,2 bilhão deverá ter a maior parte faturada no segundo semestre de 2023, com restante em 2024.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

MARGEM BRUTA

R$ milhões

	2022	2021	Var.
Receita Bruta Consolidada	5.866,7	3.986,6	*47,2%*
Descontos e Deduções	(873,5)	(621,1)	*40,6%*
Receita Líquida Consolidada	**4.993,2**	**3.365,5**	***48,4%***
Custo dos Produtos e Serviços	**(3.796,5)**	**(2.596,9)**	***46,2%***
Lucro Bruto	**1.196,8**	**768,6**	***55,7%***
Margem Bruta	*24,0%*	*22,8%*	*1,2 p.p.*

A Receita Líquida no ano foi de R$ 4.993 milhões, aumento 48,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 2022 o Lucro Bruto ficou em R$ 1.197 milhões, alta de 55,7% sobre 2021, com Margem Bruta de 24,0%. A melhora da Margem Bruta no ano reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita do segmento Commercial.

DESPESAS OPERACIONAIS E RESULTADO OPERACIONAL

DESPESAS OPERACIONAIS

R$ milhões

	2022	2021	Var.
Receita Líquida	**4.993,2**	**3.365,5**	***48,4%***
Lucro Bruto	**1.196,8**	**768,6**	***55,7%***
Receitas/despesas Operacionais	**(571,7)**	**(465,5)**	*22,8%*
Despesas Comerciais	(540,3)	(362,2)	*49,2%*
Despesas Gerais e Administrativas	(197,3)	(165,0)	*19,6%*
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8,3)	4,2	*n/a*
Outras receitas/despesas operacionais	174,2	57,6	*202,5%*
Resultado Operacional (EBIT)	**625,1**	**303,1**	*106,2%*

Com o forte crescimento da receita líquida no ano de 48,4% no ano, algumas linhas de despesas importantes para o nosso negócio também cresceram como as despesas comerciais, que incluem despesas com comissões de vendas, despesas de marketing, propaganda, assistência técnica, garantia, entre outras. Já as despesas administrativas cresceram menos que a receita, contribuindo assim para o crescimento do resultado operacional.

A linha de outras receitas e despesas operacionais apresentou substancial crescimento no ano devido ao crédito financeiro oriundo dos investimentos em P&D e maior volume de faturamento a partir da fábrica baseada em Ilhéus, na Bahia. Tal crédito, por exigência da norma contábil, dever ser registrado nesta linha, não integrando o lucro bruto da companhia. O faturamento registrado a partir de Ilhéus cresceu significativamente em grande medida devido à produção das urnas eletrônicas para as eleições 2022.

EBITDA

EBITDA

R$ milhões

	2022	2021	Var.
EBIT	**625,1**	**303,1**	***106,2%***
Depreciação e Amortização	49,9	42,3	*17,8%*
Outras receitas/despesas não operacionais	–	(3,5)	*n/a*
EBITDA	**675,0**	**342,0**	***97,3%***
Margem EBITDA	*13,5%*	*10,2%*	*3,4 p.p.*
Hedge de Matérias-primas	–	2,8	*n/a*
EBITDA AJUSTADO	**675,0**	**344,9**	***95,7%***
MARGEM EBITDA AJUSTADA	*13,5%*	*10,2%*	*3,3 p.p.*

Nota: A partir de 01 de abril de 2021 a Companhia passou a adotar a contabilidade de hedge (Hedge Accounting).

Encerramos o ano com EBITDA ajustado de R$ 675,0 milhões, +95,7% superior ao ano anterior, e com margem EBITDA de 13,5%, melhora de 3,3 p.p. comparado a 2021.

O consecutivo crescimento anual do EBITDA, conforme ilustrado abaixo, reflete o ótimo desempenho operacional que a Companhia vem apresentando ao longo dos anos, resultante de um processo de transformação que resultou em um modelo de negócio mais diversificado em termos de produtos, serviços, marcas e canais. Em 2022, a Companhia reduziu sua exposição ao segmento Consumer, enquanto o segmento Commercial ganhou maior representatividade, contribuindo para o maior EBITDA.

ROIC - Retorno sobre Capital Investido

ROIC

R$ milhões

	2022	2021	Var.
EBIT (LTM)	625,1	303,1	*106,2%*
IR/CSLL (LTM)	(0,6)	(5,3)	*(88,3%)*
NOPAT (LTM)	**624,5**	**297,8**	***109,7%***
Capital Empregado	**2.412,4**	**1.639,0**	***47,2%***
Média do Capital Empregado[1]	**2.025,7**	**1.389,2**	***45,8%***
ROIC2	*30,8%*	*21,4%*	*9,4 p.p.*

[1] - Média do capital empregado do período e do mesmo período do ano anterior. Considera o capital de giro, ativo permanente e outros ativos de longo prazo líquidos de IR/CSLL diferidos.

[2] - NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio

Em continuidade a uma prática de melhor comunicação junto ao mercado, passamos a divulgar nosso ROIC anualizado. A metodologia utilizada considera o retorno sobre o capital de giro e outros ativos de longo prazo, que melhor reflete a realidade em que a Companhia se encontra inserida.

Em 2022, o ROIC anualizado alcançou 30,8%, com incremento de 9,4 p.p. vs. 2021. O maior ROIC em 2022 se deu pelo maior crescimento do NOPAT (pelas razões descritas acima) em relação ao aumento do capital empregado.

O aumento do capital empregado em 2022 se deu sobretudo pelo maior saldo de contas a receber, resultado da maior receita no ano e grandes projetos entregues no final do quarto trimestre, e também pelo menor saldo de fornecedores a pagar em 2022 em função do pagamento, dentro do próprio ano, dos insumos comprados ao longo do ano. O efeito de fornecedores mais que compensou a redução dos estoques de R$ 299,6 milhões vs 2021. Importante mencionar que grandes vendas feitas ao final do ano já foram recebidas no início de 2023.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO

R$ milhões

	2022	2021	Var.
Receitas Financeiras	86,4	43,7	*97,6%*
Despesas Financeiras	(357,6)	(158,8)	*125,2%*
Resultado Financ. Pré-Var. Cambial	**(271,3)**	**(115,1)**	***135,8%***
Variação Cambial	(46,8)	20,2	*n/a*
RESULTADO FINANCEIRO	**(318,1)**	**(94,9)**	***235,2%***

Nota: A partir de 01 de abril de 2021 a Companhia passou a adotar a contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting*).

Em 2022, registramos resultado financeiro de R$ 318,1 milhões negativo contra R$ 94,9 milhões no ano de 2021. A oscilação do resultado reflete o súbito aumento taxa de juros no país ao longo do período, aplicada sobre um endividamento maior que, por sua vez, reflete o forte crescimento da receita no ano. Adicionalmente, a variação cambial ocorrida entre os períodos comparativos (depreciação do real frente ao dólar), resulta da exposição ao dólar de parte do contas a pagar que não está protegida *(hedge)*, relativa às compras de insumos.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

LUCRO LÍQUIDO

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

R$ milhões

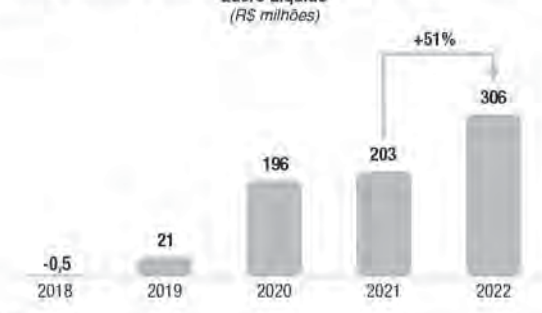
	2022	2021	Var.
Lucro Líquido	**306,4**	**202,9**	***51,0%***
Ajuste de marcação a mercado[1]	–	(29,1)	n/a
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**306,4**	**173,7**	***76,3%***
MARGEM LÍQUIDA AJUSTADA	**6,1%**	**6,0%**	*0,1 p.p.*

[1] Lucro Líquido 1T21 ajustado pela marcação a mercado do *hedge* dos insumos, antes da adoção do *hedge accounting*

Como reflexo das explicações acima, fechamos 2022 com Lucro Líquido de R$ 306,4 milhões, crescimento de 51,0% sobre 2021 (76,3% sobre o lucro ajustado de 2021) e margem líquida de 6,1%, estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Para melhor compreensão e base de comparação do Lucro Líquido entre períodos, ajustamos o resultado de 2021 pela Marcação a Mercado do *hedge* dos insumos, uma vez que, a partir de abril de 2021, passamos a adotar a contabilidade de *Hedge Accounting*. Com isso, ambas bases comparativas levam em consideração apenas os *hedges* efetivamente liquidados em cada trimestre.

Lucro Líquido
(R$ milhões)



ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO

R$ milhões

Endividamento e Disponibilidades	4T22	4T21	Var.
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	655,7	400,2	*63,8%*
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	876,3	500,4	*75,1%*
Instrumentos Financeiros Derivativos	(0,2)	(1,9)	*(87,1%)*
Endividamento	**1.531,7**	**898,7**	***70,4%***
Caixa e Equivalentes	426,6	359,0	*18,8%*
Disponibilidades	**426,6**	**359,0**	***18,8%***
Endividamento Líquido	**1.105,2**	**539,7**	***104,8%***
EBITDA Recorrente LTM	675,0	344,9	*95,7%*
Endividamento Líquido/EBITDA LTM	1,6x	1,6x	n/a

O índice de alavancagem (endividamento líquido/EBITDA LTM) da Companhia foi de 1,6x no 4T22, apresentando uma redução de 0,3 p.p. se comparado com o 3T22, e estável em relação ao 4T21. O aumento da dívida líquida no ano foi necessário para sustentar o crescimento expressivo da Companhia. Ressaltamos também que continuamos diversificando as fontes de financiamento, compostas por dívidas bancárias de giro, alocações em mercado de capitais e captações junto a bancos de fomento, entre outras. O perfil de nossa dívida vem melhorando ao longo dos últimos períodos, sendo que hoje, aproximadamente 57% da dívida é de longo prazo e pretendemos continuar com nossa estratégia de *liability management*.

Perfil da dívida - Distribuição entre curto e longo prazo	4T22	4T21	Var.
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	42,8%	44,4%	*-1,6 p.p.*
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	57,2%	55,6%	*1,6 p.p.*

DIVIDENDOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R$ 72,0 milhões de dividendos a serem distribuídos. O valor será levado para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado à reserva legal descrita na nota 24(c) das demonstrações financeiras.

Durante o ano de 2022 foram pagos R$ 47,6 milhões em dividendos, sendo R$ 0,34 por ação, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

INVESTIMENTOS

Em 2022 a Companhia realizou investimentos de R$ 156 milhões, compreendendo principalmente investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento, por meio de integralização de capital em investidas com o Fundo de Investimentos em Participações da Companhia, além de desembolsos para ampliação da estrutura produtiva, adequação e transferência de linhas de montagem e projetos de desenvolvimento de novos produtos.

MERCADO DE CAPITAIS

A Positivo encerrou 2022 com Capital Social de R$ 721,7 milhões, como parte do Patrimônio Líquido de R$ 1.4 bilhão, dividido entre 141.800.000 ações ordinárias (POSI3), das quais 52% estão em circulação (*"Free Float"*).

As ações da Companhia fecharam o ano cotadas a R$ 9,39/ação, com queda de 10% em relação a 2021. A média diária de ações negociadas em bolsa ficou em 2,7 milhões em 2022, representando um volume financeiro diário médio de R$ 25 milhões.

Ao final de 2022, a Companhia atingiu R$1,3 bilhão de valor de mercado, apresentando uma redução de 10% em 12 meses, quando o valor de mercado da Companhia era de R$ 1,6 bilhão. Calculamos o valor de mercado multiplicando o total de ações da companhia pelo preço da ação POSI3 na data de referência.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 10 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração aprovou a criação de um novo Programa de Recompra de Ações com prazo de 18 meses, portanto ainda vigente. O novo Programa permite a recompra de até 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia que, na data de aprovação, representavam 2,82% do total de ações emitidas pela Companhia e 5,26% do total de ações emitidas pela Companhia que estão em circulação.

COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2022, a Positivo Tecnologia contava com mais de 4 mil colaboradores, alocados principalmente na sede administrativa localizada em Curitiba (PR), em Manaus (AM) e Ilhéus (BA) onde encontram-se unidades fabris.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, somente os serviços de auditoria das demonstrações financeiras foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

[1] Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

continua ★

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSITIVO TECNOLOGIA — POSI — B3 LISTED NM

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

★ continuação

ATIVO	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	347.098	287.152	426.576	359.007
Instrumentos financeiros derivativos	33	9.097	4.482	9.097	4.482
Contas a receber	6	853.226	624.475	1.132.483	762.625
Estoques	7	1.106.045	1.201.256	1.390.723	1.690.347
Contas a receber com partes relacionadas	10	141.289	196.153	13.997	14.502
Impostos a recuperar	8	289.092	142.639	309.169	157.222
IRPJ e CSLL		46.045	14.717	52.363	18.803
Adiantamentos diversos		35.807	38.209	52.566	56.229
Outros créditos	9	40.582	52.873	43.088	56.823
		2.868.281	2.561.956	3.430.062	3.120.040
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	6	–	–	13.573	–
Impostos a recuperar	8	298.417	275.650	298.614	275.722
Tributos diferidos		–	–	1.712	624
Outros créditos	9	68.742	63.240	69.973	63.636
		367.159	338.890	383.872	339.982
Investimento em controladas	11	550.165	302.880	–	–
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	14	–	–	32.413	37.942
Investimento em coligadas e outros	12 e 13	56.849	26.789	131.714	76.284
Imobilizado	15	78.834	72.456	110.987	92.894
Intangível	16	39.393	27.780	110.777	86.994
		725.241	429.905	385.891	294.114
		1.092.400	768.795	769.763	634.096
TOTAL ATIVO		**3.960.681**	**3.330.751**	**4.199.825**	**3.754.136**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	450.911	870.647	594.245	1.186.214
Empréstimos e financiamentos	18	649.230	390.072	655.704	400.196
Salários e encargos a pagar		38.088	35.068	42.753	38.387
Passivo de arrendamento	15.a	9.880	7.874	11.490	9.115
Provisões	19	136.894	138.024	164.786	158.080
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	24	4.656	5.985	4.656	5.985
Tributos a recolher	20	56.671	32.137	192.806	52.814
Dividendos a pagar	25.f	71.998	47.611	71.998	47.611
Receita diferida	8 e 21	5.882	4.759	9.668	5.753
Contas a pagar com partes relacionadas	10	136.957	9.810	1.140	745
Outras contas a pagar	22	6.239	19.455	23.967	32.751
		1.567.406	1.561.442	1.773.213	1.937.651
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	18	862.150	481.729	876.281	500.406
Passivo de arrendamento	15.a	16.394	23.754	18.125	26.525
Provisões	19	64.586	46.211	64.586	46.211
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	24	48.017	39.584	48.017	39.584
Contas a pagar com partes relacionadas	10	5.627	5.627	1.890	3.440
Provisão para perda em investimentos	11 e 14 .a	475	475	475	475
Tributos diferidos		–	–	492	654
Outras contas a pagar	22	–	98	10.426	17.529
		997.249	597.478	1.020.292	634.824
TOTAL DO PASSIVO		**2.564.655**	**2.158.920**	**2.793.505**	**2.572.475**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25.a	721.670	721.670	721.670	721.670
Reserva de capital	25.b	120.943	119.939	120.943	119.939
Reserva de lucros	25.c	591.779	361.419	591.779	361.419
Ajuste de avaliação patrimonial	25.d	(19.333)	(10.069)	(19.333)	(10.069)
Ações em tesouraria	25.e	(19.033)	(21.128)	(19.033)	(21.128)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.396.026	1.171.831	1.396.026	1.171.831
Participação de acionistas não controladores		–	–	10.294	9.830
Patrimônio líquido total		1.396.026	1.171.831	1.406.320	1.181.661
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.960.681**	**3.330.751**	**4.199.825**	**3.754.136**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora e Consolidado: Capital social	Reserva de capital: Reserva de incentivos fiscais	Reserva de capital: Opções outorgadas reconhecidas	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Ações em tesouraria	Lucro líquido do exercício	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**721.670**	**118.132**	**1.279**	**(17.075)**	**201.035**	**10.198**	**(13.325)**	**–**	**1.021.914**	**11.224**	**1.033.138**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	200.258	200.258	2.638	202.896
Hedges de fluxo de caixa					888					888	–	888
Ajuste acumulado de conversão	11 a 14	–	–	–	6.118	–	–	–	–	6.118	–	6.118
Total de resultado abrangente		–	–	–	7.006	–	–	–	200.258	207.264	2.638	209.902
Exercício/cancelamento de Opções	34	–	–	(947)	–	(2.511)	–	6.829	–	3.371	–	3.371
Opções outorgadas reconhecidas			–	1.475		–		–		1.475	–	1.475
Dividendo obrigatório		–	–	–	–	–	–	–	(47.561)	(47.561)	–	(47.561)
Apropriação do lucro do exercício	25.c	–	–	–	–	142.684	10.013	–	(152.697)	–	–	–
Ações em tesouraria	25.e	–	–	–	–	–	–	(14.632)	–	(14.632)	–	(14.632)
Lucros distribuídos aos acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(4.032)	(4.032)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**721.670**	**118.132**	**1.807**	**(10.069)**	**341.208**	**20.211**	**(21.128)**	**–**	**1.171.831**	**9.830**	**1.181.661**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**721.670**	**118.132**	**1.807**	**(10.069)**	**341.208**	**20.211**	**(21.128)**	**–**	**1.171.831**	**9.830**	**1.181.661**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	303.117	303.117	3.240	306.357
Hedges de fluxo de caixa	33	–	–	–	(2.283)	–	–	–	–	(2.283)	–	(2.283)
Ajuste acumulado de conversão	11 a 14	–	–	–	(6.981)	–	–	–	–	(6.981)	–	(6.981)
Total de resultado abrangente		–	–	–	(9.264)	–	–	–	303.117	293.853	3.240	297.093
Exercício de Opções	34	–	–	(295)	–	(817)	–	2.095	–	983	–	983
Opções outorgadas reconhecidas	34	–	–	1.299	–	–	–	–	–	1.299	–	1.299
Dividendo obrigatório	25.f	–	–	–	–	–	–	–	(71.990)	(71.990)	–	(71.990)
Dividendo restituído a reserva de incentivos fiscais		–	–	–	–	50	–	–	–	50	–	50
Apropriação do lucro do exercício	24.e	–	–	–	–	215.971	15.156	–	(231.127)	–	–	–
Ações em tesouraria	25.e	–	–	–	–	–		–	–	–	–	–
Lucros distribuídos aos acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.776)	(2.776)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**721.670**	**118.132**	**2.811**	**(19.333)**	**556.412**	**35.367**	**(19.033)**	**–**	**1.396.026**	**10.294**	**1.406.320**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	5.574.712	3.691.613	5.866.743	3.986.579
Devoluções e descontos comerciais	(160.191)	(136.999)	(182.410)	(153.013)
Verba de propaganda cooperada e rebate	(76.068)	(93.526)	(74.990)	(91.549)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.285)	(7.261)	(50.824)	(7.401)
Outras receitas	1.203	3.314	7.494	22.208
	5.295.371	**3.457.141**	**5.566.013**	**3.756.824**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.659.575)	(2.381.493)	(3.616.038)	(2.467.283)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(391.572)	(261.096)	(431.457)	(283.922)
Comissões	(69.958)	(46.146)	(84.687)	(54.883)
Marketing	(60.107)	(35.567)	(62.026)	(36.770)
	(4.181.212)	**(2.724.302)**	**(4.194.208)**	**(2.842.858)**
Valor adicionado bruto	**1.114.159**	**732.839**	**1.371.805**	**913.966**
Depreciação e amortização	**(38.936)**	**(39.135)**	**(49.891)**	**(42.344)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.075.223**	**693.704**	**1.321.914**	**871.622**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	133.857	82.469	(8.270)	4.158
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	245.442	142.589	298.201	162.963
	379.299	**225.058**	**289.931**	**167.121**
Valor adicionado total a distribuir	**1.454.522**	**918.762**	**1.611.845**	**1.038.743**

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	168.262	125.109	203.153	150.692
Benefícios	18.846	28.320	31.168	37.983
FGTS	13.363	9.629	15.244	10.809
	200.471	**163.058**	**249.565**	**199.484**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	281.820	279.976	331.664	332.645
Estaduais	91.275	46.021	97.657	37.976
Municipais	2.503	3.233	2.919	3.847
	375.598	**329.230**	**432.240**	**374.468**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	335.688	144.857	357.620	158.768
Aluguéis	6.794	3.653	7.371	4.020
Variação cambial	232.854	77.706	258.692	99.107
	575.336	**226.216**	**623.683**	**261.895**
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	71.990	47.561	71.990	47.561
Lucro retido	231.127	152.697	231.127	152.697
Parcela dos não controladores no lucro retido	–	–	3.240	2.638
	303.117	**200.258**	**306.357**	**202.896**
Valor adicionado total distribuído	**1.454.522**	**918.762**	**1.611.845**	**1.038.743**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia") possui sede no Brasil, Cidade de Curitiba-PR, na Rua João Bettega, nº 5.200, Bairro Cidade Industrial, além de unidades fabris na Cidade de Manaus-AM e Ilhéus-BA. Foi fundada em 1989 e desde dezembro de 2006 tem suas ações (POSI3) negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas; desenvolvimento, fabricação e comercialização de urnas eletrônicas.

A diversificação de produtos é uma das marcas da Companhia, atualmente fazem parte do portfólio computadores, servidores, monitores, celulares, tablets, soluções para casas e escritórios inteligentes e uma série de produtos para a área de tecnologia educacional. Destaca-se ainda, no ano de 2022, o fornecimento de urnas eletrônicas para o Governo brasileiro.

b) Emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2023.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas diretas e indiretas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação % 31 de dezembro de 2022	Participação % 31 de dezembro de 2021
Controladas Diretas		
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	100,00	100,00
Crounal S.A.	100,00	100,00
Positivo Argentina S.R.L.	100,00	100,00
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	100,00	100,00
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	100,00	100,00
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	100,00	100,00
Controladas Indiretas		
Investidas da Positivo Smart Tecnologia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.	80,00	80,00

b) Empreendimentos controlados em conjunto *(joint ventures)*

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da joint venture.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da joint venture são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação % 31 de dezembro de 2022	Participação % 31 de dezembro de 2021
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Fueguina S.A.	50,00	50,00
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	50,10	50,10
Investida da Positivo Smart Tecnologia Ltda.		
PBG Rwanda Limited.	50,00	50,00
Investida da Crounal S.A.		
PBG Uruguay S.A.	50,00	50,00

c) Coligadas

Uma Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

	Participação % Controladora 31 de dezembro de 2022	Participação % Controladora 31 de dezembro de 2021	Participação % Consolidado 31 de dezembro de 2022	Participação % Consolidado 31 de dezembro de 2021
Coligadas				
Hi Technologies Holding Ltd.	17,50	23,00	30,57	28,01
Desenvolve Amazônia - Fundo de Invest. Partic. em Empresas Emergentes	20,34	20,34	25,57	25,57
Inova IV e XII Fundo de Invest. Partic. em Empresas Emergentes	32,94	25,83	46,71	31,52
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	26,60	–	26,60	–
Investida da Hi Technologies Holding Ltd.				
Hi Technologies S.A.	17,50	23,00	30,57	28,01

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
RECEITA LÍQUIDA	26	**4.753.555**	**3.110.312**	**4.993.235**	**3.365.487**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	27	(3.773.345)	(2.466.596)	(3.796.478)	(2.596.881)
LUCRO BRUTO		**980.210**	**643.716**	**1.196.757**	**768.606**
Despesas com vendas	27	(512.468)	(350.916)	(540.264)	(363.763)
Despesas gerais e administrativas	27	(162.791)	(133.714)	(197.325)	(163.437)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	8	187.409	38.677	174.197	57.585
Resultado da equivalência patrimonial	11 a 14	133.857	82.469	(8.270)	4.158
		(353.993)	(363.484)	(571.662)	(465.457)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**626.217**	**280.232**	**625.095**	**303.149**
Receitas financeiras	29	78.762	40.498	86.350	43.706
Despesas financeiras	29	(335.688)	(144.857)	(357.620)	(158.768)
Variação cambial, líquida	29	(66.174)	24.385	(46.841)	20.150
		(323.100)	(79.974)	(318.111)	(94.912)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**303.117**	**200.258**	**306.984**	**208.237**
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	–	–	(1.877)	(4.712)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	–	–	1.250	(629)
		–	–	(627)	(5.341)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**303.117**	**200.258**	**306.357**	**202.896**
Atribuível aos Controladores		**N/A**	**N/A**	**303.117**	**200.258**
Atribuível aos não Controladores		**N/A**	**N/A**	**3.240**	**2.638**
LUCRO POR AÇÃO - R$					
Básico	30	**N/A**	**N/A**	**2,1673**	**1,4287**
Diluído	30	**N/A**	**N/A**	**2,1638**	**1,4234**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**303.117**	**200.258**	**306.357**	**202.896**
Outros resultados abrangentes					
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior					
Variação cambial sobre investimentos no exterior					
Crounal S.A./PBG Uruguay S.A.	11	(6.043)	6.025	(6.043)	6.025
Positivo Inf. da Bahia/PBG Rwanda Limited	14	–	51	–	51
Positivo Argentina S.R.L	11 e 14	(938)	42	(938)	42
Hedges de Fluxo de Caixa					
Valor justo de instrumento financeiro de *hedge* de fluxo de caixa	33	(2.283)	888	(2.283)	888
		(9.264)	7.006	(9.264)	7.006
Resultado abrangente do exercício		**293.853**	**207.264**	**297.093**	**209.902**
Resultado abrangente atribuído aos controladores				293.853	207.264
Resultado abrangente atribuído aos não controladores				3.240	2.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		303.117	200.258	306.357	202.896
Reconciliação do Lucro líquido com o caixa (aplicado) gerado nas operacões:					
Depreciação e amortização	27	38.936	39.135	49.891	42.344
Equivalência patrimonial	11 a 14	(133.857)	(82.469)	8.270	(4.158)
Ganho no valor justo e ajuste a valor presente		(170.938)	(29.239)	(155.260)	(35.656)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	24	11.645	11.488	11.645	11.488
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	6	44.285	7.261	50.824	7.401
Provisão para perdas com estoques	7	22.554	10.738	30.934	20.827
Provisões e receitas diferidas		18.368	38.053	28.996	41.884
Stock options	34	1.299	1.475	1.299	1.475
Encargos sobre empréstimos e contratos de arrendamento		265.958	84.101	271.262	89.200
Variação cambial		6.008	3.382	6.129	6.743
Juros sobre impostos		(9.605)	(16.401)	(9.605)	(16.506)
Ganho na alienação de Imobilizados		–	(3.458)	–	(3.458)
Ganhos em processos administrativos e judiciais	8	–	(10.476)	–	(14.734)
Imposto de renda e contribuição social (Corrente e Diferido)	23	–	–	627	5.341
		397.770	**253.848**	**601.369**	**355.087**
(Aumento) diminuição de ativos:					
Contas a receber		(274.457)	(92.413)	(441.003)	(74.514)
Estoques		70.832	(651.803)	265.514	(1.061.553)
Impostos a recuperar		(196.445)	80.777	(206.173)	69.167
Adiantamentos diversos		4.939	(1.198)	6.075	(7.860)
Partes relacionadas		(10.136)	(121.560)	309	9.904
Outros créditos		12.291	(20.839)	12.900	(19.615)
Aumento (diminuição) de passivos:					
Fornecedores		(425.614)	422.990	(601.854)	659.992
Obrigações tributárias		24.534	8.481	139.992	20.777
Partes relacionadas		132.588	–	395	–
Outras contas a pagar		(11.594)	(22.391)	(2.674)	(23.041)
Indenizações		(4.541)	(5.828)	(4.541)	(5.828)
Pagamento de juros sobre empréstimos e contratos de arrendamento		(97.673)	(63.505)	(100.278)	(68.264)
		(775.276)	**(467.289)**	**(931.338)**	**(500.835)**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(377.506)**	**(213.441)**	**(329.969)**	**(145.748)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Integralização de capital - investida	11 a 13	(85.469)	(23.250)	(72.553)	(13.501)
Aquisição de imobilizado	15	(19.776)	(16.946)	(35.286)	(27.481)
Aumento do intangível	16	(30.570)	(11.749)	(47.763)	(16.043)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(135.815)**	**(51.945)**	**(155.602)**	**(57.025)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento por aquisição de controlada		–	–	(10.147)	(10.009)
Pagamentos de dividendos	25.f	(47.553)	(48.559)	(50.329)	(52.591)
Captação de empréstimos	18	1.198.680	689.110	1.198.679	689.110
Amortização de empréstimos	18	(564.592)	(569.976)	(575.486)	(588.090)
Pagamento de contratos de arrendamento	15.a	(8.810)	(7.510)	(10.267)	(8.604)
Partes relacionadas	10	(5.441)	–	(1.354)	–
Recompra de ações	25.e	–	(14.632)	–	(14.632)
Recursos provenientes do exercício de opções de ações	34	983	3.371	983	3.371
Caixa líquido, gerado pelas atividades de financiamento		**573.267**	**51.804**	**552.079**	**18.555**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		**–**	**–**	1.061	(937)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		**59.946**	**(213.582)**	**67.569**	**(185.155)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	287.152	500.734	359.007	544.162
Caixa e equivalentes no final do exercício	5	347.098	287.152	426.576	359.007
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		**59.946**	**(213.582)**	**67.569**	**(185.155)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As variações ocorridas nas participações societárias dos investimentos em coligadas estão detalhadas na nota explicativa 12.

d) Outros investimentos

A Companhia não tem influência significativa nestes investimentos, os quais foram mensurados a valor justo por meio do resultado ou pelo custo de aquisição:

	Participação % 31 de dezembro de 2022	Participação % 31 de dezembro de 2021
Outros investimentos - Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes		
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	22,08	20,00
Agrosmart S.A.	10,73	12,40
Ambar Living S.A.	11,40	11,40
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda	13,65	13,65
Pharmalog S.A.	33,00	33,00
Encontre Um Nerd S.A.	14,27	8,02
Mundo Maker Educação Ltda	16,00	–

As variações ocorridas nas participações societárias dos investimentos em coligadas estão detalhadas na nota explicativa 13.

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 28 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os principais segmentos operacionais da Companhia são Consumo, Instituições Públicas e Servidores.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda Funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das trans

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI
B3 LISTED NM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

★ continuação

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros
2.6.1. Classificação
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixas contratuais.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado
São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixas e equivalentes de caixa", "Instrumentos financeiros derivativos" e "outros investimentos".

b) Custo amortizado
São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes", "Outros créditos", "Partes relacionadas".
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada.
Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Redução ao valor recuperável *(impairment)* de ativos financeiros
A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.
Um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados daquele ativo financeiro tiver ocorrido. As evidências de que o ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os eventos a seguir:
– Dificuldade financeira significativa do emissor ou do devedor;
– Violação de contrato, tal como inadimplência ou evento;
– Os credores do devedor, por motivos econômicos ou contratuais relacionados à dificuldade financeira do devedor, concederam ao devedor um desconto que o credor não consideraria de outra forma;
– É provável que o devedor declare falência ou outra forma de reorganização financeira; ou
– O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.
Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.
A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas, dentre os quais destacam-se: aumento da inadimplência, dificuldade financeira de seus principais clientes, violações de contrato, ou concessões de desconto não usuais em relações comerciais, exceto um cliente do segmento varejista, cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores e o pedido de recuperação judicial foi amplamente divulgado, para o qual a Companhia efetuou provisões adicionais para a cobertura de perdas prováveis.
Desta forma, o valor da provisão para perda reconhecida e divulgada na nota explicativa nº 6 reflete de maneira adequada a estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.6.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*
A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "*swaps*" de taxa de juros e de moedas. As notas 31 a 33 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.
Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.
A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de uma operação em moeda estrangeira.
No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*, e a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*.
Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.
Maiores detalhes sobre a instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*) estão descritos na nota 33.

2.7. Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de cada operação e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

2.8. Estoques
Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal).
O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.
A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.9. Imobilizado
Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia, quando aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.
A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativo imobilizado	Vida útil (anos)
Máquinas e equipamentos	15
Benfeitorias sobre imóvel locado	10
Hardware	5
Móveis e utensílios	10
Instalações industriais	13
Edificações	25
Outros imobilizados	10

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10. Ativos intangíveis
a) Ágio
O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.
O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

b) Ativo intangível gerado internamente em andamento
Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.
O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:
– A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
– A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
– A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
– Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
– A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
– A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

c) Ativo intangível gerado internamente concluído
O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.
A amortização é iniciada após a conclusão dos projetos, momento em que a Companhia obtém ou pode obter os benefícios econômicos oriundos da sua utilização e/ou comercialização.

d) Softwares
As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:
– É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
– A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
– O software pode ser vendido ou usado;
– Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
– Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
– O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.
Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.
Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.
Os softwares desenvolvidos pela Companhia são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

e) Vida útil ativo intangível:
Abaixo apresentamos a vida útil dos ativos intangíveis da Companhia:

Ativo intangível	Vida útil (anos)
Projetos desenvolvidos internamente	3 a 5
Software	3 a 5
Licenças de uso	5

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Arrendamento
a) A Companhia como arrendatária
Os contratos de arrendamentos em que a Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias são reconhecidos no balanço na conta de ativo de direito de uso e contrapartida no passivo de arrendamento, exceto arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos como despesa em uma base linear durante o prazo do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, ajustado para qualquer remensuração da obrigação de arrendamento. A depreciação é calculada com base na vida útil do bem ou pelo prazo do contrato. A obrigação de arrendamento é inicialmente mensurada ao valor presente das parcelas de arrendamento do contrato, atualizados mensalmente pelos juros descontados e liquidados pelos pagamentos de arrendamento realizados.
O prazo remanescente dos contratos de arrendamento, que são os mesmos períodos em que os ativos de direito de uso serão depreciados, compreendem o período de 22 a 40 meses.

b) A Companhia como arrendadora
As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

2.14. Empréstimos
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Subvenções governamentais
A Companhia goza de benefícios fiscais, os quais são caracterizados como subvenções governamentais, conforme mencionado na nota 8.
A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, decorrente da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:
– Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
– Mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
– Também mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
– Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento.
Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, as subvenções governamentais da Companhia são reconhecidas no resultado na rubrica de impostos sobre vendas, exceto o crédito financeiro instituído pela Lei 13.969/2019 que é tratado como outras receitas operacionais. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio.

2.16. Provisões para contingências
As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.
Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.
Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.
O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.
O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais apurados.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. Benefícios a empregados
a) Remuneração baseada em ações
O plano de remuneração baseado em ações para empregados e executivos da Companhia são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 34.
O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

b) Obrigações de aposentadoria
A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

c) Participação nos lucros
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

2.19. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.
Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.
Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações.
Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.
A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.20. Ações em tesouraria
Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido.

2.21. Reconhecimento da receita
O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15 e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.
O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes, e que a receita reconhecida reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

a) Receita de vendas
As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando da transferência da propriedade dos riscos e do controle dos bens para terceiros, somente pelo valor que a Companhia espera ter direito na transação (seus valores deduzidos de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculados sobre as vendas a prazo, os impostos sobre vendas e verbas comerciais concedidas). Excepcionalmente algumas operações são do tipo "faturar e manter" (*bill-and-hold*), onde contratualmente o cliente tem o controle do produto mesmo que ele continue sob a posse física da entidade. Nesse caso, o cliente tem a capacidade de direcionar o uso e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios remanescentes do produto, mesmo que tenha decidido não exercer seu direito de tomar a posse física desse produto.

b) Prestação de serviços
As receitas de serviços são mensuradas com base nas contraprestações especificadas nos contratos com os clientes e são reconhecidas quando as obrigações previstas forem efetivamente satisfeitas e quando há direito de recebimento dos valores. Dentre os principais serviços prestados pela Companhia destacamos as soluções para a área de tecnologia educacional, consultoria e desenvolvimento de softwares, locação de equipamentos e assistência técnica.

c) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.
As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.
A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Mensuração do valor justo (notas explicativas 32 e 33)
Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras, em especial caixa e equivalente de caixa e os instrumentos financeiros derivativos.
Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia envolve profissionais qualificados no processo de avaliação e mensuração dos valores justos de tais ativos e passivos.
As informações sobre as técnicas de avaliação e as informações usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas nas notas explicativas 32 e 33.

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa 6)
A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam.
As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito.

c) Realização dos estoques (nota explicativa 7)
A Companhia efetua a análise de realização dos estoques com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por giro lento de mercadorias ou realização com margem abaixo do valor contábil.

d) Impostos a recuperar (nota explicativa 8)
Conforme descrito na nota 8, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

e) Vida útil dos bens do ativo imobilizado, intangível e prazo dos contratos de arrendamento (notas explicativas 15 e 16)
O cálculo da depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível inclui as estimativas das vidas úteis. Essa estimativa é determinada considerando o período que esses ativos irão gerar benefícios econômicos para a Companhia.
Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.
A Companhia realizou durante 2022, a revisão da vida útil de seus ativos imobilizado e intangível, e não identificou alterações necessárias.

f) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 24)
As provisões são reconhecidas como passivo quando pode ser feita uma estimativa confiável do valor presente da obrigação, sendo ainda provável que ocorram saídas de recursos necessárias para liquidar tais obrigações.
As provisões são realizadas com base no parecer dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, considerando jurisprudências disponíveis, legislação vigente, elementos probatórios disponíveis.
As provisões são reavaliadas periodicamente para constatar se houveram mudanças significativas nos valores das causas ou a existência de elementos novos que possam impactar a estimativa de perda desses processos.

g) Provisões (nota explicativa 19)
Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação legal, que pode ser estimada de maneira confiável, seja provável que sejam necessárias saídas de caixa futuras para liquidação dessas obrigações.
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado.
As provisões reconhecidas pela Companhia derivam de contratos firmados como a provisão para royalties, legislação (pós-venda) ou originadas em suas relações comerciais como por exemplo comissões e marketing.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Alterações às normas com adoção para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, para as quais não há impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Norma	Vigência (em ou após)	Tema abordado
Contratos Onerosos - Alterações ao CPC 25/IAS 37	01/01/2022	As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	01/01/2022	A alteração exclui o conceito de pagamentos do arrendador relacionado a melhorias e/ou benfeitorias no imóvel arrendado (exemplo 13 da referida norma).
Imobilizado - Alterações ao CPC 27/IAS 16	01/01/2022	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso
Referência à Estrutura Conceitual - Alterações ao CPC 15/IFRS 3	01/01/2022	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989.
IFRS 1 CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	01/01/2022	Simplifica a aplicação da norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	01/01/2022	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.

Normas que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023 e não adotadas antecipadamente na preparação destas informações financeiras intermediárias, para as quais a Administração não espera impacto significativo nas informações financeiras individuais e consolidadas:

Norma	Vigência (em ou após)	Tema abordado
Alterações ao CPC16/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circ. ou Não Circ.	01/01/2023	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo.
IFRS 17 - Contratos de Seguro	01/01/2023	A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro.
Imposto diferido - alterações ao CPC 32/IAS 12	01/01/2023	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros	01/01/2023	Definição de Estimativas Contábeis (Emendas à IAS 8) para ajudar as entidades a distinguir entre políticas contábeis e estimativas contábeis

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI B3 LISTED NM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

★ continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações financeiras da Companhia correspondem substancialmente a operações compromissadas e de Certificado de Depósito Bancário - CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 101,26% (94,99% em dezembro de 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
A vencer	654.274	415.150	946.280	537.354
Vencidos até 30 dias	101.229	84.294	102.248	87.129
Vencidos de 31 a 60 dias	45.535	28.610	46.596	33.650
Vencidos de 61 a 90 dias	20.853	46.515	19.816	47.852
Vencidos de 91 a 180 dias	21.956	21.305	23.907	22.852
Vencidos de 181 a 360 dias	34.332	18.044	38.833	19.715
Vencidos há mais de 361 dias	83.977	73.781	90.815	78.940
(–) Provisão para perda de créditos esperadas	(103.697)	(59.412)	(110.775)	(59.951)
(–) Ajuste a valor presente	(5.233)	(3.812)	(11.664)	(4.916)
	853.226	**624.475**	**1.146.056**	**762.625**
Parcela no circulante	853.226	624.475	1.132.483	762.625
Parcela no não circulante	–	–	13.573	–

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas esperadas de créditos, substancialmente, através de análises prospectivas de sua carteira de ativos, considerando se há dificuldade financeira relevante do devedor, mudanças adversas nas condições econômicas que se correlacionam com as inadimplências, e na experiência de inadimplência passada do devedor.

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperada no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo em 31/12/2021	(59.412)	(52.364)	(59.951)	(52.642)
Reversões / Perdas reconhecidas	–	213	–	92
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(44.285)	(7.261)	(50.824)	(7.401)
Saldo em 31/12/2022	**(103.697)**	**(59.412)**	**(110.775)**	**(59.951)**

Destaca-se ainda, a concentração dos recebíveis em poucos clientes: os 20 maiores clientes da Companhia representam cerca de 77% do montante a receber em 31 de dezembro de 2022 (cerca de 72% em 31 de dezembro de 2021).

O período médio de recebimento é de 91 dias (81 dias em 31 de dezembro de 2021), em vendas a órgãos públicos o prazo pode chegar até 180 dias.

Os saldos vencidos decorrentes das vendas de mercadorias a órgãos públicos devem-se ao fato que os recebimentos dependem de processos internos de aprovação dos pagamentos pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica comum nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos acima de 90 dias de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 23.067 (R$ 18.134 em 31 de dezembro de 2021).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Matérias-primas	693.906	641.499	852.491	891.763
Produtos acabados	423.107	290.963	518.135	351.339
Importações em andamento (a)	54.915	232.732	81.553	361.914
Adiantamentos a fornecedores	40.170	119.561	68.867	184.720
Provisão para perdas com estoques (b)	(106.053)	(83.499)	(130.323)	(99.389)
	1.106.045	**1.201.256**	**1.390.723**	**1.690.347**

a) Importações em andamento são insumos adquiridos de fornecedores estrangeiros que, na data do encerramento dessas demonstrações financeiras, já haviam sido embarcados pelos fornecedores e cujo controle já havia sido transferido para a Companhia, entretanto, encontram-se em trânsito.

b) A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda ou em decorrência de eventual redução em seu valor recuperável por obsolescência. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a doze meses.

Em 2022, as matérias-primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados" totalizaram R$ 3.666.634 (R$ 2.390.202 em 2021) e R$ 3.614.988 (R$ 2.480.105 em 2021), nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
ICMS (a)	93.027	102.157	97.516	107.952
IPI	43.169	15.323	43.222	15.404
PIS	2.835	2.937	4.035	3.016
COFINS	11.951	11.849	17.430	12.198
Crédito Financeiro Lei 13.969/2019 (b)	282.932	37.567	286.576	41.062
PIS E COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo (c)	128.319	237.865	132.682	242.229
Outros impostos a recuperar	25.276	10.591	26.322	11.083
	587.509	**418.289**	**607.783**	**432.944**
Parcela no circulante	289.092	142.639	309.169	157.222
Parcela no não circulante	298.417	275.650	298.614	275.722

a) ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

(i) Lei do Estado do Paraná nº 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;

(ii) Decreto do Estado do Paraná nº 1.922/2011 (e alterações posteriores), que concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos industrializados nos termos da Lei nº 8.248/1991 e comercializados pela Companhia;

(iii) Decreto do Estado do Amazonas nº 23.994/2003, que concede benefícios fiscais como o diferimento do lançamento do ICMS incidente sobre a operação de importação de matérias-primas e insumos destinados à produção, crédito presumido de ICMS na compra de matéria-prima e insumos de origem nacional, crédito estímulo de ICMS equivalente ao valor devido nas vendas de bens de informática e automação e terminais portáteis de telefonia celular produzidos no território da ZFM.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício de 2022 a Companhia registrou, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, o montante de R$ 602.512 (R$ 381.625 em 31 de dezembro 2021) e R$ 594.696 (R$ 403.391 em 31 de dezembro 2021), respectivamente, relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados (conforme nota explicativa 26) e manteve o valor de R$ 5.882 (R$ 4.759 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 9.668 (R$ 5.753 em 31 de dezembro de 2021) no passivo, sob a rubrica de receita diferida, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, respectivamente. O valor registrado no passivo será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgado na Nota 16.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

Realização dos créditos fiscais - ICMS

Os créditos tributários têm sua realização baseada nas reestruturações societárias ocorridas em 2015, com a incorporação da controlada Positivo da Amazônia Ltda. E de mudanças ocorridas nas legislações Federal e Estadual. Essas mudanças trouxeram duas consequências nas operações: a primeira foi reduzir a geração de créditos tributários, e a segunda foi a geração de débitos fiscais que permitirão a utilização dos créditos tributários acumulados. Para a realização de ICMS, além das mudanças mencionadas acima, novos projetos auxiliarão na realização destes créditos, que gerarão débitos de ICMS no ano corrente e nos próximos exercícios.

b) Crédito Financeiro Lei 13.969/2019

Com as alterações promovidas pela Lei nº 13.969/2019, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as reduções nas alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei 8.248/1991 "Lei da Informática" deixaram de ser aplicadas e foi instituído um sistema de créditos financeiros, convertidos em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática e que terá vigência até 31 de dezembro de 2029.

Em decorrência do benefício acima mencionado, no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia registrou, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, o montante de R$ 280.137 (R$ 77.758 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 279.561 (R$ 87.256 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

c) PIS e COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

A Companhia obteve êxito em ação judicial que questionava a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS. O Mandado de segurança impetrado em 2010, foi julgado favoravelmente à Companhia, e foi transitada em julgado em outubro de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com base em novas informações que não estavam disponíveis anteriormente e não foram consideradas no levantamento inicial uma vez que não havia razoável certeza para incluir estes elementos na estimativa inicial, a Companhia registrou naquele exercício o montante adicional, que incluiu correções monetárias, no valor total de R$ 22.448, sendo R$ 10.476 na rubrica de "outras receitas (despesas) operacionais" e R$ 11.972 na rubrica de "receitas financeiras" nas demonstrações financeiras individuais; e R$ 26.812, sendo R$ 14.735 em "outras receitas (despesas) operacionais" e R$ 12.077 em "receitas financeiras", nas demonstrações financeiras consolidadas.

Realização dos créditos fiscais - (IPI, PIS e COFINS e Crédito Financeiro)

A análise de realização dos créditos tributários dos tributos federais, IPI e Crédito Financeiro, considerou a execução do plano de negócios da Companhia para os próximos períodos, que resultará na geração de débitos tributários e contribuições necessários para a compensação desses créditos.

9. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Despesas antecipadas	16.580	15.001	17.404	16.090
Depósitos judiciais (a)	73.669	68.240	74.347	68.360
Despesas financeiras (b)	18.481	29.737	18.908	31.343
Outros	594	3.135	2.402	4.666
	109.324	**116.113**	**113.061**	**120.459**
Parcela circulante	40.582	52.873	43.088	56.823
Parcela não circulante	68.742	63.240	69.973	63.636

a) A Companhia realizou depósitos judiciais no montante atualizado de R$ 60.424 visando a manutenção do benefício fiscal de alíquota zero para PIS e COFINS, conforme previsto no artigo 28 da Lei 11.196/2005, até o final do exercício de 2018. Segundo a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda nesse processo é remota.

b) Despesas financeiras a apropriar referente a contração de carta fiança, cartas de crédito de importação, que serão apropriadas ao resultado de acordo com os respectivos prazos de vigências dos contratos.

10. PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais:

	Controladora							
	Contas a receber		Contas a pagar		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	57	57	4	6	–	–	99	156
Positivo Educacional Ltda.	182	133	–	–	80	762	670	372
Editora Aprende Brasil Ltda.	291	271	557	248	–	24	137	956
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	–	–	2	–	–	4	2	–
Rosch Administração de Bens Ltda.	–	–	577	491	–	–	6.926	5.887
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	–	–	1.406	5.647 (b)	–	–	–	–
Boreo Com. de Equipamentos Ltda.	3.869	3.869 (b)	6.987	8.187	–	–	–	–
Portal Mundo Positivo Ltda.	–	–	536	536	–	–	–	–
Crounal S.A.	–	–	301	322	–	–	–	–
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	941	941	–	–	–	–	–	–
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	–	131.828 (a)	132.213	–	3.456	4.359 (a)	1.525.240	745.214 (a)
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	135.082	59.054 (a)	–	– (a)	201.397	88.509 (a)	2.199	356 (a)
ACC Brasil Industria e Com. de Computadores Ltda.	867	– (a)	–	–	9.987	3.889 (a)	1.681	1.487 (a)
	141.289	**196.153**	**142.584**	**15.437**	**214.920**	**97.547**	**1.536.954**	**754.428**
Parcela no circulante	141.289	196.153	136.957	9.810				
Parcela no não circulante	–	–	5.627	5.627				

	Consolidado							
	Contas a receber		Contas a pagar		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	57	57	4	6	–	–	99	156
Positivo Educacional Ltda.	182	133	–	–	80	762	670	372
Editora Aprende Brasil Ltda.	291	271	557	248	–	24	137	956
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	–	–	2	–	–	4	2	–
Rosch Administração de Bens Ltda.	–	–	577	491	–	–	6.926	5.887
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	941	941	–	–	–	–	–	–
PBG Uruguay S.A.	5.376	5.750 (c)	–	–	–	–	–	–
Informática Fueguina S.A.	5.672	6.050 (a)	–	–	–	–	–	–
Sócios não controladores ACC Brasil Ind. e Com.	1.478	1.300 (d)	1.890	3.440 (d)	–	–	–	–
	13.997	**14.502**	**3.030**	**4.185**	**80**	**790**	**7.834**	**7.371**
Parcela no circulante	13.997	14.502	1.140	745				
Parcela no não circulante	–	–	1.890	3.440				

As transações entre partes relacionadas acontecem com preços e prazos pactuados entre as partes.

a) Compra e venda de insumos e produtos acabados: a Companhia e suas controladas realizam compras e vendas para suas controladas e controladas em conjunto para utilização no processo produtivo e revenda, no curso normal das operações.

b) A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Smart Tecnologia Ltda. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. Essas operações decorrem de necessidades pontuais de caixa, não tem prazo previsto para liquidação.

c) Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Crounal S.A. apresentava o montante de R$ 5.376 referente a dividendos a serem recebidos da Joint Venture PBG Uruguay S.A..

d) O saldo passivo refere-se à captação de recursos realizados pela ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. junto aos sócios não controladores. Os valores estão registrados em reais e tem vencimento previsto de 2022 a 2024. Os valores são atualizados pela variação positiva do IGP-M. O saldo ativo é referente a distribuição antecipada de lucros realizada aos sócios não controladores.

Remuneração dos Administradores

O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como remuneração dos administradores, foi de R$ 10.634 (R$ 8.963 em 31 de dezembro de 2021), referente aos benefícios de curto e longo prazo.

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Saldo em 31/12/2021	Aporte de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Investimentos					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	61.553	–	11.522	–	73.075
Crounal S.A. (a)	93.719	–	6.896	(6.043)	94.572
Portal Mundo Positivo Ltda.	685	–	–	–	685
Positivo Argentina S.R.L. (b)	1.392	–	1.121	(938)	1.575
Positivo Distribuição e Comércio Ltda. (c)	25.619	30.000	13.526	–	69.145
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes (d)	68.489	50.167	(10.881)	–	107.775
Boreo Industria de Componentes Ltda. (e)	51.423	35.000	116.915	–	203.338
	302.880	**115.167**	**139.099**	**(6.981)**	**550.165**

A participação em controladas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2022					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	96.387	23.312	73.075	–	11.522
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	–	–
Crounal S.A.	107.869	13.297	94.572	102.623	6.896
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	7.217	13.367	(6.150)	–	(1.437)
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	456.915	253.577	203.338	1.423.624	116.915
Positivo Argentina S.R.L.	2.731	1.156	1.575	4.247	1.121
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	242.583	173.438	69.145	178.139	13.526
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta) (f)	73.394	27.579	45.815	114.693	14.219
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	132.601	–	132.601	–	(10.881)
31 de dezembro de 2021					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	93.574	32.021	61.553	–	6.497
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	–	–
Crounal S.A.	109.488	15.769	93.719	110.134	7.755
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	8.761	13.473	(4.712)	–	(885)
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	502.795	451.372	51.423	716.225	52.239
Positivo Argentina S.R.L.	2.522	1.130	1.392	3.866	1.081
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	95.801	70.182	25.619	86.835	5.871
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	65.436	26.894	38.542	101.582	11.810
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	74.520	32	74.488	–	7.506

a) Com sede na cidade Montevideo - Uruguai, a Crounal S.A. tem por objetivo social a revenda de componentes eletrônicos, equipamentos de informática, telefonia e comunicação. A moeda funcional dessa controlada é o dólar dos Estados Unidos da América.

b) Com sede na cidade de Buenos Aires, a Positivo Argentina S.R.L. tem como atividade principal a fabricação e comercialização de equipamentos médicos, laboratoriais, informática e comunicação. A controlada tem como moeda funcional o peso argentino.

c) A Positivo Distribuição e Comércio Ltda. (anteriormente denominada Positivo Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda.) iniciou suas operações em julho de 2018, com sede operacional na cidade de Curitiba-PR e tem como atividades principais a distribuição de bens e equipamentos de informática, eletroeletrônicos, equipamentos de telefonia e comunicação. Em 2022 a Companhia realizou aumento de Capital no montante de R$ 30.000 utilizado créditos que detinha com a Controlada, não impactando, portanto, o caixa da Companhia, conforme divulgado na nota 36.

d) A Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes tem como objetivo principal a aquisição de participação em outras empresas emergentes de tecnologia.

e) Boreo Indústria de Componentes Ltda., tem sede na cidade Manaus - AM, tem como atividade preponderante a fabricação de componentes eletrônicos. Em 2022 a Companhia realizou aumento de Capital no montante de R$ 35.000 utilizado créditos que detinha com a Controlada, não impactando, portanto, o caixa da Companhia, conforme divulgado na nota 36.

f) Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital social da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. que tem como atividades principais a produção e comercialização de *storages*, servidores e computadores.

12. INVESTIMENTO EM COLIGADAS

		Controladora				
		Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Aporte	Valor justo	Saldo em 31/12/2022
Coligadas						
Hi Technologies Holding Ltd (a)		19.539	(5.242)	–	–	14.297
Desenvolve Amazônia - Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes (b)	(b)	3.100	–	13.550	–	16.650
Inova IV e XII Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(c)	4.150	–	14.752	–	18.902
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	(d)	–	–	7.000	–	7.000
		26.789	**(5.242)**	**35.302**	**–**	**56.849**

		Consolidado				
		Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Aporte	Valor justo	Saldo em 31/12/2022
Coligadas						
Hi Technologies Holding Ltd	(a)	30.027	(5.242)	30.127	7.762	62.674
Desenvolve Amazônia - Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(b)	3.898	–	14.159	–	18.057
Inova IV e XII Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(c)	5.065	–	15.667	–	20.732
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	(d)	–	–	7.000	–	7.000
		38.990	**(5.242)**	**66.953**	**7.762**	**108.463**

A participação em coligadas está demonstrada na nota 2.2 (c).

a) Holding que controla a startup Hi Technologies S.A., empresa de tecnologia voltada para área médica, oferecendo serviço especializado de exames laboratoriais através de dispositivos que permitem a realização dos testes de maneira remota. Em 2022, foram realizados através do Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Partic. em Empresas Emergentes "F.I.P" aportes de capital nessa investida que totalizaram R$ 30.127.

b) Em outubro de 2021 de a Positivo Tecnologia S.A. realizou aportes no montante de R$ 3.100 na Desenvolve Amazônia - Fundo de Investimento e Participações em Empresas Emergentes, que tem como atividade preponderante o investimento em empresas do setor de tecnologia. A Boreo Indústria de componentes Ltda. realizou aportes neste fundo em outubro e dezembro de 2021, no montante total de R$ 798.

Durante o exercício de 2022 foram realizados novas rodadas de aporte de capital nesse investimento, sendo aportados R$ 13.550 pela Positivo Tecnologia S.A. e R$ 609 pela Controlada Boreo Industria de Componentes Ltda.

c) Em outubro de 2021 a Positivo Tecnologia S.A. fez aportes no montante R$ 4.150 na Inova IV Fundo de Investimento e Participações em Empresas Emergentes, que tem como atividade preponderante o investimento em empresas do setor de tecnologia. A Boreo Indústria de componentes Ltda. realizou aportes neste fundo em novembro de 2021, no montante total de R$ 915.

Durante o exercício de 2022 foram realizados novas rodadas de aporte de capital nesse investimento, sendo aportados R$ 14.752 pela Positivo Tecnologia S.A. e R$ 915 pela Controlada Boreo Industria de Componentes Ltda.

d) No dia 15 de dezembro de 2022 a Companhia realizou aporte de capital no montante de R$ 7.000 no F.I.P Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente, que tem por objetivo o investimento em empresas que atuam no desenvolvimento e exploração de tecnologias inovadoras aplicáveis na relação entre governo e cidadãos ou empresas com a finalidade de promover a modernização, otimização e transformação digital nos serviços prestados pelos governos.

13. OUTROS INVESTIMENTOS (CONSOLIDADO)

Investimentos da Positivo Tecnologia Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P):

		Consolidado			
		Saldo em 31/12/2021	Aporte de Capital	Valor justo	Saldo em 31/12/2022
Outros investimentos					
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	(a)	7.658	–	(4.911)	2.747
Agrosmart S.A.	(b)	22.907	–	(12.951)	9.956
Ambar Living S.A.	(c)	2.000	–	(2.000)	–
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda	(d)	1.000	–	(925)	75
Pharmalog S.A.	(e)	2.500	–	107	2.607
Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd)	(f)	1.229	1.000	1.637	3.866
Mundo Maker Educação Ltda	(g)	–	4.600	(600)	4.000
		37.294	**5.600**	**(19.643)**	**23.251**

		Consolidado			
		Saldo em 31/12/2020	Aporte de Capital	Valor justo	Saldo em 31/12/2021
Outros investimentos					
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	**(a)**	**10.277**	**1.038**	**(3.657)**	**7.658**
Agrosmart S.A.	**(b)**	**11.723**	**–**	**11.184**	**22.907**
Ambar Living S.A.	**(c)**	**1.000**	**1.000**	**–**	**2.000**
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda.	**(d)**	**1.000**	**–**	**–**	**1.000**
Pharmalog S.A.	**(e)**	**1.000**	**1.500**	**–**	**2.500**
Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd)	**(f)**	**–**	**1.000**	**229**	**1.229**
		25.000	**4.538**	**7.756**	**37.294**

A participação em outros investimentos está descrita na nota 2.2 (d).

O ganho (perda) proveniente do valor justo dos investimentos (*fair value*) foi reconhecido na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

a) Tech Inovações Tecnológicas para a Agropecuária. S.A. (@Tech), empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de suporte à agropecuária de corte.

b) Agrosmart S.A., empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de agricultura digital.

c) A Ambar Living S.A. desenvolve e fornece soluções inteligentes em tecnologia para otimizar todos os estágios de construção de uma obra.

d) Business Global Consultoria em Agronegócio Ltda., empresas que desenvolve e fornece soluções para controle de fertilização do solo, permitindo ao usuário realizar as configurações do sistema de fertilização, monitorar e controlar a dosagem de insumos.

e) A Pharmalog S.A. desenvolve e fornece soluções em monitoramento de transporte para medicamentos termolábeis (sensíveis a ação da temperatura).

f) Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd), que tem como objeto social a prestação de serviços em tecnologia da informação para empresas com o uso de ferramentas de BPO (Business Process Outsourcing) e RPA (Robot Process Automation). No exercício de 2022 foi realizado um novo aporte de capital no montante de R$ 1.000.

g) No ano de 2022 o F.I.P. realizou aporte de capital no montante de R$ 4.600 na empresa Mundo Maker Educação Ltda., que atua no desenvolvimento e comercialização de produtos, sistemas e soluções para a área educacional.

14. INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONTROLADOS EM CONJUNTO *("JOINT VENTURE")*

Controladora

Provisão para perda em investimentos	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	(475)	(475)
	(475)	**(475)**

Consolidado

Empreendimento controlado em conjunto		Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2022
PBG Uruguay S.A.	(a)	37.942	(3.028)	(2.501)	32.413
		37.942	**(3.028)**	**(2.501)**	**32.413**

Provisão para perda em investimentos	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	(475)	(475)
	(475)	**(475)**

A participação em Controladas em conjunto *("Joint Venture")* está demonstrada na nota 2.2 (b).

a) PBG Uruguay S.A., com sede no Uruguai, foi constituída em parceria com o Grupo BGH, tem como moeda funcional o dólar dos Estados Unidos da América. A empresa promove importação e exportação de componentes eletrônicos, equipamentos de informática, celulares e smartphones.

b) PBG Rwanda Limited, com sede em Ruanda, foi constituída em parceria com o Grupo BGH. Tem como atividade preponderante a produção e venda de dispositivos educacionais, equipamentos de informática sob a marca Positivo BGH. A moeda funcional da controlada em conjunto é o franco ruandês.

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2022						
Informática Fueguina S.A.		59.793	70.312	(10.519)	119.384	(6.314)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.		–	475	(475)	–	–
PBG Rwanda Limited	(b)	561	2.805	(2.244)	58	(467)
PBG Uruguay S.A.		48.769	16.356	32.413	39.669	(3.028)
31 de dezembro de 2021						
Informática Fueguina S.A.		132.084	142.957	(10.873)	49.649	1.150
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.		154	629	(475)	–	(18)
PBG Rwanda Limited		594	2.582	(1.988)	3.982	(5.174)
PBG Uruguay S.A.		73.917	35.977	37.940	114.746	5.472

15. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/12/2020	Adições	Transferência	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo							
Máquinas e equipamentos		36.402	2.762	–	39.164	3.015	42.179
Benfeitorias s/ imóvel locado		18.179	342	(22)	18.499	–	18.499
Hardware		7.966	3.877	–	11.843	8.112	19.955
Móveis e utensílios		3.555	751	–	4.306	1.038	5.344
Instalações industriais		31.919	6.267	(196)	37.990	4.226	42.216
Edificações		2.000	–	(2.000)	–	4.680	4.680
Direito de uso	(a)	51.296	2.947	–	54.243	3.456	57.699
Outros imobilizados		322	–	(30)	292	5	297
		151.639	16.946	(2.248)	166.337	24.532	190.869
Depreciação							
Máquinas e equipamentos		(29.702)	(1.756)	–	(31.458)	(1.728)	(33.186)
Benfeitorias s/ imóvel locado		(13.548)	(1.080)	19	(14.609)	(706)	(15.315)
Hardware		(3.841)	(1.491)	–	(5.332)	(2.702)	(8.034)
Móveis e utensílios		(2.400)	(241)	–	(2.641)	(324)	(2.965)
Instalações industriais		(11.823)	(2.852)	190	(14.485)	(3.193)	(17.678)
Edificações		(467)	–	467	–	(170)	(170)
Direito de uso	(a)	(16.227)	(9.115)	–	(25.342)	(9.329)	(34.671)
Outros imobilizados		(41)	(3)	30	(14)	(2)	(16)
		(78.049)	(16.538)	706	(93.881)

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI B3 LISTED NM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

→★ continuação

		Consolidado					
		31/12/2020	Adições	Transferência	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo							
Máquinas e equipamentos		39.642	9.750	–	49.392	13.552	62.944
Benfeitorias s/imóvel locado		19.428	342	(22)	19.748	–	19.748
Hardware		8.192	4.195	–	12.387	9.402	21.789
Móveis e utensílios		3.949	973	–	4.922	1.596	6.518
Instalações industriais		39.600	7.914	(196)	47.318	7.351	54.669
Edificações		2.000	–	(2.000)	–	4.680	4.680
Direito de uso	(a)	56.446	4.280	–	60.726	4.242	64.968
Outros imobilizados		322	27	(30)	319	5	324
		169.579	27.481	(2.248)	194.812	40.828	235.640
Depreciação							
Máquinas e equipamentos		(30.029)	(2.330)	–	(32.359)	(3.285)	(35.644)
Benfeitorias s/imóvel locado		(13.957)	(1.197)	19	(15.135)	(822)	(15.957)
Hardware		(3.937)	(1.578)	–	(5.515)	(2.940)	(8.455)
Móveis e utensílios		(2.576)	(285)	–	(2.861)	(404)	(3.265)
Instalações industriais		(14.426)	(3.687)	190	(17.923)	(4.327)	(22.250)
Edificações		(467)	–	467	–	(170)	(170)
Direito de uso	(a)	(17.848)	(10.263)	–	(28.111)	(10.785)	(38.896)
Outros imobilizados		(41)	(3)	30	(14)	(2)	(16)
		(83.281)	(19.343)	706	(101.918)	(22.735)	(124.653)
Valor líquido		**86.298**	**8.138**	**(1.542)**	**92.894**	**18.093**	**110.987**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

A Companhia efetuou durante o exercício de 2022, a revisão da vida útil dos bens do seu ativo imobilizado e não identificou alterações necessárias.

a) Passivo de arrendamento

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	Passivo de arrendamento	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	31.628	35.640
Adições	3.456	4.242
Contraprestações pagas	(11.806)	(13.555)
Juros incorridos e pagos	2.996	3.288
Saldo em 31/12/2022	**26.274**	**29.615**
Circulante	9.880	11.490
Não Circulante	16.394	18.125

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 1/2020, a Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16/CPC06(R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CVM (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os *inputs* mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia desta maneira optou por divulgar estes *inputs* mínimos para que os usuários possam chegar a informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada - 11,0% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) - 5,79% a.a.

O Cronograma de amortização dos saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2022	
Ano	Controladora	Consolidado
2023	9.880	11.490
2024	10.831	12.562
2025	4.085	4.085
2026	1.478	1.478
	26.274	29.615

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Contraprestação	Nominal	Valor Presente
Controladora	30.458	2.817	2.430
Consolidado	34.060	3.151	2.739

16. INTANGÍVEL

	Controladora				
	31/12/2020	Adições	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo					
Projetos desenvolvidos internamente (a)	146.181	5.636	151.817	17.756	169.573
Software	11.723	6.113	17.836	12.814	30.650
Licenças de uso	7	–	7	–	7
	157.911	11.749	169.660	30.570	200.230
Amortização					
Projetos desenvolvidos internamente	(110.906)	(21.083)	(131.989)	(12.896)	(144.885)
Software	(6.663)	(3.221)	(9.884)	(6.061)	(15.945)
Licenças de uso	(6)	(1)	(7)	–	(7)
	(117.575)	(24.305)	(141.880)	(18.957)	(160.837)
Valor líquido	**40.336**	**(12.556)**	**27.780**	**11.613**	**39.393**

	Consolidado				
	31/12/2020	Adições	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo					
Projetos desenvolvidos internamente (a)	150.047	9.888	159.935	34.900	194.835
Software	12.239	6.155	18.394	12.863	31.257
Licenças de uso	12	–	12	–	12
Mais-valia Investimentos (b)	19.403	–	19.403	–	19.403
Ágio em controlada (b)	43.109	–	43.109	–	43.109
	224.810	16.043	240.853	47.763	288.616
Amortização					
Projetos desenvolvidos internamente	(112.605)	(21.191)	(133.796)	(15.489)	(149.285)
Software	(6.980)	(3.294)	(10.274)	(6.104)	(16.378)
Licenças de uso	(6)	(1)	(7)	(1)	(8)
Mais-valia Investimentos	(7.396)	(2.386)	(9.782)	(2.386)	(12.168)
	(126.987)	(26.872)	(153.859)	(23.980)	(177.839)
Valor líquido	**97.823**	**(10.829)**	**86.994**	**23.783**	**110.777**

A Companhia efetuou revisão da vida útil de seus ativos intangíveis e não identificou alterações necessárias.

a) Projetos desenvolvidos internamente

Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos e compreendem essencialmente: mão de obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infraestrutura, viagens e outros correlatos, sendo que tais dispêndios estão segregados entre adições no ativo intangível e despesa no resultado. Tais dispêndios decorrem do cumprimento das Leis nº 8.248/1991 e 13.969/2019 mencionados na nota 8.

A amortização dos investimentos foi fixada, substancialmente, em até 5 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos, e é contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais.

b) Ágio em controladas

Ágio - Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 13,73% ao ano.

Ágio e Mais Valia - ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

Em dezembro 2018 a controlada Positivo Smart Ltda. adquiriu 80% da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. A melhor estimativa de preço de compra, baseada na expectativa de resultados futuros da adquirida é de R$ 44.193. Na operação foi gerado um ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais-valia referente a ativos intangíveis da investida no valor de R$ 28.936 e R$ 19.403 respectivamente. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 13,73% ao ano para fins de avaliação do valor recuperável.

A Companhia revisou as taxas de desconto utilizadas para a mensuração dos fluxos de caixa resultantes das aquisições, bem como avaliou a recuperabilidade dos ágios registrados nas aquisições dos investimentos e não identificou a necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável desses ativos (*impairment*) nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

17. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fornecedores - mercado externo		175.787	587.043	275.078	857.983
Fornecedores - mercado interno		150.878	129.528	195.227	174.306
Fornecedores convênio (nacionais)	(a)	95.455	106.435	95.455	106.435
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	(b)	30.063	51.580	30.174	51.688
Ajuste a valor presente (AVP)		(1.272)	(3.939)	(1.689)	(4.198)
		450.911	**870.647**	**594.245**	**1.186.214**

O prazo médio de pagamento para fornecedores em 31 de dezembro de 2022 é de 96 dias (122 dias em 31 de dezembro de 2021). O ajuste ao valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação presente dos fluxos de caixa futuros. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

a) Saldos referentes a operações estruturadas da Companhia com seus fornecedores denominadas *"forfaiting"*. A Companhia mantém acordos com determinadas instituições financeiras que permitem o financiamento dos fornecedores em sua cadeia de suprimentos. Pelos termos estabelecidos com as instituições, os fornecedores podem optar por receber o pagamento de suas faturas de forma antecipada através do agente financeiro. Nos termos do acordo, a instituição financeira concorda em pagar os valores devidos a um fornecedor participante antecipadamente e recebe a liquidação da duplicata por parte da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo desse programa é permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco, de forma a antecipar o recebimento previsto originalmente nos contratos.

Na avaliação da Administração da Companhia os acordos não alteram significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não antecipam seus títulos. Não há incidência de juros adicionais ou qualquer prorrogação do prazo de pagamento para a Companhia sobre os valores devidos aos fornecedores. Portanto a Companhia não desreconhece os passivos aos quais essa modalidade de acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao fornecedor entrar no acordo. Os montantes antecipados por parte dos fornecedores continuam sendo registrados pela Companhia contas a pagar, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem as mesmas.

Desta forma, os pagamentos efetuados ao banco, quando do vencimento original dos títulos, são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece sendo pagamentos por compra de insumo.

b) Os direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de direitos sobre licenças de softwares da Microsoft Corporation. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

						Controladora		Consolidado	
Ao custo amortizado		Taxa média contratual (a.a.)	Taxa *swap* média em % CDI	Vencimento	Garantias	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo Circulante									
Debêntures	(a)	4,04% + CDI	–	Até 07/02/2026	Cessão Fiduciária	121.363	78.208	121.363	78.208
Nota Crédito	(a)	3,60%+CDI		Até 14/03/2026	Cessão Fiduciária	16.743	–	16.743	–
Capital de Giro		3,35%CDI	125,02%	09/06/2023	Nota promissória	21.321	22.494	21.321	22.494
Capital de Giro		3,20%+CDI	125,48%	21/11/2022	Nota promissória	–	50.231	–	50.231
Capital de Giro		2,35+%CDI	117,87%	04/01/2023	Nota promissória	8.747	–	8.747	–
Capital de Giro		3,57%+CDI	126,77%	Até 03/06/2023	Nota promissória	110.915	–	110.915	–
Capital de Giro		3,93%+CDI	128,81%	Até 01/09/2023	Nota promissória	66.196	–	66.196	–
Capital de Giro			143,34%	Até 29/12/2023	Nota promissória	56.810	–	56.810	–
Capital de Giro		6,76%+CDI	149,50%	Até 23/12/2024	Nota promissória	11.194	–	11.194	–
Capital de Giro		3,58%+CDI	–	Até 18/08/2022	Nota promissória	–	30.793	–	30.793
Capital de Giro		200,29%CDI	–	Até 26/05/2023	Nota promissória	–	55.000	–	55.000
Capital de Giro		2,74%+CDI	–	Até 18/03/2024	Nota promissória	56.016	–	56.016	–
Capital de Giro		3,80 + CDI	–	Até 20/10/2025	Nota promissória	44.503	54.504	44.503	54.504
Capital de Giro	(a)	2,40% + CDI	–	Até 20/12/2025	Nota promissória	38.315	38.314	38.315	38.314
Capital de Giro		1,95%+CDI	–	Até 10/12/2026	Nota promissória	3.533	–	3.533	–
Capital de Giro		4,50%+CDI	–	Até 16/11/2023	Nota promissória	–	–	400	480
Capital de Giro		5,96%	–	Até 25/11/2025	Nota promissória	–	–	6.074	9.644
FINEP	(b)	5%+TR	–	Até 15/06/2025	Carta fiança	9.865	9.635	9.865	9.635
FINEP	(b)	3,00+TR	–	Até 15/12/2028	Carta fiança	5.027	4.624	5.027	4.624
FINEP	(b)	10,50+TR	–	Até 15/12/2028	Carta fiança	13.972	13.032	13.972	13.032
FINIMP		3% + VC	100,00%	Até 01/06/2022	Nota promissória	–	33.237	–	33.237
FNO		13,37%		Até 15/06/2023	Nota promissória	64.710	–	64.710	–
						649.230	390.072	655.704	400.196
Passivo não circulante									
Debêntures	(a)	4,04% + CDI	–	Até 07/02/2026	Cessão Fiduciária	245.866	168.750	245.866	168.750
Nota Crédito	(a)	3,60%+CDI	–	Até 14/03/2026	Cessão Fiduciária	35.714	–	35.714	–
Capital de Giro		2,74%+CDI	–	Até 18/03/2024	Nota promissória	12.678	–	12.678	–
Capital de Giro		3,80 + CDI	–	Até 20/10/2025	Nota promissória	15.282	58.817	15.282	58.817
Capital de Giro	(a)	2,40% + CDI	–	Até 20/12/2025	Nota promissória	75.000	112.500	75.000	112.500
Capital de Giro		200,29%CDI	–	Até 26/05/2023	Nota promissória	–	11.905	–	11.905
Capital de Giro		4,50%+CDI	–	Até 16/11/2023	Nota promissória	–	–	8.768	9.167
Capital de Giro		1,95%+CDI	–	Até 10/12/2026	Nota promissória	200.000	–	200.000	–
Capital de Giro		6,76%+CDI	149,50%	Até 23/12/2024	Nota promissória	136.201	–	136.201	–
FINEP	(b)	3,00+TR	–	Até 15/12/2028	Carta fiança	22.939	27.526	22.939	27.526
FINEP	(b)	10,50+TR	–	Até 15/12/2028	Carta fiança	65.704	79.133	65.704	79.133
FINEP	(b)	5,00+TR	–	Até 15/06/2025	Carta fiança	13.859	23.098	13.859	23.098
Capital de Giro		5,96%	–	Até 25/11/2025	Nota promissória	–	–	5.363	9.510
BNDES		13,65%	–	Até 15/07/2029	Nota promissória	38.907	–	38.907	–
						862.150	481.729	876.281	500.406
Total de empréstimos e financiamentos						**1.511.380**	**871.801**	**1.531.985**	**900.602**

Os instrumentos financeiros contratados para cobertura da variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira estão apresentados na nota 33.b.

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas não consta nenhuma cláusula financeira restritiva ("*covenants* financeiros") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros, exceto para as debêntures e contrato de capital de giro, cujas condições estão descritas no item (a) a seguir.

a) Debêntures e capital de giro

Debêntures - 2ª emissão

A Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única no valor total de R$ 300.000, com garantia através de cessão fiduciária em conta vinculada, com fluxo mensal mínimo de uma parcela subsequente do valor nominal unitário. Os recursos foram captados no dia 10 de março de 2021, e foram destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios. As debêntures possuíam prazo de vencimento de quatro anos, porém em dezembro de 2022 a Administração da Companhia, com o objetivo de reduzir o custo financeiro da dívida, optou pela liquidação antecipada.

Debêntures - 3ª emissão

Em 11 de janeiro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única, no valor total de até R$ 350.000.

As debêntures terão prazo de vencimento de quatro anos, e serão amortizadas em sete parcelas semestrais e consecutivas a partir da data de sua emissão, sendo o primeiro pagamento em fevereiro de 2023.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos meses de fevereiro e agosto, sendo primeiro pagamento em agosto de 2022.

O processo de emissão das debêntures foi concluído em 14 de fevereiro de 2022, no montante e condições aprovados pelo Conselho de Administração.

Os *covenants* estabelecidos foram os mesmos da 2ª emissão, devendo ser medidos semestralmente, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

i) Relação Dívida Líquida/EBITDA

Relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, considerando-se:

- Dívida Líquida: Considera-se os empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos), conforme dados consolidados da demonstração financeira da Emissora; e
- EBITDA: Compreende o resultado acumulado dos últimos quatro trimestres, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

Nota de crédito

Em 2022, a Companhia celebrou contrato de nota de crédito, no montante de R$ 50.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia aplicada ao contrato das debêntures, acima, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente.

Capital de giro

Em 2021 a Companhia celebrou contrato de capital de giro, no montante de R$ 150.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia aplicada ao contrato das debêntures, acima, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente.

Na aferição realizada em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atendeu o índice limite determinado pela cláusula de *covenants*. O próximo aferimento dos contratos relacionados acima, será na data-base de 30 de junho de 2023.

b) FINEP

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R$ 125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021, os vencimentos dos contratos ocorrerão até dezembro de 2028.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	**871.801**	**716.359**	**900.602**	**762.934**
Captações	1.198.680	689.110	1.198.679	689.110
Captações - transação não caixa	–	39.939	–	39.939
Juros	262.962	81.115	267.974	85.917
Variação/Cobertura cambial	(162.794)	(24.227)	(162.794)	(24.227)
Amortização do principal	(564.592)	(569.976)	(575.486)	(588.090)
Pagamento de juros	(94.677)	(60.519)	(96.990)	(64.981)
Saldo final	**1.511.380**	**871.801**	**1.531.985**	**900.602**

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

	31 de dezembro de 2022	
Ano	Controladora	Consolidado
2024	397.326	399.113
2025	257.531	269.875
2026	148.492	148.492
2027	25.510	25.510
> 2027	33.291	33.291
Total	**862.150**	**876.281**

19. PROVISÕES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	78.389	45.760	86.605	50.282
Provisão para VPC	(b)	7.848	14.933	8.580	15.595
Provisão para comissões	(c)	12.087	18.370	21.902	23.757
Provisão para rebate	(d)	5.535	23.146	6.235	23.581
Provisão para royalties	(e)	11.009	6.982	11.009	7.160
Provisão para investimento em P&D	(f)	17.036	24.816	22.024	30.271
Outras provisões		4.990	4.017	8.431	7.434
		136.894	138.024	164.786	158.080
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	64.586	46.211	64.586	46.211
		201.480	**184.235**	**229.372**	**204.291**

a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de equipamentos em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por equipamento e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

e) Provisão para royalties

Os valores provisionados como royalties são calculados com base em percentuais contratuais estabelecidos com o fornecedor e que incidem de forma geral sobre o faturamento de produtos que utilizam as tecnologias ou marcas.

f) Provisão para investimento em P&D

Para usufruir de determinados benefícios fiscais a Companhia deve investir parte de seu faturamento de bens e serviços de informática incentivados em projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia reconhece os benefícios fiscais no momento da venda, em contrapartida reconhece a obrigação gerada.

20. TRIBUTOS A RECOLHER

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
PIS E COFINS	(a)	34.624	9.610	165.302	22.012
IRPJ E CSLL		–	–	4	195
INSS		4.144	4.256	4.629	4.943
IRRF E CSRF		1.196	3.020	1.594	3.400
IPI		1.678	1.718	3.774	3.443
ICMS		11.796	8.596	12.609	11.983
Outros impostos e contribuições		3.233	4.937	4.894	6.838
		56.671	**32.137**	**192.806**	**52.814**

(a) A Controlada Boreo Indústria de Componentes Ltda. discute judicialmente o direito a apropriação de créditos de PIS e COFINS, a partir de junho de 2021, na aquisição de insumos, nacionais e importados, na Zona Franca de Manaus. A despesa de PIS e COFINS é apurada e reconhecida de maneira regular pela Controlada, que mantém o saldo passivo desses tributos para os quais a Administração tem expectativa que seja compensado com a utilização desses créditos.

21. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da subvenção para investimento que será apropriada ao resultado dos próximos exercícios, conforme mencionado na Nota 8. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, no passivo sob a rubrica de receita diferida o montante R$ 5.882 (R$ 4.759 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 9.668 (R$ 5.753 em 31 de dezembro de 2021) respectivamente. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgada na Nota 16.a.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Adiantamento de clientes		52	14.701	8.253	17.936
Receita antecipada		98	686	104	726
Contas a pagar por aquisição de controlada	(a)	–	–	16.652	26.799
Contas a pagar		6.089	4.166	9.384	4.819
		6.239	**19.553**	**34.393**	**50.280**
Circulante		6.239	19.455	23.967	32.751
Não Circulante		–	98	10.426	17.529

a) Representa os valores a pagar pela controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. aos sócios não controladores da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. na aquisição de 80% das quotas dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi pago o montante de R$ 10.147 referente a essa aquisição.

O saldo a pagar referente aquisição possui o seguinte cronograma de liquidação:

	Consolidado
Ano	Valor R$
2023	6.226
2024	6.225
2025	4.201
	16.652

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	303.117	200.258	306.984	208.237
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(103.060)	(68.088)	(104.375)	(70.801)
Exclusão equivalência patrimonial	45.511	28.039	(2.812)	1.414
Crédito Financeiro Lei 13.969/2019	95.247	26.438	95.051	29.667
Provisões e demais (adições) exclusões a base de cálculo	134.207	93.521	138.393	97.939
Arrendamento mercantil	173	(546)	174	(564)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(172.078)	(79.364)	(127.058)	(62.996)
IRPJ/CSLL apurados	**–**	**–**	**(627)**	**(5.341)**
Despesa contabilizada	**–**	**–**	**(627)**	**(5.341)**
Imposto de Renda e contribuição social correntes	–	–	(1.877)	(4.712)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	1.250	(629)
	–	–	**(627)**	**(5.341)**
Alíquota efetiva dos impostos	**0,00%**	**0,00%**	**0,20%**	**2,56%**

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

	Controladora e Consolidado			
Natureza	31/12/2021	Provisões (Reversões)	Pagamentos	31/12/2022
Cível	9.790	(379)	(1.509)	7.902
Tributária	18.423	9.185	–	27.608
Trabalhista	17.356	2.839	(3.032)	17.163
Total	**45.569**	11.645	(4.541)	**52.673**
Circulante	5.985			4.656
Não Circulante	39.584			48.017

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes.

Cível

Processos judiciais envolvendo questões de natureza comercial, relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

continua →★

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI B3 LISTED NM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

★ continuação

	Controladora - Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Tributárias		
Impostos e contribuições (a)	368.840	341.148
Cíveis		
Órgão Público e Empresas Privadas (b)	34.905	15.724
Consumidor	2.003	1.535
	405.748	**358.407**

a) Impostos e contribuições (principais valores totalizam R$ 318.465 em 2022, R$ 293.206 em 2021):
(i) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da discussão sobre diferença de alíquota na importação de placas de captura de sinal de TV, placas de vídeo.
(ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
(iii) IPI - Processos fiscais discutindo a incidência de IPI referente a revenda de produtos importados via Trading.
(iv) II - Utilização de liminar favorável em processo discutindo a aplicação de CRA fixo para apuração do imposto de importação na Zona Franca de Manaus.
(v) PIS e COFINS - Processos fiscais discutindo a glosa de créditos de PIS e COFINS apropriados pela Companhia e PER/DCOMP não homologadas.
(vi) IRPJ - Ação Anulatória, com pedido de tutela antecipada, para que seja reconhecida a inexistência do débito de IRPJ e a existência do direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ acumulado.
b) Cíveis (órgãos públicos - principais valores totalizam R$ 13.890 em 2022, R$ 10.909 em 2021)
(i) Prefeitura de São Paulo - Processo judicial que tem por objeto suspender a exigibilidade de multa administrativa por suposto atraso na entrega de equipamentos de informática a contratante.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, líquido do gasto com emissão de ações é de R$ 721.670.
A composição do capital social, bem como a distribuição das ações é conforme segue:

	Capital social	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Capital Social	742.700	742.700
Gasto com emissão de ações	(21.030)	(21.030)
	721.670	**721.670**

	Quantidade de ações (unidades)	
Acionistas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Controladores	66.166.439	63.431.794
Não controladores, partes relacionadas e diretores	–	26.100
Ações em tesouraria	1.821.508	2.022.008
Ações em circulação	73.812.053	76.320.098
	141.800.000	**141.800.000**

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 4 de outubro de 2019, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 71.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.
Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

	Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades)	
Controladores diretos	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Helio Bruck Rotenberg	17.129.119	15.418.919
Cixares Libero Vargas	9.618.618	12.418.618
Rafael Moia Vargas	4.000.000	–
Isabela Cesar Formighieri	3.561.707	3.736.207
Daniela Cesar Formighieri Rigolino	3.626.006	3.696.506
Sofia Guimarães Von Ridder	3.589.540	3.589.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Rodrigo Cesar Formighieri	3.235.276	3.320.306
Lucas Raduy Guimarães	4.497.939	4.414.539
Giem Raduy Guimarães	4.489.615	4.418.540
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539	4.139.539
	66.166.439	**63.431.794**

b) Reserva de capital - Incentivos fiscais e Opções

	Controladora - Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Reserva de Subvenção para investimentos (i)	118.132	118.132
Reserva de Benefício das opções *Stock Option (ii)*	2.811	1.807
	120.943	**119.939**

(i) Reserva de subvenção para investimentos
Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de reservas de lucros.
Essa reserva de capital poderá ser utilizada para incorporação de capital e/ou absorção de prejuízos desde que o saldo não ultrapasse o valor das reservas de lucros.
(ii) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados
Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 34.

c) Reserva de lucros

	Controladora - Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais (i)	556.412	341.208
Reserva legal (ii)	35.367	20.211
	591.779	**361.419**

(i) Reserva de subvenção para incentivos fiscais
Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.
(ii) Reserva legal
A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
A reserva legal deverá ser constituída anualmente, e o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não poderá exceder 30% do capital social. A Companhia deverá destinar uma parcela de 5% do lucro líquido do exercício para constituição dessa reserva, sendo que essa parcela destinada não poderá exceder 20% do capital social.

d) Ajuste de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e o resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de *hedge*, conforme nota 33.

e) Ações em tesouraria
Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 um total de 1.821.508 de ações em tesouraria (2.022.008 em 31 de dezembro de 2021), adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R$ 10,45 (dez reais e quarenta e cinco centavos), no total de R$ 19.033, (em 31 de dezembro de 2021, com base nas ações em tesouraria remanescente o valor total da aquisição era de R$ 21.128).

f) Dividendos
Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R$ 71.990 de dividendos a serem distribuídos. O valor será levado para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado a reserva legal descrita na nota 24(c). No exercício de 2021, utilizando o mesmo critério de apuração, a Companhia aprovou a distribuição R$ 47.561 em dividendos, dos quais R$ 47.553 foram pagos durante o ano de 2022. Adicionalmente, houve pagamento no montante de R$ 2.776 aos acionistas não controladores.

g) Apropriação do lucro
Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, cuja parcela destinada não excederá 20% do capital social.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram incorporados a reserva de lucros o montante de R$ 215.971 (R$ 142.684 em 2021), valor que representa o lucro líquido do exercício deduzido da reserva de capital constituída e do dividendo mínimo obrigatório.

26. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita bruta da venda de produtos		5.491.058	3.601.637	5.582.793	3.827.333
Receita bruta de serviços prestados		83.655	89.976	283.950	159.246
Receita Bruta Total:		**5.574.713**	**3.691.613**	**5.866.743**	**3.986.579**
Menos:					
Impostos sobre vendas		(1.187.411)	(732.403)	(1.210.804)	(779.923)
Subvenção para investimento	(a)	602.512	381.625	594.696	403.391
Devoluções e abatimentos		(160.191)	(136.999)	(182.410)	(153.013)
Verba de propaganda cooperada e rebate	(b)	(76.068)	(93.524)	(74.990)	(91.547)
Receita líquida		**4.753.555**	**3.110.312**	**4.993.235**	**3.365.487**

a) Detalhes sobre os valores reconhecidos como subvenção para investimento estão descritos na nota 8.(a).
b) Maiores informações sobre os valores reconhecidos como verba de propaganda cooperada (VPC) e rebate estão descritos na nota 19.(b) e 19.(d).

27. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(3.666.634)	(2.390.202)	(3.614.988)	(2.480.105)
Despesas com pessoal	(249.828)	(201.949)	(318.706)	(246.160)
Despesas gerais	(47.052)	(38.944)	(69.729)	(55.250)
Despesa com serviços com terceiros	(57.962)	(40.042)	(65.506)	(42.318)
Despesa com comissões	(69.956)	(46.146)	(84.684)	(54.885)
Depreciação e amortização	(38.936)	(39.135)	(49.891)	(42.344)
Provisão para garantias	(140.790)	(96.586)	(139.329)	(97.345)
Outras despesas operacionais líquidas	(177.446)	(98.222)	(191.234)	(105.674)
	(4.448.604)	**(2.951.226)**	**(4.534.067)**	**(3.124.081)**
Custo dos produtos vendidos	(3.773.345)	(2.466.596)	(3.796.478)	(2.596.881)
Despesas com vendas	(512.468)	(350.916)	(540.264)	(363.763)
Despesas gerais e administrativas	(162.791)	(133.714)	(197.325)	(163.437)
	(4.448.604)	**(2.951.226)**	**(4.534.067)**	**(3.124.081)**

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo, vendas a entidades governamentais e vendas de servidores. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:
Receita e resultados dos principais segmentos:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2022			
	Consumo	Instituições públicas	Servidores	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	967.419	2.845.974	361.671	4.175.064
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(775.884)	(2.152.472)	(294.677)	(3.223.033)
Lucro bruto	191.535	693.502	66.994	952.031
Despesas operacionais	(182.359)	(214.865)	(30.549)	(427.773)
Resultado antes do resultado financeiro	9.176	478.637	36.445	524.258
Resultado financeiro líquido	(106.273)	(125.954)	(8.376)	(240.603)
Lucro antes dos efeitos tributários	(97.097)	352.683	28.069	283.655
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	–	–	(241)	(241)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**(97.097)**	**352.683**	**27.828**	**283.414**

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2021			
	Consumo	Instituições públicas	Servidores	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	1.572.134	1.143.312	115.917	2.831.363
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.168.021)	(936.828)	(97.750)	(2.202.599)
Lucro bruto	404.113	206.484	18.167	628.764
Despesas operacionais	(254.422)	(129.458)	(1.886)	(385.766)
Resultado antes do resultado financeiro	149.691	77.026	16.281	242.998
Resultado financeiro líquido	(64.539)	(23.946)	113	(88.372)
Lucro antes dos efeitos tributários	85.152	53.080	16.394	154.626
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	–	–	(1.631)	(1.631)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**85.152**	**53.080**	**14.763**	**152.995**

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos reportáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita líquida de vendas		
Segmentos reportáveis	4.175.064	2.831.363
Outras atividades operacionais	818.171	534.124
	4.993.235	**3.365.487**

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos reportáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício		
Segmentos reportáveis	283.414	152.995
Outras atividades operacionais	22.943	49.901
	306.357	**202.896**

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia. O lucro do segmento corresponde ao auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas, nos segmentos reportáveis, não são inclusos o ganho ou perda em equivalências patrimoniais, bem como outras receitas e despesas.

a) Receita dos principais produtos e serviços

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Produtos		
Notebooks	1.544.248	1.822.213
Urnas Eletrônicas	952.854	61.165
Desktops	937.657	358.985
Tablets	528.656	376.952
Telefones Celulares	417.233	296.348
Servidores e *Storages*	357.466	115.917
Outros	228.612	308.148
Casa Inteligente	26.509	25.759
	4.993.235	**3.365.487**

b) Ativos e passivos por segmento
Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de equipamentos de informática e celulares para atender aos segmentos de vendas.

c) Informações geográficas
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas reconheceram R$ 67.210 de vendas no mercado externo (R$ 55.546 em 2021). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

d) Informações sobre principais clientes
Cinco clientes da Companhia foram responsáveis por aproximadamente de 44% da receita líquida total no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (41% em 2021).

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente - clientes	29.875	13.995	35.060	15.287
Rendimento aplicação financeira	29.994	9.762	31.753	11.257
Ganho na operação de *Swap* (a)	9.121	–	9.121	–
Outras receitas financeiras	9.772	16.741	10.416	17.162
	78.762	40.498	86.350	43.706
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	(265.958)	(84.101)	(271.262)	(89.200)
Juros pagos e descontos concedidos	(8.321)	(6.879)	(8.596)	(8.687)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(20.634)	(22.762)	(30.771)	(26.673)
Imposto sobre operações financeiras	(5.957)	(1.957)	(5.975)	(1.962)
Despesas bancárias e com ações	(18.767)	(23.497)	(19.171)	(26.585)
Outras despesas financeiras	(16.051)	(5.661)	(21.845)	(5.661)
	(335.688)	(144.857)	(357.620)	(158.768)
Total das receitas e despesas financeiras	(256.926)	(104.359)	(271.270)	(115.062)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	102.268	65.328	102.268	65.328
Perda na cobertura cambial	(166.406)	(29.118)	(166.406)	(29.118)
Ganho na variação cambial	64.412	36.763	109.583	53.929
Perda na variação cambial	(66.448)	(48.588)	(92.286)	(69.989)
	(66.174)	24.385	(46.841)	20.150
Resultado financeiro, líquido	**(323.100)**	**(79.974)**	**(318.111)**	**(94.912)**

Conforme notas explicativas 31 e 33, a Companhia opera com instrumentos financeiros objetivando a proteção à flutuação cambial decorrente das suas atividades. A flutuação dos instrumentos financeiros liquidados no período é registrada nas rubricas de ganho ou perda na cobertura cambial, no grupo "Variação cambial" acima.
(a) A Companhia realizou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados dos fluxos financeiros futuros (Total Equity Return Swap) de liquidação financeira, tendo por referência ações de emissão da Companhia, conforme regulamentação aplicável. A liquidação dos referidos contratos ocorrerá no prazo máximo de 14 meses a contar da data de celebração. O objetivo principal da realização da referida operação pela Companhia é capturar a valorização das ações face a depreciação na cotação que, na opinião da Administração, não reflete os valores reais da Companhia. Os contratos permitirão à Companhia receber a variação do preço relacionado às ações de sua emissão negociados em bolsa (ponta ativa) e, em contrapartida, será pago o valor de CDI + *spread* sobre o valor dos contratos (ponta passiva), desde a celebração até a liquidação. Do valor total líquido de R$ 9.121 reconhecido no resultado do período, R$ 7.320 corresponde a contratos já liquidados, e o montante residual de R$ 1.801 corresponde ao valor justo do *swap* não realizado. Mais informações na nota 33.c.

30. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.
O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Básico		
Numerador básico		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	303.117	200.258
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	139.861	140.167
Lucro por ação - Básico	**2,1673**	**1,4287**
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	303.117	200.258
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	140.083	140.690
Lucro por ação - Diluído	**2,1638**	**1,4234**

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Básico		
Número médio ponderado de ações da Companhia	141.800	141.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.939)	(1.633)
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	139.861	140.167
Diluído		
Número médio ponderado de ações da Companhia	141.800	141.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.939)	(1.633)
Número médio ponderado de opções	222	523
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	140.083	140.690

31. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

31.1. Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.
A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração. Não houve alteração nas políticas de gerenciamento de risco desde a publicação das últimas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Risco de mercado
i. Risco cambial
A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto, exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 17) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 18).

	31 de dezembro de 2022			
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber e demais créditos				
Clientes Estrangeiros	672	3.507	953	4.972
Adiantamentos a fornecedores	7.700	40.170	13.200	68.867
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(39.457)	(205.850)	(58.510)	(305.252)
Empréstimos				
Dólares americanos	(78.853)	(411.384)	(78.853)	(411.384)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	78.853	411.384	78.853	411.384
NDF's - Dólares americanos	41.744	217.783	41.744	217.783
Exposição Líquida 1	**10.659**	**55.610**	**(2.613)**	**(13.630)**
Projetos de governo (Compromissos futuros)				
Dólares americanos	(106.507)	(555.659)	(106.507)	(555.659)
Exposição Líquida 2	**(95.848)**	**(500.049)**	**(109.120)**	**(569.289)**

	31 de dezembro de 2021			
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais créditos				
Clientes Estrangeiros	1.102	6.150	1.102	6.150
Adiantamentos a fornecedores	21.425	119.561	33.101	184.720
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(113.732)	(634.684)	(162.257)	(905.473)
Empréstimos				
Dólares americanos	(9.987)	(55.731)	(9.987)	(55.731)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	9.987	55.731	9.987	55.731
NDF's - Dólares americanos	63.680	355.366	63.680	355.366
Opções de compra - Dólares americanos	–	–	–	–
Exposição Líquida 1	**(27.525)**	**(153.607)**	**(64.374)**	**(359.237)**
Projetos de governo (Compromissos futuros)				
Dólares americanos	(92.335)	(515.275)	(92.335)	(515.275)
Exposição Líquida 2	**(119.860)**	**(668.882)**	**(156.709)**	**(874.512)**

Taxa de Câmbio: Em 31 de dezembro de 2022 US$ 1,00 equivale a R$ 5,2171 (R$ 5,5805 em 31 de dezembro de 2021).
Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.
Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de equipamentos nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.
ii. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
A Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 18. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item "d" desta Nota.

b) Risco de crédito
O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como "instituições de primeira linha". As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de *rating* como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.
Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez
A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de

continua ★

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI B3 LISTED NM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

★ continuação

liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.
As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros

	Controladora					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2022						
Caixa e bancos		22.883	–	–	–	22.883
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	101,26	324.215	–	–	–	324.215
Instrumentos financeiros derivativos		2.305	1.462	5.330	–	9.097
Contas a receber de clientes	101,73	367.905	519.705	74.546	–	962.156
Partes relacionadas		–	–	141.289	–	141.289
		717.308	521.167	221.165	–	1.459.640
31 de dezembro de 2021						
Caixa e bancos		40.234	–	–	–	40.234
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	94,99	246.918	–	–	–	246.918
Instrumentos financeiros derivativos		2.754	658	1.070	–	4.482
Contas a receber de clientes	100,58	331.296	290.520	65.883	–	687.699
Partes relacionadas		–	–	196.153	–	196.153
		621.202	291.178	263.106	–	1.175.486

	Consolidado					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2022						
Caixa e bancos		32.311	–	–	–	32.311
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	101,26	394.265	–	–	–	394.265
Instrumentos financeiros derivativos		2.305	1.462	5.330	–	9.097
Contas a receber de clientes	101,73	404.998	649.848	200.076	13.573	1.268.495
Partes relacionadas		–	–	13.997	–	13.997
		833.879	651.310	219.403	13.573	1.718.165
31 de dezembro de 2021						
Caixa e bancos		63.908	–	–	–	63.908
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	94,99	295.099	–	–	–	295.099
Instrumentos financeiros derivativos		2.754	658	1.070	–	4.482
Contas a receber de clientes	100,58	358.596	372.176	96.720	–	827.492
Partes relacionadas		–	–	14.502	–	14.502
		720.357	372.834	112.292	–	1.205.483

Passivos financeiros

	Controladora						
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2022							
Fornecedores	102,27	273.212	139.301	39.670	–	–	452.183
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	119,12	33.161	155.308	544.238	982.485	25.264	1.740.456
Partes relacionadas		–	–	136.957	5.627	–	142.584
Arrendamento Mercantil	120,95	988	2.035	9.159	18.276	–	30.458
		307.361	296.644	730.024	1.006.388	25.264	2.365.681
31 de dezembro de 2021							
Fornecedores	100,94	307.512	374.934	193.488	–	–	875.934
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	147,75	8.616	71.789	370.187	495.751	31.879	978.222
Partes relacionadas		–	9.810	–	5.627	–	15.437
Arrendamento Mercantil	255,6	866	1.791	8.013	27.729	–	38.399
Outros passivos - não circulante		–	–	–	98	–	98
		316.994	458.324	571.688	529.205	31.879	1.908.090

	Consolidado						
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2022							
Fornecedores	102,27	357.057	191.163	47.714	–	–	595.934
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	119,12	33.336	155.621	545.687	993.656	25.264	1.753.564
Partes relacionadas		–	1.140	–	1.890	–	3.030
Arrendamento Mercantil	120,95	1.138	2.335	10.510	20.077	–	34.060
Outros passivos - não circulante		–	–	–	10.426	–	10.426
		391.531	350.259	603.911	1.026.049	25.264	2.397.014
31 de dezembro de 2021							
Fornecedores	100,94	473.585	466.954	251.515	–	–	1.192.054
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	147,75	8.776	72.122	390.128	513.936	31.879	1.016.841
Partes relacionadas		–	745	–	3.440	–	4.185
Arrendamento Mercantil	255,6	990	2.040	9.132	30.715	–	42.877
Outros passivos - não circulante		–	–	–	17.529	–	17.529
		483.351	541.861	650.775	565.620	31.879	2.273.486

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano e da taxa de juros CDI do BACEN - Banco Central do Brasil na data-base de 31 de dezembro de 2022. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade	Consolidado						
	Saldos patrimoniais 31 de dezembro de 2022		Cenários				
	Ativo/Passivo (R$)	Nocional (USD)	Provável	5%	10%	–5%	–10%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas							
Swap de taxa de juros							
Empréstimos em moeda estrangeira							
US$/EUR para R$ (CDI) com *Swap*	(411.384)	(78.853)	(41.277)	(43.341)	(45.405)	(39.213)	(37.149)
Empréstimos							
Em CDI	(1.062.067)	n/a	(447.864)	(470.257)	(492.650)	(425.471)	(403.078)
Exposição líquida			**(489.141)**	**(513.598)**	**(538.055)**	**(464.684)**	**(440.227)**
Instrumentos financeiros derivativos para cobertura de contas a pagar							
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação							
R$ para US$ - NDF's e Opções	4.878	41.744	6.301	17.348	28.392	(4.754)	(15.809)
Outros passivos financeiros							
Fornecedores moeda estrangeira US$ para R$	(305.252)	(58.510)	1.322	(8.926)	(19.173)	11.569	21.816
Exposição líquida 1		**(16.766)**	**7.623**	**8.422**	**9.219**	**6.815**	**6.007**
Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo US$ para R$	(555.659)	(106.507)	(9.237)	(37.483)	(65.728)	19.009	47.255
Exposição líquida 2		**(123.273)**	**(1.614)**	**(29.061)**	**(56.509)**	**25.824**	**53.262**
Instrumentos financeiros derivativos - Demais							
Swap de Retorno Total (TRS) - Açoes da Companhia	3.979	n/a	3.913	4.759	5.604	3.068	2.222
Impacto no resultado - vencimento futuro			**(486.842)**	**(537.900)**	**(588.960)**	**(435.792)**	**(384.743)**

Exposição líquida 1 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.
Exposição líquida 2 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

31.2. Fatores de risco financeiro

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Dívida Líquida				
Dívida				
Empréstimos - terceiros	1.511.380	871.801	1.531.985	900.602
Derivativos *Swap*	(240)	(1.862)	(240)	(1.862)
Caixa e equivalentes	(347.098)	(287.152)	(426.576)	(359.007)
Dívida líquida (a)	1.164.042	582.787	1.105.169	539.733
Dívida				
Empréstimos - terceiros	1.511.380	871.801	1.531.985	900.602
Derivativos *Swap*	(240)	(1.862)	(240)	(1.862)
Derivativos NDF	(4.878)	(2.620)	(4.878)	(2.620)
Caixa e equivalentes	(347.098)	(287.152)	(426.576)	(359.007)
Dívida líquida (b)	1.159.164	580.167	1.100.291	537.113
Patrimônio Líquido	1.396.026	1.171.831	1.406.320	1.181.661
Índice endividamento líquido (a)	0,83	0,50	0,79	0,46
Índice endividamento líquido (b)	0,83	0,50	0,78	0,45

a) A dívida líquida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos).
b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos) e demais operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por contratos de opções e NDF (proteção do contas a pagar).

31.3. Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis apresentados nas rubricas de contas a receber de clientes e partes relacionadas e contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os passivos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao seu valor justo, não sendo materiais para divulgação.
O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando premissas com informações observáveis de mercado. Quando essas informações não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "*swaps*" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.
Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e *swaps* de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As tabelas a seguir não incluem informações sobre o valor justo de ativos e passivos não mensurados ao valor justo devido ao fato de que seus valores contábeis são uma aproximação razoável de seus valores justos.

Ativos Financeiros

	Controladora			Consolidado			
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	Valor justo Nível
31 de dezembro de 2022							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Investimentos	–	–	–	71.628	–	–	3
Instrumentos financeiros derivativos	8.626	471	–	8.626	471	–	2
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	–	–	962.550	–	–	1.259.117	–
Adiantamentos para aquisição de estoques	–	–	40.170	–	–	68.867	–
Partes relacionadas	–	–	141.289	–	–	13.997	–
Caixa e equivalentes de caixa	347.098	–	–	426.576	–	–	1
	355.724	**471**	**1.144.009**	**506.830**	**471**	**1.341.981**	
31 de dezembro de 2021							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Investimentos	–	–	–	37.294	–	–	3
Instrumentos financeiros derivativos	2.620	1.862	–	2.620	1.862	–	2
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	–	–	740.588	–	–	883.084	–
Adiantamentos para aquisição de estoques	–	–	119.561	–	–	184.720	–
Partes relacionadas	–	–	196.153	–	–	14.502	–
Caixa e equivalentes de caixa	287.152	–	–	359.007	–	–	1
	289.772	**1.862**	**1.056.302**	**398.921**	**1.862**	**1.082.306**	

Passivos Financeiros

	Controladora			Consolidado			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	Valor justo Nível
31 de dezembro de 2022							
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Empréstimos	–	–	1.511.380	–	–	1.531.985	2
Arrendamento mercantil	–	–	26.274	–	–	29.615	2
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	–	–	457.150	–	–	628.638	–
Partes relacionadas	–	–	142.584	–	–	3.030	–
	–	**–**	**2.137.388**	**–**	**–**	**2.193.268**	
31 de dezembro de 2021							
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Empréstimos	–	–	871.801	–	–	900.602	2
Arrendamento mercantil	–	–	31.628	–	–	35.640	2
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	–	–	890.200	–	–	1.236.494	–
Partes relacionadas	–	–	15.437	–	–	4.185	–
	–	**–**	**1.809.066**	**–**	**–**	**2.176.921**	

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora e Consolidado			
	Nocional (USD)		31/12/2022	31/12/2021
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Ativo circulante	Ativo Circulante
Termo de moeda (NDF) (a)	41.744	63.680	4.878	2.620
Swap de taxas de juros (b)	78.853	9.987	240	1.862
Ações da Companhia (c)	–	–	3.979	–
	120.597	**73.667**	**9.097**	**4.482**

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Ago/22 a Dez/22	janeiro-23	33.613	5,1463
Nov/22 e Dez/22	fevereiro-23	5.423	5,1618
Nov/22	março-23	2.708	5,1502
		41.744	5,1440

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu R$ 64.138 de perda líquida no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 31 de dezembro de 2021 ganho de R$ 36.210).
Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*) para proteção de transações futuras altamente prováveis.
A partir de 1º de abril de 2021 a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos de contrato a termo (NDF) para proteção de transações futuras altamente prováveis de compras de insumos em moeda estrangeira.
Ao aplicar a metodologia de *hedge* contábil, a Companhia designa, no início da operação, a relação entre os itens protegidos e os instrumentos de *hedge*, de acordo com os objetivos da gestão de risco e as estratégias de proteção.
A Companhia identifica suas exposições provenientes das projeções de compras futuras de insumos, e em seguida, contrata instrumentos financeiros derivativos Contratos à Termo (NDF) para proteger os riscos identificados. Ao fazer a designação para *hedge accounting*, a Companhia associa essas projeções de compras aos instrumentos financeiros contratados.
O reconhecimento do *hedge accounting* possui efeitos prospectivos, ou seja, a partir da data de designação da cobertura para a contabilidade de *hedge*. Assim, no *hedge* de fluxo de caixa, o item protegido passará a ser considerado parte de uma relação de *hedge* (*hedge accounting*) a partir da data de designação, isso também se aplica à variação do valor justo do instrumento de *hedge* atribuível ao risco coberto, que começará a ser contabilizada no patrimônio líquido somente a partir da data de designação.
Quando o objeto de *hedge* for um passivo reconhecido somente o custo de *hedge* estará represado no patrimônio líquido, portanto, ele deverá ser baixado à medida que o passivo for liquidado.
A descontinuidade do *hedge accounting* é prospectiva, então todo componente do valor justo da NDF contabilizado na reserva de *hedge*, considerado eficaz, será mantido no Patrimônio Líquido, a não ser que não se espere mais que ocorra a compra parcial ou total do estoque.
Periodicamente a Companhia realizará testes de efetividade para determinar qual parte da variação no valor justo dos instrumentos de *hedge* contratados deverá ter contrapartida no Patrimônio Líquido e qual parte deverá ter contrapartida no resultado do exercício.
Instrumento designados como *Hedge* de fluxo de caixa - controladora/consolidado

				Consolidado			
						Outros resultados abrangentes	
	Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	USD	Valor Justo	Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no exercício
NDF - proteção contas a pagar - US$/R$	**Moeda**	**BRL**	**8.013**	**1.536**	**231**	**(610)**	**1.545**

b) *Swap* de taxas de juros - CDI x US$

Os "*swaps*" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "*swaps*" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa média contratada do CDI foi de 146,01% (em 31 de dezembro 2021, 127,35%). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.
Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*)
A Companhia efetua a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, os quais compreendem todos os contratos de "*swaps*", documentando:
– O relacionamento do *hedge*;
– O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de *hedge*;
– A identificação do instrumento financeiro;
– O objeto ou transação de cobertura;
– A natureza do risco a ser coberto;
– A descrição da relação de cobertura;
– A demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
– A demonstração prospectiva da efetividade do *hedge*.
As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:
Instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa - controladora/consolidado

				Consolidado			
						Outros resultados abrangentes	
	Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	USD	Valor Justo	Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no exercício
Swap de moeda - US$/R$	Moeda	BRL	411.384	78.853	240	(5.566)	(3.828)

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determina o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&FBOVESPA.
A Companhia designa como *hedge* de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.
As variações no valor justo dos derivativos caracterizados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e são reclassificadas para o resultado nos períodos em que a operação objeto do *hedge* é realizada.
Quando um instrumento de *hedge* deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting* a perda ou ganho acumulado no patrimônio líquido será integralmente revertido para o resultado se a operação prevista também estiver reconhecida no resultado.
Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US$ 78.853 de valor "notional" R$ 411.384. Foi reconhecida em "outros resultados abrangentes" no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 uma perda líquida de R$ 3.828 (em 2021 ganho líquido de R$ 3.043), e no resultado financeiro uma perda líquida de R$ 13.892 (em 2021 ganho líquido de R$ 2.988). Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, tendo os seguintes montantes e condições no período findo em 31 de dezembro de 2022:

			31 de dezembro de 2022	
Período da Contratação	Data de vencimento	Cobertura	Valor Nocional USD mil	USD
jan/22	jan/23	4131	1.677	5,7000
abr/22	abr/23	4131	10.807	4,6746
nov/22	mai/23	4131	7.061	5,3013
jun/22	jun/23	4131	14.540	4,8334
ago/22	ago/23	4131	6.659	5,1845
set/22	set/23	4131	6.029	5,1150
jul/22	dez/23	4131	3.828	5,2260
nov/22	fev/24	4131	23.246	5,3751
dez/22	dez/24	4131	5.006	5,1900
			78.853	**5,1245**

c) *Swap* de ações (recompra) - TRS

O programa de recompra de ações por meio de contratos de derivativos (nota explicativa 29).

Contratação	Vencimento	Qtdade de Ações	Cotação alvo média
Jul/22	agosto-23	1.801	6,4671
		1.801	6,4357

34. PLANO DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 3 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), detalhadas a seguir.
Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.
O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.
O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programas"), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.
Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.
No dia 22 de março de 2022, a Companhia aprovou alteração das condições do programa de recompra de ações de sua própria emissão, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2021 (o "Programa 2021"), que passou a vigorar de acordo com as seguintes condições:
A aquisição das ações no contexto do Programa 2021 será realizada em Bolsa de Valores, a preço de mercado, cabendo à Diretoria Executiva decidir: (i) se as aquisições serão realizadas diretamente pela Companhia, hipótese em que a Diretoria definirá o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável; ou (ii) se as aquisições serão realizadas por meio da celebração de um ou mais contratos de total return equity swap com instituições financeiras de primeira linha a serem definidas pela Diretoria, tendo por objeto a troca de resultados de fluxos financeiros futuros tendo por referência ações ordinárias de emissão da Companhia, de modo que a Companhia receba a variação de preço relacionado às ações de sua emissão negociadas em bolsa (ponta ativa) e pague a variação do CDI acrescido de uma taxa pré-fixada (ponta passiva), durante a vigência de cada respectivo contrato.
A quantidade de ações a serem adquiridas serão de até 5.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da própria que, em 22 de março de 2022, representavam 3,88% do total de ações emitidas pela Companhia.
As aquisições, objeto do Programa 2021, poderão ser feitas no prazo de até 18 (dezoito) meses, com início em 11.12.2021 e término em 11.06.2023.
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui planos em aberto que totalizam 1.457.500 opções, os quais são demonstrados a seguir:

Programa	Lote	Data Outorga	Exercício a partir de	Preço Opção	Qtd. de Opções	Opções exercidas em 2022	Qtd. Opções em aberto em 31/12/2022	Preço de Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2022	Vlr. Total Opção	Reserva Constituída no exercício	Baixa pelo Exercício	Total da Reserva
2018-I	2	06/03/2018	2020	0,6827	6.950	–	6.950	3,45	6,04	12	–	–	12
2018-I	3	06/03/2018	2021	0,7763	9.050	–	9.050	3,45	6,04	8	–	–	8
2019-II	2	24/04/2019	2022	0,9540	42.000	(42.000)	–	2,29	3,65	40	–	(40)	–
2019-II	3	24/04/2019	2023	0,9741	54.000	–	54.000	2,29	3,65	53	11	–	50
2019-III	2	02/08/2019	2022	2,6635	21.000	(21.000)	–	2,52	3,95	56	–	(56)	–
2019-III	3	02/08/2019	2023	2,8840	27.000	–	27.000	2,52	3,95	78	18	–	73
2020-I	1	04/02/2020	2022	1,9248	12.000	–	12.000	9,60	14,61	23	–	–	23
2020-I	2	04/02/2020	2023	2,6173	21.000	–	21.000	9,60	14,61	55	15	–	51
2020-I	3	04/02/2020	2024	3,1760	27.000	–	27.000	9,60	14,61	86	16	–	58
2020-II	1	30/04/2020	2022	3,1216	18.000	(18.000)	–	3,28	4,89	56	–	(56)	–
2020-II	2	30/04/2020	2023	3,5927	31.500	–	31.500	3,28	4,89	113	32	–	102
2020-II	3	30/04/2020	2024	3,8974	40.500	–	40.500	3,28	4,89	158	33	–	104
2020-III	1	09/07/2020	2022	1,7918	56.000	(31.500)	24.500	5,44	7,97	98	–	(54)	44
2020-III	2	09/07/2020	2023	2,3198	98.000	–	98.000	5,44	7,97	227	69	–	204
2020-III	3	09/07/2020	2024	2,7364	126.000	–	126.000	5,44	7,97	345	74	–	221
2020-III	1	29/07/2020	2022	1,1035	60.000	(60.000)	–	5,44	7,80	66	–	(66)	–
2020-III	2	29/07/2020	2023	1,4984	105.000	–	105.000	5,44	7,80	157	48	–	140
2020-III	3	29/07/2020	2024	1,8132	135.000	–	135.000	5,44	7,80	245	53	–	155
2020-IV	1	17/12/2020	2022	0,9637	32.000	(28.000)	32.000	5,06	6,34	31	12	(23)	20
2020-IV	2	17/12/2020	2023	1,3766	56.000	–	56.000	5,06	6,34	77	29	–	68
2020-IV	3	17/12/2020	2024	1,7133	72.000	–	72.000	5,06	6,34	123	31	–	73
2021-I	1	21/01/2021	2023	0,7433	14.000	–	14.000	4,89	5,92	10	5	–	10
2021-I	2	21/01/2021	2024	1,0163	24.500	–	24.500	4,89	5,92	25	6	–	15
2021-I	3	21/01/2021	2025	1,2533	31.500	–	31.500	4,89	5,92	39	8	–	17
2021-II	1	01/05/2021	2023	6,7585	56.000	–	56.000	11,29	12,76	378	168	–	320
2021-II	2	01/05/2021	2024	7,5200	98.000	–	98.000	11,29	12,76	737	205	–	390
2021-II	3	01/05/2021	2025	8,0988	126.000	–	126.000	11,29	12,76	1.020	206	–	393
2022-I	1	10/01/2022	2024	4,1957	46.000	–	46.000	9,84	10,38	193	70	–	70
2022-I	2

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSITIVO TECNOLOGIA — POSI — B3 LISTED NM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

★ continuação

– O preço corrigido pelo IGPM é o valor que o beneficiário pagaria para exercer o direito de cada opção na data de encerramento dessas demonstrações financeiras;
– A reserva é constituída pela despesa reconhecida no resultado do exercício referente aos planos de remuneração baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R$ 1.299 (R$ 1.475 em 31 de dezembro de 2021) de despesa referente aos planos no resultado do exercício;
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram exercidas 200.500 opções, resultando em uma entrada no caixa da Companhia pelo exercício no montante R$ 983, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria. Consequentemente, foram efetuadas as baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R$ 2.095 e R$ 295, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros no valor de R$ 817.

35. SEGUROS - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2022, os contratos de seguros estabelecidos pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida a seguir:

Ramo	Cobertura por eventos	Limite de garantia	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais, Estoques e Lucros Cessantes	1.248.159	01/05/2022 a 01/05/2023
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro de Crédito - Comercialização de equipamentos de informática	92.613	01/10/2021 a 30/09/2023
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais e responsabilidade civil	3.098	25/05/2022 a 25/05/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	677	07/08/2021 a 07/08/2024
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	9.783	11/12/2019 a 11/12/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	8.246	14/06/2020 a 15/06/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	65.332	22/04/2020 a 07/04/2025
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	27.873	07/05/2020 a 16/04/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	5.553	16/04/2020 a 16/04/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	65.893	13/07/2021 a 13/07/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	10.908	26/03/2022 a 26/03/2025
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	12.052	03/11/2020 a 03/02/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	19.637	22/12/2020 a 22/03/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	4.699	13/01/2022 a 30/07/2025
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	6.899	18/03/2021 a 15/06/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	8.625	14/04/2021 a 18/06/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	14.948	14/04/2021 a 03/02/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	24.547	15/04/2021 a 22/03/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	4.941	09/09/2021 a 09/12/2022
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	19.141	27/10/2021 a 27/01/2023
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	7.192	29/11/2021 a 20/02/2023

36. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou aporte de capital nas empresas controladas Boreo Indústria de Componentes Ltda. e Positivo Distribuição e Comércio Ltda., nos montantes de R$ 35.000 e R$ 30.000, respectivamente, utilizando créditos que a Companhia detinha com as controladas. Adicionalmente, a Companhia realizou aquisição de ativo imobilizado no montante de R$ 4.202, apresentando passivo a pagar no montante de R$ 1.300.
Ainda no exercício de 2022, referentes a aquisições de imobilizado realizadas durante o ano, a Companhia apresenta saldo a pagar referente a essas operações nos montantes de R$ 4.756 e R$ 5.542, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas respectivamente.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia captou o montante de R$ 39.939 de linhas de crédito de financiamento à importação (FINIMP). Nessa modalidade, o financiamento é obtido junto a instituição de crédito e os recursos são repassados diretamente ao fornecedor no exterior, não tendo, portanto, impacto direto no caixa da Companhia.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária
No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. Analisamos as decisões individuais transitadas em julgado, e não foi identificado nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.

PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

Caio Gonçalves de Moraes
Vice-Presidente de Finanças e RI

Marielva Andrade Dias
Diretora Vice-Presidente de Governo e Contas Estratégicas

Rodrigo Guercio Teixeira
Diretor Vice-Presidente Corporativo

CONTADOR

Fábio Trierweiler Faigle
CRC PR - 055265/O-2 - Diretor de Controladoria

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Silveira Dias - Presidente do Conselho (não executivo e independente)
Giem Raduy Guimarães - Conselheiro
Rodrigo Cesar Formighieri - Conselheiro
Hélio Bruck Rotenberg - Conselheiro
Samuel Ferrari Lago - Conselheiro
Rafael Moia Vargas - Conselheiro
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima - Conselheira Independente
Marcel Malczewski - Conselheiro Independente
Gustavo Jobim - Conselheiro Independente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Positivo Tecnologia S.A ("Companhia"), em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou:
(i) o relatório dos auditores independentes emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes S.A. em 21/03/2023; e
(ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores e pelo Diretor de Controladoria e Contabilidade.
Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, representado pelos membros abaixo assinados, registra que não teve conhecimento de fatos ou evidências que não estejam refletidos nas referidas Demonstrações Financeiras em conformidade com as normas brasileiras e opina que (i) o Relatório Anual da Administração e (ii) as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 21 de março de 2023

Conselheiros Fiscais
Irineu Homan — **Lincon Lopes Ferraz** — **Michelle Squeff**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da Positivo Tecnologia S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Positivo Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas de vendas de produtos
Veja as notas explicativas 2.21.(a) e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria
As principais fontes de receita da Companhia são as vendas de produtos aos clientes. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto aos clientes, de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - *Revenue from contract with customer*).
A transferência de controle dos produtos ocorre usualmente, quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Consequentemente, no final de cada exercício, a Companhia mensura o montante das vendas faturadas que ainda não foram entregues e aceitas pelos clientes. A mensuração do montante dos produtos em trânsito é calculada com base nas respectivas datas de entrega nas instalações em que os clientes estão localizados.
Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para tratar do assunto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:
- avaliação do desenho e implementação dos principais controles internos relacionados ao processo de reconhecimento das receitas;
- avaliação, com base em uma amostra, dos comprovantes de entrega e aceite dos produtos pelos clientes;
- avaliação, com base em uma amostra, dos produtos em trânsito, por meio de comprovantes de entrega subsequentes à 31 de dezembro de 2022 e pelos respectivos pedidos de venda;
- avaliação sobre as divulgações relevantes relacionadas ao reconhecimento das receitas de vendas de produtos nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos acima sumarizados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas de vendas de produtos, incluindo a mensuração preparada pela administração sobre o montante das mercadorias em trânsito no final do exercício, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 21 de março de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0



abra legal — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL

Publicações Obrigatórias

Atenção!

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, nos termos da novíssima Lei n. 14.230/2021:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

IV - negar publicidade aos atos oficiais , exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;

(Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

É obrigação da Administração Pública publicar as matérias legais e atos oficiais que envolvem os processos licitatórios em Diários Oficiais e, também, em jornais diários de Grande CIRCULAÇÃO.

Contatos: Whatsapp 11 97184-1731 • PABX 11 5461-1321
Av Paulista, 37 - 4º andar - sala 436 - Casa das Rosas - Bela Vista - São Paulo - SP



POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI
B3 LISTED NM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

MENSAGEM AOS ACIONISTAS,

Se o ano de 2021 foi extraordinário, quando nossa receita bruta cresceu 54%, apoiada pela diversificação dos negócios e com o nosso segmento de consumo crescendo 35%, em 2022 nos superamos novamente ao crescermos mais 47% sobre esta base já muito forte, mesmo com o intenso recuo no setor de consumo em geral no Brasil, em função dos juros e inflação elevados, e que em nosso caso foi agravado por uma sobre-oferta de computadores de outras marcas que vieram para o Brasil de outros mercados em situação econômica semelhante. No ano avançamos significativamente nossas avenidas de crescimento em negócios corporativos, fomos competitivos junto às licitações públicas e ainda, demonstramos nossa capacidade de entregar projetos de altíssima complexidade e de grandes volumes. Conseguimos ao mesmo tempo expandir as margens, aumentar nosso lucro mesmo com um custo de dívida muito maior, reduzir nosso índice de endividamento ao longo do ano mesmo tendo que financiar o crescimento de 47% da receita, melhorar o perfil das nossas dívidas e fazer nosso ROIC atingir 30,8%, contra 21,4% em 2021. Se compararmos nossa receita bruta de 2022 com os números pré-pandemia em 2019, em três anos crescemos 163%.

O EBITDA em 2022 atingiu o valor recorde R$ 675 milhões, com margem de 13,5%, resultado da diversificação da Companhia e da expansão de nossa área Commercial, prestação de serviços e pela execução de projetos complexos, que possuem melhores margens.

Nosso lucro líquido também foi recorde em 2022, alcançando R$ 306 milhões, 51% maior que em 2021, apesar da maior alavancagem necessária para suportar o alto nível de crescimento que reportamos, além do maior custo financeiro causado pela alta taxa de juros, muito acima do ano anterior.

Dentro do segmento **Commercial**, as **vendas corporativas** atingiram o montante de R$ 1,5 bilhões no ano, alta de 87% sobre 2021. Avançamos na conquista de novos clientes, ampliamos a nossa oferta de HaaS que já corresponde a cerca de 50% dos novos contratos e ganhamos *makert share* em todas as linhas de PCs como notebooks, desktops e *all-in-one.* Nossa nova divisão, **Positivo Tech Services,** conquistou importantes clientes e tem seus primeiros contratos relevantes. As vendas de **servidores** cresceram mais de 181% sobre 2021 e mais uma vez fornecemos os servidores para o novo maior supercomputador da América Latina, o Pégaso, por meio de um parceiro. Em **soluções de pagamento** crescemos 3 vezes sobre 2021, e hoje já fornecemos nossas máquinas inteligentes para as três maiores adquirentes do país, além de já atendermos subadquirentes e de oferecermos nossas soluções no modelo de HaaS. Em vendas corporativas temos muitas oportunidades de crescimento via *cross-sell* e *upsell*, por meio da oferta de produtos com serviços de gestão de hardware, bem como temos uma maior fidelização e recorrência dos clientes.

Em vendas para **instituições públicas** tivemos o maior ano de nossa história, com receita bruta de R$ 2,2 bilhões, alta de 76% sobre 2021, com destaque para as vendas para secretarias de educação estaduais e municipais de todo o país, que corresponderam a mais de 50% das vendas no período.

Em **Consumer,** é desnecessário repetir que o ano foi muito desafiador no contexto de juros e inflação elevados. O mercado brasileiro viu uma queda significativa de unidades vendidas, com varejistas reduzindo os dias de estoque. Por outro lado, a introdução da nova linha de smartphones Infinix em 2022 foi e continua sendo muito exitosa, com consistente aceleração das vendas e ganho de penetração de mercado.

Em **Projetos Especiais**, entregamos no ano mais de 200 mil urnas para as eleições, com faturamento total acima de R$ 1 bilhão. E nossa capacidade de executar tal projeto com qualidade e eficiência nos habilitou também a fornecer as urnas para as eleições de 2024, orçadas em R$ 1,2 bilhão, a serem faturados entre os anos de 2023 e 2024.

Para encerrar o ano de 2022, propusemos uma distribuição de dividendos no valor de R$ 72 milhões, alta de 51% sobre os dividendos de 2021. Esta é uma alocação de recursos que consideramos prudente, pois ao mesmo tempo em que criamos valor para nossos acionistas, nos permitirá proteger nosso balanço, reduzindo o endividamento e as despesas financeiras, e preservando nossa capacidade de financiar o capital de giro e os projetos estratégicos de 2023.

O persistente contexto macroeconômico turbulento e com baixa previsibilidade nos fez desenhar um 2023 pautado na eficiência, com foco na consolidação do nosso nível de receita, com rentabilidade e disciplina financeira. Estamos confiantes em nossa capacidade de entregar um ano que deverá apresentar um melhor mix, com destaque para servidores, soluções de pagamentos e serviços com valor agregado, bem como um melhor desempenho no segmento de consumo e maior penetração da linha Infinix.

Tendo isto em consideração, reinstituímos o *guidance* de receita bruta para 2023, entre R$ 5,5 bilhões e R$ 6,5 bilhões. Ainda, nosso plano para 2023 contempla uma maior concentração de receitas no segundo semestre, que incluirá o faturamento de parte das urnas para as eleições de 2024, além de grandes contratos para fornecimento de servidores, aceleração da receita de soluções de pagamento e da linha Infinix. Esta dinâmica é o oposto do que reportamos em 2022, quando o 1º semestre concentrou o faturamento de R$ 836 milhões em urnas e R$ 239 milhões em servidores para o supercomputador Pégaso.

Finalmente, avançamos em nossa agenda de sustentabilidade com a oferta de HaaS que zera e compensa a emissão de carbono, por meio da compra de créditos que serão investidos em projetos de redução do desmatamento e da conservação da Amazônia. Adicionalmente, somos a primeira fabricante no Brasil a oferecer o RHaaS (Refurbished Hardware as a Service), que nos insere na economia circular oferecendo equipamentos remanufaturados, dobrando a vida útil dos mesmos e reduzindo o descarte. Ainda, publicamos o relatório de sustentabilidade relativo ao ano de 2021 e anunciamos no início de 2023 a nova Vice-Presidência de Estratégia e Inovação, para promover o crescimento e diversificação dos negócios, conectando inovação com sustentabilidade.

Agradecemos a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas e demais *stakeholders* pelo enorme sucesso alcançado em 2022. Estamos confiantes que teremos mais um ano de superação em 2023, e continuaremos trabalhando para nos mantermos como uma das Companhias líderes em tecnologia de hardware no Brasil.

Alexandre Dias
Presidente do Conselho de Administração

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

DESTAQUES DE 2022

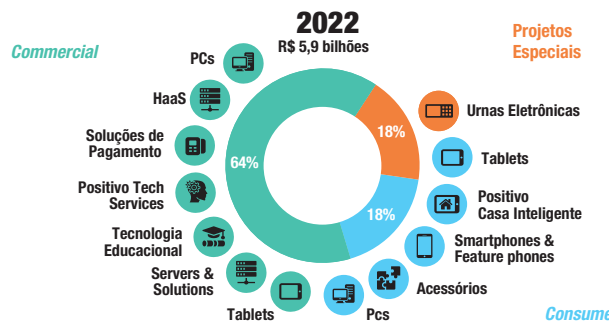
- Receita Bruta R$ 1.474 milhões no 4T22 (+17% vs. 4T21) e de R$ 5.867 milhões em 2022 (+47% vs. 2021), recorde histórico impulsionado pelo segmento Commercial e por Projetos Especiais.
- EBITDA de R$ 242 milhões no 4T22 (+162% vs. 4T21) com margem EBITDA de 19,1% (+10.5 p.p. vs. 4T21), impulsionado pelas vendas para *Commercial* e projetos de maior complexidade com margens elevadas. Em 2022 o EBITDA foi de R$ 675 milhões (+97% vs. EBITDA de 2021), com margem de 13,5% (+3,4 p.p. vs. 2021).
- Lucro líquido de R$ 306 milhões, crescimento de 51% vs. 2021, apesar do aumento das despesas financeiras no ano.
- Índice de alavancagem de 1,6x, mesmo nível do 4T21, e com redução de -0,3 p.p. vs. o 3T22.
- Aumento do ROIC para 30,8%, maior índice reportado ao longo do ano e 9,4 p.p. maior que o 4T21.
- Reinstituímos o guidance de Receita Bruta para 2023, entre R$ 5,5 bilhões e R$ 6,5 bilhões, consolidando um novo patamar de receitas para a Companhia, com maior diversificação.
- Somos pioneiros no Brasil em zerar a pegada de carbono na oferta de HaaS e nos inserimos no modelo de economia circular com a opção de RHAAS *(Refurbished Hardware as a Service).*

NOSSO MODELO DE NEGÓCIO

A Positivo Tecnologia adota uma organização de negócios que permite assegurar uma forte presença e participação sólida de mercado, consolidando competências-chave em desenvolvimento, produção e distribuição de hardware e serviços.

Adotamos a mesma nomenclatura utilizada pelos diferentes institutos de pesquisa que dividem o mercado entre **Consumer** e **Commercial. Consumer** engloba tudo que é vendido para pessoas físicas, tanto de maneira direta como indireta, enquanto **Commercial inclui o que é vendido para empresas, bem como para instituições públicas e privadas.**

Representatividade de Receita Bruta entre os diferentes segmentos:

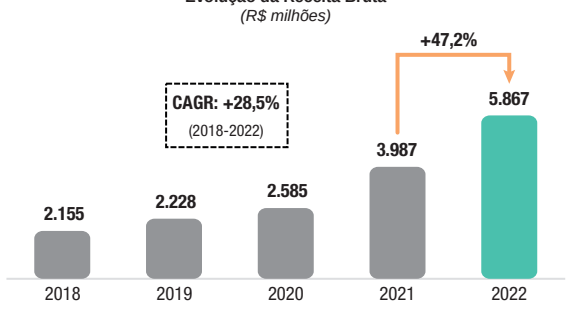


DESEMPENHO FINANCEIRO[1]

Os comentários apresentados nesta seção se referem aos números consolidados da Positivo Tecnologia S.A.

RECEITA BRUTA

Evolução da Receita Bruta
(R$ milhões)



A Receita Bruta de 2022 alcançou R$ 5.867 milhões, 47,2% maior do que a reportada em 2020.

O aumento da Receita Bruta ao longo do ano de 2022 deve-se principalmente: (i) à forte demanda no segmento Commercial, que inclui vendas corporativas e para instituições públicas; (ii) à aceleração das Avenidas de Crescimento, que cada vez mais agregam valor ao nosso negócio principal como fonte de receita recorrente e com margens saudáveis, e (iii) Projetos Especiais, com a entrega de 225 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2022.

Vendas para o segmento Commercial:

Nosso segmento Commercial, que contempla venda e locação de equipamentos para uso nas empresas e instituições públicas, foi o grande destaque de 2022, com crescimento de faturamento de 80% contra 2021, demonstrando que a nossa estratégia de diversificação de produtos e mercados se mostrou bastante acertada. Ter diversidade de portifólio, que inclui desde computadores, tablets e smartphones até servidores e totens de autosserviço, passando por Tech Services, Haas e soluções de pagamento, nos fez ganhar *market share* no mercado privado e aproveitar muitas novas oportunidades no crescente mercado de instituições públicas.

Este foi um ano de consolidação de nossa unidade de **vendas corporativas**, resultando em uma receita bruta histórica de **R$ 1,5 bilhão** em 2022, crescimento de **87%** vs o ano anterior.

Nas vendas para grandes contas, elevamos nossa base de clientes em 15% comparado com o ano anterior, chegando a mais de 470 empresas utilizando produtos, serviços ou soluções da Positivo Tecnologia. Além disso, introduzimos novos modelos de computadores da linha Vaio Pro, com processadores mais potentes que atendem à demanda mais técnica requerida por grandes empresas. Dentre os clientes conquistados no ano temos uma grande empresa do segmento de telecomunicações, um grande grupo educacional do país e outra que é uma das maiores operadoras de planos de saúde do brasil.

Receita Bruta Corporativa
(R$ milhões)



Em nosso canal de vendas para pequenas e médias empresas, já contamos com uma rede de mais de 4.000 revendas especializadas, das quais 500 foram conquistados ao longo de 2022, que atendem milhares de clientes, elevando nosso faturamento em mais de 27% contra 2021, com forte destaque para notebooks Vaio e desktops.

Os contratos de venda no modelo HaaS (Hardware as a Service) também foram destaque no ano com crescimento de 199% no ano, visto que mais da metade dos novos contratos com grandes empresas já são neste modelo. No período, observamos também fortalecimento de HaaS tanto para PME quanto para órgãos públicos.

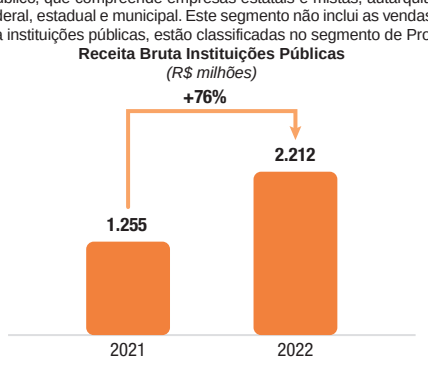
Importante notar que, nas vendas corporativas, não há concentração de clientes ou de setor e os níveis de inadimplência e rotatividade são baixos. Dentro dessa unidade de negócios existe também grande potencial de *cross-sell,* principalmente em serviços, por meio da Positivo Tech Services, quando os clientes compram ou locam nossos PCs e agregam no contrato serviços como manutenção e gestão de parque, ou até mesmo *full outsourcing* de funções de TI. Por exemplo, fechamos um contrato com uma grande empresa EdTech, para fornecimento de nossa solução de *Haas For Edu,* que além do fornecimento dos equipamentos inclui serviços como soluções de suporte, segurança e rastreamento de hardware.

Em 2022 nós consolidamos e avançamos ainda mais em nossa frente de **Soluções de Pagamentos**, encerrando o ano com robusto crescimento de 199%, quando demos um passo importante com a entrega do primeiro lote de nosso modelo mais avançado para mais uma das grandes adquirentes. Com isso, somos fornecedores de soluções avançadas de pagamento para as três maiores adquirentes do Brasil. Ainda, ampliamos nossa base de clientes sub-adquirentes, passando a ofertar também a modalidade de aluguel de equipamentos (HaaS), com contratos relevantes no último trimestre, e celebramos o contrato com um importante provedor de automação para bares e restaurantes. Estamos otimistas com o potencial de crescimento para 2023, cuja receita projetada já está quase toda contratada, e avançaremos em nossa estratégia de penetração neste segmento.

Finalmente, nossa frente de servidores, a Positivo Servers & Solutions (PSS) apresentou crescimento de 181% no ano, com entregas de importantes projetos. Desenvolvemos um projeto piloto de transformação digital, com potencial para alavancar a venda de servidores, e estamos reestruturando a frente de canais para melhor atender empresas de grande e médio portes no fornecimento de soluções de nuvem e nuvem hibrida, por meio de parcerias estratégicas. A PSS participou do projeto Open Care 5G juntamente com outras grandes empresas, fornecendo os servidores de computação de borda. Trata-se da primeira rede 5G privada da área de saúde, e o projeto consistiu na realização de exames de ultrassonografia a longa distância, com a transmissão de som e imagem com baixa latência, maior rapidez na transmissão de dados, melhor conexão e cobertura mais ampla.

Dentro de Commercial temos também a unidade de vendas para **Instituições Públicas**, que atende as demandas do setor público, que compreende empresas estatais e mistas, autarquias, tribunais e demais órgãos das esferas federal, estadual e municipal. Este segmento não inclui as vendas de urnas eletrônicas que, embora seja para instituições públicas, estão classificadas no segmento de Projetos Especiais.

Receita Bruta Instituições Públicas
(R$ milhões)

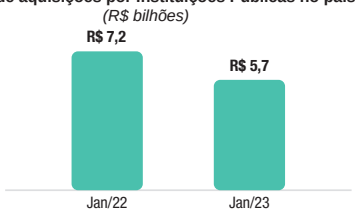


O ano de 2022 foi o melhor da história da Companhia em vendas para instituições públicas, tendo atingido uma receita bruta de R$ 2,2 bilhões, crescimento de 76% vs. 2021. O destaque do ano foi o setor de educação, especialmente as secretarias de educação estaduais e municipais, que buscam levar tecnologia a seus alunos e professores, por meio de tablets, notebooks, chromebooks e alguns serviços especializados.

No ano participamos em mais de 50% dos editais publicados, dos quais ganhamos 59%, mantendo, assim, nossa liderança neste mercado.

O atual *pipeline* de futuras compras pelas Instituições Públicas no país continua aquecido, atingindo R$ 5,7 bilhões em janeiro de 2023. Já o nosso *backlog* de vendas contratadas, somado às previsões de contratações por instituições públicas já alcança mais de R$ 1,2 bilhão para o ano de 2023 com alguns projetos importantes para o Ministério da Economia, Prodesp, Sesi, entre outros.

Pipeline de aquisições por Instituições Públicas no país*
(R$ bilhões)



Fonte: Dados internos da Companhia.

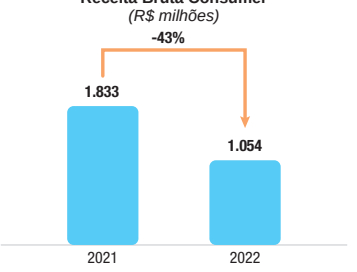
A sazonalidade do mercado de instituições públicas é naturalmente marcada por um pipeline menos aquecido neste início de ano, principalmente pela realização das eleições 2022, que dada sua relevância, impactam as gestões federal e estadual, que por sua vez tendem a se renovar mesmo com a continuidade de alguns governos. Novos projetos começarão a surgir a partir do segundo trimestre de 2023, uma vez que os planos de governo estarão definidos. Vale destacar que o orçamento do governo federal para investimentos em tecnologia aumentou em 55% em 2023 comparado a 2022, conforme Lei Orçamentária Anual - LOA. Em relação ao setor de educação pública, o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que se tornou lei permanente e assegura verbas oriundas da arrecadação para a educação, possui um orçamento de R$ 40 bilhões para 2023, representando um aumento de 32% em relação a 2022.

Estes dados evidenciam que o segmento continua aquecido para 2023, e seguimos muito confiantes em nossa capacidade de execução, dado nosso longo histórico de liderança de mercado e a necessidade de renovação dos parques tecnológicos pelas instituições, bem como a necessidade de migrarem para novas tecnologias.

Vendas para o segmento Consumer:

A receita bruta foi de R$ 1.053,8 milhões em 2022, queda de 43% vs. 2021.

Receita Bruta Consumer
(R$ milhões)



2022 foi um ano desafiador para o setor de consumo no Brasil. A permanência dos juros elevados em conjunto com uma inflação também elevada corroeu rapidamente o poder aquisitivo dos consumidores e pressionou os varejistas a reduzirem o número de dias de estoque. Por outro lado, a indústria teve maior disponibilidade de insumos e não conseguiu se ajustar à nova realidade de consumo. Este fenômeno foi observado ao redor do mundo, resultando em demanda aquém do esperado. com uma sobreoferta de produtos eletroeletrônicos no Brasil. Estes fenômenos explicam a queda da receita dessa unidade e sua menor representatividade em nosso mix de receita, tanto no trimestre quanto no ano. Para 2023 o cenário continua desafiador, mas esperamos um maior equilíbrio entre oferta e demanda a partir do segundo semestre.



Em contrapartida, 2022 marcou a introdução da marca de smartphones Infinix no mercado nacional, superando nossas expectativas de vendas e com excelente aceitação no mercado. A linha Infinix amplia nosso mercado endereçável de 11% para 72%, de um mercado total estimado em R$ 53 bilhões (Fonte: IDC Brasil). Hoje, os 6 modelos de smartphones já estão presentes em mais de 170 varejistas, atingindo mais de 6,2 mil pontos de venda, além de e-commerces 1P e 3P, e do nosso próprio canal de vendas online. Essa é uma das frentes da unidade com grande potencial de crescimento e ganho de *market share* nos próximos anos.



Nossa linha Positivo Casa Inteligente também segue se desenvolvendo e apresentou um ano com ótimas notícias. Lançamos a Smart Fechadura e o Smart Robô, ampliando substancialmente nosso ticket médio, e lançamos nosso aplicativo proprietário que atingiu a avaliação de 4,8 pontos (de um total de 5) em ambas as plataformas IOS e Android, uma das melhores notas de avaliação do segmento e muito acima da média do mercado brasileiro. Nosso aplicativo já conta com mais de 900 mil de usuários cadastrados.

Projetos Especiais:

Em 2020, a Positivo Tecnologia venceu o processo licitatório (UE2020) para o fornecimento de 225 mil urnas eletrônicas que foram usadas nas eleições de 2022.

Com isso, a Companhia registrou uma receita bruta em 2022 de R$ 1.059,5 milhões, de um total de R$ 1.132,0 milhões faturados referentes às urnas das eleições 2022.

Ainda em 2021 a Companhia venceu um segundo processo licitatório (UE2021) para fornecimento de 176 mil urnas eletrônicas, desta vez para as eleições de 2024. O montante de R$ 1,2 bilhão deverá ter a maior parte faturada no segundo semestre de 2023, com restante em 2024.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

MARGEM BRUTA			
R$ milhões			
	2022	**2021**	***Var.***
Receita Bruta Consolidada	5.866,7	3.986,6	*47,2%*
Descontos e Deduções	(873,5)	(621,1)	*40,6%*
Receita Líquida Consolidada	**4.993,2**	**3.365,5**	***48,4%***
Custo dos Produtos e Serviços	**(3.796,5)**	**(2.596,9)**	***46,2%***
Lucro Bruto	**1.196,8**	**768,6**	***55,7%***
Margem Bruta	*24,0%*	*22,8%*	*1,2 p.p.*

A Receita Líquida no ano foi de R$ 4.993 milhões, aumento 48,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 2022 o Lucro Bruto ficou em R$ 1.197 milhões, alta de 55,7% sobre 2021, com Margem Bruta de 24,0%. A melhora da Margem Bruta no ano reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita do segmento Commercial.

DESPESAS OPERACIONAIS E RESULTADO OPERACIONAL

DESPESAS OPERACIONAIS			
R$ milhões			
	2022	**2021**	***Var.***
Receita Líquida	**4.993,2**	**3.365,5**	***48,4%***
Lucro Bruto	**1.196,8**	**768,6**	***55,7%***
Receitas/despesas Operacionais	**(571,7)**	**(465,5)**	22,8%
Despesas Comerciais	(540,3)	(362,2)	*49,2%*
Despesas Gerais e Administrativas	(197,3)	(165,0)	*19,6%*
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8,3)	4,2	*n/a*
Outras receitas/despesas operacionais	174,2	57,6	*202,5%*
Resultado Operacional (EBIT)	**625,1**	**303,1**	*106,2%*

Com o forte crescimento da receita líquida no ano de 48,4% no ano, algumas linhas de despesas importantes para o nosso negócio também cresceram como as despesas comerciais, que incluem despesas com comissões de vendas, despesas de marketing, propaganda, assistência técnica, garantia, entre outras. Já as despesas administrativas cresceram menos que a receita, contribuindo assim para o crescimento do resultado operacional.

A linha de outras receitas e despesas operacionais apresentou substancial crescimento no ano devido ao crédito financeiro oriundo dos investimentos em P&D e maior volume de faturamento a partir da fábrica baseada em Ilhéus, na Bahia. Tal crédito, por exigência da norma contábil, dever ser registrado nesta linha, não integrando o lucro bruto da companhia. O faturamento registrado a partir de Ilhéus cresceu significativamente em grande medida devido à produção das urnas eletrônicas para as eleições 2022.

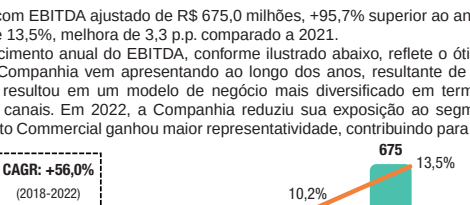
EBITDA

EBITDA			
R$ milhões			
	2022	**2021**	***Var.***
EBIT	**625,1**	**303,1**	***106,2%***
Depreciação e Amortização	49,9	42,3	*17,8%*
Outras receitas/despesas não operacionais	–	(3,5)	*n/a*
EBITDA	**675,0**	**342,0**	***97,3%***
Margem EBITDA	*13,5%*	*10,2%*	*3,4 p.p.*
Hedge de Matérias-primas	–	2,8	*n/a*
EBITDA AJUSTADO	**675,0**	**344,9**	***95,7%***
MARGEM EBITDA AJUSTADA	*13,5%*	*10,2%*	*3,3 p.p.*

Nota: A partir de 01 de abril de 2021 a Companhia passou a adotar a contabilidade de hedge (Hedge Accounting).

Encerramos o ano com EBITDA ajustado de R$ 675,0 milhões, +95,7% superior ao ano anterior, e com margem EBITDA de 13,5%, melhora de 3,3 p.p. comparado a 2021.

O consecutivo crescimento anual do EBITDA, conforme ilustrado abaixo, reflete o ótimo desempenho operacional que a Companhia vem apresentando ao longo dos anos, resultante de um processo de transformação que resultou em um modelo de negócio mais diversificado em termos de produtos, serviços, marcas e canais. Em 2022, a Companhia reduziu sua exposição ao segmento Consumer, enquanto o segmento Commercial ganhou maior representatividade, contribuindo para o maior EBITDA.



ROIC - Retorno sobre Capital Investido

ROIC			
R$ milhões			
	2022	**2021**	***Var.***
EBIT (LTM)	625,1	303,1	*106,2%*
IR/CSLL (LTM)	(0,6)	(5,3)	*(88,3%)*
NOPAT (LTM)	**624,5**	**297,8**	***109,7%***
Capital Empregado	**2.412,4**	**1.639,0**	***47,2%***
Média do Capital Empregado[1]	**2.025,7**	**1.389,2**	***45,8%***
ROIC2	*30,8%*	*21,4%*	*9,4 p.p.*

[1] - Média do capital empregado do período e do mesmo período do ano anterior. Considera o capital de giro, ativo permanente e outros ativos de longo prazo líquidos de IR/CSLL diferidos.

[2] - NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio

Em continuidade a uma prática de melhor comunicação junto ao mercado, passamos a divulgar nosso ROIC anualizado. A metodologia utilizada considera o retorno sobre o capital de giro e outros ativos de longo prazo, que melhor reflete a realidade em que a Companhia se encontra inserida.

Em 2022, o ROIC anualizado alcançou 30,8%, com incremento de 9,4 p.p. vs. 2021. O maior ROIC em 2022 se deu pelo maior crescimento do NOPAT (pelas razões descritas acima) em relação ao aumento do capital empregado.

O aumento do capital empregado em 2022 se deu sobretudo pelo maior saldo de contas a receber, resultado da maior receita no ano e grandes projetos entregues no final do quarto trimestre, e também pelo menor saldo de fornecedores a pagar em 2022 em função do pagamento, dentro do próprio ano, dos insumos comprados ao longo do ano. O efeito de fornecedores mais que compensou a redução dos estoques de R$ 299,6 milhões vs 2021. Importante mencionar que grandes vendas feitas ao final do ano já foram recebidas no início de 2023.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO			
R$ milhões			
	2022	**2021**	***Var.***
Receitas Financeiras	86,4	43,7	*97,6%*
Despesas Financeiras	(357,6)	(158,8)	*125,2%*
Resultado Financ. Pré-Var. Cambial	**(271,3)**	**(115,1)**	***135,8%***
Variação Cambial	(46,8)	20,2	*n/a*
RESULTADO FINANCEIRO	**(318,1)**	**(94,9)**	***235,2%***

Nota: A partir de 01 de abril de 2021 a Companhia passou a adotar a contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting).* Em 2022, registramos resultado financeiro de R$ 318,1 milhões negativo contra R$ 94,9 milhões no ano de 2021. A oscilação do resultado reflete o súbito aumento taxa de juros no país ao longo do período, aplicada sobre um endividamento maior que, por sua vez, reflete o forte crescimento da receita no ano. Adicionalmente, a variação cambial ocorrida entre os períodos comparativos (depreciação do real frente ao dólar), resulta da exposição ao dólar de parte do contas a pagar que não está protegida *(hedge)*, relativa às compras de insumos.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

LUCRO LÍQUIDO

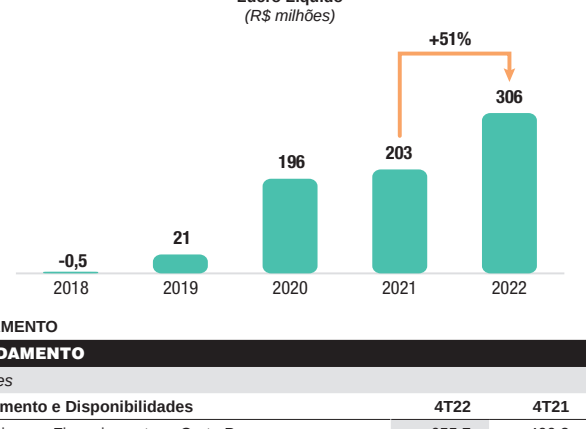
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			
R$ milhões			
	2022	**2021**	***Var.***
Lucro Líquido	**306,4**	**202,9**	***51,0%***
Ajuste de marcação a mercado[1]	**–**	(29,1)	n/a
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**306,4**	**173,7**	***76,3%***
MARGEM LÍQUIDA AJUSTADA	**6,1%**	**6,0%**	*0,1 p.p.*

(1) Lucro Líquido 1T21 ajustado pela marcação a mercado do *hedge* dos insumos, antes da adoção do *hedge accounting*

Como reflexo das explicações acima, fechamos 2022 com Lucro Líquido de R$ 306,4 milhões, crescimento de 51,0% sobre 2021 (76,3% sobre o lucro ajustado de 2021) e margem líquida de 6,1%, estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Para melhor compreensão e base de comparação do Lucro Líquido entre períodos, ajustamos o resultado de 2021 pela Marcação a Mercado do *hedge* dos insumos, uma vez que, a partir de abril de 2021, passamos a adotar a contabilidade de *Hedge Accounting.* Com isso, ambas bases comparativas levam em consideração apenas os *hedges* efetivamente liquidados em cada trimestre.

Lucro Líquido
(R$ milhões)



ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO			
R$ milhões			
Endividamento e Disponibilidades	**4T22**	**4T21**	***Var.***
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	655,7	400,2	*63,8%*
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	876,3	500,4	*75,1%*
Instrumentos Financeiros Derivativos	(0,2)	(1,9)	*(87,1%)*
Endividamento	**1.531,7**	**898,7**	***70,4%***
Caixa e Equivalentes	426,6	359,0	*18,8%*
Disponibilidades	**426,6**	**359,0**	***18,8%***
Endividamento Líquido	**1.105,2**	**539,7**	***104,8%***
EBITDA Recorrente LTM	675,0	344,9	*95,7%*
Endividamento Líquido/EBITDA LTM	1,6x	1,6x	n/a

O índice de alavancagem (endividamento líquido/EBITDA LTM) da Companhia foi de 1,6x no 4T22, apresentando uma redução de 0,3 p.p. se comparado com o 3T22, e estável em relação ao 4T21. O aumento da dívida líquida no ano foi necessário para sustentar o crescimento expressivo da Companhia. Ressaltamos também que continuamos diversificando as fontes de financiamento, compostas por dívidas bancárias de giro, alocações em mercado de capitais e captações junto a bancos de fomento, entre outras. O perfil de nossa dívida vem melhorando ao longo dos últimos períodos, sendo que hoje, aproximadamente 57% da dívida é de longo prazo e pretendemos continuar com nossa estratégia de *liability management.*

Perfil da dívida - Distribuição entre curto e longo prazo	4T22	4T21	*Var.*
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	42,8%	44,4%	*-1,6 p.p.*
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	57,2%	55,6%	*1,6 p.p.*

DIVIDENDOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R$ 72.0 milhões de dividendos a serem distribuídos. O valor será levado para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado à reserva legal descrita na nota 24(c) das demonstrações financeiras.

Durante o ano de 2022 foram pagos R$ 47,6 milhões em dividendos, sendo R$ 0,34 por ação, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

INVESTIMENTOS

Em 2022 a Companhia realizou investimentos de R$ 156 milhões, compreendendo principalmente investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento, por meio de integralização de capital em investidas com o Fundo de Investimentos em Participações da Companhia, além de desembolsos para ampliação da estrutura produtiva, adequação e transferência de linhas de montagem e projetos de desenvolvimento de novos produtos.

MERCADO DE CAPITAIS

A Positivo encerrou 2022 com Capital Social de R$ 721,7 milhões, como parte do Patrimônio Líquido de R$ 1.4 bilhão, dividido entre 141.800.000 ações ordinárias (POSI3), das quais 52% estão em circulação ("*Free Float*").

As ações da Companhia fecharam o ano cotadas a R$ 9,39/ação, com queda de 10% em relação a 2021. A média diária de ações negociadas em bolsa ficou em 2,7 milhões em 2022, representando um volume financeiro diário médio de R$ 25 milhões.

Ao final de 2022, a Companhia atingiu R$1,3 bilhão de valor de mercado, apresentando uma redução de 10% em 12 meses, quando o valor de mercado da Companhia era de R$ 1,6 bilhão. Calculamos o valor de mercado multiplicando o total de ações da companhia pelo preço da ação POSI3 na data de referência.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 10 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração aprovou a criação de um novo Programa de Recompra de Ações com prazo de 18 meses, portanto ainda vigente. O novo Programa permite a recompra de até 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia que, na data de aprovação, representavam 2,82% do total de ações emitidas pela Companhia e 5,26% do total de ações emitidas pela Companhia que estão em circulação.

COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2022, a Positivo Tecnologia contava com mais de 4 mil colaboradores, alocados principalmente na sede administrativa localizada em Curitiba (PR), em Manaus (AM) e Ilhéus (BA) onde encontram-se unidades fabris.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, somente os serviços de auditoria das demonstrações financeiras foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

[1] Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4B28-05C5-AA4F-DA8B.

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI
B3 LISTED NM

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	347.098	287.152	426.576	359.007
Instrumentos financeiros derivativos	33	9.097	4.482	9.097	4.482
Contas a receber	6	853.226	624.475	1.132.483	762.625
Estoques	7	1.106.045	1.201.256	1.390.723	1.690.347
Contas a receber com partes relacionadas	10	141.289	196.153	13.997	14.502
Impostos a recuperar	8	289.092	142.639	309.169	157.222
IRPJ e CSLL		46.045	14.717	52.363	18.803
Adiantamentos diversos		35.807	38.209	52.566	56.229
Outros créditos	9	40.582	52.873	43.088	56.823
		2.868.281	2.561.956	3.430.062	3.120.040
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	6	–	–	13.573	–
Impostos a recuperar	8	298.417	275.650	298.614	275.722
Tributos diferidos		–	–	1.712	624
Outros créditos	9	68.742	63.240	69.973	63.636
		367.159	338.890	383.872	339.982
Investimento em controladas	11	550.165	302.880	–	–
Investimento em empreendimento controlado em conjunto (“joint venture”)	14	–	–	32.413	37.942
Investimento em coligadas e outros	12 e 13	56.849	26.789	131.714	76.284
Imobilizado	15	78.834	72.456	110.987	92.894
Intangível	16	39.393	27.780	110.777	86.994
		725.241	429.905	385.891	294.114
		1.092.400	768.795	769.763	634.096
TOTAL ATIVO		**3.960.681**	**3.330.751**	**4.199.825**	**3.754.136**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	450.911	870.647	594.245	1.186.214
Empréstimos e financiamentos	18	649.230	390.072	655.704	400.196
Salários e encargos a pagar		38.088	35.068	42.753	38.387
Passivo de arrendamento	15.a	9.880	7.874	11.490	9.115
Provisões	19	136.894	138.024	164.786	158.080
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	24	4.656	5.985	4.656	5.985
Tributos a recolher	20	56.671	32.137	192.806	52.814
Dividendos a pagar	25.f	71.998	47.611	71.998	47.611
Receita diferida	8 e 21	5.882	4.759	9.668	5.753
Contas a pagar com partes relacionadas	10	136.957	9.810	1.140	745
Outras contas a pagar	22	6.239	19.455	23.967	32.751
		1.567.406	1.561.442	1.773.213	1.937.651
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	18	862.150	481.729	876.281	500.406
Passivo de arrendamento	15.a	16.394	23.754	18.125	26.525
Provisões	19	64.586	46.211	64.586	46.211
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	24	48.017	39.584	48.017	39.584
Contas a pagar com partes relacionadas	10	5.627	5.627	1.890	3.440
Provisão para perda em investimentos	11 e 14 .a	475	475	475	475
Tributos diferidos		–	–	492	654
Outras contas a pagar	22	–	98	10.426	17.529
		997.249	597.478	1.020.292	634.824
TOTAL DO PASSIVO		**2.564.655**	**2.158.920**	**2.793.505**	**2.572.475**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25.a	721.670	721.670	721.670	721.670
Reserva de capital	25.b	120.943	119.939	120.943	119.939
Reserva de lucros	25.c	591.779	361.419	591.779	361.419
Ajuste de avaliação patrimonial	25.d	(19.333)	(10.069)	(19.333)	(10.069)
Ações em tesouraria	25.e	(19.033)	(21.128)	(19.033)	(21.128)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.396.026	1.171.831	1.396.026	1.171.831
Participação de acionistas não controladores		–	–	10.294	9.830
Patrimônio líquido total		1.396.026	1.171.831	1.406.320	1.181.661
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.960.681**	**3.330.751**	**4.199.825**	**3.754.136**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
RECEITA LÍQUIDA	26	**4.753.555**	**3.110.312**	**4.993.235**	**3.365.487**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	27	(3.773.345)	(2.466.596)	(3.796.478)	(2.596.881)
LUCRO BRUTO		**980.210**	**643.716**	**1.196.757**	**768.606**
Despesas com vendas	27	(512.468)	(350.916)	(540.264)	(363.763)
Despesas gerais e administrativas	27	(162.791)	(133.714)	(197.325)	(163.437)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	8	187.409	38.677	174.197	57.585
Resultado da equivalência patrimonial	11 a 14	133.857	82.469	(8.270)	4.158
		(353.993)	(363.484)	(571.662)	(465.457)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**626.217**	**280.232**	**625.095**	**303.149**
Receitas financeiras	29	78.762	40.498	86.350	43.706
Despesas financeiras	29	(335.688)	(144.857)	(357.620)	(158.768)
Variação cambial, líquida	29	(66.174)	24.385	(46.841)	20.150
		(323.100)	(79.974)	(318.111)	(94.912)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**303.117**	**200.258**	**306.984**	**208.237**
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	–	–	(1.877)	(4.712)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	–	–	1.250	(629)
		–	–	(627)	(5.341)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**303.117**	**200.258**	**306.357**	**202.896**
Atribuível aos Controladores		**N/A**	**N/A**	**303.117**	**200.258**
Atribuível aos não Controladores		**N/A**	**N/A**	**3.240**	**2.638**
LUCRO POR AÇÃO - R$					
Básico	30	**N/A**	**N/A**	**2,1673**	**1,4287**
Diluído	30	**N/A**	**N/A**	**2,1638**	**1,4234**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

Caio Gonçalves de Moraes
Vice-Presidente de Finanças e RI

Marielva Andrade Dias
Diretora Vice-Presidente de Governo e Contas Estratégicas

Rodrigo Guercio Teixeira
Diretor Vice-Presidente Corporativo

CONTADOR

Fábio Trierweiler Faigle
CRC PR - 055265/O-2 - Diretor de Controladoria

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Silveira Dias - Presidente do Conselho (não executivo e independente)
Giem Raduy Guimarães - Conselheiro
Rodrigo Cesar Formighieri - Conselheiro

Hélio Bruck Rotenberg - Conselheiro
Samuel Ferrari Lago - Conselheiro
Rafael Moia Vargas - Conselheiro

Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima - Conselheira Independente
Marcel Malczewski - Conselheiro Independente
Gustavo Jobim - Conselheiro Independente

“As demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes estão publicadas no jornal Metrópole em 29/03/2022.”

BANCO BTG PACTUAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 30.306.294/0001-45 - NIRE nº 33.300.000.402

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convocados os acionistas do Banco BTG Pactual S.A. (“Companhia”), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.250-040, a fim de deliberar sobre as matérias a seguir descritas. **Em Assembleia Geral Ordinária: 1.** Tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e dos Resumos dos Relatórios do Comitê de Auditoria e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 dezembro de 2022. **3.** Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. **3.1.** Conforme disposto na Resolução CVM n.º 70/2022 e no Artigo 141, da Lei nº 6.404, de 1976, é de 10% (dez por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. **4.** Deliberar sobre a fixação da remuneração global dos administradores. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 5.** Aprovar a alteração da redação do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia a fim de consolidar o objeto social. **6.** Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social do BTG Pactual para refletir o disposto no item acima. **Instruções Gerais**: **7.** Os documentos exigidos pela Resolução CVM nº 81/22 (“Resolução 81”) encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (www.b3.com.br), de acordo com as disposições da Lei das S.A. e da Resolução 81. (i) Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGOE munidos dos documentos hábeis de identidade. (ii) Nos termos do parágrafo único, Artigo 21º, do Estatuto Social da Companhia, bem como no intuito de dar celeridade aos procedimentos da AGOE, solicitamos aos acionistas que desejarem participar da AGOE que depositem na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22250-040, aos cuidados do Departamento Jurídico, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização da AGOE: **i.** BVD, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e **ii.** Cópia dos seguintes documentos: **(a) Para Pessoas Físicas**, documento de identidade oficial válido com foto e CPF do Acionista; **(b) Para Pessoas Jurídicas**: (i) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do Acionista; e (iii) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do Acionista; **(c) Para Fundos de Investimento**: (i) último Regulamento do Fundo de Investimento consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) do administrador ou gestor (conforme o caso, observada a política de voto do fundo de investimento) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor e do Acionista (conforme o caso); e (iv) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do administrador ou gestor (conforme o caso) e do Acionista. **8.** A Companhia solicita que os documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua estrangeira sejam apresentados acompanhados da respectiva tradução para o português. **9.** De modo a facilitar a participação dos acionistas na AGOE, a Companhia dispensará o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação. **10.** A Companhia adotará para esta AGOE o sistema de votação à distância estabelecido pelo Artigo 26 da Resolução 81. Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar até o dia 21 de abril de 2023, a partir desta data, os seguintes documentos digitalizados em formato pdf para o endereço eletrônico OL-juridico-societario@btgpactual.com ou entregá-los até a referida data aos cuidados do Departamento Juridico da Companhia, na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-133: (i) Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) Por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e (iii) Por boletim de voto à distância (“BVD”) para participação na AGOE enviado diretamente à Companhia, conforme instruções identificadas nesta Proposta. **11.** Caso haja divergência entre eventual BVD recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o BVD recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. **12.** Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. **13.** Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da AGOE, portando os documentos exigidos conforme o quadro acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas. **14.** O acionista que comparecer à AGOE e apresentar a documentação exigida não será impedido de participar da AGOE. **15.** Igualmente, o direito de participar da AGOE e de nela exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas *Units* deverá ser exercido por meio da instituição depositária, observados os procedimentos e limitações previstas no correspondente contrato de emissão em vigor, conforme determina o Artigo 46º do Estatuto Social da Companhia. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, ou por meio do telefone (11) 3383-9697 ou pelo E-mail OL-juridico-societario@btgpactual.com. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. **Conselho de Administração.**

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4B28-05C5-AA4F-DA8B.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4B28-05C5-AA4F-DA8B ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4B28-05C5-AA4F-DA8B

Hash do Documento

BB32781FF176A9047EA03C8EB6A259E595D0FEFD2C50D1E0A9630EB8A428512E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2023 é(são) :

☑ Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 28/03/2023 04:24 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

DocuSign Envelope ID: 12CC0452-BA5A-47C0-BB59-E6F2F372CFA0

POSITIVO
TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
ÍNDICES DE BALANÇO em 31/12/2022
(valores expressos em milhares de reais)

LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{2.868.281}{1.567.406} = 1,83$$

LIQUIDEZ SECA (LS)

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LS = \frac{2.868.281 - 1.106.045}{1.567.406} = 1,12$$

LIQUIDEZ GERAL (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LG = \frac{2.868.281 + 367.159}{1.567.406 + 997.249} = 1,26$$

SOLVÊNCIA GERAL (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{3.960.681}{1.567.406 + 997.249} = 1,54$$

Curitiba, 24 de maio de 2023.

DocuSigned by:
Fabio Trierweiler Faigle
Assinado por: FABIO TRIERWEILER FAIGLE:03294931913
CPF: 03294931913
Papel: Contador
Data/Hora da Assinatura: 24/05/2023 | 19:21:50 BRT
ICP Brasil
0A51D7D933994DA099028D8363D9265B

FABIO TRIERWEILER FAIGLE
Contador: CRC PR-055265/O-2
CPF: 032.949.319-13

DocuSigned by:
Idel Iankilevich
Assinado por: IDEL IANKILEVICH:45069794949
CPF: 45069794949
Papel: Diretor Administrativo
Data/Hora da Assinatura: 24/05/2023 | 16:41:28 BRT
ICP Brasil
4DE483327EA44A84B1AF5327D0966C9A

IDEL IANKILEVICH
CPF: 450.697.949-49
Diretor Administrativo

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 12CC0452BA5A47C0BB59E6F2F372CFA0
Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: Índices 2022 Positivo Tecnologia..docx
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Assinaturas: 2
Remetente do envelope:
Certificar páginas: 2
Rubrica: 0
Mari Cleusa Krucoski
Assinatura guiada: Ativado
Rua João Bettega, 5200.
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Curitiba, PR 81530000
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília
mcleusa@positivo.com.br
Endereço IP: 200.146.210.49

Rastreamento de registros

Status: Original
Portador: Mari Cleusa Krucoski
Local: DocuSign
24/05/2023 15:01:25
mcleusa@positivo.com.br

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Fábio Trierweiler Faigle fabiof@positivo.com.br Diretor de Controladoria Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 03294931913 Cargo do Signatário: Contador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através do DocuSign	DocuSigned by: Fábio Trierweiler Faigle 0A51D7D933994DA... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.146.210.49	Enviado: 24/05/2023 15:03:53 Visualizado: 24/05/2023 17:48:36 Assinado: 24/05/2023 19:21:54
Idel Iankilevich idel@positivo.com.br Diretor Administrativo Positivo Tecnologia Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 45069794949 Cargo do Signatário: Diretor Administrativo **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através do DocuSign	DocuSigned by: Idel Iankilevich 4DE483327EA44A8... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.146.210.49	Enviado: 24/05/2023 15:03:53 Visualizado: 24/05/2023 16:32:29 Assinado: 24/05/2023 16:41:32

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	**Status**	**Registro de hora e data**
Evento de entrega do agente	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega intermediários	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de cópia	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	24/05/2023 15:03:53
Entrega certificada	Segurança verificada	24/05/2023 16:32:29
Assinatura concluída	Segurança verificada	24/05/2023 16:41:32
Concluído	Segurança verificada	24/05/2023 19:21:55

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped **Versão: 10.2.1**

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
41300071977	81.243.735/0001-48	
NOME EMPRESARIAL		
Positivo Tecnologia S/A		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/12/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário	839
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
28.19.62.E3.9B.0E.BC.14.6A.F0.9C.1E.77.B1.62.DC.23.A4.58.8E	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	03294931913	FABIO TRIERWEILER FAIGLE:03294931913	102775120048951377118342101115539081819	23/06/2023 a 22/06/2026	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	81243735000148	POSITIVO TECNOLOGIA S A:81243735000148	723769962455081294801397140865543965 50	31/08/2023 a 30/08/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

28.19.62.E3.9B.0E.BC.14.6A.F0.9C.1E.
77.B1.62.DC.23.A4.58.8E-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/06/2024 às 18:04:14

A8.8F.6D.97.1C.D6.7F.D5
B9.4D.FE.7E.9D.26.69.77

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A		
Período da Escrituração:	01/12/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	81.243.735/0001-48
Número de Ordem do Livro:	839		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	Positivo Tecnologia S/A
NIRE	41300071977
CNPJ	81.243.735/0001-48
Número de Ordem	839
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	Curitiba
Data do arquivamento dos atos constitutivos	01/01/1999
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	8589296

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	Positivo Tecnologia S/A
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	839
Quantidade total de linhas do arquivo digital	8589296
Data de inicio	01/12/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 28.19.62.E3.9B.0E.BC.14.6A.F0.9C.1E.77.B1.62.DC.23.A4.58.8E-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A
Período da Escrituração:	01/12/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	81.243.735/0001-48
Número de Ordem do Livro:	839
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 3.960.681.452,65	R$ 4.277.053.982,30
ATIVO CIRCULANTE		R$ 2.868.282.902,70	R$ 2.939.530.395,92
CAIXA E EQUIVALENTES	5	R$ 347.097.556,18	R$ 514.307.697,15
DEPOSITOS BANCARIOS		R$ 22.882.998,73	R$ 18.400.621,37
APLICACOES FINANCEIRAS		R$ 324.214.557,45	R$ 495.907.075,78
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31	R$ 9.096.651,77	R$ 0,00
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	31	R$ 9.096.651,77	R$ 0,00
CONTAS A RECEBER	6	R$ 994.514.954,90	R$ 1.161.878.355,20
CLIENTES NACIONAIS	6	R$ 849.719.152,85	R$ 967.518.085,03
CLIENTES NO EXTERIOR	6	R$ 3.507.198,50	R$ 6.492.236,44
CREDITOS COM PARTES RELACIONADAS	10	R$ 141.288.603,55	R$ 187.868.033,73
CREDITOS		R$ 411.528.478,19	R$ 337.817.209,96
TRIBUTOS A RECUPERAR	8	R$ 237.584.331,24	R$ 133.453.802,03
TRIBUTOS A COMPENSAR	8	R$ 63.437.215,22	R$ 99.947.992,12
OUTROS CREDITOS TRIBUTARIOS	8	R$ 34.115.973,15	R$ 40.855.433,90
CREDITOS COM FUNCIONARIOS		R$ 1.389.630,63	R$ 2.176.797,81
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R$ 34.410.548,09	R$ 32.806.741,34
OUTROS ADIANTAMENTOS		R$ 8.552,13	R$ 35.267,43
DESPESAS ANTECIPADAS	9	R$ 35.061.403,76	R$ 12.696.497,21
OUTROS CREDITOS	9	R$ 5.520.823,97	R$ 15.844.678,12
ESTOQUES	7	R$ 1.106.045.261,66	R$ 925.527.133,61
ESTOQUES DE PRODUTOS		R$ 954.503.794,53	R$ 750.943.245,74
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 121.344.299,50	R$ 97.447.945,46
ESTOQUES EM TRANSITO		R$ 95.084.859,23	R$ 127.258.919,17
OUTROS ESTOQUES		R$ 37.302.205,19	R$ 43.957.491,98
(-) (-)PERDAS ESTIMADAS EM ESTOQUES		R$ (105.099.385,03)	R$ (94.041.704,81)
(-) ESTOQUES DE TERCEIROS		R$ (1.574,68)	R$ 0,00
(-)LUCROS A APROPRIAR PARTES RELACIONADAS		R$ 2.911.062,92	R$ (38.763,93)
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 1.092.398.549,95	R$ 1.337.523.586,38
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 367.157.722,98	R$ 466.349.014,12
TRIBUTOS A RECUPERAR	8	R$ 298.416.617,26	R$ 457.442.251,42

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 28.19.62.E3.9B.0E.BC.14.6A.F0.9C.1E.77.B1.62.DC.23.A4.58.8E-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A
Período da Escrituração:	01/12/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	81.243.735/0001-48
Número de Ordem do Livro:	839
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTROS CREDITOS	9	R$ 68.741.105,72	R$ 8.906.762,70
INVESTIMENTOS		R$ 607.013.504,67	R$ 738.804.968,17
INVESTIMENTO EM CONTROLADAS	11	R$ 454.017.010,26	R$ 559.529.850,23
AGIO POR RENTABILIDADE FUTURA	11	R$ 0,00	R$ 19.178.505,93
INVEST EM CONTROLADAS NO EXTERIOR	11	R$ 96.147.199,74	R$ 87.877.230,28
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS	12	R$ 56.849.294,67	R$ 72.219.381,73
ATIVO IMOBILIZADO	13	R$ 78.833.836,27	R$ 86.384.941,87
IMOBILIZADO EM OPERACAO		R$ 77.878.853,18	R$ 85.251.075,77
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R$ 742.465,68	R$ 746.959,88
IMOBILIZADO PARA ARRENDAMENTO		R$ 158.821,05	R$ 276.561,40
OUTROS IMOBILIZADOS		R$ 53.696,36	R$ 110.344,82
INTANGIVEL	14	R$ 39.393.486,03	R$ 45.984.662,22
SOFTWARE E DIREITO DE USO		R$ 14.705.208,42	R$ 14.344.385,96
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		R$ 26.672.374,17	R$ 33.624.372,82
(-) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		R$ (1.984.096,56)	R$ (1.984.096,56)
PASSIVO		R$ 3.960.681.452,65	R$ 4.277.053.982,30
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 1.567.405.049,58	R$ 1.820.841.570,98
SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS		R$ 38.087.766,95	R$ 44.862.172,73
OBRIGACOES COM O PESSOAL		R$ 32.018.534,83	R$ 37.810.152,41
ENCARGOS SOCIAIS		R$ 6.069.232,12	R$ 7.052.020,32
FORNECEDORES		R$ 587.867.082,80	R$ 811.525.829,95
FORNECEDORES NACIONAIS	15	R$ 236.351.771,41	R$ 117.431.796,80
FORNECEDORES DO EXTERIOR	15	R$ 214.559.006,38	R$ 414.062.138,10
DEBITOS COM PARTES REALCIONADAS	10	R$ 136.655.025,57	R$ 279.752.317,48
DEBITOS COM PARTES RELAC NO EXTERIOR	10	R$ 301.279,44	R$ 279.577,57
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	16	R$ 649.228.819,67	R$ 693.795.304,43
EMPRESTIMOS NACIONAIS	16	R$ 649.228.819,67	R$ 693.795.304,43
OBRIGACAO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31	R$ 0,00	R$ 17.681.934,02
OBRIGACAO COM INSTRUM FINANC DERIVATIVOS	31	R$ 0,00	R$ 17.681.934,02
CONTAS A PAGAR		R$ 134.551.470,95	R$ 101.816.276,49
TRIBUTOS A PAGAR	18	R$ 56.658.885,25	R$ 38.613.281,29

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 28.19.62.E3.9B.0E.BC.14.6A.F0.9C.1E.77.B1.62.DC.23.A4.58.8E-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A
Período da Escrituração:	01/12/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	81.243.735/0001-48
Número de Ordem do Livro:	839
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PARCELAMENTO DE TRIBUTOS		R$ 11.787,42	R$ 11.787,42
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R$ 77.880.798,28	R$ 63.191.207,78
PROVISOES		R$ 141.550.109,28	R$ 131.049.053,17
PROV PARA RISCOS TRIB TRAB E CIVEIS	22	R$ 4.655.903,03	R$ 4.240.331,89
DEMAIS PROVISOES	17	R$ 136.894.206,25	R$ 126.808.721,28
OUTRAS OBRIGACOES		R$ 16.119.799,93	R$ 20.111.000,19
PASSIVO DE DIREITO DE USO	13.a	R$ 9.880.371,92	R$ 8.493.629,04
DEMAIS OBRIGACOES		R$ 6.239.428,01	R$ 11.617.371,15
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R$ 997.248.510,03	R$ 868.815.691,54
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	16	R$ 862.149.741,63	R$ 677.803.088,46
EMPRESTIMOS NACIONAIS	16	R$ 862.149.741,63	R$ 677.803.088,46
(-) OBRIGACAO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31	R$ (0,00)	R$ 16.880.818,10
(-) OBRIGACAO COM INSTRUM FINANCEIROS DERIVATIVOS	31	R$ (0,00)	R$ 16.880.818,10
PROVISOES		R$ 112.602.925,26	R$ 134.028.062,02
PROV PARA RISCOS TRIB TRAB E CIVEIS	22	R$ 48.017.213,02	R$ 48.113.166,94
DEMAIS PROVISOES	17	R$ 64.585.712,24	R$ 85.914.895,08
OUTRAS OBRIGACOES		R$ 22.495.843,14	R$ 40.103.722,96
PASSIVO DE DIREITO DE USO	23	R$ 0,00	R$ 23.137.339,18
PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS		R$ 474.679,31	R$ (0,00)
DEBITOS COM CIAS LIGADAS	10	R$ 5.627.468,97	R$ 5.627.468,97
DEMAIS OBRIGACOES	20	R$ 16.393.694,86	R$ 10.157.950,00
(-) TRIBUTOS DIFERIDOS		R$ (0,00)	R$ 1.180.964,81
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 1.396.027.893,04	R$ 1.587.396.719,78
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 1.396.027.893,04	R$ 1.587.396.719,78
CAPITAL SOCIAL	23.a	R$ 721.670.033,72	R$ 721.670.033,72
RESERVA DE LUCROS	23.c	R$ 591.782.119,87	R$ 779.420.222,02
RESERVAS DE CAPITAL	23.b	R$ 120.941.761,23	R$ 122.379.343,74
(-) (-)ACOES EM TESOURARIA	23.e	R$ (19.033.135,40)	R$ (17.492.936,75)
(-) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	23.d	R$ (13.156.668,18)	R$ (21.276.412,69)
(-) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	23.d	R$ (6.176.218,20)	R$ 2.696.469,74

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 28.19.62.E3.9B.0E.BC.14.6A.F0.9C.1E.77.B1.62.DC.23.A4.58.8E-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A		
Período da Escrituração:	01/12/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	81.243.735/0001-48
Número de Ordem do Livro:	839		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO PERIODO		R$ 303.117.608,75	R$ 246.757.602,85
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	24	R$ 4.753.554.385,61	R$ 3.703.978.473,49
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 5.574.712.432,13	R$ 4.454.205.765,06
RECEITA COM VENDA DE PRODUTOS		R$ 4.886.413.447,38	R$ 3.887.338.534,12
RECEITA COM REVENDA DE MERCADORIAS		R$ 593.715.423,54	R$ 488.207.549,86
RECEITA COM PRESTACAO DE SERVICOS		R$ 94.583.561,21	R$ 78.659.681,08
(-) (-)VENDAS CANC E DESC INCONDICIONAIS		R$ (160.190.948,22)	R$ (106.298.361,34)
(-) (-)VENDAS CANCELADAS		R$ (125.557.253,97)	R$ (106.274.796,70)
(-) (-)DESCONTOS INCONDICIONAIS		R$ (34.633.694,25)	R$ (23.564,64)
(-) TRIBUTOS INCIDENTES E SUBVENCOES		R$ (584.898.859,98)	R$ (537.711.440,71)
(-) (-)TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS		R$ (1.187.411.054,94)	R$ (1.001.480.657,58)
(+)CREDITO PRESUMIDO E SUBVENCOES		R$ 602.512.194,96	R$ 463.769.216,87
(-) VERBA DE PROPAGANDA COOPERADA E REBATE		R$ (76.068.238,32)	R$ (106.217.489,52)
(-) (-)CUSTOS	25	R$ (3.773.344.630,43)	R$ (2.817.013.661,48)
(-) (-)CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (3.412.800.645,15)	R$ (2.522.752.389,64)
(-) (-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (335.336.289,42)	R$ (283.071.293,85)
(-) (-)CUSTO DOS SERVICOS PRESTADOS		R$ (25.207.695,86)	R$ (11.189.977,99)
(-) (-)DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (675.259.653,38)	R$ (634.156.744,40)
(-) DESPESAS COM VENDAS	25	R$ (512.468.422,81)	R$ (463.338.740,01)
(-) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	25	R$ (162.791.230,57)	R$ (170.818.004,39)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO		R$ (323.097.628,97)	R$ (235.762.720,94)
RECEITAS FINANCEIRAS	27	R$ 78.761.968,63	R$ 89.455.899,41
(-) (-)DESPESAS FINANCEIRAS	27	R$ (317.733.211,66)	R$ (248.675.681,58)
RESULTADO DA VARIACAO CAMBIAL	27	R$ (6.098.384,47)	R$ 35.770.208,95
(-) RESULTADO DA COBERTURA CAMBIAL	27	R$ (78.028.001,47)	R$ (112.313.147,72)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		R$ 321.265.135,92	R$ 228.679.140,99
OUTRAS RECEITAS	8	R$ 187.408.950,39	R$ 160.563.566,44
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	11 e 12	R$ 133.856.185,53	R$ 68.115.574,55
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB SOCIAL		R$ (0,00)	R$ 1.033.115,19
IMP DE RENDA E CONTRIB SOCIAL DIFERIDOS	21	R$ (0,00)	R$ 1.033.115,19

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 28.19.62.E3.9B.0E.BC.14.6A.F0.9C.1E.77.B1.62.DC.23.A4.58.8E-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A				
Período da Escrituração:	01/12/2023 a 31/12/2023	CNP	81.243.735/0001-48	Número de Ordem do Livro:	839
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023				

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido						Total (R$)
	CAPITAL SOCIAL (R$)	RESERVA DE LUCROS (R$)	RESERVAS DE CAPITAL (R$)	(-)ACOES EM TESOURARIA (R$)	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R$)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS (R$)	
Saldo Inicial em 01.01.2023	721.670.033,72	591.782.119,87	120.941.761,23	(-)19.033.135,40	(-)13.156.668,18	(-)6.176.218,20	1.396.027.893,04
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		246.757.602,85					246.757.602,85
DIVIDENDO OBRIGATÓRIO		(-)58.604.930,68					(-)58.604.930,68
OPÇÕES OUTORGADAS RECONHECIDAS		(-)514.570,02	1.437.582,51	1.540.198,65			2.463.211,14
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO					(-)8.119.744,51		(-)8.119.744,51
HEDGES DE FLUXO DE CAIXA						8.872.687,94	8.872.687,94
Saldo Final em 31.12.2023	721.670.033,72	779.420.222,02	122.379.343,74	(-)17.492.936,75	(-)21.276.412,69	2.696.469,74	1.587.396.719,78
Notas	23.a	23.c	23.b	23.e	23.d	23.d	

DADOS DAS ASSINATURAS

Entidade:	Positivo Tecnologia S/A		
Período da Escrituração:	01/12/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	81.243.735/0001-48
Número de Ordem do Livro:	839		

Dados das Assinaturas da Escrituração

Qualificação do Assinante	Contador
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	032.949.319-13
N° de Série do Certificado	102775120048951377118342101115539081819
Nome do Signatário	FABIO TRIERWEILER FAIGLE:03294931913
Autoridade Certificadora Emissora	AC Certisign RFB G5
Validade	23/06/2023 a 22/06/2026

Qualificação do Assinante	Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)
Tipo do Certificado	Pessoa Jurídica
CPF / CNPJ	428.804.249-68
N° de Série do Certificado	72376996245508129480139714086554396550
Nome do Signatário	POSITIVO TECNOLOGIA S A:81243735000148
Autoridade Certificadora Emissora	AC Certisign RFB G5
Validade	31/08/2023 a 30/08/2024

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Nome Empresarial:	Positivo Tecnologia S/A				
CNPJ:	81.243.735/0001-48	Nire:	41300071977	Scp:	
Período da Escrituração:	01/12/2023 a 31/12/2023				
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)				
Natureza do Livro:	Livro Diário				
Identificação do arquivo(hash):	28.19.62.E3.9B.0E.BC.14.6A.F0.9C.1E.77.B1.62.DC.23.A4.58.8E-				

Consulta Realizada em: 26/06/2024 06:51:07

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI B3 LISTED NM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM AOS ACIONISTAS,

Dando continuidade ao processo de diversificação e construindo sobre os resultados excepcionais de 2022, iniciamos 2023 com otimismo em relação às perspectivas de todas as linhas de negócios. No entanto, nos deparamos com a crise de alguns varejistas nacionais e com a postergação de vários negócios governamentais. Os juros impactaram também as pequenas empresas, que compraram menos no segundo semestre. Olhando no retrovisor para 2023, podemos comemorar nossa capacidade de sustentar nossa escala diante de tantas adversidades. Neste contexto desafiador, entregamos R$ 4,7 bilhões de receita bruta no ano, com margens bastante saudáveis e com um balanço mais fortalecido.

Em **Consumo,** mesmo com todas as adversidades enfrentadas por alguns varejistas, tivemos crescimento de 8% sobre 2022, impulsionado pelo sucesso da linha Infinix e pelos novos tablets Positivo e Vaio, que superaram as expectativas. Fortalecemos nossa presença junto a varejistas regionais e testemunhamos um forte crescimento dos canais online, apesar da crise instalada no setor, e com isso, recuperamos uma fatia de market share em PCs. No segmento **Corporativo,** tiveram destaque **Soluções de Pagamento,** com forte crescimento no ano, e Servidores, com evolução das vendas recorrentes, além de importante ganho de market share em PCs. Avançamos em nossa estratégia de diversificação, garantimos importantes contratos de serviços de tecnologia, e lançamos a Unidade de **Transformação Digital,** além do programa de canal da **Positivo Servers & Solutions.** Em **Instituições Públicas,** atingimos um importante patamar histórico de receita, com ganho importante de market share, sobretudo se considerarmos os entraves políticos que afetaram as compras por órgãos públicos. O montante só é menor que 2022, quando atingimos volume recorde devido aos efeitos da pandemia. Por fim, nossa capacidade de engenharia, produção e logística nos permitiu entregar o volume de 176 mil urnas eletrônicas.

Nossa estratégia já avançou significativamente no início de 2024, com a aquisição em março da **Algar TI Consultoria,** que compreende 100% da unidade de Serviços Gerenciados de TI (MSP) da Algar Tech. Esta transação não apenas acelera em vários anos nosso plano de diversificação em serviços de tecnologia, mas nos destaca como uma das únicas empresas com uma oferta de soluções de infraestrutura fim a fim de TI para o mercado corporativo, do Edge, ao Core e ao Cloud, e nos torna a parceira ideal na adoção de Inteligência Artificial por empresas na América Latina. Em fevereiro, anunciamos o financiamento junto ao BNDES de R$ 330 milhões, com prazo de 9 anos e custos atrativos, para apoiar nossos projetos de inovação em produtos, serviços e soluções, incluindo a incorporação de inteligência artificial e segurança cibernética em nossos produtos e plataformas. Esta linha melhora nosso perfil de endividamento e reduz nossos custos financeiros.

Continuaremos avançando em nosso processo de diversificação em 2024, porém, com uma abordagem mais cautelosa, mantendo-nos confiantes na manutenção da escala de nossas operações e na qualidade de nossos produtos, serviços e soluções para consumidores, empresas e órgãos governamentais. O ano iniciou muito bem para nossos negócios, e diante deste quadro estamos anunciando **novo guidance de receita bruta entre R$ 4,0 - 4,5 bilhões,** sem incluir a aquisição da Algar TI Consultoria, fundamentado em linhas de negócios com maior previsibilidade e recorrência. Em bases comparáveis[1], esse guidance aponta para a maior receita de nossa história e ainda há chance de o superarmos, mas neste momento preferimos manter o tom de cautela, com a possibilidade de revisar essa projeção à medida que os resultados forem entregues.

Alexandre Dias
Presidente do Conselho de Administração

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

[1] Excluindo os projetos especiais, os servidores para um super computador em 2022 e os efeitos da pandemia que impulsionaram as compras por órgãos públicos em 2022 e em 2021.

DESTAQUES DE 2023

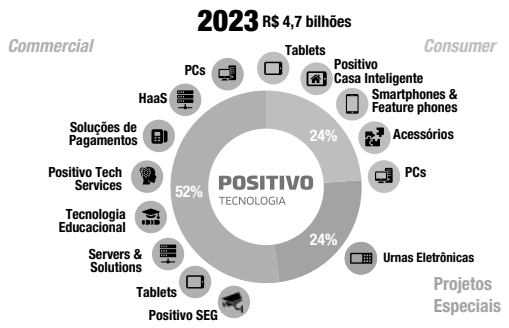
- ✓ **Receita bruta de R$ 4,7 bilhões** em 2023, com queda de 19,4% sobre a forte base de comparação em 2022.
- ✓ Em 2023, o **EBITDA alcançou R$ 564 milhões**, -16,4% sobre 2022, devido principalmente ao maior volume de receita no ano anterior. A margem EBITDA de 2023 foi de 14,4%, +0,9 p.p. sobre 2022, ajudada pelo início de recuperação das margens em Consumo, pelas margens saudáveis nos demais negócios e por projetos especiais.
- ✓ Em 2023 o **Lucro foi de R$ 251 milhões**, vs. R$ 306 milhões em 2022, com margem líquida de 6,4%, +0,2 p.p. vs. 2022.
- ✓ **Índice de alavancagem de 1,5x**, com redução de 0,1x comparado a 2022, beneficiado pela menor dívida líquida.
- ✓ Em 2023 geramos **R$ 541 milhões de caixa operacional**, contra um consumo de caixa de R$ 330 milhões em 2022.
- ✓ **Aquisição da Algar TI Consultoria**, com signing em 18 de março de 2024, que compreende 100% da unidade de Serviços Gerenciados de TI (MSP - Managed Services Provider) da empresa Algar Tech. A empresa conta com mais de 4.400 consultores e técnicos especializados em TI, cloud, IA e cibersegurança. A aquisição acelera em vários anos a nossa estratégia de diversificação em serviços, tornando-nos uma powerhouse de tecnologia e uma das líderes na oferta de soluções tecnológicas integradas fim a fim (Edge, to Core, to Cloud), bem como a parceira ideal na adoção de inteligência artificial por organizações no Brasil e na América Latina. A transação foi anunciada por R$ 190 milhões, mais earn-out de R$ 45 milhões em 12 meses. O fechamento da transação está condicionado ao cumprimento de certas obrigações e condições precedentes.
- ✓ Contrato de **financiamento com o BNDES**, no valor de R$ 330 milhões, firmado em fevereiro deste ano, com prazo de nove anos e taxas TR mais spread, destinado aos nossos projetos de inovação em produtos, serviços e soluções, incluindo a aplicação de inteligência artificial.

NOSSO MODELO DE NEGÓCIO

A Positivo Tecnologia adota uma organização de negócios que permite assegurar uma forte presença e participação sólida de mercado, consolidando competências-chave em desenvolvimento, produção e distribuição de hardware e serviços.

Adotamos a mesma nomenclatura utilizada pelos diferentes institutos de pesquisa que dividem o mercado entre Consumer e Commercial. Consumer engloba tudo que é vendido para pessoas físicas, tanto de maneira direta como indireta, enquanto Commercial inclui o que é vendido para empresas, bem como para instituições públicas e privadas.

Representatividade de Receita Bruta entre os diferentes segmentos:

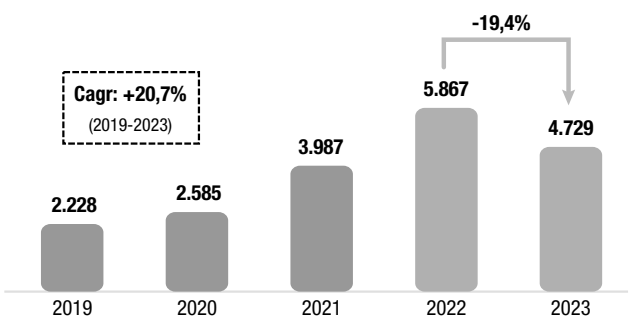


DESEMPENHO FINANCEIRO[1]

Os comentários apresentados nesta seção se referem aos números consolidados da Positivo Tecnologia S.A.

RECEITA BRUTA

Evolução da Receita Bruta
(R$ milhões)



No ano de 2023, a receita bruta foi menor em 19,4% em relação a 2022. Lembrando que 2022 foi uma forte base de comparação, quando tivemos R$ 239 milhões em receita com servidores para um supercomputador (HPC), além da forte receita em Instituições Públicas de R$ 2,2 bilhões, principalmente para secretarias de educação.

[1] Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis inroduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

COMMERCIAL

O segmento Commercial, que engloba as vendas e locação de computadores, servidores, máquinas de pagamento, equipamentos de segurança eletrônica e a prestação de serviços a empresas e instituições públicas, reportou uma diminuição na receita bruta no quarto trimestre de 2023 em comparação com o mesmo período em 2022, principalmente pela menor receita proveniente de instituições públicas.

Negócios Corporativos

Em 2023, a receita bruta totalizou R$ 1.038 milhões, uma redução de 33% em relação ao ano anterior, impactada pela forte base de comparação (R$ 239 milhões em servidores para o maior HPC da América Latina) e pelo contrato de HaaS para um grande cliente de telecomunicações, ambos no 1S22, além da maior pressão macroeconômica sobre o canal de pequenas e médias empresas em 2023.

Ao longo do ano, a Positivo ultrapassou a marca de mais de 1 mil clientes, entre as 4 mil maiores empresas do país, com destaque para empresas do setor de saúde e financeiras. As unidades de negócios de Transformação Digital (TD) e Positivo Servers & Solutions (PSS) tiveram grandes avanços dentro do plano estratégico.

Recrutamos novos parceiros para o programa de canais PSS Connect, que já trouxeram receita incremental, como por exemplo o contrato com a Sul América para fornecimento de servidores para nuvem híbrida. Com isso, tivemos crescimento no ano em linha com o planejado e de forma sustentável, apoiado por soluções de hiperconvergência da Nutanix e pela ampla linha de servidores *high-end* da Supermicro.

A unidade Tech Services teve desempenho sólido no ano, com maior penetração junto a gigantes nos segmentos de instituições financeiras e setor de saúde. Conquistamos importante certificação internacional da HDI - Help Desk Institute, baseada nas melhores práticas mundiais de atendimento ao cliente.

Os contratos de HaaS ultrapassaram no ano 50% dos novos contratos de vendas para grandes empresas, e evoluímos o nosso portal de autoatendimento para clientes, cujo NPS atingiu a elevada pontuação de 85%. Já conquistamos os primeiros contratos da solução Zero Carbon, e temos capturado oportunidades de cross-sell com a oferta de serviços da Tech Services. A combinação da oferta do hardware no modelo de locação e com camadas de serviços relacionadas à gestão do ativo tornam nossa oferta a mais competitiva do mercado.

O segmento Educacional ganhou penetração junto às instituições de ensino privadas. Esta unidade oferece suítes pedagógicas disruptivas, incluindo soluções de Inteligência Artificial embarcada, e atua junto a 30 edtechs. Para 2024 a perspectiva é continuar crescendo a base recorrente de vendas e estabelecer cases na área pública.

Em Soluções de Pagamento tivemos mais um excelente ano com forte crescimento. Estamos presentes em 6 dos 8 maiores adquirentes do país, que vêm reconhecendo a qualidade do nosso produto, o custo-benefício e a eficiência do nosso canal de atendimento, que em conjunto resultam na melhor proposta de valor para o mercado. Nossas máquinas inteligentes têm brilhado em recentes campanhas de marketing de dois dos maiores players do mercado. Temos grandes expectativa para Soluções de Pagamento, uma vez que nossas máquinas inteligentes continuam atraindo mais oportunidades de negócios, e já temos contratada a maior parte das vendas projetadas para o ano.

Para 2024 trabalharemos para conquistar clientes no grupo das 75% maiores empresas com quem ainda não transacionamos. Ampliaremos a capilaridade do nosso canal de pequenas e médias empresas e incluiremos a oferta de serviços, para gerar mais cross-sell e upsell. Evoluiremos nossa atuação como Cloud Solution Provider Tier 1 da Microsoft.

Ainda, em servidores, como cessionária da Supermicro no Brasil, a Positivo Servers & Solutions possui o melhor portfólio de servidores GPU para aplicações em inteligência artificial, além de servidores para computação e storages de alto desempenho. Vamos nos consolidar como o parceiro mais habilitado de infraestruturas para aplicações de IA no mercado, e buscar converter em vendas o grande pipeline de oportunidades que temos para 2024.

Negócios para Instituições Públicas

O ano de 2023 foi o primeiro ano de um novo governo e como tal, bastante desafiador, devido principalmente à postergação das aquisições e dos novos projetos pelos novos gestores, muitos deles empossados somente no final do ano. Foi também um ano com forte queda de aquisições e novos projetos dentro de uma das nossas principais verticais, a da educação.

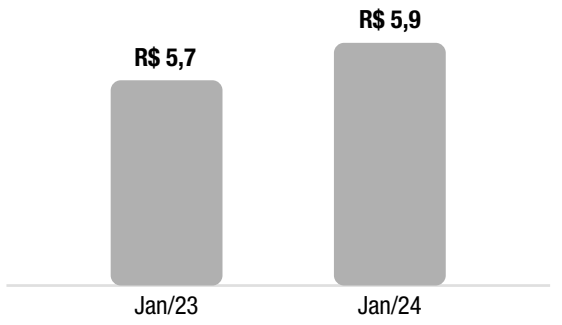
As Instituições Públicas representaram em média 18% do mercado total de PCs nos últimos 3 anos, dos quais parte relevante é a vertical educação. A Positivo aumentou sua participação de mercado no ano em PCs, principalmente na vertical educação.

A receita bruta do ano de 2023 atingiu R$ 1,4 bilhão, ficando 36% menor que 2022. No entanto, foi 12% maior que o também forte ano de 2021, demonstrando significativa elevação do patamar de compras por instituições públicas. Tal patamar apenas não é comparável com 2022, quando as compras para educação e para outros órgãos atingiram níveis excepcionais, impulsionadas pela pandemia.

A vertical educacional continuou a ser o destaque no ano, com ênfase nas compras de notebooks e serviços especializados pelas secretarias de educação estaduais e municipais, para integrar tecnologia aos seus programas educacionais. Como principais projetos podemos destacar Prodesp - Seduc/SP, Seap/PR e SME/SP. Demais segmentos com destaque no ano incluem Ministério da Economia, Instituições Financeiras e Sistema S.

Sobre as perspectivas para 2024, projetos já contratados e a contratar estão pouco acima de R$ 1 bilhão. O atual pipeline de futuras compras por instituições públicas no país permanece aquecido, atingindo R$ 5,9 bilhões em janeiro deste ano. Grandes projetos na esfera federal, como FNDE, e na esfera estadual, como Prodesp-Seduc/SP e Seap-Seduc/PR, estão previstos para serem licitados este ano.

Pipeline de aquisições por Instituições Públicas no país (R$ bilhões)



Negócios para o segmento Consumer:

A receita bruta de Consumer fechou o ano de 2023 em R$ 1.135 milhão, 8% maior quando comparada a 2022. Este crescimento ocorreu em um ano marcado pelo contexto macroeconômico desafiador, que resultou em uma crise de crédito e levou os varejistas a reduzirem significativamente seus dias de estoque. Tal contexto foi ainda agravado pelo pedido de recuperação judicial de um importante nome do mercado. Nosso desempenho foi impulsionado pelo êxito da linha Infinix e pela notável performance dos novos tablets Positivo e Vaio, os quais superaram as expectativas. O resultado não apenas reflete a qualidade e aceitação de nossos produtos, mas também valida a eficácia de nossa estratégia de fortalecimento da presença junto a varejistas regionais. Mesmo diante da crise setorial, nos destacamos também pelo desempenho sólido nos canais online. Outro ponto positivo desta unidade foi o início da recuperação das margens em PCs e mobilidade ao longo de 2023, porém ainda abaixo os níveis pré-pandemia, movimento este que projetamos que continuará em 2024.

O crescimento das vendas da linha Infinix foi o ponto alto do ano de 2023. Expandimos nossa presença nas principais varejistas do país, alcançando mais de dez mil pontos de venda. Destaque recente foi o lançamento do Infinix Note 30-5G, que se posiciona de maneira distinta na faixa de preço mais elevada em comparação com outros modelos concorrentes. Este lançamento não apenas ampliou nosso mercado endereçável, mas também se revelou um sucesso de vendas.

Além dos smartphones, obtivemos êxito nas vendas de tablets, dando especial atenção ao crescimento do modelo Vaio TL10, lançado por nós com exclusividade no mercado brasileiro. Ganhamos alguns pontos importantes de market share no ano, com recorde atingido em dezembro, fechando o ano com 17,5% de market share. Tal sucesso nos motivou para lançar tablet da marca Positivo Vision com 10 polegadas em 2024, também com a opção de teclado integrado por conexão física, e com a proposta de atender à crescente demanda por dispositivos de alto desempenho por um preço acessível.

Em PCs, diversificamos nossos canais de venda, aumentando nossa presença em varejistas regionais e canais online. Expandimos a linha Vision com o lançamento do modelo i15, com a exclusiva Lumina Bar - iluminação led em ambos os lados da câmera, e processadores Intel Core i3 ou i5 de 11ª geração. Esta linha está tendo boa aderência de vendas permitindo início de recuperação de market share no ano, principalmente no segmento de notebooks.

Além da expansão com os varejistas regionais, há de se destacar o rápido crescimento das vendas no canal D2C (Direto para Consumidor) sem gerar conflitos com os demais canais. Ainda, começamos a operar no Mercado Livre também no formato full commerce, que deve alavancar o crescimento do canal D2C. Somos a única indústria do segmento operando nesta modalidade. Esse formato requer integração do nosso sistema ERP à plataforma do marketplace, resultando em entregas mais rápidas e custos de frete reduzidos. As vendas continuam acelerando nos diferentes marketplaces e também nos sites próprios.

A consolidação desse desempenho atesta a resiliência e adaptabilidade da nossa abordagem comercial, mesmo diante dos desafios de um mercado que viu os volumes decresceram sobre uma base já fraca em 2022. Para 2024 seguimos confiantes na gradual recuperação do segmento com contínua restauração das margens, ajudados pelo ambiente macroeconômico mais favorável, pela estabilização dos varejistas, bem como pela continuidade de nossa estratégia de expansão e consolidação de parceiros varejistas, maior penetração nas plataformas online, e de lançamentos inovadores.

Projetos Especiais:

Em 2021 a Companhia venceu um segundo processo licitatório (UE2021) para fornecimento de 220 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2024, no valor total de R$ 1,4 bilhão, do qual já foi faturado R$ 1,21 bilhão ao longo de 2023. Esse montante é próximo do faturamento registrado em 2022, de R$ 1,1 bilhão, referente às urnas para as eleições do mesmo ano.

O valor remanescente para atingir o valor total contratado de urnas de R$ 1,4 bilhão será faturado no 1T24 (aproximadamente R$ 250 milhões).

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

MARGEM BRUTA			
R$ milhões			
	2023	**2022**	***Var.***
Receita Bruta Consolidada	4.728,8	5.866,7	(19,4%)
Descontos e Deduções	(802,2)	(873,5)	*(8,2%)*
Receita Líquida Consolidada	**3.926,6**	**4.993,2**	***(21,4%)***
Custo dos Produtos e Serviços	**(2.864,1)**	**(3.796,5)**	***(24,6%)***
Lucro Bruto	**1.062,5**	**1.196,8**	(11,2%)
Margem Bruta	27,1%	24,0%	3,1 p.p.

A Receita Líquida no ano foi de R$ 3.927 milhões, queda de 21,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 2022 o Lucro Bruto ficou em R$ 1.063 milhões, queda de 11,2% sobre 2022, com Margem Bruta de 27,1%. A melhora da Margem Bruta em 3,1 p.p. é devido ao melhor mix de produtos e serviços ofertados, com início de recuperação de margens do Consumo e o aumento da participação de receita de projetos especiais.

DESPESAS OPERACIONAIS E RESULTADO OPERACIONAL

DESPESAS OPERACIONAIS			
R$ milhões			
	2023	**2022**	***Var.***
Receita Líquida	**3.926,6**	**4.993,2**	***(21,4%)***
Lucro Bruto	**1.062,5**	**1.196,8**	***(11,2%)***
Receitas/despesas Operacionais	**(554,0)**	**(571,7)**	***(3,1%)***
Despesas Comerciais	(496,2)	(540,3)	*(8,2%)*
Despesas Gerais e Administrativas	(216,2)	(197,3)	*9,6%*
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6,6)	(8,3)	*(20,7%)*
Outras receitas/despesas operacionais	165,0	174,2	*(5,3%)*
Resultado Operacional (EBIT)	**508,6**	**625,1**	***(18,6%)***

No ano, as despesas operacionais recuaram 3,1% contra 2022, principalmente pelas despesas comerciais que recuaram 8,2% no ano, com redução em outras despesas comerciais devido à redução em provisão para devedores duvidosos e despesas com propaganda e marketing. Estes efeitos mais do que compensaram as maiores despesas de assistência técnica e garantia, em função da maior receita com projetos especiais. As despesas administrativas cresceram 9,6% no ano, impulsionadas pelo dissídio dos colaboradores, bem como pela expansão de áreas de negócios estratégicas em relação a 2022. Finalmente, outras receitas operacionais tiveram redução devido ao menor faturamento em relação a 2022.

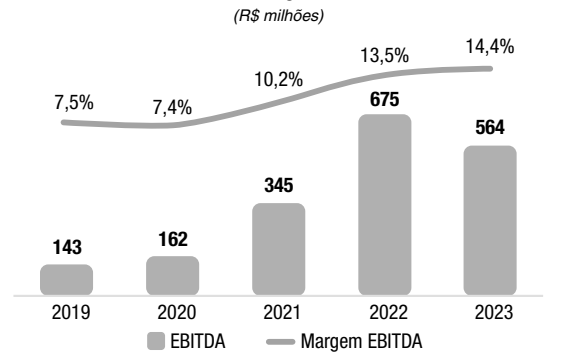
EBITDA

EBITDA			
R$ milhões			
	2023	**2022**	***Var.***
EBIT	**508,6**	**625,1**	***(18,6%)***
Depreciação e Amortização	55,7	49,9	*11,6%*
EBITDA	**564,2**	**675,0**	***(16,4%)***
Margem EBITDA	***14,4%***	***13,5%***	***0,9 p.p.***

No ano, o EBITDA reflete a menor receita no período, porém com maior margem EBITDA devido aos efeitos do início da recuperação das margens em Consumo, das margens saudáveis nos demais negócios e dos projetos especiais.

O mix de canais nas receitas também tem beneficiado as margens em razão da melhor rentabilidade de projetos para instituições públicas e para o segmento corporativo, além dos projetos especiais.

EBITDA e Margem EBITDA
(R$ milhões)



ROIC - Retorno sobre Capital Investido

ROIC			
R$ milhões			
	2023	**2022**	***Var.***
EBIT (LTM)	508,6	625,1	*(18,6%)*
IR/CSLL (LTM)	(3,3)	(0,6)	421,4%
NOPAT (LTM)	**505,3**	**624,5**	***(19,1%)***
Capital Empregado	**2.318,1**	**2.412,4**	***(3,9%)***
Média do Capital Empregado[1]	**2.365,2**	**2.025,7**	***16,8%***
ROIC2	**21,4%**	***30,8%***	***-9,5 p.p.***

[1] - Média do capital empregado do período e do mesmo período do ano anterior. Considera o capital de giro, ativo permanente e outros ativos de longo prazo líquidos de IR/CSLL diferidos.

[2] - NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio

Em 2023, o ROIC anualizado alcançou 21,4%, queda de 9,5 p.p. versus o 2022, devido ao aumento na média de capital empregado e redução do NOPAT.

O ROIC de 2022 foi elevado devido ao maior NOPAT e pela menor média do capital empregado, uma vez que considera a média entre 2022 e 2021. Em 2021, o patamar de resultado da companhia foi muito menor, e consequentemente, o capital empregado como capital de giro e investimentos foram significativamente menores.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO			
R$ milhões			
	2023	**2022**	***Var.***
Receitas Financeiras	104,3	86,4	*20,8%*
Despesas Financeiras	(325,4)	(357,6)	*(9,0%)*
Resultado Financ. Pré-Var. Cambial	**(221,1)**	**(271,3)**	***(18,5%)***
Variação Cambial	(33,3)	(46,8)	*(28,9%)*
RESULTADO FINANCEIRO	**(254,4)**	**(318,1)**	***(20,0%)***

A melhora no resultado financeiro em 20% em 2023 reflete o menor nível de endividamento da Companhia ao longo do ano, resultante da geração de caixa e amortização de dívidas, bem como a redução da taxa de juros.

Ressaltamos que os objetivos da política cambial da Companhia são a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2023, o lucro líquido foi R$ 251 milhões, 18,1% menor frente ao resultado de 2022, com margem de 6,4% (+0,3 p.p.). O ano de 2022 foi uma forte base de comparação, com grande concentração de vendas para instituições públicas, projetos especiais e servidores para um supercomputador, conforme explicado anteriormente. Desta forma, a redução do lucro líquido já era esperada. Não obstante, a margem líquida ainda foi levemente superior em 2023.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO			
R$ milhões			
Endividamento e Disponibilidades	**2023**	**2022**	***Var.***
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	694,8	655,7	6,0%
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	690,9	876,3	(21,2%)
Instrumentos Financeiros Derivativos	30,3	(0,2)	N/A
Endividamento	**1.416,1**	**1.531,7**	(7,6%)
Caixa e Equivalentes	591,4	426,6	38,6%
Disponibilidades	**591,4**	**426,6**	**38,6%**
Endividamento Líquido	**824,7**	**1.105,2**	**(25,4%)**
EBITDA Recorrente LTM	564,0	675,0	(16,4%)
Endividamento Líquido/EBITDA LTM	**1,5x**	***1,6x***	**-0,1x**

O índice de alavancagem (endividamento líquido/EBITDA LTM) da Companhia foi de 1,5x em 2023, apresentando uma redução de 0,1 p.p. se comparado com o 2022. Apresentamos também uma menor dívida líquida no período com queda de 25,4% em relação a 2022, fruto da maior geração de caixa no ano de 2023, o que permitiu amortização de empréstimos e financiamentos. Assim, geramos R$ 541 milhões em caixa no ano, sendo R$ 116 milhões no 2023.

Atualmente, aproximadamente 50% da dívida é de longo prazo, contra 57% em 2022. Esta relação deve ser inverter, com maior concentração de obrigações no longo prazo assim que a nova linha de crédito contratada junto ao BNDES, comentada nos destaques acima, entrar nosso balanço, uma vez que tem vencimento em 9 anos. Pretendemos continuar com nossa estratégia de liability management, buscando oportunidades no mercado que permitam o alongamento da nossa dívida existente, com custos mais atrativos.

Perfil da dívida - Distribuição entre curto e longo prazo	2023	2022	Var.
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	50,1%	42,8%	*7,3 p.p.*
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	49,9%	57,2%	*-7,3 p.p.*

DIVIDENDOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu o montante de R$ 58,6 milhões de dividendos a serem distribuídos. O valor será levado para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado à reserva legal descrita na nota 24(c) das demonstrações financeiras.

Durante o ano de 2023 foram pagos R$ 72,0 milhões em dividendos, sendo R$ 0,51 por ação, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

INVESTIMENTOS

Em 2023 a Companhia realizou investimentos de R$ 149,7 milhões, compreendendo principalmente investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento, por meio de integralização de capital em investidas com o Fundo de Investimentos em Participações da Companhia, além de desembolsos para ampliação da estrutura produtiva, adequação e transferência de linhas de montagem e projetos de desenvolvimento de novos produtos.

MERCADO DE CAPITAIS

A Positivo encerrou 2023 com Capital Social de R$ 721,7 milhões, como parte do Patrimônio Líquido de R$ 1,6 bilhão, dividido entre 141.800.000 ações ordinárias (POSI3), das quais 52% estão em circulação ("*Free Float*").

A média diária de ações negociadas em bolsa ficou em 2,0 milhões em 2023, representando um volume financeiro diário médio de R$ 15 milhões. POSI3 encerrou ano de 2023 cotada a R$ 6,96/ação, com redução de 21% em relação ao mesmo período de 2022. Ao final do ano, a Companhia atingiu R$ 987 milhões de valor de mercado. Calculamos o valor de mercado multiplicando o total de ações da companhia pelo preço da ação POSI3 na data de referência.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 10 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração aprovou a criação de um novo Programa de Recompra de Ações com prazo de 18 meses, portanto ainda vigente. O novo Programa permite a recompra de até 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia que, na data de aprovação, representavam 2,82% do total de ações emitidas pela Companhia e 5,26% do total de ações emitidas pela Companhia que estão em circulação.

COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2023, a Positivo Tecnologia contava com mais de 4 mil colaboradores, alocados principalmente na sede administrativa localizada em Curitiba (PR), em Manaus (AM) e Ilhéus (BA) onde encontram-se unidades fabris.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 44, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, somente os serviços de auditoria das demonstrações financeiras foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 80/21, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

continua →★

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI
B3 LISTED NM

→★ continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	514.308	347.098	591.375	426.576
Instrumentos financeiros derivativos	31	–	9.097	–	9.097
Contas a receber	6	974.010	853.226	1.326.360	1.132.483
Estoques	7	925.527	1.106.045	1.256.483	1.390.723
Contas a receber com partes relacionadas	10	187.868	141.289	12.382	13.997
Impostos a recuperar	8	186.455	289.092	210.811	309.169
IRPJ e CSLL		87.802	46.045	93.559	52.363
Adiantamentos diversos		35.024	35.807	53.523	52.566
Outros créditos	9	28.541	40.582	30.680	43.088
		2.939.535	2.868.281	3.575.173	3.430.062
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	6	–	–	31.972	13.573
Impostos a recuperar	8	457.442	298.417	457.924	298.614
Tributos diferidos		–	–	2.743	1.712
Outros créditos	9	8.907	68.742	9.707	69.973
		466.349	367.159	502.346	383.872
Investimento em controladas	11	666.585	550.165	–	–
Outras participações societárias	12	72.218	56.849	226.969	164.127
Imobilizado	13	86.385	78.834	146.818	110.987
Intangível	14	45.985	39.393	130.527	110.777
		871.173	725.241	504.314	385.891
		1.337.522	1.092.400	1.006.660	769.763
TOTAL ATIVO		**4.277.057**	**3.960.681**	**4.581.833**	**4.199.825**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	531.494	450.911	823.121	594.245
Empréstimos e financiamentos	16	693.795	649.230	694.839	655.704
Instrumentos financeiros derivativos	31	17.682	–	17.682	–
Salários e encargos a pagar		44.862	38.088	50.891	42.753
Passivo de arrendamento	13.a	8.494	9.880	10.225	11.490
Provisões	17	126.809	136.894	164.681	164.786
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22	4.240	4.656	4.240	4.656
Tributos a recolher	18	38.625	56.671	73.369	192.806
Dividendos a pagar	23.f	58.625	71.998	58.625	71.998
Receita diferida	8 e 19	7.514	5.882	11.619	9.668
Contas a pagar com partes relacionadas	10	280.032	136.957	2.949	1.140
Outras contas a pagar	20	8.671	6.239	22.024	23.967
		1.820.843	1.567.406	1.934.265	1.773.213
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	677.802	862.150	690.894	876.281
Instrumentos financeiros derivativos	31	16.881	–	16.881	–
Passivo de arrendamento	13.a	23.137	16.394	23.137	18.125
Provisões	17	85.915	64.586	85.915	64.586
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22	48.113	48.017	48.113	48.017
Tributos a recolher	18	–	–	165.640	–
Contas a pagar com partes relacionadas	10	5.627	5.627	–	1.890
Provisão para perda em investimentos	12	–	475	–	475
Tributos diferidos		1.181	–	4.666	492
Outras contas a pagar	20	10.158	–	15.895	10.426
		868.814	997.249	1.051.141	1.020.292
TOTAL DO PASSIVO		**2.689.657**	**2.564.655**	**2.985.406**	**2.793.505**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.a	721.670	721.670	721.670	721.670
Reserva de capital	23.b	122.382	120.943	122.382	120.943
Reserva de lucros	23.c	779.421	591.779	779.421	591.779
Ajuste de avaliação patrimonial	23.d	(18.580)	(19.333)	(18.580)	(19.333)
Ações em tesouraria	23.e	(17.493)	(19.033)	(17.493)	(19.033)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.587.400	1.396.026	1.587.400	1.396.026
Participação de acionistas não controladores		–	–	9.027	10.294
Patrimônio líquido total		1.587.400	1.396.026	1.596.427	1.406.320
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.277.057**	**3.960.681**	**4.581.833**	**4.199.825**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de capital: Reserva de incentivos fiscais	Reserva de capital: Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de lucros: Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Ações em tesouraria	Lucro líquido do exercício	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Controladora e Consolidado										
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**721.670**	**118.132**	**1.807**	**(10.069)**	**341.208**	**20.211**	**(21.128)**	**–**	**1.171.831**	**9.830**	**1.181.661**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	303.117	303.117	3.240	306.357
Outros resultados abrangentes:												
Hedges de fluxo de caixa					(2.283)					(2.283)	–	(2.283)
Ajuste acumulado de conversão	11 a 12	–	–	–	(6.981)	–	–	–	–	(6.981)	–	(6.981)
Total de resultado abrangente		–	–	–	(9.264)	–	–	–	303.117	293.853	3.240	297.093
Exercício/cancelamento de Opções	32	–	–	(295)	–	(817)	–	2.095	–	983	–	983
Opções outorgadas reconhecidas			–	1.299		–		–		1.299	–	1.299
Dividendo obrigatório		–	–	–	–	–	–	–	(71.990)	(71.990)	–	(71.990)
Dividendo restituído a reserva de incentivos fiscais		–	–	–	–	50	–	–		50	–	50
Apropriação do lucro do exercício	23.c	–	–	–	–	215.971	15.156	–	(231.127)	–	–	–
Lucros distribuídos aos acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.776)	(2.776)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**721.670**	**118.132**	**2.811**	**(19.333)**	**556.412**	**35.367**	**(19.033)**	**–**	**1.396.026**	**10.294**	**1.406.320**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**721.670**	**118.132**	**2.811**	**(19.333)**	**556.412**	**35.367**	**(19.033)**	**–**	**1.396.026**	**10.294**	**1.406.320**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	246.760	246.760	4.122	250.882
Outros resultados abrangentes:												
Hedges de fluxo de caixa	31	–	–	–	8.873	–	–	–	–	8.873	–	8.873
Ajuste acumulado de conversão	11 a 12	–	–	–	(8.120)	–	–	–	–	(8.120)	–	(8.120)
Total de resultado abrangente		–	–	–	753	–	–	–	246.760	247.513	4.122	251.635
Exercício de Opções	32	–	–	(291)	–	(664)	–	1.540	–	585	–	585
Cancelamento de opções		–	–	(152)	–	152						
Opções outorgadas reconhecidas	32	–	–	1.882	–	–	–	–	–	1.882	–	1.882
Dividendo obrigatório	23.f	–	–	–	–	–	–	–	(58.606)	(58.606)	–	(58.606)
Apropriação do lucro do exercício	25.g	–	–	–	–	175.816	12.338	–	(188.154)	–	–	–
Lucros distribuídos aos acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.389)	(5.389)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		**721.670**	**118.132**	**4.250**	**(18.580)**	**731.716**	**47.705**	**(17.493)**	**–**	**1.587.400**	**9.027**	**1.596.427**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	4.454.206	5.574.712	4.728.812	5.866.743
Devoluções e descontos comerciais	(106.298)	(160.191)	(112.898)	(182.410)
Verba de propaganda cooperada e rebate	(106.217)	(76.068)	(106.481)	(74.990)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.506)	(44.285)	(7.655)	(50.824)
Outras receitas	556	1.203	7.226	7.494
	4.230.741	**5.295.371**	**4.509.004**	**5.566.013**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.697.927)	(3.659.575)	(2.669.037)	(3.616.038)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(413.071)	(391.572)	(448.295)	(431.457)
Comissões	(65.459)	(69.958)	(81.696)	(84.687)
Marketing	(37.284)	(60.107)	(46.130)	(62.026)
	(3.213.741)	**(4.181.212)**	**(3.245.158)**	**(4.194.208)**
Valor adicionado bruto	**1.017.000**	**1.114.159**	**1.263.846**	**1.371.805**
Depreciação e amortização	**(38.997)**	**(38.936)**	**(56.230)**	**(49.891)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**978.003**	**1.075.223**	**1.207.616**	**1.321.914**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	68.115	133.857	(6.557)	(8.270)
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	149.168	245.442	189.968	298.201
	217.283	**379.299**	**183.411**	**289.931**
Valor adicionado total a distribuir	**1.195.286**	**1.454.522**	**1.391.027**	**1.611.845**

	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	179.814	168.262	221.923	203.153
Benefícios	34.854	18.846	46.877	31.168
FGTS	15.723	13.363	17.903	15.244
	230.391	**200.471**	**286.703**	**249.565**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	225.597	281.820	283.006	331.664
Estaduais	99.652	91.275	116.980	97.657
Municipais	2.178	2.503	2.707	2.919
	327.427	**375.598**	**402.693**	**432.240**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	289.160	335.688	325.449	357.620
Aluguéis	5.778	6.794	6.355	7.371
Variação cambial	95.770	232.854	118.945	258.692
	390.708	**575.336**	**450.749**	**623.683**
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	58.606	71.990	58.606	71.990
Lucro retido	188.154	231.127	188.154	231.127
Parcela dos não controladores no lucro retido	–	–	4.122	3.240
	246.760	**303.117**	**250.882**	**306.357**
Valor adicionado total distribuído	**1.195.286**	**1.454.522**	**1.391.027**	**1.611.845**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia") possui sede no Brasil, cidade de Curitiba-PR, na Rua João Bettega, nº 5.200, bairro Cidade Industrial, além de unidades fabris na cidade de Manaus - AM e Ilhéus-BA. Foi fundada em 1989 e desde dezembro de 2006 tem suas ações (POSI3) negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas; desenvolvimento, fabricação e comercialização de urnas eletrônicas.

A diversificação de produtos é uma das marcas da Companhia, atualmente fazem parte do portfólio computadores, servidores, monitores, celulares, tablets, soluções para casas e escritórios inteligentes, além de produtos para a área de tecnologia educacional.

b) Emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de março de 2024.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

Demonstração do Valor adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas diretas e indiretas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida no momento em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação % 31 de dezembro de 2023	Participação % 31 de dezembro de 2022
Controladas Diretas		
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	100,00	100,00
Crounal S.A.	100,00	100,00
Positivo Argentina S.R.L.	100,00	100,00
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	100,00	100,00
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	100,00	100,00
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes.	100,00	100,00
SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda. (i)	100,00	–
Controladas Indiretas		
Investidas da Positivo Smart Tecnologia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.	80,00	80,00

(i) Aquisição de Controlada

Em 31 de julho de 2023, a Companhia celebrou contrato de aquisição da totalidade das quotas da SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda., distribuidora de equipamentos e soluções para o segmento de segurança eletrônica no país.

O preço de aquisição, sujeito aos ajustes de contrato, foi de R$ 23.800, sendo R$ 11.300 pagos no dia 31 de julho de 2023 e o saldo remanescente, no montante de R$ 12.500, a ser liquidado em cinco parcelas anuais, corrigidos pelo IPCA até a data do efetivo pagamento aos vendedores.

Na operação foi gerado ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente aos ativos da adquirida no valor de R$ 15.705 e R$ 6.512, respectivamente. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 16,40%.

A tabela a seguir resume a alocação do preço de aquisição com base no laudo de avaliação elaborado por empresa independente:

Alocação do preço de aquisição	
Valor Contábil	
Ativos reconhecidos	31.868
Passivos assumidos	(28.071)
Patrimônio Líquido	**3.797**
Mais-valia	
Estoques	2.746
Carteira de clientes	3.444
Contrato de não competição	322
Impostos diferidos	(2.214)
Mais-valia, líquida de tributos diferidos	**4.298**
Patrimônio Líquido ajustado	**8.095**
Valor pago à vista	11.300
Saldo remanescente	12.500
Valor total da transação	**23.800**
Ágio	**15.705**

Abaixo os principais aspectos referentes à mais-valia de ativos:

Estoques - O valor justo dos estoques foi avaliado com base no valor que um participante de mercado conseguiria atingir com a venda desse material, deduzidas de todas as despesas necessárias para a realização desses produtos, considerando ainda, o tempo em que a Companhia demora para vender a mercadoria e o tempo de recebimento. O prazo de amortização foi fixado em 3 meses.

Carteira de clientes - Tem origem no relacionamento da adquirida com sua clientela. Essa relação representa uma fonte de renda estável e recorrente. O prazo de amortização estabelecido foi de 65 meses.

Contrato de não competição - No contrato de aquisição foi identificada cláusula de não concorrência que impede os antigos sócios de desenvolverem ou se afiliarem a uma operação no mesmo segmento da empresa adquirida. Após determinar o valor atribuível ao contrato de não concorrência, o prazo de amortização foi estabelecido pelo mesmo prazo de sua vigência, 60 meses.

A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre a mais-valia dos ativos, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição no Brasil.

b) Empreendimentos controlados em conjunto *(joint ventures)*

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da joint venture são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação % 31 de dezembro de 2023	Participação % 31 de dezembro de 2022
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Fueguina S.A.	50,00	50,00
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (i)	–	50,10
Investida da Positivo Smart Tecnologia Ltda.		
PBG Rwanda Limited.	50,00	50,00
Investida da Crounal S.A.		
PBG Uruguay S.A.	50,00	50,00

(i) Por não haver interesse em sua continuidade, em 01 de dezembro de 2023 foi realizada a liquidação e extinção da empresa BR Code Desenvolvimento de Software S.A., nos termos do art. 206, inciso I, alínea "c" da lei 6.404/76.

c) Coligadas

Uma Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma *joint venture*. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

	Participação % Controladora 31 de dezembro de 2023	Participação % Controladora 31 de dezembro de 2022	Participação % Consolidado 31 de dezembro de 2023	Participação % Consolidado 31 de dezembro de 2022
Coligadas				
Hi Technologies Holding Ltd.	16,57	28,94	30,57	30,57
Desenvolve Amazônia -Fundo de Invest. Partic. em Empresas Emergentes (i)	46,51	20,34	57,05	25,57
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas Emergentes	19,90	32,94	28,37	46,71
Inova XII Fundo de Invest. Partic. em Empresas Emergentes	32,94	32,94	32,94	32,94
Inova IX Fundo de Invest. Partic. Capital Semente	10,00	–	10,00	–
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	47,56	26,60	47,56	26,60
WE Empreend. Feminino Fundo de Invest. em Partic. - Capital Semente	5,63	–	5,63	–
Investida da Hi Technologies Holding Ltd.				
Hi Technologies S.A.	16,57	17,50	28,94	30,57

(i) Ao atingir a participação de 57,05% nas demonstrações consolidadas, a Companhia avaliou e concluiu que não exerce controle sobre a investida: Estatutariamente, o comitê de investimentos do Fundo é composto por cinco membros, sendo que o cotista que detenha individualmente ou em conjunto, 30% ou mais de participação, poderá indicar somente um membro.

continua →★

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
RECEITA LÍQUIDA	24	**3.703.979**	**4.753.555**	**3.926.631**	**4.993.235**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	25	(2.817.012)	(3.773.345)	(2.864.102)	(3.796.478)
LUCRO BRUTO		**886.967**	**980.210**	**1.062.529**	**1.196.757**
Despesas com vendas	25	(463.338)	(512.468)	(496.236)	(540.264)
Despesas gerais e administrativas	25	(170.818)	(162.791)	(216.172)	(197.325)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	8	160.563	187.409	165.013	174.197
Resultado da equivalência patrimonial	11 a 12	68.115	133.857	(6.557)	(8.270)
		(405.478)	(353.993)	(553.952)	(571.662)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**481.489**	**626.217**	**508.577**	**625.095**
Receitas financeiras	27	89.456	78.762	104.320	86.350
Despesas financeiras	27	(289.160)	(335.688)	(325.449)	(357.620)
Variação cambial, líquida	27	(36.058)	(66.174)	(33.297)	(46.841)
		(235.762)	(323.100)	(254.426)	(318.111)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**245.727**	**303.117**	**254.151**	**306.984**
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	–	–	(2.341)	(1.877)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	1.033	–	(928)	1.250
		1.033	–	(3.269)	(627)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**246.760**	**303.117**	**250.882**	**306.357**
Atribuível aos Controladores		**N/A**	**N/A**	**246.760**	**303.117**
Atribuível aos não Controladores		**N/A**	**N/A**	**4.122**	**3.240**
LUCRO POR AÇÃO - R$					
Básico	28	**N/A**	**N/A**	**1,7617**	**2,1673**
Diluído	28	**N/A**	**N/A**	**1,7583**	**2,1638**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**246.760**	**303.117**	**250.882**	**306.357**
Outros resultados abrangentes					
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior					
Variação cambial sobre investimentos no exterior					
Crounal S.A./PBG Uruguay S.A.	11	(6.816)	(6.043)	(6.816)	(6.043)
Positivo Argentina S.R.L	11	(1.304)	(938)	(1.304)	(938)
***Hedges* de Fluxo de Caixa**					
Valor justo de instrumento financeiro de *hedge* de fluxo de caixa	31	8.873	(2.283)	8.873	(2.283)
		753	(9.264)	753	(9.264)
Resultado abrangente do exercício		**247.513**	**293.853**	**251.635**	**297.093**
Resultado abrangente atribuído aos controladores				247.513	293.853
Resultado abrangente atribuído aos não controladores				4.122	3.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		246.760	303.117	250.882	306.357
Reconciliação do Lucro líquido com o caixa (aplicado) gerado nas operações:					
Depreciação e amortização	25	38.997	38.936	56.230	49.891
Equivalência patrimonial	11 a 12	(68.115)	(133.857)	6.557	8.270
Ganho no valor justo e ajuste a valor presente		(35.993)	(170.938)	(44.979)	(155.260)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22	7.714	11.645	7.714	11.645
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	6	11.506	44.285	7.655	50.824
Provisão para perdas com estoques	7	(8.732)	22.554	(2.433)	30.934
Provisões e receitas diferidas		12.876	18.368	23.175	28.996
Stock options	32	1.882	1.299	1.882	1.299
Encargos sobre empréstimos e contratos de arrendamento	16 e 13.a	232.078	265.958	235.958	271.262
Variação cambial		(2.195)	6.008	(5.380)	6.129
Juros sobre impostos		(2.326)	(9.605)	(2.326)	(9.605)
Imposto de renda e contribuição social (Corrente e Diferido)	21	(1.033)	–	3.269	627
		433.419	**397.770**	**538.204**	**601.369**
(Aumento) diminuição de ativos:					
Contas a receber		(133.042)	(274.457)	(200.525)	(441.003)
Estoques		190.436	70.832	148.528	265.514
Impostos a recuperar		(97.677)	(196.445)	(104.020)	(206.173)
Adiantamentos diversos		(2.628)	4.939	(5.607)	6.075
Contas a receber com partes relacionadas		(41.634)	(10.136)	442	309
Outros créditos		73.931	12.291	74.404	12.900
Aumento (diminuição) de passivos:			–		–
Fornecedores		83.121	(425.614)	218.471	(601.854)
Obrigações tributárias		(18.046)	24.534	42.891	139.992
Contas a pagar com partes relacionadas		144.795	132.588	(128)	395
Outras contas a pagar		6.667	(11.594)	(1.687)	(2.674)
Indenizações	22	(8.034)	(4.541)	(8.034)	(4.541)
Pagamento de juros sobre empréstimos e contratos de arrendamento		(158.008)	(97.673)	(162.205)	(100.278)
		39.881	**(775.276)**	**2.530**	**(931.338)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**473.300**	**(377.506)**	**540.734**	**(329.969)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Caixa incorporado na aquisição de investimentos	5	–	–	408	–
Aporte de capital em investidas		(49.294)	(85.469)	(68.677)	(72.553)
Pagamentos pela aquisição de investimentos	5 | 20.a	(11.300)	–	(7.229)	(10.147)
Aquisição de imobilizado	13	(12.214)	(19.776)	(49.228)	(35.286)
Aumento do intangível	14	(23.945)	(30.570)	(36.571)	(47.763)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(96.753)**	**(135.815)**	**(161.297)**	**(165.749)**

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Outros investimentos

A Companhia não tem influência significativa nestes investimentos, os quais foram mensurados a valor justo por meio do resultado:

	Participação %	
Outros investimentos - Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2022**
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	22,08	22,08
Agrosmart S.A.	10,73	10,73
Ambar Living S.A.	11,40	11,40
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda.	13,65	13,65
Pharmalog S.A.	33,00	33,00
Encontre Um Nerd S.A.	14,27	14,27
Mundo Maker Educação Ltda.	16,00	16,00
Communy Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	16,67	–
Earth Renewable Technologies BR Ltda.	10,33	–
MAX.IA Education S.A.	16,67	–

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 26 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os principais segmentos operacionais da Companhia são Consumo, Instituições Públicas e Corporativo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda Funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixas contratuais.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixas e equivalentes de caixa", "Instrumentos financeiros derivativos" e "outros investimentos".

b) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes", "Outros créditos", "Partes relacionadas".

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Redução ao valor recuperável *(impairment)* de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

Um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados daquele ativo financeiro tiver ocorrido. As evidências de que o ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os eventos a seguir:

a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou do devedor;

b) Violação de contrato, tal como inadimplência ou evento;

c) Os credores do devedor, por motivos econômicos ou contratuais relacionados à dificuldade financeira do devedor, concederam ao devedor um desconto que o credor não consideraria de outra forma;

d) É provável que o devedor declare falência ou outra forma de reorganização financeira; ou

e) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas, dentre os quais destacam-se: aumento da inadimplência, dificuldade financeira de seus principais clientes, violações de contrato, ou concessões de desconto não usuais em relações comerciais, exceto um cliente do segmento varejista, cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores e o pedido de recuperação judicial foi amplamente divulgado, para o qual a Companhia efetuou provisões adicionais para a cobertura de perdas prováveis.

Desta forma, o valor da provisão para perda reconhecida e divulgada na nota explicativa nº 6 reflete de maneira adequada a estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação das demonstrações contábeis.

2.6.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "*swaps*" de taxa de juros e de moedas. As notas 30 e 31 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de uma operação em moeda estrangeira.

No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge, e a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Maiores detalhes sobre a instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*) estão descritos na nota 31.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de cada operação e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

2.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.9. Imobilizado

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia, quando aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativo imobilizado	**Vida útil (anos)**
Máquinas e equipamentos	10
Benfeitorias sobre imóvel locado	10
Hardware	5
Móveis e utensílios	10
Instalações industriais	10
Edificações	25
Outros imobilizados	10

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

b) Ativo intangível gerado internamente em andamento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

c) Ativo intangível gerado internamente concluído

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

A amortização é iniciada após a conclusão dos projetos, momento em que a Companhia obtém ou pode obter os benefícios econômicos oriundos da sua utilização e/ou comercialização.

d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os softwares desenvolvidos pela Companhia são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

e) Vida útil ativo intangível:

Abaixo apresentamos a vida útil dos ativos intangíveis da Companhia:

Ativo intangível	**Vida útil (anos)**
Projetos desenvolvidos internamente	3 a 5
Software	3 a 5
Licenças de uso	5

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Arrendamento

a) A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos em que a Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias são reconhecidos no balanço na conta de ativo de direito de uso e contrapartida no passivo de arrendamento, exceto arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos como despesa em uma base linear durante o prazo do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, ajustado para qualquer remensuração da obrigação de arrendamento. A depreciação é calculada com base na vida útil do bem ou pelo prazo do contrato. A obrigação de arrendamento é inicialmente mensurada ao valor presente das parcelas de arrendamento do contrato, atualizados mensalmente pelos juros descontados e liquidados pelos pagamentos de arrendamento realizados.

O prazo remanescente dos contratos de arrendamento, que são os mesmos períodos em que os ativos de direito de uso serão depreciados, compreendem o período de 12 a 48 meses.

b) A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

2.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Subvenções governamentais

A Companhia goza de benefícios fiscais, os quais são caracterizados como subvenções governamentais, conforme mencionado na nota 8.

A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, decorrente da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- Mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Também mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento.

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, as subvenções governamentais da Companhia são reconhecidas no resultado na rubrica de impostos sobre vendas, exceto o crédito financeiro instituído pela Lei 13.969/2019 que é tratado como outras receitas operacionais. Após a apuração do resultado do exercício, se houver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio.

2.16. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais apurados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. Benefícios a empregados

a) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 32.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.20. Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido.

2.21. Reconhecimento da receita

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15 e interpretações relacionadas se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes, e que a receita reconhecida reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

a) Receita de vendas

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando da transferência da propriedade, dos riscos e do controle dos bens para terceiros, somente pelo valor que a Companhia espera ter direito na transação (seus valores deduzidos de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculados sobre as vendas a prazo, os impostos sobre vendas e verbas comerciais concedidas).

b) Prestação de serviços

As receitas de serviços são mensuradas com base nas contraprestações especificadas nos contratos com os clientes e são reconhecidas quando as obrigações previstas forem efetivamente satisfeitas e quando há direito de recebimento dos valores. Dentre os principais serviços prestados pela Companhia destacamos as soluções para a área de tecnologia educacional, consultoria e desenvolvimento de softwares, locação de equipamentos e assistência técnica.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Mensuração do valor justo (notas explicativas 30 e 31)

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras, em especial caixa e equivalente de caixa e os instrumentos financeiros derivativos.

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado, na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia envolve profissionais qualificados no processo de avaliação e mensuração dos valores justos de tais ativos e passivos.

As informações sobre as técnicas de avaliação e as informações usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas nas notas explicativas 31 e 32.

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa 6)

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam.

As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito.

c) Realização dos estoques (nota explicativa 7)

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por giro lento de mercadorias ou realização com margem abaixo do valor contábil.

d) Impostos a recuperar (nota explicativa 8)

Conforme descrito na nota 8, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

e) Vida útil dos bens do ativo imobilizado, intangível e prazo dos contratos de arrendamento (notas explicativas 13 e 14)

O cálculo da depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível inclui as estimativas das vidas úteis. Essa estimativa é determinada considerando o período que esses ativos irão gerar benefícios econômicos para a Companhia.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

A Companhia realizou, durante 2023, a revisão da vida útil de seus ativos imobilizado e intangível, e não identificou alterações necessárias.

f) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 22)

As provisões são reconhecidas como passivo quando pode ser feita uma estimativa confiável do valor presente da obrigação, sendo ainda provável que ocorram saídas de recursos necessárias para liquidar tais obrigações.

As provisões são realizadas com base no parecer dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, considerando jurisprudências disponíveis, legislação vigente, elementos probatórios disponíveis.

As provisões são reavaliadas periodicamente para constatar se houveram mudanças significativas nos valores das causas ou a existência de elementos novos que possam impactar a estimativa de perda desses processos.

g) Provisões (nota explicativa 17)

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação legal, que pode ser estimada de maneira confiável, seja provável que sejam necessárias saídas de caixa futuras para liquidação dessas obrigações.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado.

As provisões reconhecidas pela Companhia derivam de contratos firmados como a provisão para royalties, legislação (pós-venda) ou originadas em suas relações comerciais como por exemplo comissões e marketing.

continua

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Normas que foram efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 que não geraram impacto significativo nas informações financeiras individuais e consolidadas:

Norma	Vigência (em ou após)	Tema abordado
Alterações ao CPC 26/IAS 1- Classificação de Passivos como Circ. ou Não Circ.	01/01/2023	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo.
IFRS 17 - Contratos de Seguro	01/01/2023	A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro.
Imposto diferido - alterações ao CPC 32/IAS 12	01/01/2023	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros	01/01/2023	Definição de Estimativas Contábeis (Emendas à IAS 8) para ajudar as entidades a distinguirem entre políticas contábeis e estimativas contábeis.

Normas que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 e não adotadas antecipadamente na preparação destas informações financeiras, para as quais a Administração não espera impacto significativo nas informações financeiras individuais e consolidadas:

Norma	Vigência (em ou após)	Tema abordado
Alterações CPC 26 - IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2024	Visa melhorar as informações divulgadas sobre dívidas de longo prazo atreladas a *covenants*, permitindo que os leitores entendam o risco de que determinada dívida seja liquidada antecipadamente. As cláusulas restritivas a serem cumpridas após a data do balanço não afetam a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço, porém a Administração deve divulgar informações sobre essas cláusulas restritivas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.
Emendas a IFRS 16 /CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil	01/01/2024	As alterações adicionam requisitos que explicam como uma empresa contabiliza uma venda e *leaseback* após a data da transação. As modificações apoiam a aplicação consistente da Norma de Contabilidade.
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento com fornecedores	01/01/2024	As alterações incorporam requisitos para divulgação de acordos de financiamento com fornecedores (*Supplier Finance Arrangements* - SFA). As alterações visam dar maior transparência a essas operações exigindo que as Companhias divulguem os termos, condições e montantes que fazem parte dos acordos, data de vencimento dos pagamentos e informações sobre o rico de liquidez.
Alterações ao CPC 36 - IFRS 10 e ao CPC 18 - IAS 28 -Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Não definida	As alterações tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Bancos	18.401	22.883	35.482	32.311
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	495.907	324.215	555.893	394.265
	514.308	**347.098**	**591.375**	**426.576**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras da Companhia correspondem substancialmente a operações compromissadas e de Certificado de Depósito Bancário - CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 99,70% (101,26% em dezembro de 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
A vencer	855.509	654.274	1.233.320	946.280
Vencidos até 30 dias	40.589	101.229	44.332	102.248
Vencidos de 31 a 60 dias	4.591	45.535	6.714	46.596
Vencidos de 61 a 90 dias	17.322	20.853	18.129	19.816
Vencidos de 91 a 180 dias	13.017	21.956	15.782	23.907
Vencidos de 181 a 360 dias	27.154	34.332	29.945	38.833
Vencidos há mais de 361 dias	136.644	83.977	139.919	90.815
(–) Provisão para perda de créditos esperadas	(114.831)	(103.697)	(118.058)	(110.775)
(–) Ajuste a valor presente	(5.985)	(5.233)	(11.751)	(11.664)
	974.010	**853.226**	**1.358.332**	**1.146.056**
Parcela no circulante	974.010	853.226	1.326.360	1.132.483
Parcela no não circulante	–	–	31.972	13.573

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas esperadas de créditos, substancialmente, através de análises prospectivas de sua carteira de ativos, considerando se há dificuldade financeira relevante do devedor, mudanças adversas nas condições econômicas que se correlacionam com as inadimplências, e na experiência de inadimplência passada do devedor.

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperada no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Saldo em 31/12/2022	(103.697)	(59.412)	(110.775)	(59.951)
Reversões	–	–	4.354	–
Perdas reconhecidas	372	–	372	–
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(11.506)	(44.285)	(12.009)	(50.824)
Saldo em 31/12/2023	**(114.831)**	**(103.697)**	**(118.058)**	**(110.775)**

Destaca-se ainda, a concentração dos recebíveis em poucos clientes: os 20 maiores clientes da Companhia representam cerca de 69% do montante a receber em 31 de dezembro de 2023 (cerca de 77% em 31 de dezembro de 2022).

O período médio de recebimento é de 95 dias (91 dias em 31 de dezembro de 2022), em vendas a órgãos públicos o prazo pode chegar até 180 dias.

A Companhia possui carteira de recebíveis com características específicas de acordo com cada segmento, principalmente os decorrentes de vendas às instituições públicas cujos recebimentos dependem de processos internos de aprovação dos pagamentos pelos referidos órgãos. Historicamente, atrasos no processo de recebimento são uma característica comum nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos de órgãos públicos não representam neste momento risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos acima de 90 dias de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 22.797 (R$ 23.067 em 31 de dezembro de 2022).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

7. ESTOQUES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Matérias-primas		571.076	693.906	797.311	852.491
Produtos acabados		322.319	423.107	408.387	518.135
Importações em andamento	(a)	99.528	54.915	159.477	81.553
Adiantamentos a fornecedores		29.925	40.170	19.198	68.867
Provisão para perdas com estoques	(b)	(97.321)	(106.053)	(127.890)	(130.323)
		925.527	**1.106.045**	**1.256.483**	**1.390.723**

a) Importações em andamento são insumos adquiridos de fornecedores estrangeiros que, na data do encerramento dessas demonstrações financeiras, já haviam sido embarcados pelos fornecedores, entretanto, encontram-se em trânsito e estavam sob a responsabilidade e controle da Companhia.

b) A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda ou em decorrência de eventual redução em seu valor recuperável por obsolescência. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a doze meses.

Em 2023, as matérias-primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados" totalizaram R$ 2.704.834 (2022: R$ 3.659.313) e R$ 2.675.726 (2022: R$ 3.618.839), nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
ICMS	(a)	88.381	93.027	94.947	97.516
IPI		39.667	43.169	39.743	43.222
PIS E COFINS		15.583	14.786	21.385	21.465
Crédito Financeiro Lei 13.969/2019	(b)	477.916	282.932	480.509	286.576
PIS E COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	(c)	–	128.319	4.364	132.682
Outros impostos a recuperar		22.350	25.276	27.787	26.322
		643.897	**587.509**	**668.735**	**607.783**
Parcela no circulante		186.455	289.092	210.811	309.169
Parcela no não circulante		457.442	298.417	457.924	298.614

a) ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS:

(i) Lei do Estado do Paraná nº 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do Estado;

(ii) Decreto do Estado do Paraná nº 1.922/2011 (e alterações posteriores), que concede crédito presumido do ICMS equivalente ao saldo devedor apurado nas operações de saída, resultando em carga tributária de 0% para os produtos discriminados no art. 1º, nas condições que especifica;

(iii) Decreto do Estado do Amazonas nº 47.727/2023, que sucede o Decreto nº 23.994/2003, e concede benefícios fiscais como o diferimento do lançamento do ICMS incidente sobre a operação de importação de matérias-primas e insumos destinados à produção, crédito presumido de ICMS na compra de matéria-prima e insumos de origem nacional, crédito estímulo de ICMS equivalente ao saldo devedor apurado nas vendas de bens de informática e automação e terminais portáteis de telefonia celular produzidos pelo próprio estabelecimento dentro da ZFM - Zona Franca de Manaus;

(iv) Decreto do Estado da Bahia nº 4.316/1995 (e alterações posteriores), que concede crédito presumido do ICMS equivalente ao saldo devedor apurado nas operações de saída com produtos de informática, elétricos, de eletrônica, de eletroeletrônica e de telecomunicações, resultando em carga tributária de 0%, bem como créditos presumidos parciais aplicáveis na revenda desses mesmos tipos de produtos quando importados diretamente do exterior, nas condições que especifica;

(v) Lei do Estado do Espírito Santo nº 10.568/2016, que concede benefício fiscal de ICMS que resulta em carga tributária de 1,1% na revenda de produtos de fabricação nacional para adquirentes localizados fora do território capixaba;

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício de 2023 a Companhia registrou, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, o montante de R$ 463.769 (R$ 602.512 em 31 de dezembro 2022) e R$ 452.372 (R$ 594.696 em 31 de dezembro 2022), respectivamente, relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados (conforme nota explicativa 24) e manteve o valor de R$ 7.514 (R$ 5.882 em 31 de dezembro de 2022) e R$ 11.619 (R$ 9.668 em 31 de dezembro de 2022) no passivo, sob a rubrica de receita diferida, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, respectivamente. O valor registrado no passivo será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgado na Nota 14.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia observou as regras previstas nos artigos 30 da Lei nº 12.973/2014, 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e nos incisos X do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.637/2002 e IX do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.83/2003, para a finalidade de exclusão das subvenções para investimento - especificamente os créditos presumidos de ICMS -, das bases de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição ao PIS e da COFINS. Tal procedimento encontra respaldo ainda no entendimento do STJ no Resp. 1.945.110/RS (Tema 1182) proferido em sede de Recurso Repetitivo.

A partir de 01 janeiro de 2024, com o início da vigência da Lei nº 14.789/2023, que revogou os dispositivos legais acima referenciados e, - independentemente da discussão judicial quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência tributária -, a Companhia passará a incluir os créditos presumidos de ICMS nas bases de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição ao PIS e da COFINS e, com fundamento no artigo 17 da Lei nº 14.789/2023, utilizará incentivos federais previstos em legislação específica para a mitigação do impacto na carga tributária.

Realização dos créditos fiscais - ICMS

Os créditos tributários têm sua realização baseada nas reestruturações societárias ocorridas em 2015, com a incorporação da controlada Positivo da Amazônia Ltda. e de mudanças ocorridas nas legislações Federal e Estadual. Essas mudanças trouxeram duas consequências nas operações: a primeira foi reduzir a geração de créditos tributários, e a segunda foi a geração de débitos fiscais que permitirão a utilização dos créditos tributários acumulados. Para a realização de ICMS, além das mudanças mencionadas acima, novos projetos auxiliarão na realização destes créditos, que gerarão débitos de ICMS no ano corrente e nos próximos exercícios.

b) Crédito Financeiro Lei 13.969/2019

Com as alterações promovidas pela Lei nº 13.969/2019, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as reduções nas alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei 8.248/1991 ("Lei da Informática") deixaram de ser aplicadas e foi instituído um sistema de créditos financeiros, convertidos em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática e que terá vigência até 31 de dezembro de 2029.

Em decorrência do benefício fiscal acima mencionado, a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no grupo de outras receitas (despesas) operacionais líquidas, o montante de R$ 278.797 (R$ 280.137 em 31 de dezembro de 2022) nas demonstrações financeiras individuais, e R$ 278.078 (R$ 279.561 em 31 de dezembro de 2022) nas demonstrações financeiras consolidadas.

O crédito financeiro pode ser compensado com débitos próprios, vincendos ou vencidos, relativos a tributos e contribuições federais.

c) PIS e COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

A Companhia obteve êxito em ação judicial que questionava a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS. O Mandado de segurança impetrado em 2010, foi julgado favoravelmente à Companhia, e foi transitado em julgado em outubro de 2020.

Realização dos créditos fiscais - (IPI, PIS e COFINS e Crédito Financeiro)

A análise de realização dos créditos tributários dos tributos federais, IPI e Crédito Financeiro, se baseou na execução do plano de negócios da Companhia para os próximos períodos, considerando as vendas pelas principais plantas da Companhia e o mix de produtos que serão comercializados, que resultará na geração de débitos tributários e contribuições necessários para a compensação desses créditos em até cinco anos.

9. OUTROS CRÉDITOS

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Despesas antecipadas		15.123	16.580	15.622	17.404
Depósitos judiciais	(a)	14.553	73.669	14.553	74.347
Despesas financeiras	(b)	5.489	18.481	5.874	18.908
Outros		2.283	594	4.338	2.402
		37.448	**109.324**	**40.387**	**113.061**
Parcela circulante		28.541	40.582	30.680	43.088
Parcela não circulante		8.907	68.742	9.707	69.973

a) A Companhia realizou depósitos judiciais no montante atualizado de R$ 62.479 (R$ 60.424 em dezembro de 2022) visando a manutenção do benefício fiscal de alíquota zero para PIS e COFINS, conforme previsto no artigo 28 da Lei 11.196/2005, até o final do exercício de 2018. No mês de maio de 2023, após a conclusão do processo, com trânsito em julgado, o valor de R$ 62.479 depositado judicialmente foi integralmente restituído para a Companhia.

b) Despesas financeiras a apropriar referentes a contração de carta fiança, cartas de crédito de importação, que serão apropriadas ao resultado de acordo com os respectivos prazos de vigências dos contratos.

10. PARTES RELACIONADAS

Natureza dos saldos ativos e passivos:

	Controladora			
	Contas a receber		Contas a pagar	
Clientes e Fornecedores	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda.	57	57	1	4
Positivo Educacional Ltda.	181	182	–	–
Editora Aprende Brasil Ltda.	273	291	192	557
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	–	–	189	2
Rosch Administração de Bens Ltda .	–	–	609	577
Portal Mundo Positivo Ltda.	–	–	536	536
Crounal S.A.	–	–	280	301
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	–	– (a)	277.179	132.213 (a)
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	169.955	135.082 (a)	–	–
ACC Brasil Ind. e Com. de Computadores Ltda.	436	867 (a)	–	–
SC Indústria de Equip. Eletrônicos Ltda.	7.211	– (a)	–	–
	178.113	**136.479**	**278.986**	**134.190**
Demais contas a receber e a pagar				
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	5.823	– (b)	–	1.406 (b)
Boreo Com. de Equipamentos Ltda	3.932	3.869 (b)	6.673	6.987 (b)
BR Code Desenv. de Software S.A.	–	941	–	–
	9.755	**4.810**	**6.673**	**8.393**
Total	**187.868**	**141.289**	**285.659**	**142.584**
Parcela no circulante	9.755	4.810	280.032	136.957
Parcela no não circulante	–	–	5.627	5.627

	Consolidado			
	Contas a receber		Contas a pagar	
Clientes e Fornecedores	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda.	57	57	1	4
Positivo Educacional Ltda.	181	182	–	–
Editora Aprende Brasil Ltda.	273	291	192	557
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	–	–	210	2
Rosch Administração de Bens Ltda .	–	–	609	577
Informática Fueguina S.A.	5.249	5.672 (a)	–	–
	5.760	**6.202**	**1.012**	**1.140**
Demais contas a receber e a pagar				
BR CodeDesenvolvimento de Software S.A.	–	941	–	–
PBG Uruguay S.A.	4.988	5.376 (c)	–	–
Não controladores ACC Brasil Ind e Com.	1.634	1.478 (d)	1.937	1.890 (d)
	6.622	**7.795**	**1.937**	**1.890**
	12.382	**13.997**	**2.949**	**3.030**
Parcela no circulante	12.382	13.997	2.949	1.140
Parcela no não circulante	–	–	–	1.890

Transações comerciais:

	Controladora			
	Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda.	–	–	62	99
Positivo Educacional Ltda.	71	80	804	670
Editora Aprende Brasil Ltda.	–	–	–	137
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	3.613	–	20	2
Rosch Administração de Bens Ltda .	–	–	7.178	6.926
Portal Mundo Positivo Ltda.	–	–	–	–
Crounal S.A.	–	–	–	–
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	5.529	3.456 (a)	1.330.467	1.525.240 (a)
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	222.245	201.397 (a)	18	2.199 (a)
ACC Brasil Ind. e Com. de Computadores Ltda	6.319	9.987 (a)	3.020	1.681 (a)
SC Indústria de Equip. Eletrônicos Ltda.	7.209	– (a)	–	–
	244.986	**214.920**	**1.341.569**	**1.536.954**

	Consolidado			
	Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda.	–	–	62	99
Positivo Educacional Ltda.	71	80	804	670
Editora Aprende Brasil Ltda.	–	–	–	137
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	3.613	–	20	2
Rosch Administração de Bens Ltda .	–	–	7.178	6.926
	3.684	**80**	**8.064**	**7.834**

As transações entre partes relacionadas acontecem com preços e prazos pactuados entre as partes.

a) Compra e venda de insumos e produtos acabados: a Companhia e suas controladas realizam compras e vendas para suas controladas e controladas em conjunto para utilização no processo produtivo e revenda, no curso normal das operações.

b) A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Smart Tecnologia Ltda. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.. Essas operações decorrem de necessidades pontuais de caixa, sem prazo previsto para liquidação.

c) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada Crounal S.A. apresentava o montante de R$ 4.988 referente a dividendos a serem recebidos da Joint Venture PBG Uruguay S.A.

d) O saldo ativo é decorrente de distribuições antecipadas de lucros realizadas aos acionistas não controladores. O saldo passivo refere-se à captação de recursos realizados pela ACC Brasil Industria e Com. de Computadores Ltda. junto aos sócios não controladores.

Remuneração dos Administradores

O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como remuneração dos administradores, foi de R$ 10.225 (R$ 10.634 em 31 de dezembro de 2022), referente aos benefícios de curto e longo prazo.

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS (CONTROLADORA)

		Saldo em 31/12/2022	Aporte de capital	Aquisições	Ágio	Mais Valia	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Investimentos									
Positivo Smart Tecnologia Ltda.		73.075	–	–	–	–	15.064	–	88.139
Crounal S.A.	(a)	94.572	–	–	–	–	(221)	(6.816)	87.535
Portal Mundo Positivo Ltda.		685	–	–	–	–	–	–	685
Positivo Argentina S.R.L.	(b)	1.575	–	–	–	–	71	(1.304)	342
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	(c)	69.145	–	–	–	–	43.836	–	112.981
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	(d)	107.775	23.600	–	–	–	(1.493)	–	129.882
Boreo Industria de Componentes Ltda.	(e)	203.338	–	–	–	–	19.288	–	222.626
SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	(f)	–	3.812	3.797	15.705	3.473	(2.392)	–	24.395
		550.165	**27.412**	**3.797**	**15.705**	**3.473**	**74.153**	**(8.120)**	**666.585**

A participação em controladas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2023						
Positivo Smart Tecnologia Ltda.		111.470	23.331	88.139	–	15.064
Portal Mundo Positivo Ltda.		687	2	685	–	–
Crounal S.A.		92.809	5.274	87.535	26.662	(221)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)		7.167	14.742	(7.575)	–	(1.425)
Boreo Indústria de Componentes Ltda.		668.666	446.040	222.626	1.270.689	19.288
Positivo Argentina S.R.L.		3.169	2.827	342	6.134	71
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.		332.188	219.207	112.981	203.336	43.836
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	(g)	90.032	30.778	59.254	115.071	17.749
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes		164.867	–	164.867	–	(1.493)
SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda		24.480	19.263	5.217	54.606	(2.392)
31 de dezembro de 2022						
Positivo Smart Tecnologia Ltda.		96.387	23.312	73.075	–	11.522
Portal Mundo Positivo Ltda.		687	2	685	–	–
Crounal S.A.		107.869	13.297	94.572	102.623	6.896
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)		7.217	13.367	(6.150)	–	(1.437)
Boreo Indústria de Componentes Ltda.		456.915	253.577	203.338	1.423.624	116.915
Positivo Argentina S.R.L.		2.731	1.156	1.575	4.247	1.121
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.		242.583	173.438	69.145	178.139	13.526
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)		73.394	27.579	45.815	114.693	14.219
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes		132.601	–	132.601	–	(10.881)

a) Com sede na cidade Montevideo - Uruguai, a Crounal S.A. tem por objetivo social a revenda de componentes eletrônicos, equipamentos de informática, telefonia e comunicação. A moeda funcional dessa controlada é o dólar dos Estados Unidos da América.

b) Com sede na cidade de Buenos Aires, a Positivo Argentina S.R.L. tem como atividade principal a fabricação e comercialização de equipamentos médicos, laboratoriais, informática e comunicação.

c) A Positivo Distribuição e Comércio Ltda tem como atividades principais a distribuição de bens e equipamentos de informática, eletroeletrônicos, equipamentos de telefonia e comunicação.

d) A Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes tem como objetivo principal a aquisição de participação em outras empresas emergentes de tecnologia.

e) Boreo Indústria de Componentes Ltda., tem sede na cidade Manaus - AM, tem como atividade preponderante a fabricação de componentes eletrônicos.

f) Em 31 de julho de 2023 a Companhia celebrou contrato de aquisição da totalidade das quotas da SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda., distribuidora de equipamentos e soluções para o segmento de segurança eletrônica no país. O preço de aquisição é de R$ 23.800, sendo R$ 11.300 pagos no dia 31 de julho de 2023 e o saldo remanescente a ser liquidado em cinco parcelas anuais. Na operação foi gerado ágio no montante de R$ 15.705, e mais valia de ativos no montante de R$ 6.512, cujo saldo de R$ 3.039 foi amortizado no exercício de 2023. Maiores detalhes na 2.2 (a).

g) Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital social da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. que tem como atividades principais a produção e comercialização de *storages*, servidores e computadores.

12. OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(i) Investimento em Coligadas

		Controladora				
		Saldo em 31/12/2022	Aporte de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	Valor justo	Saldo em 31/12/2023
Coligadas						
Hi Technologies Holding Ltd	(a)	14.297	–	(6.445)	–	7.852
Desenvolve Amazônia - Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(b)	16.650	2.150	(320)	–	18.480
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(c)	8.902	2.132	224	–	11.258
Inova XII Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(c)	10.000	–	18		10.018
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	(d)	7.000	12.500	(45)	–	19.455
WE Empreendedorismo Feminino Fundo de Partic. Invest.	(e)	–	3.600	22		3.622
Inova IX Fundo de Invest. Partic. Capital Semente	(f)	–	1.500	33		1.533
		56.849	**21.882**	**(6.513)**	**–**	**72.218**

		Consolidado				
		Saldo em 31/12/2022	Aporte de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	Valor justo	Saldo em 31/12/2023
Coligadas						
Hi Technologies Holding Ltd	(a)	62.674	–	(6.445)	(1.681)	54.548
Desenvolve Amazônia - Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(b)	18.057	5.000	(393)	–	22.664
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(c)	10.732	5.000	319	–	16.051
Inova XII Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(c)	10.000	–	18	–	10.018
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	(d)	7.000	12.500	(45)	–	19.455
WE Empreendedorismo Feminino Fundo de Partic. Invest.	(e)	–	3.600	22	–	3.622
Inova IX Fundo de Invest. Partic. Capital Semente	(f)	–	1.500	33	–	1.533
		108.463	**27.600**	**(6.491)**	**(1.681)**	**127.891**

A participação em coligadas está demonstrada na nota 2.2 (c).

a) Holding que controla a Hi Technologies S.A., empresa de tecnologia voltada para área médica, oferecendo serviço especializado de exames laboratoriais através de dispositivos que permitem a realização dos testes de maneira remota.

Nas demonstrações financeiras individuais o investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial considerando o percentual de participação da Companhia no capital social. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento realizado nessa investida pela controlada Positivo Tecnologia Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P) é avaliado pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

b) Desenvolve Amazônia - Fundo de Investimento e Participações em Empresas Emergentes, tem como atividade preponderante o investimento em

continua

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI
B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empresas do setor de tecnologia.
Durante o ano de 2023 foram realizados novas rodadas de aporte de capital nesse investimento, sendo aportados R$ 2.150 pela Positivo Tecnologia S.A. e R$ 2.850 pela controlada Boreo Indústria de Componentes Ltda..
c) A Companhia tem participações nos Fundos de Investimentos e Participações em Empresas Emergentes Inova IV e Inova XII, ambos têm como atividade preponderante o investimento em empresas do setor de tecnologia.
Durante o exercício de 2023 foram realizadas novas rodadas de aporte de capital nesse investimento, sendo aportados R$ 2.132 pela Positivo Tecnologia S.A. e R$ 2.868 pela Controlada Boreo Indústria de Componentes Ltda..
d) Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente, tem por objetivo o investimento em empresas que atuam no desenvolvimento e exploração de tecnologias inovadoras aplicáveis na relação entre governo e cidadãos ou empresas com a finalidade de promover a modernização, otimização e transformação digital nos serviços prestados pelos governos.
No exercício de 2023 a Companhia realizou novo aporte de capital nessa investida no montante de R$ 12.500.
e) No ano de 2023, a Companhia realizou aporte no montante de R$ 3.600 no F.I.P WE Empreendedorismo Feminino, que tem por objetivo investimentos em startups de tecnologia e inovação lideradas por mulheres.
f) No exercício de 2023, a Companhia realizou aporte no montante de R$ 1.500 no Inova IX Fundo de Investimento em Participações - Capital Semente, que tem como foco investimentos em *Startups* que desenvolvem atividades nos setores de tecnologia voltadas para a quarta revolução industrial (inteligência artificial, internet das coisas, Fintechs, indústria 4.0, entre outras).
(ii) Investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto ("*Joint Venture*")
Controladora:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Provisão para perda em investimentos			
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (a)	(475)	475	–
	(475)	**475**	**–**

a) Por não haver interesse em sua continuidade, em 01 de dezembro de 2023 foi realizada a liquidação e extinção da empresa BR Code Desenvolvimento de Software S.A., nos termos do art. 206, inciso I, alínea "c" da lei 6.404/76.
Consolidado:

		Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Empreendimento controlado em conjunto					
PBG Uruguay S.A.	(a)	32.413	(541)	(2.319)	29.553
		32.413	**(541)**	**(2.319)**	**29.553**

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Provisão para perda em investimentos			
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	(475)	475	–
	(475)	**475**	**–**

A participação em Controladas em conjunto ("Joint Venture") está demonstrada na nota 2.2 (b).
A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2023						
Informática Fueguina S.A.	(b)	51.012	69.599	(18.587)	111.375	(52.715)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.		–	–	–	–	475
PBG Rwanda Limited	(c)	244	2.571	(2.327)	14	(620)
PBG Uruguay S.A.		52.885	23.332	29.553	51.603	(541)
31 de dezembro de 2022						
Informática Fueguina S.A.		59.793	70.312	(10.519)	119.384	(6.314)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.		139	614	(475)	–	–
PBG Rwanda Limited		561	2.805	(2.244)	58	(467)
PBG Uruguay S.A.		48.769	16.356	32.413	39.669	(3.028)

a) PBG Uruguay S.A., com sede no Uruguai, foi constituída em parceria com o Grupo BGH, tem como moeda funcional o dólar dos Estados Unidos da América. A empresa promove importação e exportação de componentes eletrônicos, equipamentos de informática, celulares e smartphones.
b) *Joint Venture* constituída em parceria com a BGH S.A. ("BGH"), que tem por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática na Argentina.
c) PBG Rwanda Limited, com sede em Ruanda, foi constituída em parceria com o Grupo BGH. Tem como atividade preponderante a produção e venda de dispositivos educacionais, equipamentos de informática sob a marca Positivo BGH. A moeda funcional da controlada em conjunto é o franco ruandês.
(iii) Outros Investimentos (Consolidado)
Investimentos da Positivo Tecnologia Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P):

		Consolidado			
		Saldo em 31/12/2022	Aporte de Capital	Valor justo	Saldo em 31/12/2023
Outros investimentos					
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	(a)	2.747	–	1.854	4.601
Agrosmart S.A.	(b)	9.956	1.000	2.494	13.450
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda.	(c)	75	–	(75)	–
Pharmalog S.A.	(d)	2.607	–	5.148	7.755
Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd)	(e)	3.866	–	(1.711)	2.155
Mundo Maker Educação Ltda.	(f)	4.000	–	(201)	3.799
Communy Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	(g)	–	2.000	1	2.001
Earth Renewable Technologies BR Ltda.	(h)	–	33.077	(2.387)	30.690
MAX.IA Education S.A.	(i)	–	5.000	74	5.074
		23.251	**41.077**	**5.197**	**69.525**

		Consolidado			
		Saldo em 31/12/2021	Aporte de Capital	Valor justo	Saldo em 31/12/2022
Outros investimentos					
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A		7.658		(4.911)	2.747
Agrosmart S.A.		22.907	–	(12.951)	9.956
Ambar Living S.A		2.000	–	(2.000)	–
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda.		1.000	–	(925)	75
Pharmalog S.A.		2.500	–	107	2.607
Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd)		1.229	1.000	1.637	3.866
Mundo Maker Educação Ltda.		–	4.600	(600)	4.000
		37.294	**5.600**	**(19.643)**	**23.251**

A participação em outros investimentos está descrita na nota 2.2 (d).
a) Tech Inovações Tecnológicas para a Agropecuária. S.A. (@Tech), empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de suporte à agropecuária de corte.
b) Agrosmart S.A., empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de agricultura digital. No exercício de 2023 Foi realizado aporte de capital adicional no montante de R$ 1.000.
c) Business Global Consultoria em Agronegócio Ltda., empresas que desenvolve e fornece soluções para controle de fertilização do solo, permitindo ao usuário realizar as configurações do sistema de fertilização, monitorar e controlar a dosagem de insumos.
d) A Pharmalog S.A. desenvolve e fornece soluções em monitoramento de transporte para medicamentos termolábeis (sensíveis a ação da temperatura).
e) Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd), que tem como objeto social a prestação de serviços em tecnologia da informação para empresas com o uso de ferramentas de BPO (Business Process Outsourcing) e RPA (Robot Process Automation).
f) No ano de 2022 o F.I.P. realizou aporte de capital no montante de R$ 4.600 na empresa Mundo Maker Educação Ltda., que atua no desenvolvimento e comercialização de produtos, sistemas e soluções para a área educacional.
g) Em 17 de março de 2023 o FIP realizou aporte de capital no montante de R$ 2.000 na empresa Communy Serviços em Tecnologia da Informação Ltda., que tem como atividades preponderantes a Consultoria e suporte em tecnologia da informação e desenvolvimento de softwares.
h) Em 17 de março de 2023 o realizou aporte de capital no montante de R$ 33.077 na Earth Renewable Technologies BR Ltda., uma *green tech* que estuda, pesquisa, e desenvolve soluções tecnológicas, renováveis, biodegradáveis e compostáveis para a indústria de plástico.
i) Em 17 de março de 2023 o realizou aporte de capital no montante de R$ 5.000 na MAX.IA Education S.A., que desenvolve soluções de tecnologia educacional utilizando a inteligência artificial, possibilitando uma aprendizagem mais inteligente e adaptativa para cada perfil de estudante.

13. IMOBILIZADO

		Controladora				
		31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo						
Máquinas e equipamentos		39.164	3.015	42.179	743	42.922
Benfeitorias s/imóvel locado		18.499	–	18.499	–	18.499
Hardware		11.843	8.112	19.955	3.761	23.716
Móveis e utensílios		4.306	1.038	5.344	295	5.639
Instalações industriais		37.990	4.226	42.216	6.767	48.983
Edificações		–	4.680	4.680	32	4.712
Direito de uso	(a)	45.709	3.456	49.165	15.128	64.293
Outros imobilizados		292	5	297	616	913
		157.803	24.532	182.335	27.342	209.677
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(31.458)	(1.728)	(33.186)	(1.527)	(34.713)
Benfeitorias s/imóvel locado		(14.609)	(706)	(15.315)	(572)	(15.887)
Hardware		(5.332)	(2.702)	(8.034)	(3.645)	(11.679)
Móveis e utensílios		(2.641)	(324)	(2.965)	(370)	(3.335)
Instalações industriais		(14.485)	(3.193)	(17.678)	(3.631)	(21.309)
Edificações		–	(170)	(170)	(188)	(358)
Direito de uso	(a)	(16.808)	(9.329)	(26.137)	(9.856)	(35.993)
Outros imobilizados		(14)	(2)	(16)	(2)	(18)
		(85.347)	(18.154)	(103.501)	(19.791)	(123.292)
Valor líquido		**72.456**	**6.378**	**78.834**	**7.551**	**86.385**

		Consolidado				
		31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo						
Máquinas e equipamentos		49.392	13.552	62.944	31.824	94.768
Benfeitorias s/imóvel locado		19.748	–	19.748	–	19.748
Hardware		12.387	9.402	21.789	6.747	28.536
Móveis e utensílios		4.922	1.596	6.518	413	6.931
Instalações industriais		47.318	7.351	54.669	9.680	64.349
Edificações		–	4.680	4.680	32	4.712
Direito de uso	(a)	52.191	4.242	56.433	15.128	71.561
Outros imobilizados		319	5	324	616	940
		186.277	40.828	227.105	64.440	291.545
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(32.359)	(3.285)	(35.644)	(5.965)	(41.609)
Benfeitorias s/imóvel locado		(15.135)	(822)	(15.957)	(688)	(16.645)
Hardware		(5.515)	(2.940)	(8.455)	(4.845)	(13.300)
Móveis e utensílios		(2.861)	(404)	(3.265)	(483)	(3.748)
Instalações industriais		(17.923)	(4.327)	(22.250)	(5.082)	(27.332)
Edificações		–	(170)	(170)	(188)	(358)
Direito de uso	(a)	(19.576)	(10.785)	(30.361)	(11.356)	(41.717)
Outros imobilizados		(14)	(2)	(16)	(2)	(18)
		(93.383)	(22.735)	(116.118)	(28.609)	(144.727)
Valor líquido		**92.894**	**18.093**	**110.987**	**35.831**	**146.818**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.
A Companhia efetuou durante o exercício de 2023, a revisão da vida útil dos bens do seu ativo imobilizado e não identificou alterações necessárias.
a) Passivo de arrendamento
A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	Passivo de arrendamento	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	**26.274**	**29.615**
(+) Adições	15.128	15.128
(+) Juros incorridos	2.646	2.836
(–) Pagamento de principal	(9.771)	(11.381)
(–) Pagamento de juros	(2.646)	(2.836)
Saldo em 31/12/2023	**31.631**	**33.362**
Circulante	8.494	10.225
Não Circulante	23.137	23.137

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 1/2020, a Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16/CPC06(R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CVM (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam chegar a informação. Os inputs são:
• Taxa de desconto nominal aplicada - 15,06% a.a.
• Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) - 4,62% a.a.
O Cronograma de amortização dos saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2023	
Ano	Controladora	Consolidado
2024	8.494	10.225
2025	9.098	9.098
2026	7.293	7.293
2027	6.746	6.746
	31.631	33.362

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Contraprestação	Nominal	Valor Presente
Controladora	40.567	3.752	2.926
Consolidado	42.367	3.919	3.086

14. INTANGÍVEL

	Controladora				
	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo					
Projetos desenvolvidos internamente (a)	151.817	17.756	169.573	15.963	185.536
Software	17.836	12.814	30.650	7.402	38.052
Licenças de uso	7	–	7	–	7
Outros intangíveis	–	–	–	580	580
	169.660	30.570	200.230	23.945	224.175
Amortização					
Projetos desenvolvidos internamente	(131.989)	(12.896)	(144.885)	(9.010)	(153.895)
Software	(9.884)	(6.061)	(15.945)	(8.330)	(24.275)
Licenças de uso	(7)	–	(7)	–	(7)
Outros intangíveis	–	–	–	(13)	(13)
	(141.880)	(18.957)	(160.837)	(17.353)	(178.190)
Valor líquido	**27.780**	**11.613**	**39.393**	**6.592**	**45.985**

	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo					
Projetos desenvolvidos internamente (a)	159.935	34.900	194.835	17.027	211.862
Software	18.394	12.863	31.257	7.648	38.905
Licenças de uso	12	–	12	3	15
Outros intangíveis	–	–	–	593	593
Mais-valia Investimentos (b)	19.403	–	19.403	6.512	25.915
Ágio em controlada (b)	43.109	–	43.109	15.705	58.814
	240.853	47.763	288.616	47.488	336.104
Amortização					
Projetos desenvolvidos internamente	(133.796)	(15.489)	(149.285)	(14.471)	(163.756)
Software	(10.274)	(6.104)	(16.378)	(8.426)	(24.804)
Licenças de uso	(7)	(1)	(8)	–	(8)
Outros intangíveis	–	–	–	(13)	(13)
Mais-valia Investimentos	(9.782)	(2.386)	(12.168)	(4.828)	(16.996)
	(153.859)	(23.980)	(177.839)	(27.738)	(205.577)
Valor líquido	**86.994**	**23.783**	**110.777**	**19.750**	**130.527**

A Companhia efetuou revisão da vida útil de seus ativos intangíveis e não identificou alterações necessárias.
a) Projetos desenvolvidos internamente
Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos e compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infraestrutura, viagens e outros correlatos, sendo que tais dispêndios estão segregados entre adições no ativo intangível e despesa no resultado. Tais dispêndios decorrem do cumprimento das Leis nº 8.248/1991 e 13.969/2019 mencionados na nota 8.
A amortização dos investimentos foi fixada, substancialmente, em até cinco anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos, e é contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais.
b) Ágio em controladas
Ágio - Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.
Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.
O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 14,80% ao ano.
Ágio e Mais-Valia - ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.
Em dezembro 2018 a controlada Positivo Smart Ltda. adquiriu 80% da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. A melhor estimativa de preço de compra, baseada na expectativa de resultados futuros da adquirida é de R$ 44.193. Na operação foi gerado um ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente a ativos intangíveis da investida nos valores de R$ 28.936 e R$ 19.403 respectivamente. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 14,80% ao ano para fins de avaliação do valor recuperável.
Ágio e Mais-Valia - SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.
Conforme descrito na nota 2.2 (a), em julho de 2023, a Companhia adquiriu a empresa SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.. Na operação foi gerado um ágio no montante de R$ 15.705 em decorrência dos benefícios econômicos esperados, oriundos das sinergias resultantes da aquisição, e mais valia de ativos da investida no montante de R$ 6.512. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 16,40% ao ano para fins de avaliação do valor recuperável.

15. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fornecedores - mercado externo		314.076	175.787	538.753	275.078
Fornecedores - mercado interno		127.203	150.878	191.211	195.227
Fornecedores convênio (nacionais)	(a)	–	95.455	–	95.455
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	(b)	94.555	30.063	100.270	30.174
Ajuste a valor presente (AVP)		(4.340)	(1.272)	(7.113)	(1.689)
		531.494	**450.911**	**823.121**	**594.245**

O prazo médio de pagamento para fornecedores em 31 de dezembro de 2023 é de 103 dias (96 dias em 31 de dezembro de 2022). O ajuste ao valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação presente dos fluxos de caixa futuros. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.
a) Saldos referentes a operações estruturadas entre a Companhia e seus fornecedores denominadas "*forfaiting*". A Companhia mantinha acordos com determinadas instituições financeiras que permitiam o financiamento dos fornecedores em sua cadeia de suprimentos. Pelos termos estabelecidos com as instituições, os fornecedores optavam em receber o pagamento de suas faturas de forma antecipada através do agente financeiro. Nos termos do acordo, a instituição financeira concorda em pagar os valores devidos a um fornecedor participante antecipadamente e recebe a liquidação da duplicata por parte da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo desse programa é permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco, de forma a antecipar o recebimento previsto originalmente nos contratos.
Os pagamentos efetuados ao banco, quando do vencimento original dos títulos, eram incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece sendo pagamentos por compra de insumo.
A Companhia não utiliza mais essa modalidade de operação, tendo liquidado integralmente os saldos em aberto durante o exercício de 2023.
b) Os direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de direitos sobre licenças de softwares da Microsoft Corporation. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

						Controladora		Consolidado	
		Taxa média contratual (a.a.)	Swap % CDI	Vencimento	Garantias	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivo Circulante									
Moeda nacional									
Capital de Giro		CDI +2,24%	–	Até Dez/2026	–	191.949	142.367	192.429	142.767
Capital de Giro		CDI +6,68%	–	Até Nov/2025	Carta fiança	–	–	564	6.074
Debêntures	(a)	CDI +3,75%	–	Até Fev/2026	–	110.896	121.363	110.896	121.363
Nota de Crédito	(a)	CDI +2,79%		Até Mar/2026	–	57.354	16.743	57.354	16.743
FINEP	(b)	TR + 8,05%	–	Até Dez/2028	Seguro Garantia	29.782	28.864	29.782	28.864
BASA		13,02%	–	Até Jul/2023	–	–	64.710	–	64.710
BNDES		CDI +1,95%	–	Até Fev/2030	Carta fiança	2.737	–	2.737	–
Moeda estrangeira									
Capital de Giro - US$		VC+6,54%	CDI+2,48%	Até Jan/27	Nota promissória	301.077	275.183	301.077	275.183
						693.795	**649.230**	**694.839**	**655.704**
Passivo não circulante									
Moeda nacional									
Capital de Giro		CDI +2,24%	–	Até Dez/2026	–	196.435	302.960	204.643	311.728
Capital de Giro		CDI + 3,50%	–	Até Nov/2025	Carta fiança	–	–	4.884	5.363
Debêntures	(a)	CDI +3,75%	–	Até Fev/2026	–	150.000	245.866	150.000	245.866
Nota de Crédito	(a)	CDI +2,79%	–	Até Mar/2026	–	41.429	35.714	41.429	35.714
FINEP	(b)	TR + 8,05%	–	Até Dez/2028	Seguro Garantia	75.533	102.502	75.533	102.502
BNDES		CDI +1,95%	–	Até Fev/2030	Carta fiança	42.000	38.907	42.000	38.907
Moeda estrangeira									
Capital de Giro - US$		VC+6,00%	CDI+2,26%	Até Jan/27	Nota promissória	172.405	136.201	172.405	136.201
						677.802	**862.150**	**690.894**	**876.281**
Total de empréstimos e financiamentos						**1.371.597**	**1.511.380**	**1.385.733**	**1.531.985**

Os instrumentos financeiros contratados para cobertura da variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira estão apresentados na nota 31.b.
Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros, exceto para as debêntures e contrato de capital de giro, cujas condições estão descritas no item (a) a seguir:
a) Debêntures, nota crédito e capital de giro
Debêntures - 3ª emissão
Em 11 de janeiro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única, no valor total de até R$ 350.000.
As debêntures terão prazo de vencimento de quatro anos, e serão amortizadas em sete parcelas semestrais e consecutivas a partir da data de sua emissão, com o primeiro pagamento em fevereiro de 2023.
Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos meses de fevereiro e agosto, sendo primeiro pagamento em agosto de 2022.
O processo de emissão das debêntures foi concluído em 14 de fevereiro de 2022, no montante e condições aprovados pelo Conselho de Administração.
Os *covenants* estabelecidos devem ser medidos semestralmente, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:
i) Relação Dívida Líquida/EBITDA
Relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, considerando-se:
- Dívida Líquida: Considera-se os empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos), conforme dados consolidados da demonstração financeira da Emissora; e
- EBITDA: Compreende o resultado acumulado dos últimos quatro trimestres, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.
Nota de crédito
Em 2022, a Companhia celebrou contrato de nota de crédito, no montante de R$ 50.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia aplicada ao contrato das debêntures, acima, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente.
Capital de giro
Em 2021, a Companhia celebrou contrato de capital de giro, no montante de R$ 150.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia aplicada ao contrato das debêntures, acima, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente.
No aferimento realizado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atendeu os critérios estabelecidos para todos os contratos com cláusulas restritivas (covenants). O próximo aferimento será na data base de 30 de junho de 2024.
b) FINEP
No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R$ 125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021.
A movimentação dos empréstimos e financiamentos é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	**1.511.380**	**871.801**	**1.531.985**	**900.602**
Captações	494.593	1.198.680	494.659	1.198.679
Empréstimo incorporado na aquisição de controlada	–	–	251	–
Juros	229.432	262.962	233.122	267.974
Variação/Cobertura cambial	(92.346)	(162.794)	(92.346)	(162.794)
Amortização do principal	(616.100)	(564.592)	(622.569)	(575.486)
Pagamento de juros	(155.362)	(94.677)	(159.369)	(96.990)
Saldo final	**1.371.597**	**1.511.380**	**1.385.733**	**1.531.985**

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

	31 de dezembro de 2023	
Ano	Controladora	Consolidado
2025	429.630	442.722
2026	179.753	179.753
2027	33.582	33.582
2028	26.128	26.128
> 2028	8.709	8.709
Total	**677.802**	**690.894**

17. PROVISÕES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	79.323	78.389	89.236	86.605
Provisão para VPC	(b)	5.416	7.848	7.902	8.580
Provisão para comissões	(c)	12.458	12.087	23.707	21.902
Provisão para rebate	(d)	3.831	5.535	4.385	6.235
Provisão para royalties	(e)	7.447	11.009	8.005	11.009
Provisão para investimento em P&D	(f)	15.888	17.036	21.879	22.024
Outras provisões		2.446	4.990	9.567	8.431
		126.809	136.894	164.681	164.786
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	85.915	64.586	85.915	64.586
		212.724	**201.480**	**250.596**	**229.372**

a) Provisão para garantias e assistência técnica
Com base no número de equipamentos em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.
b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada
Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

continua

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI
B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão para comissões
A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.
d) Provisão para rebate
Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.
e) Provisão para royalties
Os valores provisionados como royalties são calculados com base em percentuais contratuais estabelecidos com o fornecedor e que incidem de forma geral sobre o faturamento de produtos que utilizam as tecnologias ou marcas.
f) Provisão para investimento em P&D
Para usufruir de determinados benefícios fiscais a Companhia deve investir parte de seu faturamento de produtos e serviços com incentivos fiscais em projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia reconhece os benefícios fiscais no momento da venda, em contrapartida reconhece a obrigação gerada.

18. TRIBUTOS A RECOLHER

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
PIS E COFINS	(a)	12.607	34.624	202.632	165.302
IRPJ E CSLL		–	–	2.651	4
INSS		6.054	4.144	6.963	4.629
IRRF E CSRF		4.885	1.196	6.511	1.594
IPI		689	1.678	2.576	3.774
ICMS		13.213	11.796	13.204	12.609
Outros impostos e contribuições		1.177	3.233	4.472	4.894
		38.625	**56.671**	**239.009**	**192.806**
Parcela no circulante		38.625	56.671	73.369	192.806
Parcela no não circulante		–	–	165.640	–

a) A Controlada Boreo Indústria de Componentes Ltda. discute judicialmente o direito a apropriação de créditos de PIS e COFINS, a partir de junho de 2021, na aquisição de insumos, nacionais e importados, na Zona Franca de Manaus, no montante de R$ 165.640 (R$ 115.519 em 2022). A despesa de PIS e COFINS é apurada e reconhecida de maneira regular pela Controlada, que mantém o saldo passivo desses tributos para os quais a Administração tem expectativa que seja compensado com a utilização desses créditos.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração considerava que o processo teria sua conclusão até o final de 2023. Dada a morosidade na tramitação do recurso durante o ano de 2023, a expectativa é que a realização ocorra num prazo superior a doze meses, resultando na reclassificação do montante integral para o longo prazo.

19. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da subvenção para investimento que será apropriada ao resultado dos próximos exercícios, conforme mencionado na Nota 8. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, no passivo, sob a rubrica de receita diferida, o montante R$ 7.514 (R$ 5.882 em 31 de dezembro de 2022) e R$ 11.619 (R$ 9.668 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgada na Nota 14.a.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Adiantamento de clientes		1.564	52	6.020	8.253
Receita antecipada		–	98	–	104
Contas a pagar por aquisição de controlada	(a)	12.697	–	22.119	16.652
Contas a pagar		4.568	6.089	9.780	9.384
		18.829	**6.239**	**37.919**	**34.393**
Circulante		8.671	6.239	22.024	23.967
Não Circulante		10.158	–	15.895	10.426

a) Contas a pagar por aquisição de controlada.
ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. (Consolidado)
A controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. possui saldo a pagar no montante de R$ 9.422 aos sócios não controladores da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. pela aquisição de 80% das quotas dessa investida. Os valores são atualizados anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais da investida, de acordo com cláusulas contratuais. Em maio de 2023 foi pago o montante de R$ 7.229 referente a parcela com vencimento no ano de 2023.
SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda. (Controladora e Consolidado)
A Companhia apresenta saldo atualizado a pagar referente a aquisição da controlada SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda. no montante de R$ 12.697. O preço de aquisição, sujeito aos ajustes de contrato, é de R$ 23.800, sendo R$ 11.300 pagos no dia 31 de julho de 2023 e o saldo remanescente, no montante de R$ 12.500, será liquidado em cinco parcelas anuais, corrigidos pelo IPCA até a data do efetivo pagamento aos vendedores.
O saldo remanescente a pagar possui o seguinte cronograma de liquidação:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	2.539	8.765
2025	2.540	5.736
2026	2.540	2.540
2027	2.540	2.540
2028	2.538	2.538
	12.697	**22.119**

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	245.727	303.117	254.151	306.984
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(83.547)	(103.060)	(86.411)	(104.375)
Exclusão equivalência patrimonial	23.159	45.511	(2.229)	(2.812)
Crédito Financeiro Lei 13.969/2019	94.791	95.247	94.547	95.051
Provisões e demais (adições) exclusões a base de cálculo	57.362	134.207	61.691	138.393
Arrendamento mercantil	3.226	173	3.224	174
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(93.958)	(172.078)	(74.091)	(127.058)
IRPJ/CSLL apurados	**1.033**	**–**	**(3.269)**	**(627)**
Receita (Despesa) contabilizada	**1.033**	**–**	**(3.269)**	**(627)**
Imposto de Renda e contribuição social correntes	–	–	(2.341)	(1.877)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.033	–	(928)	1.250
	1.033	**–**	**(3.269)**	**(627)**

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".
Referem-se basicamente à:

	Controladora e Consolidado			
Natureza	31/12/2022	Provisões (Reversões)	Pagamentos	31/12/2023
Cível	7.902	5.101	(1.918)	11.085
Tributária	27.608	(1.546)	(4.721)	21.341
Trabalhista	17.163	4.159	(1.395)	19.927
Total	**52.673**	7.714	(8.034)	**52.353**
Circulante	4.656			4.240
Não Circulante	48.017			48.113

	Controladora e Consolidado			
Natureza	31/12/2021	Provisões (Reversões)	Pagamentos	31/12/2022
Cível	9.790	(379)	(1.509)	7.902
Tributária	18.423	9.185	–	27.608
Trabalhista	17.356	2.839	(3.032)	17.163
Total	**45.569**	11.645	(4.541)	**52.673**
Circulante	5.985			4.656
Não Circulante	39.584			48.017

Cível
Processos judiciais envolvendo questões de natureza comercial, relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.
Tributária
Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes.
Trabalhista
Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.
Perda possível
Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Tributárias		
Impostos e contribuições (a)	329.535	368.840
Cíveis		
Órgão Público e Empresas Privadas (b)	30.020	34.905
Consumidor	1.332	2.003
	360.887	**405.748**

a) Impostos e contribuições (principais valores totalizam R$ 311.548 em 31 de dezembro 2023, R$ 318.465 em 31 de dezembro 2022):
(i) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da discussão sobre diferença de alíquota na importação de placas de captura de sinal de TV, placas de vídeo.
(ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
(iii) IPI - Processos fiscais discutindo a incidência de IPI referente à revenda de produtos importados via Trading.
(iv) II - Utilização de liminar favorável em processo discutindo a aplicação de CRA fixo para apuração do imposto de importação na Zona Franca de Manaus;
(v) PIS e COFINS - Processos fiscais discutindo a glosa de créditos de PIS e COFINS apropriados pela Companhia e PER/DCOMP não homologadas.
(vi) IRPJ - Ação Anulatória, com pedido de tutela antecipada, para que seja reconhecida a inexistência do débito de IRPJ e a existência do direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ acumulado.
(vii) ICMS ST - Auto de infração referente a suposta falta de recolhimento do ICMS/ST na aquisição de determinadas mercadorias de Estados não signatários de acordos para à circulação desses produtos nas Leis e Decretos.
b) Cíveis (principais valores totalizam R$ 20.001 em 31 de dezembro de 2023, R$ 13.890 em 31 de dezembro 2022)
(i) Processo administrativo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para apurar supostas irregularidades decorrente de vendas pontuais originadas pelos revendedores autorizados de produtos de tecnologia educacional entre 2011 e 2012.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, líquido dos gastos com emissão de ações é de R$ 721.670.
A composição do capital social, bem como a distribuição das ações é conforme segue:

	Capital social	
	31 de dezembrode 2023	31 de dezembro de 2022
Capital Social	742.700	742.700
Gasto com emissão de ações	(21.030)	(21.030)
	721.670	**721.670**

	Quantidade de ações (unidades)	
Acionistas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Controladores	66.755.439	66.166.439
Ações em tesouraria	1.674.108	1.821.508
Ações em circulação	73.370.453	73.812.053
	141.800.000	**141.800.000**

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 4 de outubro de 2019, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 71.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.
Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

	Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades)	
Controladores diretos	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Helio Bruck Rotenberg	17.681.119	17.129.119
Cixares Libero Vargas	9.618.618	9.618.618
Rafael Moia Vargas	4.000.000	4.000.000
Isabela Cesar Formighieri	3.561.707	3.561.707
Daniela Cesar Formighieri Rigolino	3.626.006	3.626.006
Sofia Guimarães Von Ridder	3.589.540	3.589.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Rodrigo Cesar Formighieri	3.235.276	3.235.276
Lucas Raduy Guimarães	4.584.939	4.497.939
Giem Raduy Guimarães	4.439.615	4.489.615
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539	4.139.539
	66.755.439	**66.166.439**

b) Reserva de capital - Incentivos fiscais e Opções

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Reserva de Subvenção para investimentos (i)	118.132	118.132
Reserva de Benefício das opções *Stock Option (ii)*	4.250	2.811
	122.382	**120.943**

(i) Reserva de subvenção para investimentos
Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de reservas de lucros.
Essa reserva de capital poderá ser utilizada para incorporação de capital e/ou absorção de prejuízos desde que o saldo não ultrapasse o valor das reservas de lucros.
(ii) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados. Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 32.
c) Reserva de lucros

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais (i)	731.716	556.412
Reserva legal (ii)	47.705	35.367
	779.421	**591.779**

(i) Reserva de subvenção para incentivos fiscais
Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.
(ii) Reserva legal
A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
A reserva legal deverá ser constituída anualmente, e o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não poderá exceder 30% do capital social. A Companhia deverá destinar uma parcela de 5% do lucro líquido do exercício para constituição dessa reserva, sendo que essa parcela destinada não poderá exceder 20% do capital social.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou o montante de R$ 12.338 do lucro líquido apurado para a constituição da reserva legal, o valor será levado para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.
d) Ajuste de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e o resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de *hedge*, conforme nota 31.
e) Ações em tesouraria
Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 um total de 1.674.108 de ações em tesouraria (1.821.508 em 31 de dezembro de 2022), adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R$ 10,45 (dez reais e quarenta e cinco centavos), no total de R$ 17.493, (em 31 de dezembro de 2022, com base nas ações em tesouraria remanescente o valor total da aquisição era de R$ 19.033).
f) Dividendos
Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu o montante de R$ 58.606 de dividendos a serem distribuídos. O valor será levado para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado a reserva legal descrita na nota 23(c).
No exercício de 2022, utilizando o mesmo critério de apuração, a Companhia aprovou a distribuição R$ 71.990 em dividendos, dos quais R$ 71.979 foram pagos durante o ano de 2023. Adicionalmente, nas demonstrações consolidadas, houve pagamento de R$ 5.389 aos acionistas não controladores.
g) Apropriação do lucro
Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, cuja parcela destinada não excederá 20% do capital social.

24. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receita bruta da venda de produtos		4.378.532	5.491.058	4.456.825	5.582.793
Receita bruta de serviços prestados		75.674	83.655	271.987	283.950
Receita Bruta Total:		**4.454.206**	**5.574.713**	**4.728.812**	**5.866.743**
Menos:					
Impostos sobre vendas		(1.001.481)	(1.187.411)	(1.035.174)	(1.210.804)
Subvenção para investimento	(a)	463.769	602.512	452.372	594.696
Devoluções e abatimentos		(106.298)	(160.191)	(112.898)	(182.410)
Verba de propaganda cooperada e rebate	(b)	(106.217)	(76.068)	(106.481)	(74.990)
Receita líquida		**3.703.979**	**4.753.555**	**3.926.631**	**4.993.235**

a) Detalhes sobre os valores reconhecidos como subvenção para investimento estão descritos na nota 8.(a).
b) Maiores informações sobre os valores reconhecidos como verba de propaganda cooperada (VPC) e rebate estão descritos na nota 17.(b) e 17.(d).

25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(2.704.834)	(3.659.313)	(2.675.726)	(3.618.839)
Despesas com pessoal	(302.455)	(271.142)	(374.037)	(333.927)
Despesas gerais	(39.462)	(33.058)	(52.414)	(41.880)
Despesa com serviços com terceiros	(49.947)	(56.478)	(65.781)	(66.167)
Despesa com comissões	(65.459)	(69.958)	(83.157)	(84.687)
Depreciação e amortização	(38.997)	(38.936)	(56.230)	(49.891)
Provisão para garantias	(151.701)	(139.761)	(152.960)	(138.299)
Outras despesas operacionais líquidas	(98.313)	(179.958)	(116.205)	(200.377)
	(3.451.168)	**(4.448.604)**	**(3.576.510)**	**(4.534.067)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(2.817.012)	(3.773.345)	(2.864.102)	(3.796.478)
Despesas com vendas	(463.338)	(512.468)	(496.236)	(540.264)
Despesas gerais e administrativas	(170.818)	(162.791)	(216.172)	(197.325)
	(3.451.168)	**(4.448.604)**	**(3.576.510)**	**(4.534.067)**

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo, vendas a entidades governamentais e vendas de servidores. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:
Receita e resultados dos principais segmentos:

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Consumo	Instituições públicas	Corporativo	Segmentos reportáveis	Consumo	Instituições públicas	Corporativo	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	901.678	2.146.146	781.007	3.828.831	967.419	2.845.974	1.089.383	4.902.776
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(731.831)	(1.546.922)	(558.307)	(2.837.060)	(775.884)	(2.152.472)	(858.459)	(3.786.815)
Lucro bruto	169.847	599.224	222.700	991.771	191.535	693.502	230.924	1.115.961
Despesas operacionais	(176.626)	(160.125)	(160.614)	(497.365)	(182.359)	(214.865)	(125.308)	(522.532)
Resultado antes do resultado financeiro	(6.779)	439.099	62.086	494.406	9.176	478.637	105.616	593.429
Resultado financeiro líquido	(80.838)	(138.665)	(44.747)	(264.250)	(106.273)	(125.954)	(61.835)	(294.062)
Lucro antes dos efeitos tributários	(87.617)	300.434	17.339	230.156	(97.097)	352.683	43.781	299.367
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	–	–	(5.163)	(5.163)	–	–	(890)	(890)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**(87.617)**	**300.434**	**12.176**	**224.993**	**(97.097)**	**352.683**	**42.891**	**298.477**

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos reportáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receita líquida de vendas		
Segmentos reportáveis	3.828.831	4.902.776
Outras atividades operacionais	97.800	90.459
	3.926.631	**4.993.235**

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos reportáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício		
Segmentos reportáveis	224.993	298.477
Outras atividades operacionais	25.889	7.880
	250.882	**306.357**

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia. O lucro do segmento corresponde ao auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas, nos segmentos reportáveis, não são inclusos o ganho ou perda em equivalências patrimoniais, bem como outras receitas e despesas.
a) Receita dos principais produtos e serviços

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Produtos		
Urnas Eletrônicas	982.121	952.854
Notebooks	1.124.489	1.544.248
Tablets	160.030	528.656
Desktops	716.561	937.657
Telefones Celulares	589.891	417.233
Servidores e *Storages*	143.840	357.466
Casa Inteligente e Segurança	48.229	26.509
Outros	161.470	228.612
	3.926.631	**4.993.235**

b) Ativos e passivos por segmento
Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de equipamentos de informática e celulares para atender aos segmentos de vendas.
c) Informações geográficas
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas reconheceram R$ 30.321 de vendas no mercado externo (R$ 67.210 em 2022). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.
d) Informações sobre principais clientes
Cinco clientes da Companhia foram responsáveis por aproximadamente de 47% da receita líquida total no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (44% em 2022).

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente-clientes	50.560	29.875	61.956	35.060
Rendimento aplicação financeira	36.158	29.994	38.263	31.753
Ganho na operação de Swap (a)	–	9.121	–	9.121
Outras receitas financeiras	2.738	9.772	4.101	10.416
	89.456	78.762	104.320	86.350
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	(232.078)	(265.958)	(235.958)	(271.262)
Juros pagos e descontos concedidos	(4.197)	(8.321)	(6.500)	(8.596)
Ajuste a valor presente-fornecedores	(23.076)	(20.634)	(47.325)	(30.771)
Imposto sobre operações financeiras	(8.205)	(5.957)	(8.342)	(5.975)
Despesas bancárias e com ações	(5.660)	(18.767)	(7.241)	(19.171)
Perda na operação de Swap (a)	(3.980)	–	(3.980)	–
Outras despesas financeiras	(11.964)	(16.051)	(16.103)	(21.845)
	(289.160)	(335.688)	(325.449)	(357.620)
Total das receitas e despesas financeiras	(199.704)	(256.926)	(221.129)	(271.270)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	25.353	102.268	25.353	102.268
Perda na cobertura cambial	(68.612)	(166.406)	(68.612)	(166.406)
Ganho na variação cambial	34.359	64.412	60.295	109.583
Perda na variação cambial	(27.158)	(66.448)	(50.333)	(92.286)
	(36.058)	(66.174)	(33.297)	(46.841)
Resultado financeiro, líquido	**(235.762)**	**(323.100)**	**(254.426)**	**(318.111)**

Conforme notas explicativas 29 a 31, a Companhia opera com instrumentos financeiros objetivando a proteção à flutuação cambial decorrente das suas atividades. A flutuação dos instrumentos financeiros liquidados no período é registrada nas rubricas de ganho ou perda na cobertura cambial, no grupo "Variação cambial" acima.
a) A Companhia realizou no ano de 2022 a celebração de contratos de troca de resultados dos fluxos financeiros futuros (*total Equity return swap*) de liquidação financeira, com vencimentos até agosto de 2023, tendo por referência ações de emissão da Companhia, conforme regulamentação aplicável. O objetivo principal da realização da referida operação foi capturar a valorização das ações face a depreciação na cotação que, na opinião da Administração, não refletia os valores reais da Companhia. Não houve novas contratações no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e os contratos em aberto foram integralmente encerrados.

28. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.
O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Básico		
Numerador básico		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	246.760	303.117
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	140.069	139.861
Lucro por ação - Básico	**1,7617**	**2,1673**

continua

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI
B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	246.760	303.117
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	140.339	140.083
Lucro por ação - Diluído	**1,7583**	**2,1638**

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Básico		
Número médio ponderado de ações da Companhia	141.800	141.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.731)	(1.939)
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	140.069	139.861
Diluído		
Número médio ponderado de ações da Companhia	141.800	141.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.731)	(1.939)
Número médio ponderado de opções	270	222
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	140.339	140.083

29. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

29.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração. Não houve alteração nas políticas de gerenciamento de risco desde a publicação das últimas demonstrações financeiras.

a) Risco de mercado

i. Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto, exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 15) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 16).

	31 de dezembro de 2023			
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber e demais créditos				
Clientes Estrangeiros	1.341	6.492	1.403	6.794
Adiantamentos a fornecedores	13.392	64.837	21.731	105.204
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(84.405)	(408.631)	(131.994)	(639.023)
Empréstimos				
Dólares americanos	(97.801)	(473.482)	(97.801)	(473.482)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	97.801	473.482	97.801	473.482
NDF's - Dólares americanos	126.575	612.788	126.575	612.788
Exposição Líquida 1	**56.903**	**275.486**	**17.715**	**85.763**
Projetos de governo (Compromissos futuros)				
Dólares americanos	(105.823)	(512.321)	(105.823)	(512.321)
Exposição Líquida 2	**(48.920)**	**(236.835)**	**(88.108)**	**(426.558)**

	31 de dezembro de 2022			
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais créditos				
Clientes Estrangeiros	672	3.507	953	4.972
Adiantamentos a fornecedores	7.700	40.170	13.200	68.867
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(39.457)	(205.850)	(58.510)	(305.252)
Empréstimos				
Dólares americanos	(78.853)	(411.384)	(78.853)	(411.384)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	78.853	411.384	78.853	411.384
NDF's - Dólares americanos	41.744	217.783	41.744	217.783
Exposição Líquida 1	**10.659**	**55.610**	**(2.613)**	**(13.630)**
Projetos de governo (Compromissos futuros)				
Dólares americanos	(106.507)	(555.659)	(106.507)	(555.659)
Exposição Líquida 2	**(95.848)**	**(500.049)**	**(109.120)**	**(569.289)**

Taxa de Câmbio: Em 31 de dezembro de 2023 US$ 1,00 equivale a R$ 4,8413 (R$ 5,2171 em 31 de dezembro de 2022).

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de equipamentos nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

ii. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 16. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item "d" desta Nota.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como "instituições de primeira linha". As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de rating como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros

Controladora					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2023					
Caixa e bancos	18.401	–	–	18.401	
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	99,70	495.907	–	–	495.907
Contas a receber de clientes	103,33	445.111	608.116	41.599	1.094.826
Partes relacionadas		–	–	187.868	187.868
		959.419	608.116	229.467	1.797.002
31 de dezembro de 2022					
Caixa e bancos		22.883	–	–	22.883
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	101,26	324.215	–	–	324.215
Instrumentos financeiros derivativos		2.305	1.462	5.330	9.097
Contas a receber de clientes	101,73	367.905	519.705	74.546	962.156
Partes relacionadas		–	–	141.289	141.289
		717.308	521.167	221.165	1.459.640

Consolidado						
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2023						
Caixa e bancos		35.482	–	–	–	35.482
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	99,70	555.893	–	–	–	555.893
Contas a receber de clientes	103,33	493.900	746.394	215.875	31.972	1.488.141
Partes relacionadas		–	–	12.382	–	12.382
		1.085.275	746.394	228.257	31.972	2.091.898
31 de dezembro de 2022						
Caixa e bancos		32.311	–	–	–	32.311
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	101,26	394.265	–	–	–	394.265
Instrumentos financeiros derivativos		2.305	1.462	5.330	–	9.097
Contas a receber de clientes	101,73	404.998	649.848	200.076	13.573	1.268.495
Partes relacionadas		–	–	13.997	–	13.997
		833.879	651.310	219.403	13.573	1.718.165

Passivos financeiros

Controladora							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2023							
Fornecedores	103,62	266.086	188.583	81.165	–	–	535.834
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	125,22	14.128	266.295	473.020	1.101.083	9.603	1.864.129
Instrumentos financeiros derivativos		2.540	13.638	1.504	16.881	–	34.563
Partes relacionadas		–	–	280.032	5.627	–	285.659
Arrendamento Mercantil	114,95	1.049	2.099	9.392	28.027	–	40.567
Outros passivos - não circulante		–	–	–	10.158	–	10.158
		283.803	470.615	845.113	1.161.776	9.603	2.770.910
31 de dezembro de 2022							
Fornecedores	100,94	273.212	139.301	39.670	–	–	452.183
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	121,70	33.161	155.308	544.238	982.485	25.264	1.740.456
Partes relacionadas		–	–	136.957	5.627	–	142.584
Arrendamento Mercantil	255,6	988	2.035	9.159	18.276	–	30.458
		307.361	296.644	730.024	1.006.388	25.264	2.365.681

Consolidado							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2023							
Fornecedores	103,62	413.007	303.641	113.586	–	–	830.234
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	125,22	14.275	266.582	476.832	1.115.167	9.603	1.882.459
Instrumentos financeiros derivativos		2.540	13.638	1.504	16.881	–	34.563
Partes relacionadas		–	2.949	–	–	–	2.949
Arrendamento Mercantil	114,95	1.199	2.399	10.742	28.027	–	42.367
Outros passivos - não circulante		–	–	–	15.895	–	15.895
		431.021	589.209	602.664	1.175.970	9.603	2.808.467
31 de dezembro de 2022							
Fornecedores	100,94	357.057	191.163	47.714	–	–	595.934
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	121,70	33.336	155.621	545.687	993.656	25.264	1.753.564
Partes relacionadas		–	1.140	–	1.890	–	3.030
Arrendamento Mercantil	255,6	1.138	2.335	10.510	20.077	–	34.060
Outros passivos - não circulante		–	–	–	10.426	–	10.426
		391.531	350.259	603.911	1.026.049	25.264	2.397.014

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano e da taxa de juros CDI do BACEN - Banco Central do Brasil na data base de 31 de dezembro de 2023. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade	Consolidado						
	Saldos patrimoniais 31 de dezembro de 2023		Cenários				
	Ativo/Passivo (R$)	Nocional (USD)	Provável	5%	10%	-5%	-10%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas							
Swap de taxa de juros							
Empréstimos em moeda estrangeira							
US$/EUR para R$ (CDI) com Swap	(473.482)	n/a	(15.712)	(16.498)	(17.283)	(14.926)	(14.141)
Empréstimos							
Em CDI	(806.936)	n/a	(53.091)	(55.746)	(58.400)	(50.436)	(47.782)
Exposição líquida			**(68.803)**	**(72.244)**	**(75.683)**	**(65.362)**	**(61.923)**
Instrumentos financeiros derivativos para cobertura de contas a pagar							
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação							
R$ para US$ - NDF's e Opções	(4.214)	126.575	1.100	32.185	63.274	(29.985)	(61.080)
Outros passivos financeiros							
Fornecedores moeda estrangeira, líquido de adiantamentos							
US$ para R$	(533.819)	(110.263)	961	(25.999)	(52.959)	27.921	54.881
Exposição líquida 1		**16.312**	**2.061**	**6.186**	**10.315**	**(2.064)**	**(6.199)**
Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo							
US$ para R$	(512.321)	(105.823)	(10.081)	(36.198)	(62.326)	16.036	42.164
Exposição líquida 2		**(89.511)**	**(8.020)**	**(30.012)**	**(52.011)**	**13.972**	**35.965**
Impacto no resultado - vencimento futuro			**(76.823)**	**(102.256)**	**(127.694)**	**(51.390)**	**(25.958)**

Exposição líquida 1 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de equipamentos nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

29.2 Fatores de risco financeiro

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Dívida Líquida				
Dívida				
Empréstimos - terceiros	1.371.597	1.511.380	1.385.733	1.531.985
Derivativos Swap	30.349	(240)	30.349	(240)
Caixa e equivalentes	(514.308)	(347.098)	(591.375)	(426.576)
Dívida líquida (a)	887.638	1.164.042	824.707	1.105.169
Dívida				
Empréstimos - terceiros	1.371.597	1.511.380	1.385.733	1.531.985
Derivativos Swap	30.349	(240)	30.349	(240)
Derivativos NDF	4.214	(4.878)	4.214	(4.878)
Caixa e equivalentes	(514.308)	(347.098)	(591.375)	(426.576)
Dívida líquida (b)	891.852	1.159.164	828.921	1.100.291
Patrimônio Líquido	1.587.400	1.396.026	1.596.427	1.406.320
Índice endividamento líquido (a)	0,56	0,83	0,52	0,79
Índice endividamento líquido (b)	0,56	0,83	0,52	0,78

a) A dívida líquida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos).

b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos) e demais operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por contratos de NDF (proteção do contas a pagar).

29.3 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis apresentados nas rubricas de contas a receber de clientes e partes relacionadas e contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os passivos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao seu valor justo, não sendo materiais para divulgação.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando premissas com informações observáveis de mercado. Quando essas informações não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "swaps" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e swaps de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As tabelas a seguir não incluem informações sobre o valor justo de ativos e passivos não mensurados ao valor justo devido ao fato de que seus valores contábeis são uma aproximação razoável de seus valores justos.

Ativos Financeiros

	Controladora			Consolidado			
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	Valor justo Nível
31 de dezembro de 2023							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Investimentos	–	–	–	116.221	–	–	3
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	–	–	1.011.458	–	–	1.398.719	–
Adiantamentos para aquisição de estoques	–	–	29.925	–	–	19.198	–
Partes relacionadas	–	–	187.868		–	12.382	–
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	514.308	–	–	591.375	1
	–	–	**1.743.559**	**116.221**	–	**2.021.674**	
31 de dezembro de 2022							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Investimentos	–	–	–	71.628	–	–	3
Instrumentos financeiros derivativos	8.626	471	–	8.626	471	–	2
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	–	–	962.550	–	–	1.259.117	–
Adiantamentos para aquisição de estoques	–	–	40.170	–	–	68.867	–
Partes relacionadas	–	–	141.289		–	13.997	–
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	347.098	–	–	426.576	1
	8.626	**471**	**1.491.107**	**80.254**	**471**	**1.768.557**	

Passivos Financeiros

	Controladora			Consolidado			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	Valor justo Nível
31 de dezembro de 2023							
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Instrumentos financeiros derivativos	3.309	31.254	–	3.309	31.254	–	2
Empréstimos	–	–	1.371.597	–	–	1.385.733	2
Arrendamento mercantil	–	–	31.631	–	–	33.362	2
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	–	–	550.323	–	–	861.040	–
Partes relacionadas	–	–	285.659	–	–	2.949	–
	3.309	**31.254**	**2.239.210**	**3.309**	**31.254**	**2.283.084**	
31 de dezembro de 2022							
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Empréstimos	–	–	1.511.380	–	–	1.531.985	2
Arrendamento mercantil	–	–	26.274	–	–	29.615	2
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	–	–	457.150	–	–	628.638	–
Partes relacionadas	–	–	142.584	–	–	3.030	–
	–	–	**2.137.388**	–	–	**2.193.268**	

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

		Controladora e Consolidado					
		Nocional (USD)		31/12/2023			31/12/2022
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo Circulante
Derivativo							
Termo de moeda (NDF)	(a)	126.575	41.744	–	(4.214)	–	4.878
Swap de taxas de juros	(b)	97.801	78.853	–	(13.468)	(16.881)	240
Total Return Swap "TRS"	(c)	–	–	–	–	–	3.979
		224.376	**120.597**	**–**	**(17.682)**	**(16.881)**	**9.097**

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2023, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Nov/23 a Dez/23	janeiro-24	55.929	4,8947
Nov/23 a Dez/23	fevereiro-24	39.039	4,8746
Nov/23 a Dez/23	março-24	18.452	4,9140
Nov/23 a Dez/23	abril-24	7.685	4,9419
Dez/23	maio-24	5.417	4,9489
Dez/23	junho-24	53	4,9766
		126.575	4,9034

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu R$ 43.259 de perda líquida no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 31 de dezembro de 2022 perda de R$ 64.138).

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*) para proteção de transações futuras altamente prováveis.

A partir de 1º de abril de 2021 a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos de contrato a termo (NDF) para proteção de transações futuras altamente prováveis de compras de insumos em moeda estrangeira.

Ao aplicar a metodologia de *hedge* contábil, a Companhia designa, no início da operação, a relação entre os itens protegidos e os instrumentos de *hedge*, de acordo com os objetivos da gestão de risco e as estratégias de proteção.

A Companhia identifica suas exposições provenientes das projeções de compras futuras de insumos, e em seguida, contrata instrumentos financeiros derivativos Contratos à Termo (NDF) para proteger os riscos identificados. Ao fazer a designação para *hedge accounting*, a Companhia associa essas projeções de compras aos instrumentos financeiros contratados.

O reconhecimento do *hedge accounting* possui efeitos prospectivos, ou seja, a partir da data de designação da cobertura para a contabilidade de *hedge*. Assim, no *hedge* de fluxo de caixa, o item protegido passará a ser considerado parte de uma relação de *hedge* (*hedge accounting*) a partir da data de designação, isso também se aplica à variação do valor justo do instrumento de *hedge* atribuível ao risco coberto, que começará a ser contabilizada no patrimônio líquido somente a partir da data de designação.

Quando o objeto de *hedge* for um passivo reconhecido somente o custo de *hedge* estará represado no patrimônio líquido, portanto, ele deverá ser baixado à medida que o passivo for liquidado.

A descontinuidade do *hedge accounting* é prospectiva, então todo componente do valor justo da NDF contabilizado na reserva de *hedge*, considerado eficaz, será mantido no Patrimônio Líquido, a não ser que não se espere mais que ocorra a compra parcial ou total do estoque.

Periodicamente a Companhia realizará testes de efetividade para determinar qual parte da variação no valor justo dos instrumentos de *hedge* contratados deverá ter contrapartida no Patrimônio Líquido e qual parte deverá ter contrapartida no resultado do exercício.

Instrumento designados como *Hedge* de fluxo de caixa - proteção de contas a pagar (controladora e consolidado)

						Consolidado	
						Outros resultados abrangentes	
Em 31 de dezembro de 2023	Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	USD	Valor Justo	Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no exercício
NDF - proteção contas a pagar - US$/R$	Moeda	BRL	612.788	126.575	(4.214)	(1.189)	(579)

b) Swap de taxas de juros - CDI x US$

Os "*swaps*" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa média contratada do CDI foi de 120,55% (em 31 de dezembro 2022, 146,01%). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*)

A Companhia efetua a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, os quais compreendem todos os contratos de "*swaps*", documentando:

- O relacionamento do *hedge*;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de *hedge*;
- A identificação do instrumento financeiro;
- O objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
- A demonstração prospectiva da efetividade do *hedge*.

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

continua

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI B3 LISTED NM

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento designados como *hedge* de fluxo de caixa - proteção de empréstimos (controladora / consolidado)

						Consolidado	
						Outros resultados abrangentes	
Em 31 de dezembro de 2023	Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	USD	Valor Justo	Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no exercício
Swap de moeda - US$/R$	Moeda	BRL	473.482	97.801	(30.349)	3.885	9.452

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determina o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&FBOVESPA.

A Companhia designa como *hedge* de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

As variações no valor justo dos derivativos caracterizados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e são reclassificadas para o resultado nos períodos em que a operação objeto do hedge é realizada.

Quando um instrumento de hedge deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting* a perda ou ganho acumulado no patrimônio líquido será integralmente revertido para o resultado se a operação prevista também estiver reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US$ 97.801 de valor "notional" R$ 473.482. Foi reconhecida em "outros resultados abrangentes" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 um ganho líquido de R$ 9.452 (em 2022 perda líquida de R$ 3.828), e no resultado financeiro uma perda líquida de R$ 69.054 (em 2022 perda líquida de R$ 13.892). Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, tendo os seguintes montantes e condições no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

			31 de dezembro de 2023	
Período da Contratação	Data de vencimento	Cobertura	Valor Nocional USD mil	USD Contratado
nov/22	fev/24	4131	12.217	5,2944
nov/22	fev/24	4131	12.268	5,4533
ago/23	fev/24	4131	12.585	4,8960
dez/22	dez/24	4131	2.859	5,1900
jun/23	dez/24	4131	12.345	5,0473
jul/23	jan/25	4131	5.663	4,7500
fev/23	fev/25	4131	8.137	5,1967
nov/23	mar/25	4131	12.525	5,3880
jan/23	jan/27	4131	19.202	5,1000
			97.801	5,1630

c) Swap de ações (recompra) - TRS

O programa de recompra de ações por meio de contratos de derivativos (nota explicativa 27).

32. PLANO DE RECOMPRA E AÇÕES E STOCK OPTIONS

Em 3 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programas"), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

No dia 09 de agosto de 2023, a Companhia aprovou programa de recompra de ações de sua própria emissão, aprovado em reunião do Conselho de Administração ("Programa 2023/2025).

A quantidade de ações a serem adquiridas serão de até 5.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da própria que, na data da aprovação, representavam 3,88% do total de ações emitidas pela Companhia e 7,50% do total de ações emitidas pela Companhia que estão em circulação.

As aquisições, objeto do Programa 2023/2025, poderão ser feitas no prazo de até 18 (dezoito) meses, com início em 10 de agosto de 2023 e término em 10 de fevereiro de 2025.

A aquisição das ações no contexto do Programa 2023/2025 será realizada em Bolsa de Valores, a preço de mercado, cabendo à Diretoria Executiva decidir: (i) se as aquisições serão realizadas diretamente pela Companhia, hipótese em que a Diretoria definirá o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável; ou (ii) se as aquisições serão realizadas por meio da celebração de um ou mais contratos de *total return equity swap* (TRS) com instituições financeiras de primeira linha a serem definidas pela Diretoria, tendo por objeto a troca de resultados de fluxos financeiros futuros tendo por referência ações ordinárias de emissão da Companhia, de modo que a Companhia receba a variação de preço relacionado às ações de sua emissão negociadas em bolsa (ponta ativa) e pague a variação do CDI acrescido de uma taxa pré-fixada (ponta passiva), durante a vigência de cada respectivo contrato.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui planos em aberto que totalizam 1.644.100 opções, os quais são demonstrados a seguir:

Ano de outorga	Exercício a partir de	Qtd. Opções em aberto em 31/12/2022	Opções exercidas em 2023	Qtd. Opções em aberto em 31/12/2023	Preço médio de exercício em 31/12/2023	Reserva Constituída no exercício	Baixa pelo Exercício	Total da Reserva
2019	2023	81.000	(81.000)	–	2,33	5	(131)	–
2020	2022 a 2024	720.500	(66.400)	654.100	5,70	283	(160)	1.253
2021	2023 a 2025	370.000	–	370.000	9,26	572	–	1.717
2022	2024 a 2026	620.000	–	620.000	9,10	1.022	–	1.280
		1.791.500	(147.400)	1.644.100	7,79	1.882	(291)	4.250

• O valor de mercado da opção em 31 dezembro de 2023 é R$ 6,96 (cotação da ação na Bolsa de Valores na referida data);

• O preço corrigido pelo IGPM é o valor que o beneficiário pagaria para exercer o direito de cada opção na data de encerramento dessas demonstrações financeiras;

• A despesa apropriada é o valor reconhecido no resultado do período referente aos planos de remuneração baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu o montante de R$ 1.882 (R$ 1.299 em 31 de dezembro de 2022) de despesa referente aos planos no resultado do exercício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram exercidas 147.400 opções, resultando em uma entrada no caixa da Companhia pelo exercício no montante de R$ 585, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria, consequentemente, foram efetuadas as baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R$ 1.540 e R$ 291, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros no valor de R$ 664.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou atualizações no contrato de arrendamento do imóvel de suas instalações administrativas, gerando adição de ativo de direito de uso no montante de R$ 15.128 (conforme nota explicativa 13), apresentando em 31 de dezembro de 2023 saldo a pagar referente a essa adição, o montante de R$ 14.942, montante esse que, portanto, não impactou o caixa da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou aporte de capital nas empresas controladas Boreo Indústria de Componentes Ltda. e Positivo Distribuição e Comércio Ltda., nos montantes de R$ 35.000 e R$ 30.000, respectivamente, utilizando créditos que a Companhia detinha com as controladas. Adicionalmente, a Companhia realizou aquisição de ativo imobilizado no montante de R$ 4.202, apresentando passivo a pagar no montante de R$ 1.300.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação de linha de crédito - BNDES

Em 08 de fevereiro de 2024, a Companhia aprovou crédito de financiamento junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no total de R$ 330.449, divididos em duas operações: R$ 258.386 no âmbito do programa BNDES Mais Inovação e R$ 72.063 no âmbito do Fundo para o desenvolvimento Tecnológico das Comunicações - BNDES Funttel.

O contrato terá prazo de 108 meses, incluindo carência de 24 meses, com remuneração atrelada à TR mais spread e liberação dos recursos de acordo com as regras dos programas aprovados pelo BNDES.

Os recursos serão aplicados na inovação de produtos, serviços e soluções, com destaque para a incorporação de recursos avançados de inteligência artificial e segurança cibernética em nossos produtos e plataformas, além da modernização fabril para produção de novos dispositivos 5G.

Aquisição de investimentos

Em 18 de março de 2024, a Companhia celebrou, por meio da sua subsidiária Positivo Smart Tecnologia Ltda., contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Algar S.A. Empreendimentos e Participações, referente a aquisição da totalidade das cotas do capital social da empresa Algar TI Consultoria S.A., unidade de negócio responsável pela área de serviços gerenciados de T.I. (*Managed Services Provider*), não incluindo a unidade de CX - *Customer Experience* (call center), que permanecerá no grupo Algar.

O preço de aquisição, sujeito a ajustes previstos em contrato, é de R$ 235.000, dos quais R$ 190.000 serão pagos na data de fechamento da transação, e o valor remanescente de R$ 45.000 doze meses após essa data, condicionada ao atingimento de metas financeiras e operacionais.

A aquisição está em linha com o plano estratégico da Companhia de diversificação de negócios, e proporcionará a expansão de prestação de serviços de tecnologia, contribuindo para a geração de valor para os acionistas.

A conclusão da aquisição está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de transação, incluindo, sem limitação, a aprovação da pelos órgãos antitruste brasileiro (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE) e colombiano (Superintendência de Industria y Comercio - SIC). Até que se obtenha as referidas autorizações e o cumprimento de demais condições precedentes ao fechamento, as companhias continuarão operando de forma independente no mercado.

PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

Marielva Andrade Silva Dias
Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas

Caio Gonçalves de Moraes
Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Rodrigo Guercio Teixeira
Diretor Vice-Presidente Corporativo

CONTADOR

Fábio Trierweiler Faigle
CRC PR - 055265/O-2 - Diretor de Controladoria

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Silveira Dias - Presidente do Conselho (não executivo e independente)
Giem Raduy Guimarães - Conselheiro
Rodrigo Cesar Formighieri - Conselheiro
Hélio Bruck Rotenberg - Conselheiro
Samuel Ferrari Lago - Conselheiro
Rafael Moia Vargas - Conselheiro
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima - Conselheira Independente
Marcel Malczewski - Conselheiro Independente
Gustavo Jobim - Conselheiro Independente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"), em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou:

(i) o relatório dos auditores independentes emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes S.A. em 20/03/2024; e

(ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores e pelo Diretor de Controladoria e Contabilidade.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, representado pelos membros abaixo assinados, registra que não teve conhecimento de fatos ou evidências que não estejam refletidos nas referidas Demonstrações Financeiras em conformidade com as normas brasileiras e opina que (i) o Relatório Anual da Administração e (ii) as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 20 de março de 2024

Conselheiros Fiscais:

Irineu Homan | **Lincon Lopes Ferraz** | **Michelle Squeff**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da Positivo Tecnologia S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Positivo Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas de vendas de produtos

Veja as notas explicativas 2.21.(a) e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

As principais fontes de receita da Companhia são as vendas de produtos aos clientes. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto aos clientes, de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - *Revenue from contract with customer*).

A transferência de controle dos produtos ocorre usualmente, quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Consequentemente, no final de cada exercício, a Companhia mensura o montante das vendas faturadas que ainda não foram entregues e aceitas pelos clientes. A mensuração do montante dos produtos em trânsito é calculada com base nas respectivas datas de entrega nas instalações em que os clientes estão localizados.

Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para tratar do assunto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e implementação dos principais controles internos relacionados ao processo de reconhecimento das receitas;
- avaliação, com base em uma amostra, dos comprovantes de entrega e aceite dos produtos pelos clientes;
- avaliação, com base em uma amostra, dos produtos em trânsito, por meio de comprovantes de entrega subsequentes a 31 de dezembro de 2023 e pelos respectivos pedidos de venda;
- avaliação sobre as divulgações relevantes relacionadas ao reconhecimento das receitas de vendas de produtos nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos acima sumarizados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas de vendas de produtos, incluindo a mensuração preparada pela administração sobre o montante das mercadorias em trânsito no final do exercício, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 20 de março de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Edson Rodrigues da Costa
Contador - CRC PR-054199/O-0

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/03/2024

Documento assinado e certificado digitalmente Por EDITAL CENTER LTDA. 04.150.383/0001-35 A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** para acessar a página de **Publicidade Legal Certificada** no portal do **Metópole Jornal.** Acesse também através do link: **https://metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais**

www.metropolejornal.com.br

PUBLICIDADE LEGAL EDIÇÃO DIGITAL - (41) 3024-6766

RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:
https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=6DABA088-6F9A-4348-A6B6-5F5D31F547B4

Chave de acesso: 6DABA088-6F9A-4348-A6B6-5F5D31F547B4

Hash do documento
3bb3c264dad7f7faca584024d5ee8880c0252af1bab8bfc0486474920472b901

Documento disponível em

Documento(s) gerado(s) em 25-03-2024, com o(s) seguinte(s) participante(s):

EDITAL CENTER LTDA - 04.150.383/0001-35 em 25/03/2024 22:29:36 UTC-03:00
Tipo de Participante: Assinatura Digital
Identificação: Por e-mail: cial@ctbametropole.com.br
Geolocalização: Latitude: -25.3952 Longitude: -49.250304
IP: 177.92.48.176

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI
B3 LISTED NM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM AOS ACIONISTAS,

Dando continuidade ao processo de diversificação e construindo sobre os resultados excepcionais de 2022, iniciamos 2023 com otimismo em relação às perspectivas de todas as linhas de negócios. No entanto, nos deparamos com a crise de alguns varejistas nacionais e com a postergação de vários negócios governamentais. Os juros impactaram também as pequenas empresas, que compraram menos no segundo semestre. Olhando no retrovisor para 2023, podemos comemorar nossa capacidade de sustentar nossa escala diante de tantas adversidades. Neste contexto desafiador, entregamos R$ 4,7 bilhões de receita bruta no ano, com margens bastante saudáveis e com um balanço mais fortalecido.

Em **Consumo,** mesmo com todas as adversidades enfrentadas por alguns varejistas, tivemos crescimento de 8% sobre 2022, impulsionado pelo sucesso da linha Infinix e pelos novos tablets Positivo e Vaio, que superaram as expectativas. Fortalecemos nossa presença junto a varejistas regionais e testemunhamos um forte crescimento dos canais online, apesar da crise instalada no setor, e com isso, recuperamos uma fatia de market share em PCs. No segmento **Corporativo,** tiveram destaque **Soluções de Pagamento,** com forte crescimento no ano, e Servidores, com evolução das vendas recorrentes, além de importante ganho de market share em PCs. Avançamos em nossa estratégia de diversificação, garantimos importantes contratos de serviços de tecnologia, e lançamos a Unidade de **Transformação Digital,** além do programa de canal da **Positivo Servers & Solutions.** Em **Instituições Públicas,** atingimos um importante patamar histórico de receita, com ganho importante de market share, sobretudo se considerarmos os entraves políticos que afetaram as compras por órgãos públicos. O montante só é menor que 2022, quando atingimos volume recorde devido aos efeitos da pandemia. Por fim, nossa capacidade de engenharia, produção e logística nos permitiu entregar o volume de 176 mil urnas eletrônicas.

Nossa estratégia já avançou significativamente no início de 2024, com a aquisição em março da **Algar TI Consultoria,** que compreende 100% da unidade de Serviços Gerenciados de TI (MSP) da Algar Tech. Esta transação não apenas acelera em vários anos nosso plano de diversificação em serviços de tecnologia, mas nos destaca como uma das únicas empresas com uma oferta de soluções de infraestrutura fim a fim de TI para o mercado corporativo, do Edge, ao Core e ao Cloud, e nos torna a parceira ideal na adoção de Inteligência Artificial por empresas na América Latina. Em fevereiro, anunciamos o financiamento junto ao BNDES de R$ 330 milhões, com prazo de 9 anos e custos atrativos, para apoiar nossos projetos de inovação em produtos, serviços e soluções, incluindo a incorporação de inteligência artificial e segurança cibernética em nossos produtos e plataformas. Esta linha melhora nosso perfil de endividamento e reduz nossos custos financeiros.

Continuaremos avançando em nosso processo de diversificação em 2024, porém, com uma abordagem mais cautelosa, mantendo-nos confiantes na manutenção da escala de nossas operações e na qualidade de nossos produtos, serviços e soluções para consumidores, empresas e órgãos governamentais. O ano iniciou muito bem para nossos negócios, e diante deste quadro estamos anunciando **novo guidance de receita bruta entre R$ 4,0 - 4,5 bilhões,** sem incluir a aquisição da Algar TI Consultoria, fundamentado em linhas de negócios com maior previsibilidade e recorrência. Em bases comparáveis[1], esse guidance aponta para a maior receita de nossa história e ainda há chance de o superarmos, mas neste momento preferimos manter o tom de cautela, com a possibilidade de revisar essa projeção à medida que os resultados forem entregues.

Alexandre Dias
Presidente do Conselho de Administração

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

[1] Excluindo os projetos especiais, os servidores para um super computador em 2022 e os efeitos da pandemia que impulsionaram as compras por órgãos públicos em 2022 e em 2021.

DESTAQUES DE 2023

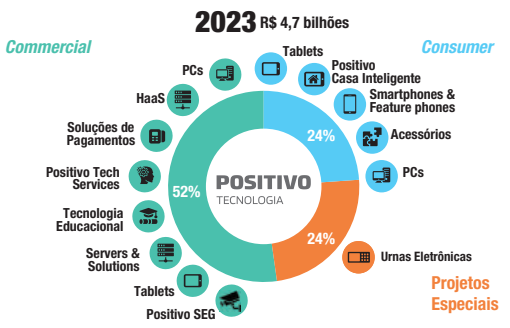
- ✓ **Receita bruta de R$ 4,7 bilhões** em 2023, com queda de 19,4% sobre a forte base de comparação em 2022.
- ✓ Em 2023, o **EBITDA alcançou R$ 564 milhões**, -16,4% sobre 2022, devido principalmente ao maior volume de receita no ano anterior. A margem EBITDA de 2023 foi de 14,4%, +0,9 p.p. sobre 2022, ajudada pelo início de recuperação das margens em Consumo, pelas margens saudáveis nos demais negócios e por projetos especiais.
- ✓ Em 2023 o **Lucro foi de R$ 251 milhões**, vs. R$ 306 milhões em 2022, com margem líquida de 6,4%, +0,2 p.p. vs. 2022.
- ✓ **Índice de alavancagem de 1,5x**, com redução de 0,1x comparado a 2022, beneficiado pela menor dívida líquida.
- ✓ Em 2023 geramos **R$ 541 milhões de caixa operacional**, contra um consumo de caixa de R$ 330 milhões em 2022.
- ✓ **Aquisição da Algar TI Consultoria**, com signing em 18 de março de 2024, que compreende 100% da unidade de Serviços Gerenciados de TI (MSP - Managed Services Provider) da empresa Algar Tech. A empresa conta com mais de 4.400 consultores e técnicos especializados em TI, cloud, IA e cibersegurança. A aquisição acelera em vários anos a nossa estratégia de diversificação em serviços, tornando-nos uma powerhouse de tecnologia e uma das líderes na oferta de soluções tecnológicas integradas fim a fim (Edge, to Core, to Cloud), bem como a parceira ideal na adoção de inteligência artificial por organizações no Brasil e na América Latina. A transação foi anunciada por R$ 190 milhões, mais earn-out de R$ 45 milhões em 12 meses. O fechamento da transação está condicionado ao cumprimento de certas obrigações e condições precedentes.
- ✓ Contrato de **financiamento com o BNDES**, no valor de R$ 330 milhões, firmado em fevereiro deste ano, com prazo de nove anos e taxas TR mais spread, destinado aos nossos projetos de inovação em produtos, serviços e soluções, incluindo a aplicação de inteligência artificial.

NOSSO MODELO DE NEGÓCIO

A Positivo Tecnologia adota uma organização de negócios que permite assegurar uma forte presença e participação sólida de mercado, consolidando competências-chave em desenvolvimento, produção e distribuição de hardware e serviços.

Adotamos a mesma nomenclatura utilizada pelos diferentes institutos de pesquisa que dividem o mercado entre Consumer e Commercial. Consumer engloba tudo que é vendido para pessoas físicas, tanto de maneira direta como indireta, enquanto Commercial inclui o que é vendido para empresas, bem como para instituições públicas e privadas.

Representatividade de Receita Bruta entre os diferentes segmentos:

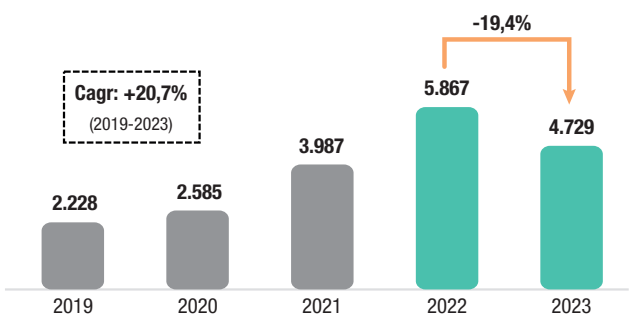


DESEMPENHO FINANCEIRO[1]

Os comentários apresentados nesta seção se referem aos números consolidados da Positivo Tecnologia S.A.

RECEITA BRUTA

Evolução da Receita Bruta
(R$ milhões)



No ano de 2023, a receita bruta foi menor em 19,4% em relação a 2022. Lembrando que 2022 foi uma forte base de comparação, quando tivemos R$ 239 milhões em receita com servidores para um supercomputador (HPC), além da forte receita em Instituições Públicas de R$ 2,2 bilhões, principalmente para secretarias de educação.

[1] Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis inroduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

COMMERCIAL

O segmento Commercial, que engloba as vendas e locação de computadores, servidores, máquinas de pagamento, equipamentos de segurança eletrônica e a prestação de serviços a empresas e instituições públicas, reportou uma diminuição na receita bruta no quarto trimestre de 2023 em comparação com o mesmo período em 2022, principalmente pela menor receita proveniente de instituições públicas.

Negócios Corporativos

Em 2023, a receita bruta totalizou R$ 1.038 milhões, uma redução de 33% em relação ao ano anterior, impactada pela forte base de comparação (R$ 239 milhões em servidores para o maior HPC da América Latina) e pelo contrato de HaaS para um grande cliente de telecomunicações, ambos no 1S22, além da maior pressão macroeconômica sobre o canal de pequenas e médias empresas em 2023.

Ao longo do ano, a Positivo ultrapassou a marca de mais de 1 mil clientes, entre as 4 mil maiores empresas do país, com destaque para empresas do setor de saúde e financeiras. As unidades de negócios de Transformação Digital (TD) e Positivo Servers & Solutions (PSS) tiveram grandes avanços dentro do plano estratégico.

Recrutamos novos parceiros para o programa de canais PSS Connect, que já trouxeram receita incremental, como por exemplo o contrato com a Sul América para fornecimento de servidores para nuvem híbrida. Com isso, tivemos crescimento no ano em linha com o planejado e de forma sustentável, apoiado por soluções de hiperconvergência da Nutanix e pela ampla linha de servidores *high-end* da Supermicro.

A unidade Tech Services teve desempenho sólido no ano, com maior penetração junto a gigantes nos segmentos de instituições financeiras e setor de saúde. Conquistamos importante certificação internacional da HDI - Help Desk Institute, baseada nas melhores práticas mundiais de atendimento ao cliente.

Os contratos de HaaS ultrapassaram no ano 50% dos novos contratos de vendas para grandes empresas, e evoluímos o nosso portal de autoatendimento para clientes, cujo NPS atingiu a elevada pontuação de 85%. Já conquistamos os primeiros contratos da solução Zero Carbon, e temos capturado oportunidades de cross-sell com a oferta de serviços da Tech Services. A combinação da oferta do hardware no modelo de locação e com camadas de serviços relacionadas à gestão do ativo tornam nossa oferta a mais competitiva do mercado.

O segmento Educacional ganhou penetração junto às instituições de ensino privadas. Esta unidade oferece suítes pedagógicas disruptivas, incluindo soluções de Inteligência Artificial embarcada, e atua junto a 30 edtechs. Para 2024 a perspectiva é continuar crescendo a base recorrente de vendas e estabelecer cases na área pública.

Em Soluções de Pagamento tivemos mais um excelente ano com forte crescimento. Estamos presentes em 6 dos 8 maiores adquirentes do país, que vêm reconhecendo a qualidade do nosso produto, o custo-benefício e a eficiência do nosso canal de atendimento, que em conjunto resultam na melhor proposta de valor para o mercado. Nossas máquinas inteligentes têm brilhado em recentes campanhas de marketing de dois dos maiores players do mercado. Temos grandes expectativa para Soluções de Pagamento, uma vez que nossas máquinas inteligentes continuam atraindo mais oportunidades de negócios, e já temos contratada a maior parte das vendas projetadas para o ano.

Para 2024 trabalharemos para conquistar clientes no grupo das 75% maiores empresas com quem ainda não transacionamos. Ampliaremos a capilaridade do nosso canal de pequenas e médias empresas e incluiremos a oferta de serviços, para gerar mais cross-sell e upsell. Evoluiremos nossa atuação como Cloud Solution Provider Tier 1 da Microsoft.

Ainda, em servidores, como cessionária da Supermicro no Brasil, a Positivo Servers & Solutions possui o melhor portfólio de servidores GPU para aplicações em inteligência artificial, além de servidores para computação e storages de alto desempenho. Vamos nos consolidar como o parceiro mais habilitado de infraestruturas para aplicações de IA no mercado, e buscar converter em vendas o grande pipeline de oportunidades que temos para 2024.

Negócios para Instituições Públicas

O ano de 2023 foi o primeiro ano de um novo governo e como tal, bastante desafiador, devido principalmente à postergação das aquisições e dos novos projetos pelos novos gestores, muitos deles empossados somente no final do ano. Foi também um ano com forte queda de aquisições e novos projetos dentro de uma das nossas principais verticais, a da educação.

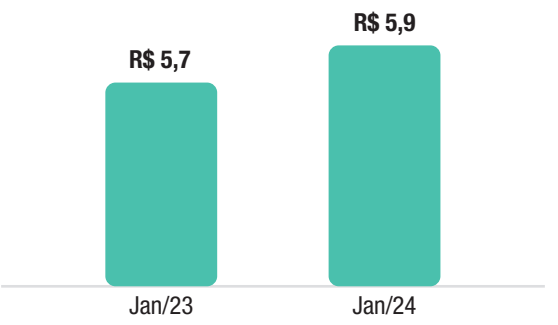
As Instituições Públicas representaram em média 18% do mercado total de PCs nos últimos 3 anos, dos quais parte relevante é a vertical educação. A Positivo aumentou sua participação de mercado no ano em PCs, principalmente na vertical educação.

A receita bruta do ano de 2023 atingiu R$ 1,4 bilhão, ficando 36% menor que 2022. No entanto, foi 12% maior que o também forte ano de 2021, demonstrando significativa elevação do patamar de compras por instituições públicas. Tal patamar apenas não é comparável com 2022, quando as compras para educação e para outros órgãos atingiram níveis excepcionais, impulsionadas pela pandemia.

A vertical educacional continuou a ser o destaque no ano, com ênfase nas compras de notebooks e serviços especializados pelas secretarias de educação estaduais e municipais, para integrar tecnologia aos seus programas educacionais. Como principais projetos podemos destacar Prodesp - Seduc/SP, Seap/PR e SME/SP. Demais segmentos com destaque no ano incluem Ministério da Economia, Instituições Financeiras e Sistema S.

Sobre as perspectivas para 2024, projetos já contratados e a contratar estão pouco acima de R$ 1 bilhão. O atual pipeline de futuras compras por instituições públicas no país permanece aquecido, atingindo R$ 5,9 bilhões em janeiro deste ano. Grandes projetos na esfera federal, como FNDE, e na esfera estadual, como Prodesp-Seduc/SP e Seap-Seduc/PR, estão previstos para serem licitados este ano.

Pipeline de aquisições por Instituições Públicas no país (R$ bilhões)



Negócios para o segmento Consumer:

A receita bruta de Consumer fechou o ano de 2023 em R$ 1.135 milhão, 8% maior quando comparada a 2022. Este crescimento ocorreu em um ano marcado pelo contexto macroeconômico desafiador, que resultou em uma crise de crédito e levou os varejistas a reduzirem significativamente seus dias de estoque. Tal contexto foi ainda agravado pelo pedido de recuperação judicial de um importante nome do mercado. Nosso desempenho foi impulsionado pelo êxito da linha Infinix e pela notável performance dos novos tablets Positivo e Vaio, os quais superaram as expectativas. O resultado não apenas reflete a qualidade e aceitação de nossos produtos, mas também valida a eficácia de nossa estratégia de fortalecimento da presença junto a varejistas regionais. Mesmo diante da crise setorial, nos destacamos também pelo desempenho sólido nos canais online. Outro ponto positivo desta unidade foi o início da recuperação das margens em PCs e mobilidade ao longo de 2023, porém ainda abaixo os níveis pré-pandemia, movimento este que projetamos que continuará em 2024.

O crescimento das vendas da linha Infinix foi o ponto alto do ano de 2023. Expandimos nossa presença nas principais varejistas do país, alcançando mais de dez mil pontos de venda. Destaque recente foi o lançamento do Infinix Note 30-5G, que se posiciona de maneira distinta na faixa de preço mais elevada em comparação com outros modelos concorrentes. Este lançamento não apenas ampliou nosso mercado endereçável, mas também se revelou um sucesso de vendas.

Além dos smartphones, obtivemos êxito nas vendas de tablets, dando especial atenção ao crescimento do modelo Vaio TL10, lançado por nós com exclusividade no mercado brasileiro. Ganhamos alguns pontos importantes de market share no ano, com recorde atingido em dezembro, fechando o ano com 17,5% de market share. Tal sucesso nos motivou para lançar tablet da marca Positivo Vision com 10 polegadas em 2024, também com a opção de teclado integrado por conexão física, e com a proposta de atender à crescente demanda por dispositivos de alto desempenho por um preço acessível.

Em PCs, diversificamos nossos canais de venda, aumentando nossa presença em varejistas regionais e canais online. Expandimos a linha Vision com o lançamento do modelo i15, com a exclusiva Lumina Bar - iluminação led em ambos os lados da câmera, e processadores Intel Core i3 ou i5 de 11ª geração. Esta linha está tendo boa aderência de vendas permitindo início de recuperação de market share no ano, principalmente no segmento de notebooks.

Além da expansão com os varejistas regionais, há de se destacar o rápido crescimento das vendas no canal D2C (Direto para Consumidor) sem gerar conflitos com os demais canais. Ainda, começamos a operar no Mercado Livre também no formato full commerce, que deve alavancar o crescimento do canal D2C. Somos a única indústria do segmento operando nesta modalidade. Esse formato requer integração do nosso sistema ERP à plataforma do marketplace, resultando em entregas mais rápidas e custos de frete reduzidos. As vendas continuam acelerando nos diferentes marketplaces e também nos sites próprios.

A consolidação desse desempenho atesta a resiliência e adaptabilidade da nossa abordagem comercial, mesmo diante dos desafios de um mercado que viu os volumes decresceram sobre uma base já fraca em 2022. Para 2024 seguimos confiantes na gradual recuperação do segmento com contínua restauração das margens, ajudados pelo ambiente macroeconômico mais favorável, pela estabilização dos varejistas, bem como pela continuidade de nossa estratégia de expansão e consolidação de parceiros varejistas, maior penetração nas plataformas online, e de lançamentos inovadores.

Projetos Especiais:

Em 2021 a Companhia venceu um segundo processo licitatório (UE2021) para fornecimento de 220 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2024, no valor total de R$ 1,4 bilhão, do qual já foi faturado R$ 1,21 bilhão ao longo de 2023. Esse montante é próximo do faturamento registrado em 2022, de R$ 1,1 bilhão, referente às urnas para as eleições do mesmo ano.

O valor remanescente para atingir o valor total contratado de urnas de R$ 1,4 bilhão será faturado no 1T24 (aproximadamente R$ 250 milhões).

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

MARGEM BRUTA			
R$ milhões			
	2023	**2022**	***Var.***
Receita Bruta Consolidada	4.728,8	5.866,7	(19,4%)
Descontos e Deduções	(802,2)	(873,5)	*(8,2%)*
Receita Líquida Consolidada	**3.926,6**	**4.993,2**	***(21,4%)***
Custo dos Produtos e Serviços	**(2.864,1)**	**(3.796,5)**	***(24,6%)***
Lucro Bruto	**1.062,5**	**1.196,8**	(11,2%)
Margem Bruta	27,1%	24,0%	3,1 p.p.

A Receita Líquida no ano foi de R$ 3.927 milhões, queda de 21,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 2022 o Lucro Bruto ficou em R$ 1.063 milhões, queda de 11,2% sobre 2022, com Margem Bruta de 27,1%. A melhora da Margem Bruta em 3,1 p.p. é devido ao melhor mix de produtos e serviços ofertados, com início de recuperação de margens do Consumo e o aumento da participação de receita de projetos especiais.

DESPESAS OPERACIONAIS E RESULTADO OPERACIONAL

DESPESAS OPERACIONAIS			
R$ milhões			
	2023	**2022**	***Var.***
Receita Líquida	**3.926,6**	**4.993,2**	***(21,4%)***
Lucro Bruto	**1.062,5**	**1.196,8**	***(11,2%)***
Receitas/despesas Operacionais	**(554,0)**	**(571,7)**	***(3,1%)***
Despesas Comerciais	(496,2)	(540,3)	*(8,2%)*
Despesas Gerais e Administrativas	(216,2)	(197,3)	*9,6%*
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6,6)	(8,3)	*(20,7%)*
Outras receitas/despesas operacionais	165,0	174,2	*(5,3%)*
Resultado Operacional (EBIT)	**508,6**	**625,1**	***(18,6%)***

No ano, as despesas operacionais recuaram 3,1% contra 2022, principalmente pelas despesas comerciais que recuaram 8,2% no ano, com redução em outras despesas comerciais devido à redução em provisão para devedores duvidosos e despesas com propaganda e marketing. Estes efeitos mais do que compensaram as maiores despesas de assistência técnica e garantia, em função da maior receita com projetos especiais. As despesas administrativas cresceram 9,6% no ano, impulsionadas pelo dissídio dos colaboradores, bem como pela expansão de áreas de negócios estratégicas em relação a 2022. Finalmente, outras receitas operacionais tiveram redução devido ao menor faturamento em relação a 2022.

EBITDA

EBITDA			
R$ milhões			
	2023	**2022**	***Var.***
EBIT	**508,6**	**625,1**	***(18,6%)***
Depreciação e Amortização	55,7	49,9	*11,6%*
EBITDA	**564,2**	**675,0**	***(16,4%)***
Margem EBITDA	***14,4%***	***13,5%***	***0,9 p.p.***

No ano, o EBITDA reflete a menor receita no período, porém com maior margem EBITDA devido aos efeitos do início da recuperação das margens em Consumo, das margens saudáveis nos demais negócios e dos projetos especiais.

O mix de canais nas receitas também tem beneficiado as margens em razão da melhor rentabilidade de projetos para instituições públicas e para o segmento corporativo, além dos projetos especiais.

EBITDA e Margem EBITDA
(R$ milhões)



ROIC - Retorno sobre Capital Investido

ROIC			
R$ milhões			
	2023	**2022**	***Var.***
EBIT (LTM)	508,6	625,1	*(18,6%)*
IR/CSLL (LTM)	(3,3)	(0,6)	421,4%
NOPAT (LTM)	**505,3**	**624,5**	***(19,1%)***
Capital Empregado	**2.318,1**	**2.412,4**	***(3,9%)***
Média do Capital Empregado[1]	**2.365,2**	**2.025,7**	***16,8%***
ROIC2	**21,4%**	***30,8%***	***-9,5 p.p.***

[1] - Média do capital empregado do período e do mesmo período do ano anterior. Considera o capital de giro, ativo permanente e outros ativos de longo prazo líquidos de IR/CSLL diferidos.

[2] - NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio

Em 2023, o ROIC anualizado alcançou 21,4%, queda de 9,5 p.p. versus o 2022, devido ao aumento na média de capital empregado e redução do NOPAT.

O ROIC de 2022 foi elevado devido ao maior NOPAT e pela menor média do capital empregado, uma vez que considera a média entre 2022 e 2021. Em 2021, o patamar de resultado da companhia foi muito menor, e consequentemente, o capital empregado como capital de giro e investimentos foram significativamente menores.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO			
R$ milhões			
	2023	**2022**	***Var.***
Receitas Financeiras	104,3	86,4	*20,8%*
Despesas Financeiras	(325,4)	(357,6)	*(9,0%)*
Resultado Financ. Pré-Var. Cambial	**(221,1)**	**(271,3)**	***(18,5%)***
Variação Cambial	(33,3)	(46,8)	*(28,9%)*
RESULTADO FINANCEIRO	**(254,4)**	**(318,1)**	***(20,0%)***

A melhora no resultado financeiro em 20% em 2023 reflete o menor nível de endividamento da Companhia ao longo do ano, resultante da geração de caixa e amortização de dívidas, bem como a redução da taxa de juros.

Ressaltamos que os objetivos da política cambial da Companhia são a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2023, o lucro líquido foi R$ 251 milhões, 18,1% menor frente ao resultado de 2022, com margem de 6,4% (+0,3 p.p.). O ano de 2022 foi uma forte base de comparação, com grande concentração de vendas para instituições públicas, projetos especiais e servidores para um supercomputador, conforme explicado anteriormente. Desta forma, a redução do lucro líquido já era esperada. Não obstante, a margem líquida ainda foi levemente superior em 2023.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO			
R$ milhões			
Endividamento e Disponibilidades	**2023**	**2022**	***Var.***
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	694,8	655,7	6,0%
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	690,9	876,3	(21,2%)
Instrumentos Financeiros Derivativos	30,3	(0,2)	N/A
Endividamento	**1.416,1**	**1.531,7**	(7,6%)
Caixa e Equivalentes	591,4	426,6	38,6%
Disponibilidades	**591,4**	**426,6**	**38,6%**
Endividamento Líquido	**824,7**	**1.105,2**	**(25,4%)**
EBITDA Recorrente LTM	564,0	675,0	(16,4%)
Endividamento Líquido/EBITDA LTM	***1,5x***	***1,6x***	**-0,1x**

O índice de alavancagem (endividamento líquido/EBITDA LTM) da Companhia foi de 1,5x em 2023, apresentando uma redução de 0,1 p.p. se comparado com o 2022. Apresentamos também uma menor dívida líquida no período com queda de 25,4% em relação a 2022, fruto da maior geração de caixa no ano de 2023, o que permitiu amortização de empréstimos e financiamentos. Assim, geramos R$ 541 milhões em caixa no ano, sendo R$ 116 milhões no 2023.

Atualmente, aproximadamente 50% da dívida é de longo prazo, contra 57% em 2022. Esta relação deve ser inverter, com maior concentração de obrigações no longo prazo assim que a nova linha de crédito contratada junto ao BNDES, comentada nos destaques acima, entrar nosso balanço, uma vez que tem vencimento em 9 anos. Pretendemos continuar com nossa estratégia de liability management, buscando oportunidades no mercado que permitam o alongamento da nossa dívida existente, com custos mais atrativos.

Perfil da dívida - Distribuição entre curto e longo prazo	2023	2022	Var.
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	50,1%	42,8%	*7,3 p.p.*
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	49,9%	57,2%	*-7,3 p.p.*

DIVIDENDOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu o montante de R$ 58,6 milhões de dividendos a serem distribuídos. O valor será levado para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado à reserva legal descrita na nota 24(c) das demonstrações financeiras.

Durante o ano de 2023 foram pagos R$ 72,0 milhões em dividendos, sendo R$ 0,51 por ação, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

INVESTIMENTOS

Em 2023 a Companhia realizou investimentos de R$ 149,7 milhões, compreendendo principalmente investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento, por meio de integralização de capital em investidas com o Fundo de Investimentos em Participações da Companhia, além de desembolsos para ampliação da estrutura produtiva, adequação e transferência de linhas de montagem e projetos de desenvolvimento de novos produtos.

MERCADO DE CAPITAIS

A Positivo encerrou 2023 com Capital Social de R$ 721,7 milhões, como parte do Patrimônio Líquido de R$ 1,6 bilhão, dividido entre 141.800.000 ações ordinárias (POSI3), das quais 52% estão em circulação ("*Free Float*").

A média diária de ações negociadas em bolsa ficou em 2,0 milhões em 2023, representando um volume financeiro diário médio de R$ 15 milhões. POSI3 encerrou ano de 2023 cotada a R$ 6,96/ação, com redução de 21% em relação ao mesmo período de 2022. Ao final do ano, a Companhia atingiu R$ 987 milhões de valor de mercado. Calculamos o valor de mercado multiplicando o total de ações da companhia pelo preço da ação POSI3 na data de referência.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 10 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração aprovou a criação de um novo Programa de Recompra de Ações com prazo de 18 meses, portanto ainda vigente. O novo Programa permite a recompra de até 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia que, na data de aprovação, representavam 2,82% do total de ações emitidas pela Companhia e 5,26% do total de ações emitidas pela Companhia que estão em circulação.

COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2023, a Positivo Tecnologia contava com mais de 4 mil colaboradores, alocados principalmente na sede administrativa localizada em Curitiba (PR), em Manaus (AM) e Ilhéus (BA) onde encontram-se unidades fabris.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 44, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, somente os serviços de auditoria das demonstrações financeiras foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 80/21, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8C37-920C-0A31-A0BB.

POSITIVO TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSI
B3 LISTED NM

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	514.308	347.098	591.375	426.576
Instrumentos financeiros derivativos	31	–	9.097	–	9.097
Contas a receber	6	974.010	853.226	1.326.360	1.132.483
Estoques	7	925.527	1.106.045	1.256.483	1.390.723
Contas a receber com partes relacionadas	10	187.868	141.289	12.382	13.997
Impostos a recuperar	8	186.455	289.092	210.811	309.169
IRPJ e CSLL		87.802	46.045	93.559	52.363
Adiantamentos diversos		35.024	35.807	53.523	52.566
Outros créditos	9	28.541	40.582	30.680	43.088
		2.939.535	2.868.281	3.575.173	3.430.062
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	6	–	–	31.972	13.573
Impostos a recuperar	8	457.442	298.417	457.924	298.614
Tributos diferidos		–	–	2.743	1.712
Outros créditos	9	8.907	68.742	9.707	69.973
		466.349	367.159	502.346	383.872
Investimento em controladas	11	666.585	550.165	–	–
Outras participações societárias	12	72.218	56.849	226.969	164.127
Imobilizado	13	86.385	78.834	146.818	110.987
Intangível	14	45.985	39.393	130.527	110.777
		871.173	725.241	504.314	385.891
		1.337.522	1.092.400	1.006.660	769.763
TOTAL ATIVO		**4.277.057**	**3.960.681**	**4.581.833**	**4.199.825**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	531.494	450.911	823.121	594.245
Empréstimos e financiamentos	16	693.795	649.230	694.839	655.704
Instrumentos financeiros derivativos	31	17.682	–	17.682	–
Salários e encargos a pagar		44.862	38.088	50.891	42.753
Passivo de arrendamento	13.a	8.494	9.880	10.225	11.490
Provisões	17	126.809	136.894	164.681	164.786
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22	4.240	4.656	4.240	4.656
Tributos a recolher	18	38.625	56.671	73.369	192.806
Dividendos a pagar	23.f	58.625	71.998	58.625	71.998
Receita diferida	8 e 19	7.514	5.882	11.619	9.668
Contas a pagar com partes relacionadas	10	280.032	136.957	2.949	1.140
Outras contas a pagar	20	8.671	6.239	22.024	23.967
		1.820.843	1.567.406	1.934.265	1.773.213
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	677.802	862.150	690.894	876.281
Instrumentos financeiros derivativos	31	16.881	–	16.881	–
Passivo de arrendamento	13.a	23.137	16.394	23.137	18.125
Provisões	17	85.915	64.586	85.915	64.586
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22	48.113	48.017	48.113	48.017
Tributos a recolher	18	–	–	165.640	–
Contas a pagar com partes relacionadas	10	5.627	5.627	–	1.890
Provisão para perda em investimentos	12	–	475	–	475
Tributos diferidos		1.181	–	4.666	492
Outras contas a pagar	20	10.158	–	15.895	10.426
		868.814	997.249	1.051.141	1.020.292
TOTAL DO PASSIVO		**2.689.657**	**2.564.655**	**2.985.406**	**2.793.505**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.a	721.670	721.670	721.670	721.670
Reserva de capital	23.b	122.382	120.943	122.382	120.943
Reserva de lucros	23.c	779.421	591.779	779.421	591.779
Ajuste de avaliação patrimonial	23.d	(18.580)	(19.333)	(18.580)	(19.333)
Ações em tesouraria	23.e	(17.493)	(19.033)	(17.493)	(19.033)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.587.400	1.396.026	1.587.400	1.396.026
Participação de acionistas não controladores		–	–	9.027	10.294
Patrimônio líquido total		1.587.400	1.396.026	1.596.427	1.406.320
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.277.057**	**3.960.681**	**4.581.833**	**4.199.825**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
RECEITA LÍQUIDA	24	**3.703.979**	**4.753.555**	**3.926.631**	**4.993.235**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	25	(2.817.012)	(3.773.345)	(2.864.102)	(3.796.478)
LUCRO BRUTO		**886.967**	**980.210**	**1.062.529**	**1.196.757**
Despesas com vendas	25	(463.338)	(512.468)	(496.236)	(540.264)
Despesas gerais e administrativas	25	(170.818)	(162.791)	(216.172)	(197.325)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	8	160.563	187.409	165.013	174.197
Resultado da equivalência patrimonial	11 a 12	68.115	133.857	(6.557)	(8.270)
		(405.478)	(353.993)	(553.952)	(571.662)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**481.489**	**626.217**	**508.577**	**625.095**
Receitas financeiras	27	89.456	78.762	104.320	86.350
Despesas financeiras	27	(289.160)	(335.688)	(325.449)	(357.620)
Variação cambial, líquida	27	(36.058)	(66.174)	(33.297)	(46.841)
		(235.762)	(323.100)	(254.426)	(318.111)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**245.727**	**303.117**	**254.151**	**306.984**
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	–	–	(2.341)	(1.877)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	1.033	–	(928)	1.250
		1.033	–	(3.269)	(627)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**246.760**	**303.117**	**250.882**	**306.357**
Atribuível aos Controladores		**N/A**	**N/A**	**246.760**	**303.117**
Atribuível aos não Controladores		**N/A**	**N/A**	**4.122**	**3.240**
LUCRO POR AÇÃO - R$					
Básico	28	**N/A**	**N/A**	**1,7617**	**2,1673**
Diluído	28	**N/A**	**N/A**	**1,7583**	**2,1638**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

Marielva Andrade Silva Dias
Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas

Caio Gonçalves de Moraes
Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Rodrigo Guercio Teixeira
Diretor Vice-Presidente Corporativo

CONTADOR

Fábio Trierweiler Faigle
CRC PR - 055265/O-2 - Diretor de Controladoria

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Silveira Dias - Presidente do Conselho (não executivo e independente)
Giem Raduy Guimarães - Conselheiro
Rodrigo Cesar Formighieri - Conselheiro

Hélio Bruck Rotenberg - Conselheiro
Samuel Ferrari Lago - Conselheiro
Rafael Moia Vargas - Conselheiro

Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima - Conselheira Independente
Marcel Malczewski - Conselheiro Independente
Gustavo Jobim - Conselheiro Independente

"As demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes estão publicadas no jornal Metrópole em 26/03/2024."

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8C37-920C-0A31-A0BB.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8C37-920C-0A31-A0BB ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8C37-920C-0A31-A0BB

Hash do Documento

26F7EE47B7944AA6E83FF31C3FA2EA26D4A81A9F551F55E864F00CAAEABBD9E2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/03/2024 é(são) :

☑ Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 26/03/2024 00:11 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

DocuSign Envelope ID: 26231265-D70B-44B3-926E-78A5C6F47F6F

POSITIVO
TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
ÍNDICES DE BALANÇO em 31/12/2023
(valores expressos em milhares de reais)

LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{2.939.535}{1.820.843} = 1,61$$

LIQUIDEZ SECA (LS)

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LS = \frac{2.939.535 - 925.527}{1.820.843} = 1,11$$

LIQUIDEZ GERAL (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LG = \frac{2.939.535 + 466.349}{1.820.843 + 868.814} = 1,27$$

SOLVÊNCIA GERAL (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{4.277.057}{1.820.843 + 868.814} = 1,59$$

Curitiba, 09 de abril de 2024

DocuSigned by:
FABIO TRIERWEILER FAIGLE
Assinado por: FABIO TRIERWEILER FAIGLE:03294931913
CPF: 03294931913
Data/Hora da Assinatura: 09 de abril de 2024 | 15:30 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
0A51D7D633994DA...

FABIO TRIERWEILER FAIGLE
Contador: CRC PR-055265/O-2
CPF: 032.949.319-13

DocuSigned by:
Assinado por: IDEL IANKILEVICH:45069794949
CPF: 45069794949
Data/Hora da Assinatura: 09 de abril de 2024 | 16:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
4DE483327EA444A8

IDEL IANKILEVICH
CPF: 450.697.949-49
Diretor Administrativo

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 26231265D70B44B3926E78A5C6F47F6F
Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: Índices 2023 Positivo Tecnologia.pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Assinaturas: 2
Certificar páginas: 2
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Mari Cleusa Krucoski
Rua João Bettega, 5200.
Curitiba, PR 81530000
mcleusa@positivo.com.br
Endereço IP: 191.250.186.220

Rastreamento de registros

Status: Original
09 de abril de 2024 | 15:15
Portador: Mari Cleusa Krucoski
mcleusa@positivo.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
FABIO TRIERWEILER FAIGLE fabiof@positivo.com.br Diretor de Controladoria Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 03294931913 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através do DocuSign	DocuSigned by:  0A51D7D933994DA... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.2.233.18	Enviado: 09 de abril de 2024 | 15:16 Visualizado: 09 de abril de 2024 | 15:29 Assinado: 09 de abril de 2024 | 15:30
Idel Iankilevich idel@positivo.com.br Diretor Administrativo Positivo Tecnologia Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 45069794949 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através do DocuSign	DocuSigned by:  4DE483327EA44A8... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.146.210.49	Enviado: 09 de abril de 2024 | 15:16 Visualizado: 09 de abril de 2024 | 16:48 Assinado: 09 de abril de 2024 | 16:49

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	09 de abril de 2024 | 15:16
Entrega certificada	Segurança verificada	09 de abril de 2024 | 16:48
Assinatura concluída	Segurança verificada	09 de abril de 2024 | 16:49
Concluído	Segurança verificada	09 de abril de 2024 | 16:49

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : FABIO TRIERWEILER FAIGLE
REGISTRO..... : PR-055265/O-2
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.949.319-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 07/01/2025 as 13:58:40.
Válido até: 07/04/2025.
Código de Controle: 421090.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.